

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCONIS FERNANDES LIMA

DESENVOLVIMENTISMO MILITAR NO PIAUÍ:  
A USINA DE BOA ESPERANÇA E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL NOS  
SERTÕES NORDESTINOS ENTRE 1970-1990

PORTO ALEGRE-RS

2023

MARCONIS FERNANDES LIMA

DESENVOLVIMENTISMO MILITAR NO PIAUÍ:  
A USINA DE BOA ESPERANÇA E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL  
NOS SERTÕES NORDESTINOS ENTRE 1970-1990

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para obtenção do título de  
Doutor em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caroline Silveira Bauer

PORTO ALEGRE – RS

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Marconis Fernandes  
Desenvolvimentismo militar no Piauí: A Usina de Boa  
Esperança e a integração econômica nacional nos  
sertões nordestinos entre 1970-1990 / Marconis  
Fernandes Lima. -- 2023.  
237 f.  
Orientador: Caroline Silveira Bauer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Usina hidrelétrica;. 2. Integração econômica do  
Piauí;. 3. Desenvolvimentismo militar;. 4. Urbanização  
piauiense.. I. Bauer, Caroline Silveira, orient. II.  
Titulo.

MARCONIS FERNANDES LIMA

DESENVOLVIMENTISMO MILITAR NO PIAUÍ:  
A USINA DE BOA ESPERANÇA E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL NOS  
SERTÕES NORDESTINOS ENTRE 1970-1990

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para obtenção do título de  
Doutor em História.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2023.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caroline Silveira Bauer  
Orientadora e presidente da banca  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

---

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Aos amores da minha vida, Taianni, Yuri e Kauã.  
Ao nosso amor, às alegrias de estarmos juntos e às  
nossas felicidades sempre!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força em todos os momentos de dificuldade.

Agradeço à minha mãe, Júlia, e ao meu pai, Horácio, pelos incríveis exemplos de vida, pelas lutas incansáveis por nossa família, por tudo o que sempre fizeram a mim e aos meus irmãos, com a certeza plena de que só chegamos até aqui como pessoas formadas pela força e integridade constantes dos dois. Muito obrigado! Amamos vocês!

Agradeço infinitamente à Taianni, amor da minha vida, por sua presença sempre gentil, paciente e inspiradora. Agradeço por sua firmeza e assertividade, que, como uma rocha inabalável, se mantém firme diante de todas as intempéries. A ti, meu amor, dedico este trabalho de maneira especial, pela mulher incrível e maravilhosa que és, e pela incontável força que me deste. Te amo!

Aos nossos filhos maravilhosos e amados, Yuri e Kauã – garotos lindos e incríveis, que só nos inspiram força e sabedoria para trilharmos juntos e construirmos nossa felicidade. A vocês dois, Yuri e Kauã, dedico especialmente este trabalho e agradeço imensamente pelas suas alegrias que preenchem docemente as nossas vidas. Amamos vocês!

Agradeço à minha irmã, Morgana, e a seu esposo, Darkson, e aos meus sobrinhos João Vitor e Alícia, pelas amáveis presenças e as contribuições fraternas imprescindíveis em nossa convivência constante. Agradeço também ao meu irmão Marcos por nossa amizade e por seu carisma inspirador.

Agradeço ao Senhor Santana e à Dona Diluísia, pelo exemplo de vida, pela dedicação constante à família e a ajuda sempre providencial – e a Thaisi, Wilson, Emanuel, Mateus, Tannais, Mariane, Duani e Isis, pela amizade fraterna e amável presença familiar.

Agradeço de forma especial à minha orientadora, professora Caroline Silveira Bauer, pela sua contribuição decisiva para a realização deste trabalho, pelos momentos de rico aprendizado. Agradeço também à sua compreensão e ajuda sempre fraterna. Obrigado, professora!

Agradeço ao professor Solimar, por suas contribuições inspiradoras decisivas no mestrado, que frutificaram aqui neste trabalho. Obrigado, professor!

Agradeço a todas/os as/os amigas/os, colegas de trabalho e estudantes pela saudável convivência profissional e sobretudo àquelas/es que me ajudaram quando foi preciso.

A todas/os, ofereço as palavras poéticas a seguir, que resumem muito das nossas lutas diárias.

*“Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.”*  
(Trecho do poema “Mar Português”, de Fernando Pessoa)

*“Se meus joelhos não doessem mais;  
Diante de um bom motivo que me traga fé, que me traga fé;  
Se por alguns segundos eu observar, e só observar,  
A isca e o anzol, A isca e o anzol, A isca e o anzol, A isca e o anzol;  
Ainda assim estarei pronto pra comemorar;  
Se eu me tornar menos faminto e curioso, curioso;  
O mar escuro trará o medo lado a lado com os corais mais coloridos;  
Valeu a pena ê ê, valeu a pena ê ê, sou pescador de ilusões, sou pescador de ilusões;  
Se eu ousar catar na superfície de qualquer manhã,  
As palavras de um livro sem final, sem final, sem final, sem final, final;  
Valeu a pena ê ê, valeu a pena ê ê, sou pescador de ilusões, sou pescador de ilusões;  
Valeu a pena ê ê, valeu a pena ê ê, sou pescador de ilusões, sou pescador de ilusões”*  
(“O Pescador de Ilusões”, O Rappa)

*“Diante de um grande rio seguem as exclamações:*

*O pescador diz – Quanto peixe para pescar!*

*O agricultor diz – Quanta terra de vazante para plantar!*

*O engenheiro do setor elétrico diz – Quanta energia elétrica!”*

(Retirado e adaptado de informativo do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB)

## RESUMO

Este trabalho analisa as condições de implantação e os impactos socioeconômicos diversos da constituição da rede elétrica no estado do Piauí nas décadas de 1970 e 1980, até o ano de 1990, tendo como polo gerador e irradiador dessa infraestrutura elétrica geral a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, inaugurada no Piauí no ano de 1970. O texto é ancorado na análise e na reflexão sobre as políticas intervencionistas implementadas pelos governos da ditadura militar no Brasil ao longo das décadas de 1970 e 1980, que tiveram uma forte tendência desenvolvimentista e, assim como em alguns governos anteriores, concentraram suas intervenções em grandes projetos de infraestrutura, dentre os quais se destacaram os investimentos em hidrelétricas e estadas. Nessa perspectiva, são apresentados alguns conceitos fundamentais para entendermos as orientações político-econômicas desse período, especialmente os conceitos de desenvolvimentismo e da diretriz Segurança e Desenvolvimento que foi estabelecida pelos governos durante a ditadura militar. É nesse contexto que identificamos a efetiva integração do mercado nacional brasileiro à medida que se hegemonizavam algumas grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras, destacadamente as de bens semiduráveis, como eletroeletrônicos, as automobilísticas e as grandes construtoras, dentre outras. Essas empresas estenderam seu alcance aos mercados consumidores mais distantes e consolidaram o domínio econômico produtivo dos grandes centros da região Centro-Sul do país, dentro do quadro geral de constituição do capitalismo nacional associado ou dependente brasileiro. Ao mesmo tempo, o texto pontua como se deu a penetração dessa política de intervenção desenvolvimentista dos governos ditatoriais militares nos interiores do Brasil, com destaque para a atuação no Nordeste – especialmente a ação federal no Piauí, com o estabelecimento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e sua infraestrutura de geração e distribuição elétrica. A usina trouxe impactos para a urbanização do Piauí e, portanto, para a superação de sua condição predominantemente rural, constituindo-se desde então o desenho econômico produtivo do estado, com a predominância absoluta dos setores comercial e de serviços públicos associada ao detrimento do setor industrial local, que permanece incipiente. Acrescentam-se algumas reflexões críticas acerca das limitações e incompletudes dessa política intervencionista no Piauí. A pela Usina de Boa Esperança, apesar de ter se definido como a mais marcante obra de infraestrutura do estado e ter promovido um salto considerável de desenvolvimento local, não pôde, de forma isolada, resolver os muitos atrasos históricos crônicos que permaneceram no quadro socioeconômico piauiense.

Palavras-chave: usina hidrelétrica; integração econômica do Piauí; desenvolvimentismo militar; urbanização piauiense.

## ABSTRACT

This paper analyzes the implementation conditions and the diverse socioeconomic impacts of the constitution of the electrical network in the state of Piauí in the year of 1970s and 1980s, until the year 1990, having as the generator and radiator pole of this general electrical infrastructure the Boa Esperança Hydroelectric Power Plant, inaugurated in Piauí in the year of 1970. The text is anchored in the analysis and reflection on the interventionist policies implemented by the governments of the military dictatorship in Brazil throughout the year of 1970s and 1980s, which had a strong developmental tendency and, as in some previous governments, concentrated their interventions in large infrastructure projects, among which investments in hydroelectric plants and highways stood out. From this perspective, some fundamental concepts are presented to understand the political-economic guidelines of that period, especially the concepts of developmentalism and the Security and Development guideline that was established by governments during the military dictatorship. It is in this context that we identify the effective integration of the Brazilian national market as some large national and foreign private companies became hegemonized, notably those of semi-durable goods, such as electronics, automobile companies and large construction companies, among others. These companies extended their reach to the most distant consumer markets and consolidated the productive economic domain of the large centers of the Center-South region of the country, within the general framework of the constitution of national capitalism associated or dependent on Brazil. At the same time, the text points out how the penetration of this policy of developmental intervention by military dictatorial governments in the interior of Brazil took place, with emphasis on the action in the Northeast - especially the federal action in Piauí, with the establishment of the Boa Esperança Hydroelectric Power Plant. and its electricity generation and distribution infrastructure. The plant brought impacts to the urbanization of Piauí and, therefore, to overcoming its predominantly rural condition, constituting since then the productive economic design of the state, with the absolute predominance of the commercial and public services sectors associated to the detriment of the industrial sector. local industry, which remains incipient. Some critical reflections on the limitations and incompleteness of this interventionist policy in Piauí are added. The Boa Esperança Power Plant, despite having defined itself as the most outstanding infrastructure work in the state and having promoted a considerable leap in local development, could not, in isolation, solve the many chronic historical delays that remained in the socioeconomic situation of Piauí .

Keywords: hydroelectric plant; economic integration of Piauí; military developmentalism; urbanization in Piauí.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Consumo de produtos das indústrias intermediárias na América Latina em 1960.....	35
Tabela 2 – Distribuição da renda entre a população economicamente ativa – Brasil (1960-1980) .....	48
Tabela 3 – Taxa de crescimento: PIB – Brasil (1964-1980) .....	50
Tabela 4 – Taxas de crescimento do PIB por setor – Brasil (1960-1982).....	58
Tabela 5 – Relação entre dívida externa, reservas e ganhos de exportação – Brasil (1960-1981).....	59
Tabela 6 – Contratos e convênios assinados para investimentos no Nordeste – 1965 .....	106
Tabela 7 – Proporção do número de estabelecimentos e área, por classe de área – Piauí (1970).....	122
Tabela 8 – Operações de transferência das populações urbanas e rurais .....	150
Tabela 9 – População residente, por situação do domicílio e por sexo (1940-1996).....	178
Tabela 10 – Populações totais, urbanas e rurais, dos estados do Nordeste e do Brasil (1980) .....	181
Tabela 11 – Evolução do consumo de energia no Piauí (1970-1990).....	186
Tabela 12 – Comparação do consumo geral de eletricidade entre os estados do NE (1970-1990).....	189
Tabela 13 – Censos dos setores econômicos do Piauí (1970-1985).....	206
Tabela 14 – Evolução geral dos serviços públicos de educação no Piauí (1970-1985) .....	214
Tabela 15 – Evolução geral dos serviços públicos de saúde no Piauí (1970-1985).....	215

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PROJETO DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO DA DITADURA MILITAR</b> .....	<b>29</b>
2.1	As bases do intervencionismo estatal e a diretriz Segurança e Desenvolvimento como eixo do capitalismo nacional associado ou dependente.....	29
2.2	O investimento na infraestrutura energética como prioridade para a consolidação do capitalismo brasileiro .....	32
2.3	O caráter social excludente dos governos ditatoriais e o “milagre econômico” em benefício de poucos.....	45
<b>3</b>	<b>A ELETRIFICAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA DA DITADURA MILITAR E A OBRA DA USINA DE BOA ESPERANÇA NO PIAUÍ</b> .....	<b>64</b>
3.1	O desenvolvimentismo intervencionista que alcança os governos da ditadura militar.....	65
3.2	O desenvolvimentismo da ditadura e a Usina de Boa Esperança como chave na integração energética Norte-Nordeste .....	72
<b>4</b>	<b>A USINA DE BOA ESPERANÇA E O TIPO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO QUE VEIO AO PIAUÍ</b> .....	<b>110</b>
4.1	Uma síntese da estruturação da economia piauiense: de sua formação colonial até as décadas de 1970 e 1980 .....	111
4.2	Interligações econômicas do Piauí com o Nordeste e o Brasil, e seus reflexos no desenvolvimento local .....	119
4.3	As limitações estabelecidas ao Piauí no processo de integração capitalista nacional .....	138
4.4	A Usina de Boa Esperança como fator de desenvolvimento do Piauí.....	165
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>217</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>225</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Seria difícil imaginar nossas vidas atualmente sem a existência de toda a infraestrutura que nos rodeia – com redes de transportes e telecomunicações, sistemas de abastecimento de água e esgoto, serviços em geral e, acima de tudo, geração e fornecimento de energia elétrica como fonte motora central do funcionamento da nossa sociedade.

Sobre o acesso à eletricidade, antes de mais nada, precisamos contextualizar a realidade brasileira. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual (PNAD) de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um total de 207,298 milhões de brasileiros tinham acesso à energia elétrica naquele ano, o que correspondia a um percentual de 98,94% de uma população estimada em 209,5 milhões de habitantes.

Logo, constatamos que num Brasil recente ainda existiam aproximadamente dois milhões de pessoas sem acesso à energia, a maioria delas na região Norte<sup>1</sup>. Especificamente no estado do Piauí, de acordo com os dados da PNAD 2018, mais de 30 mil pessoas estavam nessa mesma realidade. As estimativas mais atuais ainda se referem a uma quantidade bem próxima desse mesmo número de brasileiros que não podem usufruir da eletricidade.

Atualmente, 63,8% da energia elétrica no Brasil é gerada por hidrelétricas<sup>2</sup>. Essa infraestrutura foi construída sobretudo pelo Estado brasileiro ao longo da segunda metade do século XX; grandes obras de usinas marcaram o período entre as décadas de 1950 e 1990.

Pioneira na região Centro-Sul, a Usina Hidrelétrica de Furnas, em Minas Gerais, foi construída entre 1958 e 1963, e passou a ser operada a partir de então pela empresa Furnas Centrais Elétricas como um grande investimento para suprir energia aos principais centros industriais brasileiros. Essa fonte geradora de energia localiza-se privilegiadamente a uma distância de 400 km de São Paulo, 500 km do Rio de Janeiro e 300 km de Minas Gerais. A estatal é responsável por gerar mais de 40% de toda a energia consumida no país<sup>3</sup>.

Especificamente no caso da região Nordeste, em 1945, no governo Vargas, foi criada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), empresa incumbida da construção, a

---

<sup>1</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual*. Tabela 6737 – Domicílios e moradores com energia elétrica, por situação do domicílio e fonte de energia elétrica. Ano 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6737/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Fontes de energia renováveis representam 83% da matriz elétrica brasileira*. Gov.br, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2020/01/fontes-de-energia-renovaveis-representam-83-da-matriz-eletrica-brasileira/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>3</sup> FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS. Uma empresa movida a desafios – 60 anos. Edição comemorativa 1957-2017. *Revista Furnas*, Rio de Janeiro, 2017 (p. 7, 9).

partir de 1948, e da operação, desde 1955, das Usinas de Paulo Afonso, na Bahia. Este projeto antecedeu a construção de Furnas; logo, o primeiro grande complexo gerador de energia do Nordeste tornou-se pioneiro no Brasil, e está localizado a 405 km de Salvador (BA) e a 456 km de Recife (PE). As Usinas de Paulo Afonso representam um dos principais exemplos do massivo investimento estatal em geração de energia hidrelétrica no Brasil, e o maior investimento nesse setor de toda região Nordeste<sup>4</sup>.

Nesse sentido, ao nos referirmos à ampla e complexa rede de infraestrutura hidrelétrica nacional, devemos sempre que possível direcionar nossa reflexão aos períodos e às condições em que as várias obras se realizaram, com ênfase nos impactos sociais causados às populações locais em que efetivamente se processou a alteração mais radical do espaço, além de olharmos em detalhes as transformações gerais das regiões no raio de atuação das usinas hidrelétricas.

Nesse cenário de transformações estruturais, podemos destacar uma obra no estado do Piauí, a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança – que será referida, neste texto, com a denominação abreviada de Usina de Boa Esperança e também por meio da sigla UBE. Construída na cidade de Guadalupe, a 360 km da capital Teresina, a usina ficou sob a responsabilidade inicial da empresa federal Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (COHEBE), criada em 1963<sup>5</sup>, no governo João Goulart (1961-1964). Posteriormente, em 1973, durante o governo Médici (1969-1974), tanto a UBE quanto a COHEBE foram incorporadas pela CHESF e passaram a integrar formalmente seu parque hidrelétrico no Nordeste.

Registramos que o período de construção da UBE estendeu-se entre 1963 e 1970<sup>6</sup> e provocou impactos profundos, mais intensamente localizados na cidade sede, Guadalupe, mas com influências progressivas diversas em todo o estado do Piauí. Chamou-nos atenção o papel de destaque da usina na estruturação econômica de toda a região em foco, que foi transformada desde a construção da hidrelétrica e, depois, com o seu funcionamento regular.

A propósito das várias referências cronológicas mencionadas até aqui, delineamos de antemão o intervalo histórico central deste estudo, que se situa nas décadas de 1970 e 1980 – partindo-se necessariamente de uma contextualização anterior a esse período, especialmente dos acontecimentos na década de 1960. O período analisado compreende o golpe civil-militar de abril de 1964, que interrompeu bruscamente o governo democrático de João Goulart e levou

---

<sup>4</sup> CACHAPUZ, Paulo de Brandi (coord.). *CHESF – 70 anos de História*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2018 (p. 49).

<sup>5</sup> LIMA, Marconis Fernandes. *Cidade da Boa Esperança: memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe - Piauí*. 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007 (p. 39-40, 73).

<sup>6</sup> Lima (2007, p. 74-84).

ao poder um grupo de militares associados a setores da alta burguesia nacional e internacional, numa composição social, política e econômica que trataremos, mais à frente, como os dirigentes e os estratos apoiadores dos governos da ditadura.

Destarte, tivemos nesse período ditatorial uma sequência de cinco presidentes militares a partir do golpe de 1964: respectivamente, Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985).

Igualmente destacamos neste texto o período que vai do final da década de 1960 até o meio da década de 1970, especialmente entre os anos de 1969 e 1973, em que ocorre o chamado “milagre econômico”, quando se observa a consolidação das principais bases da política econômica intervencionista do Estado brasileiro, com pesados investimentos em infraestrutura que perduraram até o fim da ditadura. Com isso, garantiu-se a aceleração e a consolidação da economia capitalista brasileira via integração territorial nacional, tudo isso em conexão direta com os principais mercados capitalistas mundiais.

Dito isso, este trabalho foca no funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no Piauí e seu papel de promotora do desenvolvimento local, relacionando os investimentos nesta que foi a maior obra de infraestrutura construída no estado desde então com a expansão capitalista brasileira desse período, de meados da década de 1960 e ao longo das décadas de 1970 e 1980 – e que avançou fortemente em regiões ainda não totalmente integradas ao mercado nacional. Este trabalho disponibiliza algumas conclusões importantes acerca desse processo de expansão, avaliando de forma especial o caráter desses resultados em território piauiense.

Nesse sentido, dedicamos atenção especial nesta pesquisa ao estudo crítico do papel da Usina de Boa Esperança para o desenvolvimento do Piauí durante as décadas de 1970 e 1980 como motriz da dinâmica econômica e social piauiense desde então. Buscou-se o contraponto reflexivo em relação à publicidade governamental, que previa como garantido o avanço econômico do estado, possivelmente por meio de uma industrialização que foi propagandeada, na época, por documentos oficiais e matérias jornalísticas. Além disso, propomos ao final identificar o real perfil de desenvolvimento econômico processado no estado do Piauí pelos setores produtivos diversos.

A tese em questão levantada neste estudo é a de que o real objetivo da intervenção estatal feita no Piauí por meio da Usina de Boa Esperança foi o de construir e consolidar a urbanização e o consumo centrado no setor de serviços, e não a industrialização local, propagandeada pelo governo.

Identificamos, portanto, que o objetivo de integrar a economia regional piauiense aos grandes centros regionais nordestinos – Salvador e Recife – e aos centros capitalistas nacionais do Centro-Sul não se deu por meio da constituição do capital produtivo industrial no estado do Piauí: na verdade, processou-se prioritariamente por meio do capital do setor de serviços, notadamente o setor do comércio, juntamente com os serviços urbanos básicos e os serviços públicos aí inseridos.

Nesse sentido, verificamos que a não instalação de unidades fabris no estado do Piauí fazia parte do projeto intervencionista dos governos militares e dos grupos capitalistas nacionais e internacionais associados a esses governos, uma vez que consideravam a região como não prioritária para a industrialização nesse amplo projeto político e econômico de expansão do capitalismo brasileiro.

Portanto, ao Piauí não foi destinada a industrialização, mas sim o papel secundário de se constituir como mais um mercado periférico de consumo dos produtos vindos do Centro-Sul, em grande parte por intermédio da distribuição descentralizada via Salvador e Recife – garantindo-se a expansão do processo de acumulação de capital nacional com a efetiva circularidade comercial e a urbanização dos confins atrasados e ainda isolados dos sertões brasileiros, a fim de conectar efetivamente esses rincões às redes de produção nacionais.

Nessa perspectiva, ratificamos que o objeto desta pesquisa é analisar como se desenvolveu o processo de acumulação capitalista nacional no período entre 1960 e 1980, tendo como referência o caso do estado do Piauí – que fora transformado a partir da grande obra de infraestrutura da Usina de Boa Esperança.

Este estudo analisa os resultados, no estado do Piauí, do Plano de Integração Nacional implementado pelo Estado nesse período como forma de expandir e consolidar as operações do capitalismo brasileiro dependente. Enfatiza-se que essas medidas econômicas intervencionistas compõem centralmente a chamada Política de Segurança e Desenvolvimento, conduzida pelos governos militares após 1964.

Em específico esta pesquisa analisa as condições de realização e as mudanças ocorridas em decorrência dos investimentos governamentais na Usina de Boa Esperança, no Piauí, como parte da política nacional de intervenção econômica do Estado brasileiro ao longo do século XX. Além disso, pretendemos também avaliar o alcance do objetivo estrutural de inserção da economia regional piauiense no capitalismo nacional e o perfil de configuração produtiva deste estado a partir da construção da usina, com especial atenção às décadas de 1970 e 1980.

Em síntese, também discutimos neste texto a percepção de que a ditadura militar, amparada no projeto geral de Segurança e Desenvolvimento, passa a fazer de forma incisiva as

intervenções econômicas com vistas à modernização do capitalismo nacional, atuando estrategicamente com pesados investimentos estatais nas obras de infraestrutura – intervenções essas que os governos anteriores iniciaram, mas não conseguiram consolidar sobretudo devido à falta de condições políticas e econômicas para o fechamento desse processo.

Dessa maneira, à luz do resumo desta proposta de estudo, tecemos uma análise sobre as condições políticas e econômicas em que foram construídas essas obras estruturantes, ponderando, no caso do Piauí, sobre a não execução da prevista industrialização propagandeada pelos governos federal e estadual como parte do projeto da UBE.

Antes de partirmos para o cerne do estudo e dispendo-a como elemento complementar do texto desenvolvido sobre o assunto, fazemos uma apresentação do contexto político, econômico e social deste período histórico (1960-1984). Para isso, utilizamos conceitos e análises consagrados nas obras de alguns dos mais importantes autores brasileiros estudiosos da conjuntura aqui pesquisada.

Notadamente, apresentamos de forma geral as informações acerca do desenvolvimento econômico e social do Brasil no século XX, especialmente no período de 1950 a 1960, com especial atenção ao processo de industrialização nacional, que fora acelerado depois de 1930 – passando em contínuo pela análise do papel determinante do Estado brasileiro e, por fim, alcançando a caracterização do golpe civil-militar de 1964, que preparou o caminho para os governos ditatoriais que se seguiram.

Tendo a contextualização nacional como referência, seguimos o texto com base nos estudos sobre o processo histórico de formação econômica da região nordestina, considerada uma “região-problema”, para analisar a decisão do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) de criar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959 – cujo objetivo era a integração produtiva e comercial direcionada ao Nordeste e às suas sub-regiões, como o Piauí, com seu desenvolvimento deficitário.

Para atingirmos nossos objetivos, analisamos as informações obtidas por meio de diversas referências que tratam dos temas nacionais em voga neste período – a segunda metade do século XX. Destacam-se nas leituras e observações da pesquisa vários conceitos como desenvolvimentismo, intervencionismo, industrialismo, autoritarismo, Doutrina de Segurança Nacional, Segurança e Desenvolvimento, dentre outros, todos esmiuçados no curso deste texto – que trata, antes de mais nada, da contextualização geral da conjuntura política, econômica e social nacional para assim chegarmos ao ambiente local piauiense com sua estrutura produtiva.

Um dos conceitos teóricos metodológicos que ajuda a compreender muito bem a apropriação do aparelho estatal por militares e seus parceiros privados após o golpe de 1964 é

o de Estado ampliado, elaborado pelo pensador marxista italiano Antonio Gramsci. O conceito é referido no texto a partir do debate feito no artigo “Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétricas de Tucuruí” (2019)<sup>7</sup>, de autoria de Pedro Henrique Pedreira Campos.

Para embasarmos as análises, utilizamos como suporte teórico importantes obras clássicas, como *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, de Maria da Conceição Tavares (1983)<sup>8</sup>; *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1986)<sup>9</sup>; as obras de Francisco de Oliveira (1984, 1988, 1993)<sup>10</sup> e Octavio Ianni (1988, 1991)<sup>11</sup>, além dos valiosos trabalhos de Carlos Lessa (1983)<sup>12</sup> e Sonia Regina de Mendonça (1985, 1997, 2005)<sup>13</sup>.

Feita a apresentação geral do desenvolvimento da pesquisa, no capítulo 1, organizamos a estrutura do texto em mais três capítulos. No segundo capítulo, intitulado “A industrialização brasileira e o projeto de Segurança e Desenvolvimento da ditadura militar”, apresentamos as linhas gerais do projeto político de alavancagem e consolidação da acumulação de capitais na chamada região geoeconômica do Centro-Sul do Brasil – possibilitada pelo Plano de Integração Nacional, implementado efetivamente pelos governos militares entre o final dos anos 1960 até a década de 1980.

Destarte, delineamos os pontos centrais das medidas de intervenção dos governos militares de forma a interligá-las aos elementos ideológicos constituintes da estratégia de Segurança e Desenvolvimento, que norteou a condução política, econômica e social dos mesmos governos.

Dessa forma, vamos entender como se consolidou a industrialização brasileira por intermédio do projeto intervencionista dos governos militares. Associamos essa compreensão à apresentação do contexto histórico geral até a instauração da ditadura militar no Brasil. Direcionamos inicialmente o estudo às décadas anteriores (1950 e 1960), a serem vistas ainda

---

<sup>7</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétricas de Tucuruí. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255-286, jan.-abr. 2019.

<sup>8</sup> TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre Economia Brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

<sup>9</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988; OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>11</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988; IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

<sup>12</sup> LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>13</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985; MENDONÇA, Sonia Regina de. *A industrialização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997; MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Estado brasileiro*: agências e agentes. Niterói: EdUFF, Vício de Leitura, 2005.

nesta introdução; em sequência, com o golpe em 1964, caracterizamos em linhas gerais o caráter social, político e econômico e as principais medidas desses governos militares.

Aos especialistas em economia brasileira já elencados, somamos a robusta e atual obra *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura militar*, de Pedro Henrique Pedreira Campos (2017)<sup>14</sup>, para compor uma análise dessa temática – o autor analisa o papel das grandes obras de infraestrutura no projeto de consolidação do capitalismo nacional implementado pelos governos da ditadura.

Ainda no segundo capítulo, conceituamos a Doutrina de Segurança Nacional que norteou os governos ditatoriais militares. Enfatizamos nessa descrição os eixos da intervenção econômica estatal sob a ideologia da Segurança e Desenvolvimento, e pontuamos o papel das grandes obras de infraestrutura – especialmente as hidrelétricas, peças-chave no processo de diversificação e consolidação da economia nacional – e a hegemonização de alguns grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Referenciamos as obras de Pe. Joseph Comblin, *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina* (1980)<sup>15</sup>, e de Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, publicada em 1984<sup>16</sup> – que descrevem em detalhes como os governos militares se constituíram politicamente sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional implementada durante a ditadura.

O terceiro capítulo, intitulado “A eletrificação desenvolvimentista da ditadura militar e a obra da Usina de Boa Esperança no Piauí”, trata de forma mais dedicada dos projetos de intervenção regional a partir de grandes obras hidrelétricas associadas a outras infraestruturas – e do papel proposto à UBE pelos militares no desenvolvimento econômico do Piauí. Procuramos verificar os perfis dos projetos institucionais propostos e os resultados concretos dessa intervenção estatal regional e local. Nesse sentido, identificamos – a partir da construção da usina, em 1963, até a década de 1980, no ponto do recorte desta pesquisa – em linhas gerais a política desenvolvimentista destinada ao Brasil na ditadura militar, sobretudo a intervenção operada nesta região do Nordeste.

Sobre os temas desenvolvimentismo e intervencionismo e suas influências nos governos da ditadura, referenciamos a obra *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*, de Pedro

---

<sup>14</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura militar*, 1964-1988. Niterói: EdUFF, 2017b.

<sup>15</sup> COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Fialho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

<sup>16</sup> MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.

Cezar Dutra Fonseca (2015)<sup>17</sup>, que trata da conceituação geral do desenvolvimentismo, desde sua origem e evolução histórica até o seu alcance nos vários governos ditatoriais e suas políticas econômicas aqui estudadas.

Diante desse contexto histórico e econômico, vamos ao encontro do objeto central de estudo ao analisarmos algumas fontes documentais e bibliográficas de empresas e órgãos federais e estaduais envolvidos no projeto intervencionista no Piauí – COHEBE<sup>18</sup>, CHESF<sup>19</sup>, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil (Eletrobras)<sup>20</sup>, Sudene<sup>21</sup> e governo do estado Piauí<sup>22</sup>. A partir de trechos contidos nessas fontes, podemos afirmar que esses personagens institucionais são muito claros na assertiva de que a construção e o funcionamento da UBE acabariam com o subdesenvolvimento do estado do Piauí, projetando-se um possível desenvolvimento da industrialização local.

Na mesma direção, encontramos as projeções oficiais desse certo, pujante e vindouro desenvolvimento econômico do Piauí e sua possível industrialização, para além dos documentos dos órgãos estatais da época. Também encontramos essas exposições em inúmeras matérias dos jornais da capital Teresina – como *O Cooperativista*, *O Dia* e *O Estado*. A maioria das matérias desses jornais é claramente produzida como material de propaganda oficial dos órgãos estatais federais e estaduais, contendo em seus textos informações e dados fornecidos por esses próprios órgãos, incluindo-se aí as entrevistas oficiais de gestores de seus mesmos órgãos.

---

<sup>17</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Texto para discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, julho de 2015.

<sup>18</sup> COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Projeto Boa Esperança*. Parte I – Aproveitamento; Reservatório; Barragem. Relatório. Recife: COHEBE, 1968a; COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Relatório de Atividades – Exercício de 1967*. Recife: COHEBE, 1968b; COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Relatório de Atividades/1968*. Recife: COHEBE, 1969; COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Relatório da Diretoria/1969*. Recife: COHEBE, 1970; COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Relatório da Diretoria Executiva/1972*. Recife: COHEBE, 1972.

<sup>19</sup> COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. *CHESF 50 anos - 1948-1998*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1998.

<sup>20</sup> DIAS, Renato Feliciano (coord.). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988; DIAS, Renato Feliciano (coord.). *A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil: Ciclo de palestras*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1996; CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Eletrobrás faz 40 anos*. História. Disponível em: [www.eletrobras.gov.br/40anos/](http://www.eletrobras.gov.br/40anos/). Acesso em: 20 abr. 2020. O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, criado em 1986 e mantido até os dias atuais, é uma iniciativa da Eletrobrás de produzir e preservar um acervo histórico de livros, periódicos e arquivos digitais relacionados ao setor elétrico brasileiro.

<sup>21</sup> BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

<sup>22</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1959-62 (Chagas Rodrigues). *Mensagem à Assembleia Legislativa, 1960*. Teresina, 1961; GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Educação. *Plano Estadual 1977/1980*. Teresina, 1977a; GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Fazenda. *Balanco Geral do Estado – 1974*. Teresina, 1974b; GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. *POLONORDESTE no Piauí: uma avaliação*. Teresina, 1977b.

Percebemos que essas peças jornalísticas locais se entrelaçavam sobremaneira aos discursos e projetos políticos e econômicos, nacionais e locais. Os jornais de Teresina serviram de como caixas de ressonância locais das políticas nacionais de intervenção econômica; podemos considerá-los porta-vozes privilegiados daqueles mesmos personagens institucionais. Logo, os posicionamentos políticos, evidenciados nos documentos oficiais das empresas estatais, são também propagandeados quase diariamente nos jornais de Teresina ao longo das décadas 1960 e 1970, com participação e consonância ativa nessas matérias daqueles mesmos entes que tocavam a obra.

No quarto capítulo, intitulado “A Usina de Boa Esperança e o tipo de desenvolvimento econômico que veio ao Piauí”, analisamos minuciosamente como se deu o processo de acumulação de capital no Piauí a partir das bases estruturais postas pelos governos militares entre o final da década de 1960 até a década de 1980. Além disso, produzimos a reconstituição desse processo de estruturação econômica do estado do Piauí, tendo como centro motriz a Usina de Boa Esperança, em operação desde 1970.

Por fim, a partir das informações acumuladas no texto sobre o projeto proposto ao Piauí pelos militares, avaliamos os resultados alcançados e refletimos sobre as suas limitações.

No intuito de procurar um diálogo com outras fontes e, ao mesmo tempo, refletir sobre as informações que tratam do papel previsto à UBE na ignição do desenvolvimento do Piauí, utilizamos no quarto capítulo várias fontes bibliográficas que versam especificamente a respeito do desenvolvimento econômico piauiense. Destacamos as obras *Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento*, de Agenor de Sousa Martins e colaboradores (1979)<sup>23</sup>; *Formação econômica* (1995)<sup>24</sup> e *Economia e desenvolvimento do Piauí* (2002)<sup>25</sup>, de Felipe Mendes; e ainda *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*, de Raimundo Nonato Monteiro de Santana (2008)<sup>26</sup>.

Além de todas as fontes que tratam das temáticas piauienses específicas, incluímos como fonte central para o debate do objeto deste texto o estudo dos indicadores econômicos e sociais do estado do Piauí nas décadas de 1970 e 1980, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em suas séries estatísticas históricas, anuários estatísticos, censos demográficos e censos econômicos – para, a caminho da conclusão do texto, avaliarmos

<sup>23</sup> MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: CEPRO, 1979.

<sup>24</sup> MENDES, Felipe. *Formação econômica*. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

<sup>25</sup> MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

<sup>26</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: Fundapi, 2008.

a evolução socioeconômica do estado nesse período, observando minuciosamente as perspectivas da consolidação do perfil produtivo do Piauí após o funcionamento da Usina de Boa Esperança.

Novamente de forma secundária, com o objetivo de complementar a análise dos dados fornecidos pelas fontes principais, acrescentamos informações e discussões trazidas pelas matérias jornalísticas locais que tratam das repercussões do processo de transformação socioeconômica ocorrida no Piauí nesse período – destacando em seu teor a importância da UBE como motor principal dessas mudanças. Além das matérias publicadas na imprensa, pontuamos, como adendo, algumas considerações levantadas em trechos de entrevistas de moradores da cidade sede da hidrelétrica, que refletem criticamente sobre os impactos locais diversos sofridos pela comunidade local.

Paulatinamente, direcionamos esta pesquisa até alcançarmos a caracterização dos papéis dos governos militares no planejamento e na execução das grandes obras de infraestrutura; centramos o foco na forma de operacionalização dessas estruturas produtivas que mexeram com as vidas de todos os brasileiros – e dos piauienses, em particular –, destacando-se o período do chamado “milagre econômico”.

Nesta introdução, contextualizaremos a seguir as nuances econômicas centrais de alguns governos anteriores ao recorte proposto – especialmente os governos de Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas – e referenciaremos, a partir do ambiente político e social pós-1930, as condições gerais em que a industrialização brasileira se processou e se solidificou. Neste caso, importam-nos especificamente os principais antecedentes conjunturais da ditadura militar.

A industrialização brasileira estabeleceu-se de forma gradual desde a segunda metade do século XIX, e de modo mais consistente com o sucesso da produção cafeeira – uma vez que parte de seus capitais excedentes eram fruto desse sucesso. Alguns cafeicultores sentiram-se estimulados a diversificar suas atividades econômicas como forma de ampliar seus lucros e, ao mesmo tempo, modernizar-se perante o cenário capitalista mundial, galgando lentamente uma posição de maior importância econômica.

Dessa forma, tivemos um período inicial da industrialização brasileira concentrado em pequenas indústrias ligadas ao setor de bens de consumo não duráveis, principalmente vestuário e alimentação. Revelou-se então a inserção gradual dos setores do capital nacional mais propícios a essa diversificação, haja vista a necessidade de pouca especialização técnica e o crescente mercado de consumo interno, aliados às somas de capital excedente do café, disponíveis para aplicação com a finalidade de diversificar a produção nacional.

Para complementar a análise dos elementos históricos da formação da economia brasileira e de sua evolução recente, referimo-nos à obra *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, de Sérgio Silva (1976)<sup>27</sup>, que trata do papel do comércio exterior na constituição inicial da industrialização no Brasil. A irradiação dessa diversificação produtiva tem como ponto central a rica produção cafeeira, voltada à exportação – e que se relaciona diretamente com o crescimento do mercado de consumo interno a partir da intensificação do trabalho assalariado, da urbanização e do transporte ferroviário.

[...] na década de 1880 a produção de São Paulo ultrapassa a do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba [...]. A importância do rápido crescimento da produção e desse deslocamento geográfico só poderá ser entendida se considerarmos as simultâneas mudanças ocorridas ao nível das relações de produção. Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonam o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização [...]. Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária. É fundamentalmente por essas razões que o café se tornou o motor do desenvolvimento capitalista no Brasil<sup>28</sup>.

O autor trata, portanto, do processo tardio da industrialização brasileira, devido às próprias contradições da montagem da produção fabril em torno da monocultura do café. Conforme é possível observar, as principais regiões produtoras de café, mormente em solo paulista, passaram a se destacar economicamente nas duas últimas décadas do século XIX, até 1930.

Nesse ponto, Sérgio Silva aproxima-se bastante de João Manoel Cardoso de Mello, que, em *O capitalismo tardio* (2009)<sup>29</sup>, aborda diretamente as condições que levaram ao atraso no processo de industrialização brasileira – com ênfase na transição para o trabalho assalariado e na lentidão da transformação das relações produtivas no Brasil.

Nos principais polos produtivos do Centro-Sul, verificamos que, no final do século XIX, as indústrias nacionais seguiam sobrevivendo em segundo plano diante da supremacia da produção estrangeira, que absorvia a maior fatia do mercado consumidor brasileiro. Dentre as limitações para a expansão das indústrias brasileiras, havia pouco interesse da maior parte das

<sup>27</sup> SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

<sup>28</sup> Silva (1976, p. 50).

<sup>29</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2009.

classes capitalistas locais, uma vez que seguiam muito bem “agasalhadas” pelo sistema econômico agroexportador encaixado no mercado mundial. Além disso, a industrialização brasileira tinha como entraves o *déficit* tecnológico e a precária infraestrutura de produção e circulação econômica interna.

Essas condições deficitárias começaram a ser superadas a partir da crise do principal eixo motor da economia brasileira: a produção primária voltada à exportação, herança clara do passado colonial brasileiro. Porém, no início do século XX, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Crise de 1929, evidenciaram-se não apenas os limites estagnadores da estrutura produtiva brasileira, como também fortes elementos recessivos – bastante recorrentes desde a colonização – e seus ciclos oscilantes de alta e baixa, extremamente frágeis diante da dinâmica econômica mundial.

A respeito do contexto econômico brasileiro, interligado às reviravoltas da economia mundial, e da guinada do país a partir de 1930 rumo a uma robusta industrialização nacional, Octavio Ianni, em *O colapso do populismo no Brasil*<sup>30</sup>, apresenta o sentido dessa interação Brasil-mundo e o papel decisivo do setor industrial para o desenvolvimento nacional. Vejamos a síntese desse processo:

A história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis dominantes. Os progressos da produção fabril colocam em confronto e em encadeamento a história nacional e a história universal. A história brasileira, mais uma vez, funde-se e ilumina-se na história do capitalismo. Em boa parte, aquela é função desta. Neste sentido é que se pode reconstruir as etapas da formação do setor industrial, como núcleo dinâmico do desenvolvimento nacional. As fases de evolução desse setor não se constroem senão como modos específicos de relacionamentos entre a economia brasileira e os sistemas externos, com os quais o Brasil se acha ligado em cada fase<sup>31</sup>.

Na primeira metade do século XX, havia um cenário cada vez mais recorrente e ampliado de crises mundiais que impactavam a economia brasileira. Internamente, começou-se a pensar no incentivo à industrialização de forma mais efetiva e aperfeiçoada, por meio da intervenção planejada e executada pelo Estado brasileiro. O primeiro governo Vargas foi o pioneiro dessa intentona política e econômica de um possível capitalismo nacional autônomo.

O projeto de desenvolver a produção interna do Brasil ecoou pelos setores capitalistas nacionais, e instalou-se no núcleo estatal do governo federal a partir da década de 1930, na

---

<sup>30</sup> Ianni (1988).

<sup>31</sup> Ianni (1988, p. 74).

chamada Era Vargas. Esse projeto de industrialização brasileira revelou-se mais avançado no conhecido processo de substituição das importações, que se espalhou não apenas pelo Brasil, mas também por vários países da América Latina, como México, Chile e Argentina.

A substituição das importações, que começou no Brasil nos anos 1930, ocorreu devido às restrições de aquisição de produtos importados, que passavam a enfrentar dificuldades para entrar no país por causa das crises econômicas geradas pela Primeira e pela Segunda Guerras Mundiais, e também pela Crise de 1929. Em decorrência disso, o Brasil foi forçado a constituir uma produção nacional de vários produtos de consumo – primeiramente, os não duráveis e, pouco depois, também os bens duráveis – de 1930 a 1970. Vejamos o que Maria da Conceição Tavares diz sobre o processo de substituição de importações:

De 1914 a 1945 as economias latino-americanas foram sendo abaladas por crises sucessivas no comércio exterior decorrente de um total de 20 anos de guerra e/ou depressão. A crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador. A violenta queda na receita de exportação acarretou de imediato uma diminuição de cerca de 50% na capacidade para importar da maior parte dos países da América Latina, a qual depois da recuperação não voltou, em geral, aos níveis da pré-crise<sup>32</sup>.

Entretanto, convém esclarecer de início que, apesar do nome – substituição de importações –, o Brasil teve que realizar um grande volume de importações para promover sua industrialização. No entanto, tratava-se da importação de bens de capital, máquinas, equipamentos e insumos para que, na sequência da montagem de seu parque industrial, pudesse produzir aqui os bens de consumo antes importados – este era o foco real das substituições externas.

Assim, para efetivar o processo de estruturação econômica, o Estado brasileiro, a partir da década de 1930, assumiu a tarefa de planejar e coordenar a montagem e o funcionamento de uma imensa rede de infraestrutura capaz de dar suporte operacional à produção industrial crescente. Vale destacar nessa infraestrutura seus principais alicerces: geração de energia com grandes hidrelétricas, produção siderúrgica acoplada à extração mineral massiva e expansão da malha rodoviária interligando todo o mercado nacional.

Sobre a intervenção maciça do Estado brasileiro em setores estratégicos, esclarecemos que não se tratou de uma estatização generalizada, mas de uma definição de papéis econômicos específicos, tanto para o setor público – como investidor e mantenedor da extensa rede de

---

<sup>32</sup> Tavares (1983, p. 32-33).

infraestrutura produtiva – quanto para o setor privado – responsável pela produção dos bens de consumo. Para o Estado, deixavam-se as inversões de capital mais onerosas nas indústrias de base. Sônia Regina de Mendonça afirma que:

Dessa forma ampliou-se o parque industrial brasileiro. Além do setor produtivo de bens de consumo correntes nas mãos dos empresários privados, passava a existir agora um setor de indústrias de base a cargo do Estado, criando-se assim uma espécie de “divisão de trabalho” entre a iniciativa pública e a particular. Datam desse período empresas estatais [...] como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (FNM), **além de boa parte das usinas hidrelétricas da época, cujo maior exemplo foi a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (1945)**. O Estado brasileiro passou a ter sob o seu controle o núcleo central da industrialização do país, com o consentimento do empresariado industrial. Ambos estavam empenhados naquilo que consideravam uma *postura nacionalista*, por não dependerem tão estreitamente dos capitais estrangeiros<sup>33</sup>.

Para Tavares, a organização dos papéis econômicos entre os setores público e privado definiu-se como “uma reorientação de fatores produtivos que corresponde a uma nova modificação no esquema de divisão do trabalho social da economia”<sup>34</sup>. Mais à frente, a autora reforça que somente ao Estado restou a iniciativa de inversões maciças de capital, sobretudo na alavancagem das indústrias de base como suporte essencial à produção privada de bens de consumo, cabendo também ao Estado o financiamento pesado dos empreendimentos privados em geral.

Os chamados “investimentos de base”, por exemplo, dificilmente terão lugar com a necessária antecipação, a não ser por intermédio de decisões governamentais, quer promovendo-os diretamente quer estimulando ou amparando a iniciativa privada através de medidas de caráter financeiro e outras<sup>35</sup>.

Na fase posterior à Era Vargas, encontramos no governo de Juscelino Kubitschek uma atuação decisiva para acelerar e posteriormente consolidar a industrialização brasileira. Com esse objetivo, desenvolveu-se de forma pioneira e cirúrgica o Plano de Metas como ferramenta institucional de estruturação e consolidação do processo de desenvolvimento econômico – iniciado entre o fim do século XIX e início do XX (de forma irregular, com fábricas de bens

<sup>33</sup> Mendonça (1997, p. 52, grifo nosso).

<sup>34</sup> Tavares (1983, p. 40).

<sup>35</sup> Tavares (1983, p. 46).

não duráveis), que se seguiu com Vargas, de 1930 a 1945 e de 1951 até 1954 e, na sequência, foi ampliado com JK de 1956 a 1961.

Especificamente nesse período final, preparatório para a década de 1960, identificamos a conclusão da base da industrialização brasileira, como aponta Sônia Regina de Mendonça: “a nossa indústria deu uma guinada de 180 graus, [...] E isso devido a dois fatores: a opção por desenvolver um novo setor [...] de bens de consumo duráveis – e a decisão de favorecer a livre participação do capital estrangeiro no país”<sup>36</sup>. Em trecho seguinte, Mendonça resume esse período de desenvolvimento econômico brasileiro e caracteriza a iniciativa do governo JK com o Plano de Metas como o fechamento desse processo de estruturação geral da industrialização do Brasil:

Assim, podemos apontar como *primeira característica* da industrialização brasileira nesse período a decisão de se implantar o setor industrial que faltava no país: o setor produtivo de bens de consumo duráveis, isto é, aquele que produz automóveis, eletrodomésticos e similares. Com seu estabelecimento, estaria dado o último passo para a criação do chamado *tripé da industrialização brasileira*. Esse tripé seria integrado pelo setor produtivo de bens de consumo correntes (criado na República Velha, como foi visto), pelo setor produtivo de bens de produção ou indústrias de base (implantado na Era Vargas) e pelo setor produtivo de bens de consumo duráveis (inaugurado no período JK)<sup>37</sup>.

Ao observarmos esse encaixe macroeconômico brasileiro – em que se evidencia o investimento de capitais estrangeiros nas indústrias de bens de consumo duráveis e nos financiamentos externos aos setores público e privado nacionais, consonantes ao processo de expansão da industrialização brasileira –, percebemos que esse grande afluxo de investimentos externos passa agora a ser minimamente coordenado e direcionado aos setores escolhidos pelo Estado planejador.

Pela primeira vez na história do Brasil, o governo adotou uma experiência de *planejamento econômico integral*, visando, justamente, coordenar e controlar todos os setores econômicos, os seus investimentos e o seu crescimento. A esse experimento deu-se o nome de *Plano de Metas*, o verdadeiro fio condutor de desenvolvimento brasileiro nos anos JK. É bem verdade que na Era Vargas algumas tentativas de planejamento econômico já tinham sido experimentadas, porém, sem grande sucesso. Agora seria diferente: não se tratava de uma planificação voltada apenas para o setor estatal. [...] O Estado brasileiro adquiriu, assim, uma série de novas funções, o que consistiu na *terceira característica* da industrialização no período. Ele agora não seria apenas o proprietário de empresas produtivas, mas também o banqueiro dos

---

<sup>36</sup> Mendonça (1997, p. 67).

<sup>37</sup> Mendonça (1997, p. 67).

capitais privados (por intermédio dos órgãos públicos de crédito industrial), além do grande planejador da economia como um todo<sup>38</sup>.

Para analisarmos o processo de desenvolvimento econômico brasileiro nesse período, recorreremos novamente às palavras de Tavares, que identifica esse momento de transição entre os modelos de substituição de importações e de desenvolvimento autônomo e apresenta o Estado como o personagem central na condução dessa transformação estrutural.

O problema estratégico que se põe atualmente para a economia brasileira e sobre o qual se sobrepõem os demais problemas de curto prazo é o de que o processo de substituição de importações, enquanto modelo de desenvolvimento, já atingiu o seu estágio final e se apresenta a necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo [...] Para realizar essa tarefa – a de estabelecer uma ponte entre os dois modelos – a variável decisiva estará no montante e composição dos investimentos governamentais; só o setor público, com seu peso relativo dentro da economia, tem capacidade de exercer uma demanda autônoma, capaz de se opor às tendências negativas que emergem do esgotamento do impulso externo<sup>39</sup>.

Entre 1930 e 1950, visualiza-se uma aceleração da industrialização brasileira com sinergia entre o Estado e os capitais privados, nacionais e estrangeiros; apesar da forte pressão nacionalista, essa relação se manteve e se fortaleceu através de uma conexão com a economia mundial. Dessa forma, consolidam-se os papéis produtivos específicos na economia brasileira no começo dos anos 1960.

Para compreender a complementaridade desses fatores econômicos e o contexto social e político de 1930 a 1950, recorreremos à análise de Ianni. Segundo o autor, o debate econômico estrutural irradiou-se pela sociedade brasileira, com foco no papel do Estado e nas prioridades de sua intervenção. É nesse sentido que o autor identifica “que a intervenção do Estado se concentra em alguns temas considerados decisivos como emancipação econômica, industrialização, ocupação do território, reintegração das relações cidade-campo, ruptura da dependência semicolonial, etc.”<sup>40</sup>.

Em trecho de outra obra de Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil*, o autor debate a mudança na consciência dos diversos setores dirigentes dentro do Estado brasileiro quanto ao caráter autônomo das decisões internas que estruturaram a construção do capitalismo nacional:

---

<sup>38</sup> Mendonça (1997, p. 70-71).

<sup>39</sup> Tavares (1983, p. 115, 118).

<sup>40</sup> Ianni (1988, p. 74).

A ideia de economia nacional implicava na nacionalização das decisões sobre política econômica. A emancipação econômica de que falavam governantes, empresários, técnicos, líderes políticos e militares não era outra coisa senão a manifestação da consciência de que era possível e necessário criar novas condições (políticas tanto quanto econômicas) para formar-se uma economia organizada nos moldes de um capitalismo de tipo nacional<sup>41</sup>.

Portanto, com base nas análises dos vários autores até aqui citados, entendemos o cenário sócio-político-econômico do Brasil na primeira metade do século XX – observando especialmente a década de 1960, em que temos não o fechamento, mas sim uma redução e uma modificação consideráveis das substituições de importações. A partir disso, o Estado passa a priorizar investimentos para o setor de bens duráveis; depois, na década de 1970, consolida-se a industrialização brasileira com a diversificação produtiva e a expansão do consumo.

É nesse cenário (segunda metade do século XX) que os controladores privados da economia, em conjunto com os operadores do Estado – propulsor institucional estratégico –, direcionam os investimentos financeiros e as ações estruturantes com vistas a um aumento robusto da produção brasileira e, como consequência, promovem a consolidação do mercado nacional de bens industrializados duráveis e não duráveis. Assegura-se, em razão disso, a reprodução crescente da acumulação de capital – cuja maior proporção é apropriada por grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras.

Ao passo que detectamos que o crescimento econômico mundial é marcado repetidamente por ciclos de alta e baixa produção e rentabilidade, verificamos que, no Brasil, as movimentações financeiras, os lucros obtidos e a acumulação concentrada de capital são enormes a partir da década de 1960, especialmente na ditadura militar.

Observamos esse período como o momento especial de consolidação do capitalismo nacional. Para esse sucesso econômico, foi fundamental a superestruturação focada em grandes obras, que progressivamente constituíram uma rede nacional de instalações, áreas e dispositivos geradora de condições básicas e avançadas de produção, por meio da qual se alcançou o objetivo maior de ampliar e integrar o mercado nacional brasileiro ligando as economias locais a uma circularidade econômica nacional e mundial definitiva.

Enfatizamos novamente que nesse mesmo período, do fim dos anos 1960 aos anos 1970, impulsionou-se com máxima prioridade e em larga escala a produção de energia elétrica no Brasil, por meio da instalação de grandes hidrelétricas em território nacional. A carência de

---

<sup>41</sup> Ianni (1991, p. 80).

energia foi identificada como um dos principais fatores de limitação da industrialização brasileira; por conseguinte, tornou-se prioridade ampliar esse setor de infraestrutura básica em quase todos os planos de intervenção estatal desde Vargas.

Diante das transformações gerais no Brasil a partir da segunda metade do século XX, partimos para o texto dos capítulos. No capítulo 2, trataremos de forma mais detida do processo de expansão da economia capitalista brasileira, quando a prioridade dos governos militares se voltou para as obras de infraestrutura – as usinas hidrelétricas ocuparam posição central nesse projeto intervencionista. No capítulo 3, verificamos o papel da Usina de Boa Esperança dentro desse desenho da eletrificação nacional. Por fim, no capítulo 4, analisamos os resultados socioeconômicos no Piauí com a instalação dessa estrutura produtiva, ao mesmo tempo que pontuamos os reflexos gerais da integração efetiva esse estado à ampla circularidade do mercado nacional.

## **2 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O PROJETO DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO DA DITADURA MILITAR**

Como vimos no texto do capítulo 1, a industrialização brasileira desenvolveu-se predominantemente no setor de bens não duráveis a partir do auge dos capitais do café, no fim do século XIX. Depois desse início embrionário, favorecida pelos ganhos de capitais acumulados pelo setor de comércio, a industrialização encorpou-se economicamente, multiplicou-se e enraizou-se na economia nacional ao longo da primeira metade do século XX, sobretudo desde o início das intervenções dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954).

Essas intervenções estatais foram fundamentais para a estruturação dos setores industriais estratégicos e concentraram-se em pontos-chave para a produção, como as hidrelétricas e a siderurgia. Nesse contexto, percebemos o início de uma perspectiva política pioneira de construção de um capitalismo nacional autônomo.

Observamos também que o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) tornou-se uma importante referência na intervenção estatal aprimorada e acelerada. Mantendo os investimentos em energia e siderurgia iniciados por Vargas, Kubitschek estendeu o foco do planejamento e das intervenções a outros setores estratégicos, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento industrial nacional – a exemplo do setor de transportes, especialmente o rodoviário. Promoveu-se uma expansão sem precedentes da malha rodoviária por todo o país, o que ampliou a circularidade comercial e garantiu a estruturação da indústria de bens duráveis no Brasil.

Nesse ponto, é bem sabido o ajuste de JK em relação ao projeto de capitalismo nacional autônomo ao mesclar os interesses do capital nacional privado e estatal aos do capital estrangeiro, que penetrou vorazmente no mercado brasileiro nesse período. Dessa forma, na metade final da década de 1950, JK abriu a economia nacional ao capital internacional, garantindo-lhe o domínio do setor de bens duráveis.

### **2.1 As bases do intervencionismo estatal e a diretriz Segurança e Desenvolvimento como eixo do capitalismo nacional associado ou dependente**

Após três décadas de intensos debates e disputas pelo controle político-econômico do país, dois caminhos se entrecruzaram na história brasileira recente: o caminho do capitalismo nacional autônomo e o caminho do capitalismo nacional associado. É nesse clímax histórico

decisivo que olhamos para o governo de João Goulart como momento crucial de ruptura, da não convivência entre posições diferentes, e do caminho prevalecente da economia brasileira desde então.

No entanto, nesse embate feroz entre grupos sociais sobre os rumos da política e da economia brasileiras, prevaleceram os interesses do capital estrangeiro associado a setores dominantes do grande capital nacional, os quais defendiam conjuntamente a opção pela dependência econômica do Brasil dentro do desenho macroeconômico mundial. Operou-se, assim, a retirada abrupta de João Goulart do poder. Para tanto, financiou-se o golpe em 1964. Os governos ditatoriais (1964-1985) garantiram, com mãos de ferro, o sucesso do processo de acumulação de capital engendrado desde então no modelo predominante do capitalismo nacional associado ou dependente.

Ao prosseguirmos na análise dos elementos especificamente econômicos implementados pelos governos militares, temos, antes, que identificar alguns dos principais constituintes ideológicos desses governos, a fim de observarmos como os núcleos políticos dirigentes fizeram a opção definitiva pelo capitalismo associado ou dependente em meio ao debate sobre qual modelo econômico seria oficialmente encampado no país.

A escolha pela dependência econômica externa conformou-se como o principal vetor institucional macroeconômico associado à ideologia da segurança nacional. Essa dependência passou a figurar em todos os governos ditatoriais – desde 1964, com o general Castello Branco, passando pelos generais Costa e Silva, Médici, Dutra, até Figueiredo, no ocaso do regime, em 1985.

Neste ínterim, recorreremos aos escritos do Pe. Comblin, que resume os quatro pontos centrais da Doutrina de Segurança Nacional adotada na América Latina, e especialmente no Brasil a partir do golpe civil-militar de 1964. Vejamos, abaixo, alguns pontos importantes sobre as origens e os conceitos centrais dessa doutrina descritos por Comblin em *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*:

Inspirada pela ciência militar americana, a ciência militar latino-americana parte de uma estreita conexão entre o discernimento da guerra atual (que supostamente existe no mundo contemporâneo) e a definição de Segurança Nacional. A Doutrina de Segurança Nacional gira em torno de quatro conceitos principais: **os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional**<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Comblin (1980, p. 50, grifo nosso).

Logo em seguida, o autor descreve os principais pontos conceituais da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil:

Os **Objetivos Nacionais** são ao mesmo tempo a meta da guerra e a meta da política. [...] Eis os Objetivos Nacionais do Brasil: *Integridade territorial* [...] *Integridade nacional* [...] *Democracia* [...] *Progresso* [...] Paz social [...] Soberania [...] A **Segurança Nacional** é a capacidade que o Estado dá a Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. [...] O **Poder Nacional** é o instrumento da política nacional em vista dos Objetivos Nacionais. [...] abrange todas as capacidades e disponibilidades do Estado [...] A **Estratégia Nacional** é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para obter ou manter os objetivos fixados pela Política Nacional [...] com vistas à segurança nacional. [...] a Doutrina da Segurança Nacional é de uma simplicidade estrutural perfeita, despojada de artifícios, reduzida ao essencial<sup>43</sup>.

Para nossa pesquisa, além das informações sociais e políticas gerais dos governos ditatoriais, desperta especial atenção a relação direta entre a Doutrina de Segurança Nacional seguida pelos militares e o tema do desenvolvimento econômico, conforme Comblin relata no trecho a seguir:

O ano de 1967 marca um corte. Em seu discurso em Montreal, Robert McNamara acrescentara um tema à doutrina da segurança nacional: o tema do desenvolvimento. [...] **A segurança é desenvolvimento, e sem desenvolvimento não há segurança.** Um país subdesenvolvido e que não se desenvolve não atingirá jamais algum nível de segurança [...] Assim que essa doutrina tornou-se conhecida no Brasil, o Marechal Castello Branco deu a partida. É claro que o tema do desenvolvimento [...] Já alimentara os discursos dos Chefes de Estado populistas, Kubitschek, Frondizi, Frei. Mas para os militares [...] o tema era suspeito. [...] Porém, já que o McNamara o aceitava, todas as objeções caíam por terra. Castello Branco lançou o binômio “**segurança e desenvolvimento**”. [...] O General Geisel deu a impressão de querer alterá-la um pouco, quando, ao assumir o governo, em vez de dizer “segurança e desenvolvimento”, dizia “**desenvolvimento e segurança**”. Porém na prática [...] O desenvolvimento permanece estreitamente ligado à segurança<sup>44</sup>.

Em consonância com o Pe. Comblin, Maria Helena Moreira Alves, em *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, enfatiza o conteúdo ideológico, o objetivo político central e o *modus operandi* da então aperfeiçoada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento a partir de ações de controle repressivo da sociedade, juntamente com medidas intervencionistas estatais de investimento pesado em infraestrutura.

<sup>43</sup> Comblin (1980, p. 50-52, 54, 58, 62-64, grifo nosso).

<sup>44</sup> Comblin (1980, p. 65-67, grifo nosso).

Sobre essa conjugação da segurança com o desenvolvimento, das posições políticas com os setores econômicos dominantes, encontramos um trecho de Moreira Alves que, embora longo, revela-se rico em suas explicações dos conceitos doutrinários dos governos da ditadura. Sobre esses elementos político-econômicos e também sobre o uso sistemático do terror por parte dos militares no comando do Estado brasileiro, a autora afirma que:

A ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente. [...] Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado. A **Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento** tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação. [...] o *slogan* governamental “**segurança com desenvolvimento**” associa o desenvolvimento capitalista [...] à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. [...] Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista<sup>45</sup>.

Cabe acrescentar que a opção pelo incentivo ao desenvolvimento tinha como alvo a garantia dos ganhos e da concentração de renda nos estratos mais elevados da pirâmide social brasileira. Observou-se nesta pesquisa que esse desenvolvimento se processou num nível socioeconômico questionável, haja vista a não solução e até o agravamento dos crônicos problemas sociais nacionais.

Em referência ao predomínio dos interesses das camadas sociais mais privilegiadas dentro das medidas político-econômicas da Doutrina da Segurança e Desenvolvimento dos governos militares, novamente destacamos esses personagens dentre grandes grupos industriais e financeiros, nacionais e estrangeiros – incluindo neste nicho especial as empreiteiras brasileiras envolvidas com grandes obras de usinas hidrelétricas e de estradas.

## 2.2 O investimento na infraestrutura energética como prioridade para a consolidação do capitalismo brasileiro

---

<sup>45</sup> Moreira Alves (1984, p. 26-27).

Nesse ponto específico das grandes obras e dos interesses nelas envolvidos, vamos paulatinamente identificar o papel da Usina de Boa Esperança, no Piauí, que foi proposta como intervenção para o desenvolvimento do estado. A constituição dessa infraestrutura, porém, se encaixa nos objetivos dos operadores econômicos institucionais de garantir ganhos de capital a alguns setores econômicos privilegiados, sediados no Centro-Sul – como as grandes construtoras e as empresas fornecedoras de equipamentos elétricos, seguidas de toda a cadeia de consumo de bens duráveis como eletrodomésticos e automóveis.

Percebemos que os objetivos prioritários desses investimentos no Piauí visam, ao mesmo tempo, atender a alguns objetivos regionais prioritários – com o fornecimento de energia abundante e barata aos principais centros industriais e comerciais nordestinos – e, principalmente, garantir a consolidação da industrialização dos grandes polos industriais do Centro-Sul. Conseqüentemente, essa intervenção proporciona a expansão do mercado nacional ao ampliar a circulação da produção em todas as regiões.

Essa circulação ampliada da produção encaixa-se devidamente na estratégia do Plano de Integração Nacional dos governos militares, direcionado às regiões com circulação econômica deficitária, como o Nordeste e o Norte. Nessa política, identifica-se o papel central de obras como a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, no Piauí, além de várias outras, como a rodovia Transamazônica (que interliga o Nordeste ao Norte) e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Todas essas obras, e outras mais, objetivam uma integração econômica com motivos macroeconômicos para além dessas duas regiões pouco desenvolvidas.

Notadamente, os governos militares estavam preocupados com os interesses dos grandes capitais sediados na região Centro-Sul. A respeito desse favorecimento, da construção de estradas e da participação de grandes empreiteiras nessas obras, trazemos as palavras de Pedro Henrique Pedreira Campos: “esses programas de construção rodoviária tinham desenho em parte oriundo de projetos geopolíticos dos militares previstos na Doutrina de Segurança Nacional, que no caso servia à acumulação de capitais das construtoras e de equipamentos e materiais”<sup>46</sup>.

Depois de vislumbrarmos um pouco das referências ideológicas que balizaram a condução dos governos durante o período militar e de começarmos a descortinar os reais objetivos das políticas econômicas desses governos, que interligaram ideologia e interesses socioeconômicos dominantes, direcionamos a partir daqui o nosso olhar à intervenção estatal direta na economia.

---

<sup>46</sup> Campos (2017b, p. 345).

Nesse sentido, logo percebemos que o projeto desenvolvimentista dos militares só poderia ter sucesso se conseguisse, antes de tudo, consolidar as intervenções iniciadas décadas antes por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck. Para tanto, era preciso concluir as obras em andamento e fazer outras novas, como hidrelétricas e rodovias, sempre com o domínio das grandes empreiteiras; impulsionar o setor estatal de base da siderurgia e mineração pesada; garantir a consolidação do setor de bens duráveis em que predominava o grande capital estrangeiro; e partir para o avanço em setores novos, como o petroquímico.

Para garantir todo o plano estratégico de investimentos, os governos militares tiveram que começar pela resolução de um problema básico identificado lá atrás como ponto nevrálgico para a capacitação macroindustrial brasileira: a carência de energia, que era imprescindível no funcionamento dos grandes complexos e matrizes industriais nacionais, instalados hegemonicamente no Centro-Sul – notadamente em São Paulo.

Com a finalidade de resolver essa carência, os militares investiram intensamente na consolidação de um gigantesco parque hidrelétrico que, em parte, já havia se iniciado nos governos anteriores; a outra parte seria viabilizada a partir de 1964 – com destaque para Itaipu e Tucuruí, construídas ao longo das décadas de 1970 e 1980. Segundo os militares, só com a intervenção estatal em grandes projetos hidrelétricos seria possível gerar energia elétrica barata e em abundância para abastecer a grande produção nacional, garantindo, portanto, o projeto de acumulação de capital no Brasil.

Quanto à estruturação do parque hidrelétrico, os governos militares se assemelharam aos anteriores ao priorizar a potencialização deste setor de infraestrutura. A fim de justificar os investimentos pesados, os militares valeram-se da carência de energia no Brasil. Sobre isso, podemos observar no quadro 1, a seguir, uma síntese dos principais produtos consumidos pelas indústrias intermediárias dos quatro principais países latino-americanos (Brasil, México, Argentina e Chile) no ano de 1960. No quadro, verifica-se uma considerável deficiência produtiva brasileira.

Tabela 1 – Consumo de produtos das indústrias intermediárias na América Latina em 1960

País	Renda		Importações		Energia <sup>a</sup>		Aço bruto		Cimento		Ácido sulfúrico		Soda cáustica		Petróleo e derivados	
	Total (milhões de dólares de 1950)	Por habitante (dólares de 1950)	Total (milhões de dólares de 1950)	Por habitante (dólares de 1950)	Total (milhões de kWh)	Por habitante (kWh)	Total (milhares de toneladas)	Por habitante (kg)	Total (milhares de toneladas)	Por habitante (kg)	Total (milhares de toneladas)	Por habitante (kg)	Total (milhares de toneladas)	Por habitante (kg)	Total (milhares de toneladas)	Por habitante (kg)
Argentina	11.327	539	1.148	55	22.449	1.069	1.680	80	2.646	126	168	8	63	3	14.826	706
Brasil	17.466	250	1.715	24	26.040	372	3.010	43	4.760	68	210	3	210	3	13.720	196
Chile	2.503	313	449	56	7.064	883	408	51	880	110	80	10	16	2	1.944	243
México	9.179	262	1.044	30	35.420	1.012	1.575	45	3.185	91	350	10	105	3	16.625	475

FONTE: CEPAL, "El desarrollo económico de América Latina, 1961" (docs. 5-A, 5-B e 5-C).  
<sup>a</sup> Em termos de carvão de pedra.

Fonte: Tavares (1983, p. 100).

Constata-se no quadro acima que o Brasil, apesar de ser em números absolutos o país com o segundo maior valor de consumo de quilowatts/hora, tem o mais baixo valor de consumo *per capita* em relação aos demais países. Verifica-se ainda que o consumo de energia do país é quase duas vezes e meia menor que o do Chile, mais de duas vezes e meia menor que o do México e quase três vezes menor que o consumo da Argentina.

Considerando a perspectiva da população brasileira – a maior dentre os quatro países – nesse índice de consumo *per capita*, verificamos a limitação econômica nacional não somente pela visualização final do consumo da energia pelas indústrias, mas também pela ineficiência no uso da mão de obra e na potencialização do mercado consumidor, que, nesse caso, se configurava como subaproveitado na conjuntura geral de deficiências da nossa industrialização.

O único insumo industrial que o Brasil consumiu mais que os outros três países, conforme o quadro, foi a soda cáustica; perdeu para os demais, portanto, no consumo de aço bruto, cimento, petróleo e, como já frisamos, energia. Expõe-se, dessa forma, a razão de ser dos planos de maximização acelerada da produção de energia como meta central para garantir a industrialização brasileira.

Todas as informações anteriores servem de referência para seguirmos na caracterização que não se restringe aos anos próximos ao Plano de Metas de JK, na década de 1960, mas se

estende às décadas seguintes, já no período dos governos militares. Na passagem a seguir, de Octávio Ianni, evidencia-se a priorização dos projetos de eletrificação nesse período:

Nesse sentido fizeram-se estudos e apresentaram recomendações, bem como projetos prioritários, sobre os seguintes aspectos da economia do país: comércio, agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, combustíveis, mineração, indústria, transportes, **eletricidade**, mão-de-obra, assuntos fiscais, bancos, investimentos, financiamentos, discriminação de capitais etc.<sup>47</sup>

Acrescentamos sobre as intervenções estatais desse período as informações de Carlos Lessa. O autor esmiúça o Plano de Metas do governo JK, identificado como o projeto planejador de todo o processo de intervenção estatal para estruturar e diversificar a produção nacional e consolidar o mercado nacional<sup>48</sup>. Os reflexos concretos dessa planificação perduram além do governo JK e alcançam os governos militares, como bem frisa o autor no trecho seguinte:

Em fins de 1956, dando resposta ao quadro de tensões antes descrito, o governo formulou um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, conhecido por Plano de Metas, que constitui a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país. Estes objetivos iriam servir durante os próximos cinco anos de norteio à política econômica e, em certos aspectos, ao longo de sua execução suas postulações iniciais foram superadas e seu caráter de política de desenvolvimento industrial confirmado<sup>49</sup>.

Na sequência do texto de Lessa, identificamos os dados sobre a culminância desse plano de medidas que ocorre ao longo da década de 1960, para além do governo JK, como percebemos nas palavras do autor:

É nesse cenário conturbado que encontramos fatores de destaque dessas transformações gerais por que passam o Brasil, e com referência a alguns desses importantes acontecimentos, podemos afirmar que são os anos 60 uma fase típica da política econômica brasileira. É este um momento histórico em que surgem preocupações a longo prazo e não somente a simples integração vertical da indústria<sup>50</sup>.

Lessa amplia o debate sobre as medidas institucionais do Plano de Metas, que definia o setor elétrico como uma das metas prioritárias, focalizando o binômio **energia-transporte**<sup>51</sup>

<sup>47</sup> Ianni (1991, p. 105, grifo nosso).

<sup>48</sup> Lessa (1983).

<sup>49</sup> Lessa (1983, p. 38).

<sup>50</sup> Lessa (1983, p. 12).

<sup>51</sup> Lessa (1983, p. 28, grifo nosso).

para acelerar a formação da infraestrutura produtiva brasileira. O alcance das medidas deste Plano de Metas estendeu-se para além do governo JK, com um planeamento até o ano de 1965 – com reflexos visíveis nos governos militares, como veremos.

Fazia-se necessário prever a manutenção de uma taxa de crescimento anual de produção de energia eléctrica pelo menos superior a 10% a.a. Para tal, foi dimensionada a meta de ampliação de capacidade instalada de energia eléctrica e correspondentes sistemas de distribuição, para 5.000.000 Kw em 1960, bem como início de obras que elevassem em mais de 60% a capacidade em 1965<sup>52</sup>.

Já apresentamos em trechos anteriores os pontos centrais do Plano de Metas; na citação seguinte, buscamos detalhar o panorama geral dessa intervenção estatal, que tomou uma envergadura planificadora sem precedentes a partir do final da década de 1950 – e continuou vigente até os governos militares, que prosseguiram com boa parte das propostas intervencionistas. O trecho a seguir nos traz informações relevantes sobre esse momento histórico brasileiro.

O Plano de Metas estabelecia objetivos de dois tipos. A curto prazo, buscava acelerar o desenvolvimento industrial do país, aumentando os investimentos e a sua lucratividade. A médio prazo, visava elevar o nível de vida da população brasileira, na crença de que a miséria seria superada pela criação de muitos empregos e de um “moderno modo de vida”. Para tanto, o plano dividiu-se em 31 metas, voltadas para quatro setores-chave da economia: **energia, transporte, indústrias de base e alimentação**. No primeiro setor, o da energia, definiu-se o tamanho do crescimento desejado para ramos como os da energia eléctrica, nuclear, do carvão e do petróleo. No segundo (transportes), visou-se reequipar e construir estradas de ferro e de rodagem, portos, barragens e o sistema de transportes aéreos. No terceiro, previu-se o crescimento dos ramos menos desenvolvidos das indústrias de base, tais como o de alumínio, metais não-ferrosos, cimento, veículos motorizados, indústrias de maquinaria pesada e equipamentos eléctricos. No último setor, o da alimentação, buscava-se incentivar a produção de trigo, de fertilizantes e a mecanização da agricultura, de modo a produzir mais alimentos para a crescente população urbana. A construção de Brasília foi a chamada *meta-síntese*, pois a cidade simbolizava um “novo Brasil”, penetrado pela civilização do automóvel. Não por acaso, uma das metas mais bem-sucedidas do plano foi a da construção de rodovias, quase todas abertas para ligar Brasília a vários pontos do país. Claro que isso também coincidia com a prioridade dada pelo governo à indústria automobilística multinacional<sup>53</sup>.

Aprofundando a análise dos resultados obtidos com o Plano de Metas na economia brasileira, antecipamos que houve muitos sucessos e impressionantes índices de

---

<sup>52</sup> Lessa (1983, p. 37).

<sup>53</sup> Mendonça (1997, p. 71).

superestruturação de algumas metas – especialmente a da energia, cuja produção aumentou de forma robusta, com destaque para as hidrelétricas construídas no período e tantas outras preparadas para o futuro próximo.

Uma dessas hidrelétricas planejadas e construídas foi a Usina de Boa Esperança, no Piauí, cujo projeto base foi iniciado na segunda metade da década de 1950, ainda no governo Kubitscheck. As obras tiveram início em 1963, durante o governo Jango, e sua execução estendeu-se até o final da década de 1960, ao longo dos governos militares de Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici – este último a inaugurou em abril de 1970, informações que encontramos na passagem a seguir:

As obras iniciaram efetivamente em 1963 na cidade de Guadalupe, e percorreram toda a década de 1960, com conclusão preliminar em 1969, sendo inaugurada oficialmente e passando a funcionar plenamente apenas em 1970, já no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Neste momento culminante se reafirmaram o ponto central das promessas pra região, afirmando-se que ao ser inaugurada nesse período a hidrelétrica piauiense coincidiria com o início de uma nova década, **o despertar para o progresso do Nordeste Ocidental com o grande salto do país para o desenvolvimento integrado**<sup>54</sup>.

Nesse trecho oficial da referida empresa, faz-se um rápido retrospecto das obras de construção e, em sequência, projeta-se uma perspectiva futura fenomenal dessa hidrelétrica como geradora de energia e, por conseguinte, como promotora de um nascente desenvolvimento econômico do Piauí e de regiões vizinhas – deixando ao final pistas do seu objetivo de fundo: integrar definitivamente o mercado brasileiro, de forma a consolidar os centros do capital nacional.

Além da energia elétrica como prioridade, a meta de ampliação das rodovias também superou todas as previsões nesse período. A malha rodoviária ampliou-se por todo o território nacional, especialmente para interligar a região Centro-Sul do país às regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, estabelecendo a capital Brasília como ponto importante de interconexão desses novos e múltiplos destinos do mercado nacional.

A efetivação da malha de rodovias permitiu a integração definitiva dos principais polos produtores industriais do Centro-Sul aos mercados internos brasileiros. Todos os principais pontos de partida e chegada, em todas as regiões, passaram a se consolidar nessa circularidade econômica. Vejamos abaixo, nas palavras de Mendonça, uma síntese dos resultados obtidos por

---

<sup>54</sup> Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1970, p. 4); Lima (2007, p. 74, grifo nosso).

essa macrointervenção estatal, especificamente quanto à expansão da malha rodoviária nacional:

A meta nº 8, que previa a construção de 10 mil quilômetros de rodovias, foi mais que ultrapassada, tendo-se construído, no período cerca de 20 mil quilômetros de novas estradas. [...] Também no setor energético houve grande sucesso do plano. A potência das centrais elétricas, que em 1955 era de 3 milhões de quilowatts, passou para quase 5 milhões, em 1961, enquanto estavam ainda em construção importantes centrais, como Furnas e Três Marias. Bem maior foi o crescimento da produção de petróleo: dos 2 milhões de barris por ano em 1955, ela saltou para 30 milhões de barris por ano, em 1960, significando uma abundante fonte interna de combustíveis para o abastecimento dos novos veículos da “era do automóvel”. Quanto a este último setor, os dados são também chocantes: a meta prevista no plano era de chegar-se à marca dos 100 mil veículos no ano de 1960. Entretanto, nesse ano, as multinacionais instaladas no país produziram 321.150 automóveis!<sup>55</sup>

No entanto, além de verificarmos o sucesso, é necessário abordarmos também os insucessos desse planejamento econômico. Nesse sentido, a autora Sônia Regina de Mendonça, ao mesmo tempo que reitera o avanço na industrialização incentivado pelas medidas estatais, aponta claramente uma deficiência no incremento da agricultura e a desnacionalização da economia brasileira como ônus pago por esse processo de desenvolvimento industrial. Assim, verificamos que o último dos quatro setores-chave da economia citados anteriormente, a alimentação, não apresentou os resultados esperados de aumento da produção para abastecer a população dos grandes centros urbanos industriais que cresciam.

Houve, porém, fracassos gritantes no Plano de Metas. E não é difícil perceber em que ele falhou: justamente nas metas relativas à alimentação e à educação, como sempre acontece... Mas no que diz respeito à industrialização, ela chegou mesmo a crescer “cinquenta anos em cinco”. Só que o preço pago por tal vitória foi a *profunda desnacionalização da economia brasileira*. [...] Mas o Plano de Metas trouxe também para a economia brasileira algumas consequências muito graves [...] todo esse crescimento foi atingido com base no investimento estrangeiro, no aumento da dívida externa do país e na inflação [...]<sup>56</sup>.

Apesar de observarmos atentamente essa consequência da desnacionalização da economia brasileira – por meio de empréstimos externos e da montagem da indústria multinacional de bens duráveis, especialmente automóveis e eletrodomésticos –, na mesma

---

<sup>55</sup> Mendonça (1997, p. 72).

<sup>56</sup> Mendonça (1997, p. 72-73).

passagem desse texto, a autora esclarece que o capital privado nacional se beneficiou dessa entrada massiva de capitais estrangeiros, conforme a citação a seguir:

No entanto, isso não prejudicou os interesses dos industriais brasileiros. Muito pelo contrário. O grande salto tecnológico dado pela presença das multinacionais no setor de bens de consumo duráveis, bem como a rápida ampliação da sua capacidade produtiva, levou a reboque as indústrias nacionais, que também se modernizaram. As empresas estrangeiras estimularam o surgimento de um cinturão de novas empresas brasileiras, que forneciam para as montadoras aqueles itens de que elas necessitavam, como, por exemplo, peças complementares à montagem de veículos. Os efeitos da presença das multinacionais no Brasil se irradiaram por todos os setores industriais, até mesmo aqueles sob o controle do Estado<sup>57</sup>.

Ao fim do Plano de Metas, podemos analisar criticamente seus prós e contras e constatar que a consolidação da industrialização brasileira, alcançada com o franco desenvolvimento dos três setores-chave dinâmicos – o da indústria de base (bens de produção) e os dois setores de bens de consumo, duráveis e não duráveis –, efetivou esse novo patamar da economia do Brasil, mas a custos pesados, com “aprofundamento da dívida externa brasileira; [...] descompasso entre o ritmo de crescimento dos três setores que compunham a nossa indústria; [...] grande concentração de renda; [...]”<sup>58</sup>.

Esses custos sem dúvida acarretaram consequências nocivas ao desenvolvimento do país a longo prazo. Apesar de essa intervenção estatal ter permitido a configuração do chamado “moderno Brasil urbano industrial” a partir dos anos 1950, a aceleração direcionada da economia brasileira gerou um nefasto custo socioeconômico ao país no futuro, como bem frisa a autora nos próximos trechos.

Diante de tudo isso, devemos questionar o lado positivo do crescimento industrial do período, já que foram acumuladas tantas consequências negativas para o país e para a sociedade. Era evidente, já no final da gestão JK, que nuvens escuras começavam a pairar no horizonte nacional. Mas o presidente, [...] conseguiu adiar a crise que estava embutida nesse “modelo” de desenvolvimento. Só em inícios dos anos 1960 é que ela explodiria com toda a sua intensidade. O modelo econômico do pós-1964 consolidou o capitalismo industrial no país. Combatendo a inflação com o brutal arrocho salarial, o regime militar abriu ainda mais a economia ao capital estrangeiro e alargou a nossa dívida externa, gerando o “milagre brasileiro”. [...] Costuma-se chamar a esse período de “a crise brasileira de 1962-1964”, já que essa crise não foi apenas econômica, mas também política e social. Do ponto de vista da economia trata-se de uma fase em que todos os problemas gerados pelo

---

<sup>57</sup> Mendonça (1997, p. 73).

<sup>58</sup> Mendonça (1997, p. 76-79).

“modelo” nacional-desenvolvimentista vieram à tona, promovendo uma grande *diminuição do ritmo de crescimento econômico do país*<sup>59</sup>.

A passagem conturbada da década de 1960 para as seguintes é marcada por uma inflexão política da sociedade brasileira. Alguns autores caracterizam esse período como a supremacia da proposta de desenvolvimento associado ou capitalismo dependente/associado, imposta pelo golpe de 1964 e pelos governos militares que se seguiram – diante da outra proposta, de desenvolvimento nacionalista ou capitalismo nacional autônomo, que vinha se construindo com viés populista, sobretudo nos governos Vargas. Getúlio, mesmo ao hesitar ou oscilar politicamente em alguns momentos, experimentou o modelo menos dependente e um pouco mais autônomo no período anterior à ditadura.

A história da política econômica governamental brasileira desde 1930, indica que esta oscilou entre duas tendências principais. Uma dessas tendências, que pode ser denominada *estratégia de desenvolvimento nacionalista*, predominou nos anos 1930-45, 1951-54 e 1961-64. Ela continha, como pressuposto implícito, o projeto de um *capitalismo nacional*, como única alternativa para o progresso econômico e social. Note-se que o projeto de capitalismo nacional deveria implicar na crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos; e continha o pressuposto de uma hegemonia possível, principalmente nas relações com os países da América Latina e da África. A outra, que pode ser chamada de *estratégia de desenvolvimento associado*, predominou nos anos 1946-50, 1955-60 e desde 1964 em diante. Ela continha, como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um *capitalismo associado* como única alternativa para o progresso econômico e social. Note-se que esse projeto de capitalismo implicava no reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos<sup>60</sup>.

Conforme Ianni, a planificação foi incorporada como política permanente de intervenção econômica e social no Brasil por todos os governantes a partir de então – tanto na democracia quanto na ditadura. O autor esclarece também que a atuação preparada do Estado não conforma um “capitalismo de Estado” nem altera qualitativamente o sistema econômico brasileiro, e nada mais é do que a “socialização dos custos” operacionais imprescindíveis ao sucesso do setor privado.

Pouco a pouco, a planificação incorporou-se à ideologia e à prática dos governantes do País. A despeito do movimento pendular, entre *capitalismo nacional* e *capitalismo associado ou dependente* (bem como entre democracia representativa e ditadura), a ideia de planejamento foi adotada por todos os governantes, como uma nova retórica política. Como vemos, essa

<sup>59</sup> Mendonça (1997, p. 79-81).

<sup>60</sup> Ianni (1991, p. 307-308).

compreensão das relações entre o Estado e a Economia descarta, implicitamente, as hipóteses de “capitalismo de Estado” e “economia mista”. Se é verdade que cresceu a participação relativa e absoluta do Estado na formação bruta de capital fixo, isto não significa que se produziu uma mudança qualitativa no sistema econômico brasileiro. [...] o que ocorreu foi, principalmente, uma participação mais ostensiva do Estado nas decisões e ações relacionadas às atividades produtivas. [...] Aliás, é preciso considerar que a crescente participação do Estado na economia brasileira correspondeu à crescente socialização dos custos de instalação e ampliação da infra-estrutura econômica e político-administrativa indispensável ao funcionamento e à diversificação do setor privado, nacional e multinacional<sup>61</sup>.

As informações dos vários autores até aqui apresentadas sobre o papel do intervencionismo estatal nos governos brasileiros – sobretudo entre as décadas de 1930 e 1960 – nos ajudam a observar o prosseguimento, pelos governos militares, de muitas das metas do desenvolvimentismo. Inclusive, algumas projeções do Plano de Metas foram alcançadas durante a ditadura, mesmo que com nomenclaturas diferentes e sob rígidos aspectos políticos após 1964.

Depois de abordarmos a estruturação promovida pelo intervencionismo estatal como fator predominante para o sucesso da expansão e da consolidação do sistema econômico brasileiro, e após a contextualização de algumas das principais medidas econômicas dos governos de Vargas até Juscelino Kubitschek, dedicamo-nos enfim aos governos militares como alvo principal de nossa análise. Veremos as características gerais correspondentes e algumas das intervenções socioeconômicas dos governos ditatoriais.

Sobre essa “mistura” de contextos políticos, econômicos e institucionais entre os governos anteriores e os governos militares, que prosseguiram com a intervenção planejada e mantiveram como prioritárias as grandes obras de infraestrutura, recorreremos novamente a Pedreira Campos. O autor trata do contexto inicial dessa relação entre o projeto intervencionista e o beneficiamento das grandes construtoras nacionais, responsáveis pelas grandes obras estruturantes – especialmente as hidrelétricas.

O Governo Vargas elaborou entre 1943 e 1946 um primeiro Plano Nacional de Eletrificação [...] Após o interregno do período Dutra, quando o projeto não teve andamento, a volta de Vargas à presidência da República levou à retomada de uma política nacional de eletrificação. Apesar das pressões sofridas, em 1953 chegou ao Congresso o Projeto de Lei nº 3.204, com o Plano Nacional de Eletrificação [...] Ele criava o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) e o Fundo Federal de Eletrificação (FFE), aprovados após a morte de Vargas, assim como a nova estatal, a Eletrobrás<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> Ianni (1991, p. 312-313).

<sup>62</sup> Campos (2017b, p. 52).

Verifica-se que, após a sequência de importantes medidas intervencionistas de governos anteriores ao golpe de 1964 e durante a ditadura – principalmente a partir de 1967, no governo Costa e Silva –, ocorreu a maior retomada dos investimentos na produção e nas obras públicas desde então. Essa retomada coincidiu com o início da construção efetiva da Usina de Boa Esperança, no Piauí, que também fez parte desse processo de ampliação da estrutura produtiva nacional.

Mais à frente, Pedreira Campos identifica essa relação de continuidade na política econômica estatal intervencionista entre as décadas de 1950 e 1980. Ressalvadas as variantes ideológicas e sociais presentes nesses vários governos, o autor constata que, sob os militares, houve a consolidação do capitalismo associado ou dependente a partir das escolhas desse núcleo dirigente do Estado brasileiro.

O poder e a guinada da política econômica no período Delfim ficou evidente já desde a posse do novo governo [...] A reorientação na política ficou clara já no primeiro ano do governo Costa e Silva com a liberação do crédito e de verbas para investimentos e obras. Não à toa os empresários da construção pesada se referem ao ano de 1967 como a “retomada”. O efeito dessa nova política foi um ciclo inédito de expansão econômica [...] nos seis anos posteriores ao início do governo Costa e Silva. O chamado “milagre” foi um período de expansão produtiva cujo modelo trazia certa continuidade com o implantado desde 1955, sob a liderança do setor de bens de consumo duráveis, controlado pelo capital multinacional, e dependente da liquidez internacional. A economia brasileira se aproveitava da última fase do ciclo de expansão da economia capitalista internacional. [...] A elevação da produção foi generalizada na economia, mas pilotada pela indústria, setor mais beneficiado pelas políticas estatais – incluindo aí a indústria da construção civil –, sendo que o crescimento da produção no Departamento III não foi acompanhado pelo Departamento I, levando a uma “desubstituição de importações”, com a volta da importação do aço, máquinas, cimento e outros insumos<sup>63</sup>.

De acordo com o autor, verificamos que essa política intervencionista produziu um grande crescimento econômico, com auge no chamado “milagre” – fenomenal em resultados, mas que trouxe em seu bojo elementos da crise macroeconômica revelada na segunda metade da década de 1970. A crise deveu-se sobretudo ao pesado custo estatal de bancar, via importações, a modernização produtiva nacional do chamado Departamento I das indústrias de bens de produção, que não acompanhou na mesma velocidade o crescimento produtivo dos outros setores – especialmente o Departamento II das indústrias de bens duráveis e o Departamento III das indústrias de bens não duráveis.

---

<sup>63</sup> Campos (2017b, p. 339-340).

Encontramos outra passagem de Campos em que se reproduz uma fala de Antônio Delfim Netto, que foi assessor, ministro e embaixador ao longo de todos os governos militares. Delfim Netto refere-se às gestões que mais contrataram obras das grandes construtoras e cita, além de JK, os governos militares de Costa e Silva, Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, os três que mais investiram em infraestrutura.

As referências em termos de modernização da infraestrutura são claramente os governos Juscelino Kubitschek, na década de 50, e os do período autoritário (Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, nas décadas de 1960 e 1970, além de João Figueiredo, na década de 1980). Foram períodos absolutamente diferenciados em termos de atmosfera política, mas guardam uma notável semelhança em dois aspectos-chave: não apenas garantiram um nível bastante razoável de investimentos públicos como deram estímulo e suporte às empresas privadas nos setores de engenharia e construção, as empreiteiras de obras<sup>64</sup>.

Ao passo que descrevemos o “milagroso” período de crescimento econômico durante a ditadura, vamos igualmente analisar as condições do não prolongamento desse “milagre” para além da metade dos anos 1970. Esse processo de queda econômica coincide com a crise geral de sustentação do regime militar, com o abalo da crise econômica mundial na década de 1970 e com as cisões políticas nas camadas burguesas de apoio aos militares ao longo de todo o período, que representaram o começo do fim do pacto de sustentação da ditadura.

Para entendermos e nos guiarmos nesse processo de evolução e disputa política ao longo dos governos militares, recorreremos novamente a Pedreira Campos, que sistematiza em períodos os respectivos grupos de poder político e econômico durante a ditadura. O autor reúne, em intervalos periódicos, os interesses múltiplos dos grupos empresariais em conflito, e destaca a localização em São Paulo desses setores dominantes; além disso, menciona as relações institucionais desses grupos com o núcleo de poder e as suas interligações econômicas internas e externas.

As alterações no panorama da economia internacional e os diferentes momentos políticos do cenário interno condicionaram essas alterações na correlação de forças na sociedade política e, por conseguinte, nas políticas públicas postas em prática. [...] a ditadura teve peculiaridades em seus governos e momentos, o que permite separá-la nos seguintes períodos: 1964-1967/1968, de implantação do regime, predomínio do capital estrangeiro e associado e políticas públicas de corte monetarista; 1967/1968-1974, período de alteração na composição das forças empresariais no aparelho de estado, com liderança do capital industrial, sobretudo paulista, e orientação expansionista na produção econômica, incluindo funções mais seletivas para

---

<sup>64</sup> Campos (2017b, p. 60).

o capital estrangeiro e associado; 1974-1977/1979, período de nova recomposição das forças político-empresariais, com emergência de novos grupos e relativo alijamento de certo capital industrial paulista, apesar da manutenção de uma política de crescimento econômico, porém assentada em novas bases; e finalmente, o período 1977/1979-1985/1988, de crise de hegemonia, com esfacelamento do pacto político de sustentação da ditadura e confronto entre diferentes frações do capital e grupos empresariais, correspondendo a uma incerteza e inconstância das diretrizes governamentais<sup>65</sup>.

### 2.3 O caráter social excludente dos governos ditatoriais e o “milagre econômico” em benefício de poucos

Depois desse resumo das relações de poder entre os governantes militares e os grandes grupos empresariais no Brasil, continuamos a identificar os verdadeiros resultados a longo prazo do desenvolvimentismo durante a gestão dos ditadores, que desde sempre estiveram ligados ao favorecimento de determinados setores do grande capital nacional e estrangeiro – ao mesmo tempo que aplicaram uma violenta política de desigualdade econômica e social extremamente prejudicial às classes subalternas.

Mantendo o posicionamento crítico a respeito das políticas econômicas e sociais dos governos militares, Pedreira Campos traz-nos mais algumas reflexões e dados importantes a seguir.

Apesar do sucesso dos números da produção e da acumulação de capitais, o crescimento do período 1967-1973 foi acompanhado do aumento da desigualdade econômica, da dependência tecnológica e de preços. A produção se elevou sobretudo em bens de consumo acessíveis a estratos intermediários e elevados da sociedade, não atendendo na mesma medida às classes subalternas, que em geral não tinham rendimento suficiente para comprar automóveis e eletrodomésticos, sendo que o próprio “milagre” era fruto em boa medida de uma repartição disciplinada da renda [...] Além disso, as inversões em rodovias e **hidrelétricas** não eram acompanhadas de investimentos em saúde e educação; dados indicam que o número de desnutridos no país se elevou de 27 milhões em 1961-1963 (38% da população) para 71 milhões de pessoas (67% da população) em 1968-1975. [...] A frágil dependência de liquidez internacional se evidenciou com a crise na economia capitalista mundial, que afetou a continuidade do modelo, visto que as condições de crédito e juros no mercado externo foram depreciadas a partir de 1973 e, sobretudo, após 1979<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Campos (2017b, p. 333).

<sup>66</sup> Campos (2017b, p. 340-341, grifo nosso).

Em outra passagem do mesmo livro, o autor enfatiza que a política geral dos governos militares se baseava no desmonte das áreas sociais, com a redução drástica dos recursos para saúde e educação. Nesse sentido, observamos números assombrosos que revelam que, desde Castello Branco, a regra geral era desviar recursos desses serviços públicos mais sensíveis, debilitando o atendimento de necessidades das parcelas menos privilegiadas da sociedade:

Como um dos últimos atos de seu governo, Castello Branco promulgou uma nova Constituição e uma de suas medidas era desobrigar o governo a investir coeficientes mínimos em educação e saúde. A decisão resultou na contínua redução do orçamento do MEC, que saiu dos 10,6% dos gastos totais da União em 1965 para 4,3% em 1975, e os gastos com Saúde foram de 4,29% em 1966 para 0,99% do orçamento da União em 1974. Os recursos drenados da Educação e Saúde permitiram o reforço dos gastos com investimentos em infraestrutura, como a construção de estradas e de hidrelétricas, que iam se intensificar nos anos posteriores ao governo Castello<sup>67</sup>.

Observamos, portanto, que o governo Castello Branco implementou uma série de medidas extremamente danosas aos setores sociais da saúde e educação, com destaque para a desobrigação legal de gastos mínimos nessas duas áreas, o que provocou, num intervalo de 10 anos, uma redução de quase 60% nos recursos da educação. Ainda mais drásticos que a redução dos recursos para a educação foram os cortes de aproximadamente 77% nos investimentos públicos em saúde num intervalo de nove anos.

Ao associarmos a redução dos investimentos em áreas prioritárias como saúde e educação – verbas que certamente compuseram parte considerável do volume financeiro direcionado às grandes obras de infraestrutura – à redução da renda dos grupos mais vulneráveis, identificamos as graves consequências sofridas pelos mais pobres, como o já citado aumento da desnutrição e da miséria.

Como identificamos nesta pesquisa, o desvio de recursos das áreas sociais foi destinado à modernização da economia brasileira; porém, essa modernização se processou com o objetivo central de garantir lucros aos grupos do grande capital, com destaque, na ponta externa, para as multinacionais automobilísticas e os bancos estrangeiros – e, na ponta interna, para as grandes indústrias e construtoras nacionais.

O direcionamento da maior parte do orçamento público para uma estruturação produtiva teve, como resultado claro, a modernização da produção nacional e o crescimento da urbanização com a ampliação das redes de transportes e de energia, atingindo uma quantidade cada vez maior de pessoas. No entanto, toda essa modernização operada pelos governos

---

<sup>67</sup> Campos (2017b, p. 338).

ditatoriais não necessariamente significou melhoria da qualidade de vida para parcelas mais amplas da população; na verdade, o objetivo era garantir condições seguras e estáveis de grande acumulação de capital por parte de grupos econômicos dominantes restritos, sobretudo por meio de medidas de estímulo ao crescimento do consumo geral.

Portanto, esse crescimento econômico tentou em grande parte mascarar o – ínfimo ou inexistente – interesse dos governos em relação às políticas sociais voltadas às classes subalternas da sociedade brasileira. É importante registrarmos que essas transformações socialmente custosas não se deram somente nos governos militares, mas também, em parte, já em governos anteriores, como vimos no balanço negativo dos investimentos nas áreas sociais quando do Plano de Metas do governo JK.

Vejamos, a seguir, outro trecho de Pedreira Campos sobre essa característica dos governos militares de privilegiar os interesses econômicos das classes mais altas em detrimento das áreas sociais destinadas às camadas populares. Conforme o autor, a opção pelas intervenções estruturantes, que reforçaram o poderio do grande capital, atingia – de maneira lenta, tímida e, em alguns casos, nula – as necessidades de ganhos econômicos reais e de qualidade nos serviços de públicos para a grande parcela de assalariados brasileiros:

A área social não foi o forte da ditadura militar brasileira. Sob forte aparato repressor e com os canais para reivindicação popular obstruídos, os aportes em obras públicas se concentraram em empreendimentos voltados para os interesses dos grupos dominantes, com vias para escoamento de mercadorias e grandes centrais elétricas que geravam energia a preços módicos para a indústria. Com o suporte de leis e decretos, recursos foram retirados das áreas sociais do orçamento e drenado para as aplicações em transporte e energia, o que foi mais flagrante após o AI-5, sofrendo certa atenuação desde 1974 e, de maneira mais pronunciada, após 1979. As aplicações em habitação popular e saneamento se avolumaram no final do regime, sem representar, no entanto, adequado atendimento das carências básicas da população, reforçadas pela falta de investimentos nos anos mais duros da ditadura<sup>68</sup>.

Para observarmos mais claramente esse caráter de opressão classista do regime militar, basta verificarmos na tabela 2, a seguir, os dados da distribuição de renda no período dos governos ditatoriais. Nela, constatamos que a renda foi sendo progressivamente drenada das classes mais humildes e concentrada nos estratos sociais mais privilegiados.

---

<sup>68</sup> Campos (2017b, p. 325).

Tabela 2 – Distribuição da renda entre a população economicamente ativa – Brasil (1960-1980)

População Economicamente Ativa	1960	1970	1980
Os 20% mais pobres	3,9%	3,4%	2,8%
Os 50% mais pobres	17,4%	14,9%	12,6%
Os 10% mais ricos	39,6%	46,7%	50,9%
Os 5% mais ricos	28,3%	34,1%	37,9%
Os 1% mais ricos	11,9%	14,7%	16,9%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos de 1960, 1970 e 1980.

Publicado in *Boletim do DIEESE* (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), Edição Especial, abril de 1983, “Salário Mínimo”, p. 3.

Fonte: Moreira Alves (1984, p. 335).

O que vemos na tabela acima, com base em dados do IBGE e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – duas importantes entidades de pesquisas socioeconômicas do país –, é o terrível resultado da política econômica dos governos militares ao longo de uma década e meia. De maneira clara, evidencia-se a grave concentração de renda nos estratos mais elevados da sociedade brasileira. Ao lermos as informações percentuais em cada estrato social e as respectivas evoluções na distribuição das riquezas econômicas produzidas, constatamos a gravidade dessa progressiva concentração a favor dos mais ricos e em detrimento dos mais pobres.

Analisando em detalhes essa descrição de ganhos e perdas, começamos pelo lado dos considerados mais pobres nessa estatística; para isso, utilizamos percentuais aproximados. Vemos no grupo social mais fragilizado uma redução de 12,8% na renda, na passagem da primeira década (1960-1970); em seguida, mais uma redução de 15,4% até 1980. Somados os 20 anos, temos uma diminuição aproximada de 28,2% do total da renda dos 20% dos brasileiros considerados mais pobres. Seguindo a leitura dos dados, vemos que no estrato seguinte, dos 50% mais pobres, houve uma redução de 14,3% da renda em 1970 e uma nova redução de 13,3% em 1980, totalizando um acumulado de 27,6% de perdas aproximadas num intervalo de 20 anos.

No meio da tabela 2, encontramos os dados relativos aos estratos considerados mais ricos. Observamos entre os 10% mais ricos um aumento progressivo da renda, com um crescimento de 18% em 1970 e um novo aumento de mais de 10% em 1980 – somando um ganho total de mais de 28% nesse período. Além deles, os 5% mais ricos também tiveram

aumento da renda – de mais de 20%, em 1970, e de 13% até 1980, um acumulado de aproximadamente 33% em duas décadas.

Por fim, verificando os números da parcela mais privilegiada – o 1% mais rico – nesse mesmo período, identificamos um crescimento robusto de quase 24% da renda em 1970, e novo aumento em torno de 18% em 1980, o que resultou num incremento de impressionantes 42% na renda em 20 anos – ou seja, entre 1960 e 1980, o topo da pirâmide social brasileira experimentou um intenso crescimento de seu poderio econômico.

Assim, na análise desse intervalo de duas décadas, verifica-se a desigualdade na distribuição da renda, evidenciada na grande concentração das riquezas entre os mais ricos e no progressivo empobrecimento das camadas populares. Vendo os dados do período, concluímos que foi exatamente durante os governos militares, com a aplicação de seus inúmeros planos econômicos, que esse processo de desequilíbrio econômico e social marcado por forte concentração de renda foi ampliado e consolidado no Brasil. Ao passo que constatamos essa drenagem de baixo para cima das riquezas produzidas durante a ditadura militar, verificamos também que, em boa parte deste mesmo período, a economia brasileira de fato cresceu robustamente, gerando um aumento da produção de riquezas – as quais, contudo, foram massivamente apropriadas pelas camadas mais ricas.

Identificamos esse crescimento econômico e produtivo entre o final dos anos 1960 até a metade da década de 1970, no chamado “milagre econômico”. Na tabela 3, a seguir, Maria Helena Moreira Alves apresenta os dados do Banco Mundial sobre o crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro daquela época. Adiantamos a verificação de um índice médio de mais de 11% de crescimento nesse intervalo do “milagre”, representado na tabela pelos sete anos de maior crescimento econômico produtivo.

Tabela 3 – Taxa de crescimento: PIB – Brasil (1964-1980)

Ano	Variação do PIB
1964	2,9%
1965	2,7%
1966	3,8%
1967	4,8%
1968	11,2%
1969	10,0%
1970	8,8%
1971	13,3%
1972	11,7%
1973	14,0%
1974	9,8%
1975	5,6%
1976	9,0%
1977	4,7%
1978	6,0%
1979	6,4%
1980	8,5%

Fonte: The World Bank: Country Study, *Brazil: Human Resources Special Report*, 1979, para os dados referentes a 1964-1977. (1980) *Isto É*, 31 de dezembro de 1980, p. 67.

Fonte: Moreira Alves (1984, p. 145).

Percebemos que a prioridade dos governos militares sempre foi a melhoria das condições de vida dos estratos mais privilegiados, para os quais se destinava a maior parte das riquezas produzidas. Essa opção política ficou exposta na conhecida expressão “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, pronunciada por Delfim Neto – que, entre os principais cargos que ocupou, foi ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura em vários governos militares e se tornou um dos mais poderosos dirigentes políticos durante quase toda a ditadura.

É fato que o “bolo” cresceu de modo impressionante, sobretudo pelas razões externas favoráveis no período do “milagre”, com benefícios estruturais produtivos que garantiram um funcionamento eficaz do capitalismo nacional. No entanto, durante a ditadura, não ocorreu uma divisão minimamente equilibrada das riquezas entre todos os setores da sociedade brasileira, em prejuízo dos menos privilegiados nos estratos mais baixos da pirâmide social. Mais grave ainda, como verificamos na análise dos dados da tabela 2, é que a renda geral dos mais pobres despencou drástica e progressivamente ao longo da ditadura, mesmo apesar de o bolo ter crescido tanto.

Para complementarmos as análises e entendermos um pouco mais sobre como se engendrou o chamado “milagre brasileiro” e quais foram os seus limites, recorreremos às

observações de Paul Singer; em sua obra *A crise do “milagre”*<sup>69</sup>, esclarece as modificações na estruturação da economia brasileira após 1964 e destaca a dinâmica e os resultados das políticas econômicas dos governos militares. Singer menciona as limitações da formatação diferente do setor de produtos industriais duráveis dominado por multinacionais, as quais trouxeram as exportações como fator de desenvolvimento para o Brasil; as exportações, porém, representaram nada mais que uma reedição do padrão existente no Brasil, desde sempre, de ciclos que se esvaem na primeira crise internacional:

Não há dúvida de que o desenvolvimento econômico brasileiro, depois de 1964, foi deliberadamente orientado no sentido de “aproveitamento” das oportunidades que a nova estratégia mundial das multinacionais oferecia ao país. Os projetos mais importantes [...] foram confiados ou a consórcios de empresas estatais privadas brasileiras e estrangeiras ou diretamente a subsidiárias das multinacionais. Na maior parte destes projetos, a [...] produção deverá ser exportada [...] Assim, manifesta-se uma tendência cada vez mais clara de o Brasil servir de “entreposto industrial” para várias multinacionais [...]<sup>70</sup>.

De forma clara, Paul Singer pontua também a diferença política dos governos militares, que acabaram com os processos de conciliação existentes desde Vargas e, depois de 1964, optaram pela garantia, agora bem mais restrita, dos interesses de estratos econômicos mais elevados, incluindo o capital externo. No entanto, como ressalta o autor, essa política geral de favorecimento das camadas elevadas não superou as contradições sociais que, cada vez mais, se tornaram permanentes. No caso específico da política econômica dos governos militares, verificamos que o seu diferencial em relação aos governos anteriores foi exatamente a elevada proporção e a velocidade do processo de acumulação de capital no Brasil por parte das classes dominantes – muito embora esse favorecimento dos setores dominantes já existisse desde antes da ditadura.

Essa verificação, desde Vargas até a ditadura, das semelhanças e diferenças nos favorecimentos e desfavorecimentos sociais é patente ao relacionarmos os objetivos socioeconômicos centrais do intervencionismo conjugados com a política alternante de fechamento e abertura ao mercado mundial – no caso da abertura, sobretudo no governo JK e depois, acentuadamente, a partir da ditadura militar, revelando-se aí grandes problemas engendrados nessa dependência externa da economia brasileira.

---

<sup>69</sup> SINGER, Paul Israel. *A crise do “milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>70</sup> Singer (1978, p. 92).

Constitui-se, desta maneira, uma estrutura de poder, em cujo ápice se encontram os representantes do poder político, os dirigentes de grupos econômicos brasileiros e das multinacionais. [...] Já antes de 1964, o poder de decisão econômica estava em boa medida nas mãos dos mesmos personagens. A grande diferença é que outros interesses tinham que ser necessariamente considerados: os dos trabalhadores assalariados, os das empresas pequenas e médias, os dos setores comprometidos com a substituição de importações de equipamentos e de tecnologia etc. etc. [...] É preciso concluir, portanto, que se há algum modelo de fato novo no Brasil, ele é sobretudo político. O ordenamento econômico que dele decorre apresenta [...] forte polarização social e manutenção do relativo atraso histórico [...] As recentes crises da economia capitalista internacional – do dólar e do petróleo – estão acentuando as desvantagens da abertura de uma economia como a brasileira ao exterior<sup>71</sup>.

Seguindo a análise crítica dessa orientação político-econômica do Brasil pós-1964, Paul Singer aponta os problemas dessa configuração ao longo dos governos militares, como o *déficit* no avanço tecnológico que atrasa o desenvolvimento do país, e sobretudo, a fragilidade e a não proteção da economia nacional diante das oscilações e quedas bruscas dos mercados capitalistas mundiais. Um dos grandes problemas da economia mundial no século XX foi a crise do petróleo; deflagrada em meados da década de 1970, atingiu em cheio o Brasil – e provocou o fim do período do “milagre”. Nos trechos seguintes, o autor sintetiza esse contexto geral e as medidas econômicas estatais praticadas durante a ditadura:

a substituição de importações naturalmente não cessou de todo após 1964. Mas ela tornou-se mais parcial, subordinando-se ao novo papel do Brasil no mercado mundial. A política de industrialização adotada deu prioridade aos novos ramos de exportação, limitando a substituição de importações a algumas indústrias de bens intermediários [...] sem estendê-la a setores vitais, como o de equipamentos que incorporam tecnologia de vanguarda. [...] A industrialização do país prosseguiu intensamente, sobretudo de 1968 em diante, mas ela não serviu para conduzir o Brasil à vanguarda tecnológica, como ocorreu quando iniciamos, sem apoio e até contra resistência das multinacionais [...]<sup>72</sup>.

Pouco mais à frente, nesse mesmo texto, Singer arremata a compreensão de que essa política econômica associada-dependente dos governos da ditadura foi responsável pela crise produzida logo após o “milagre”. O autor esclarece que os governos militares reeditaram o velho padrão dos ciclos econômicos operante no Brasil desde muito tempo – a única novidade do período relacionava-se à composição do portfólio de exportações brasileiras, que passou a incluir produtos industriais duráveis e não duráveis. Porém, a novidade continha as mesmas características frágeis de outrora, com destaque para a dependência dos sempre oscilantes

---

<sup>71</sup> Singer (1978, p. 96-97).

<sup>72</sup> Singer (1978, p. 94).

mercados externos e a suscetibilidade da economia nacional aos altos índices de endividamento financeiro.

iniciamos a partir de 1964, um novo ciclo de nossa história econômica – o das exportações de produtos industriais – o qual promete repetir os anteriores (do açúcar, do ouro, da borracha, do café), trazendo prosperidade para determinadas áreas e grupos, cujo caráter efêmero decorre dos altos e baixos da economia capitalista mundial, que mostra quão precária é a situação de países como o Brasil [...] somos obrigados a recorrer ao endividamento externo ou ao uso das nossas reservas cambiais para importar equipamentos e matérias-primas e para pagar *royalties* e “serviços” do capital estrangeiro<sup>73</sup>.

Ao tratarmos do endividamento financeiro, ponto central nas políticas econômicas dos governos da ditadura, novamente alcançamos o alvo de nossa pesquisa – que analisa as condições de construção das grandes obras de infraestrutura, sobretudo hidrelétricas e rodovias. Ao atingirmos a questão dos financiamentos externos para essas grandes obras e os grupos favorecidos nessa política, vamos observar como a economia nacional se interligou aos capitais mundiais – aqui, encontramos uma amostra dessa política econômica com seus reflexos múltiplos no caso da Usina de Boa Esperança, no Piauí, construída em grande parte com financiamentos estrangeiros, como veremos mais à frente.

Seguindo com a análise dos favorecimentos ao capital nacional, nele se incluem os incentivos fiscais aos grandes grupos industriais que fizeram crescer a produção industrial em geral e, desse modo, obtiveram altos lucros, assegurados em grande parte pelo Plano de Integração Nacional – que expandiu o consumo para regiões comerciais distantes e até então desconectadas dos grandes centros de produção industrial.

Tais grupos industriais nacionais se beneficiaram das condições propícias à expansão do mercado nacional; a ampliação do consumo foi garantida por meio da ampla circularidade econômica, que consolidou a região Centro-Sul como a mais desenvolvida – e, mais do que nunca, a maior concentradora da produção nacional. Acrescentemos a esse nicho as redes comerciais e bancárias, que interagem com o setor industrial num funcionamento mais ou menos definido.

Nesse entremeio, os interesses internos dominantes juntaram-se ao capital internacional que, sem dúvida, também ganhou muito com o aumento da produção e do consumo industrial, pois faturava alto vendendo os produtos de consumo duráveis e semiduráveis com alto valor

---

<sup>73</sup> Singer (1978, p. 94-95).

agregado, fabricados pelas multinacionais aqui instaladas, e em associação complementar com as operações de importação de bens de produção.

Além desses ganhos, havia também os já mencionados lucros astronômicos das instituições financeiras estrangeiras, que forneciam grandes volumes de crédito sobretudo no período de alta econômica do “milagre”. Isso proporcionou um montante de lucros fenomenais aos grupos econômicos dominantes no Brasil, os mesmos envolvidos na formação e manutenção dos governos ditatoriais militares.

Observando-se pelo amplo espectro do crescimento econômico, vemos que ao longo da ditadura militar houve um grande desenvolvimento industrial, especialmente desde o fim da década de 1960 até o final dos 1970, no período do chamado “milagre”. Entretanto, mesmo bem-sucedida, essa política gerou em sequência um desastre econômico nada milagroso a partir da década de 1980, prenunciando uma recessão.

Reforçamos que toda essa conjuntura foi gerada pela política econômica dos governos militares que, ao longo desse período, misturaram endividamento externo, arrocho salarial e concentração de renda por meio da priorização de setores econômicos como o automotivo estrangeiro e a construção civil nacional – e, além deles, bancos diversos. Como consequência, temos uma rápida ascensão econômica com aumento considerável da produtividade da maioria dos setores, o que gerou uma euforia visível entre as classes mais privilegiadas.

O poder aquisitivo das classes médias urbanas também melhorou, e uma multiplicidade de produtos industrializados, de eletrodomésticos a automóveis, estavam então disponíveis para consumo. Como benefício aos setores mais privilegiados, uma farta oferta imobiliária foi impulsionada pelo financiamento estatal e operacionalizada pelas construtoras nacionais. Apesar da inclusão da classe média urbana nesse aquinhoamento, certamente identificamos, como principais beneficiários desse *boom* econômico produtivo do “milagre”, o nicho restrito dos controladores do grande capital nacional e estrangeiro – que abocanharam as maiores fatias desse grande “bolo”, como o ministro Delfim Netto se referia à economia nacional.

Entretanto, a temporada de bonança batizada de “milagre” e massificada pelo regime com o *slogan* “Pra frente Brasil” encerrou-se até o final da década de 1970, como reflexo da crise econômica mundial desse mesmo período. Explicitamos o fim do chamado “milagre” com algumas passagens à frente, a começar pela leitura do importante e ilustrativo trecho de Campos, a seguir:

A repercussão da crise de 1973 foi imediata na economia brasileira, por sua profunda dependência externa. O modelo de desenvolvimento pautado no

Departamento III com financiamento estrangeiro entrou em crise, e a balança comercial, já deficitária no período do “milagre”, passou a ter elevados saldos negativos, em função dos gastos com importação de combustíveis e matérias-primas. As novas circunstâncias levaram à modificação da estratégia de desenvolvimento, com uma ênfase na expansão do setor produtor de bens de capital (Departamento I) e, diante da limitada liquidez internacional, com amplo aporte financeiro estatal para a produção doméstica de itens até então importados, como produtos siderúrgicos, metais não ferrosos (sobretudo alumínio), papel e celulose, químicos, petroquímicos e fertilizantes. O plano visava preencher as lacunas da pirâmide industrial brasileira e substituir os combustíveis fósseis por outras fontes de energia – como álcool, **energia hidrelétrica** e nuclear –, além de investir na busca e exploração de petróleo em alto-mar<sup>74</sup>.

Conforme é possível verificar, após seis anos da conjuntura do “milagre”, veio em seguida a desaceleração, a partir de 1974, com a progressiva retração econômica do Brasil – a reboque do restante do mundo capitalista, imerso numa crise generalizada, sobretudo por causa do aumento do preço do petróleo no mercado internacional, que provocou a queda do consumo em todo o mundo. Todos esses fatores provocaram uma retração financeira fortíssima que atingiu em cheio o “oásis Brasil”.

Até então, os capitalistas no Brasil usufruíam de farto financiamento externo e de um crescimento econômico de mais de 10% ao ano, em média, no período do “milagre”. Esses valores foram injetados principalmente na produção industrial e nas grandes obras de infraestrutura, com prioridade para as hidrelétricas e as rodovias.

Sobre o desenrolar desse cenário, os componentes do projeto de intervenção dos governos militares e os sinais iniciais das crises futuras, Paul Singer observa que:

As características do “modelo” eram bem conhecidas: abertura da economia ao exterior, mediante estímulos às exportações e ampla importação de capital, tanto sob a forma de investimentos como de empréstimos; expansão do crédito ao consumidor; estímulo à poupança interna [...] política salarial e trabalhista capaz de proporcionar às empresas mão-de-obra barata, abundante e bem disciplinada. Supunha-se que, graças a estas características, a economia brasileira poderia manter indefinidamente elevadas taxas de crescimento, sem a ameaça de graves desequilíbrios já que todas as variáveis estavam sob controle. Na verdade, o “modelo” começou a fazer água em 1973, quando a inflação, que vinha declinando vagarosamente, voltou a crescer com ímpeto<sup>75</sup>.

É importante esclarecermos que as consequências da crise mundial que atingiram a economia brasileira não foram imediatas; na verdade, os reflexos dessa desaceleração foram se diluindo até o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, sendo que, efetivamente, muitos

<sup>74</sup> Campos (2017b, p. 347, grifo nosso).

<sup>75</sup> Singer (1978, p. 163-164).

projetos de infraestrutura já estavam concluídos e em plena operação ao final desse período de 15 anos da ditadura – como, por exemplo, a hidrelétrica no Piauí, que estava em funcionamento desde o ano de 1970.

Desse modo, grande parte dos objetivos gerais das políticas intervencionistas da ditadura se concretizaram ao longo dessa trajetória de altas e baixas produtivas, externas e internas. Sobre isso, reiteramos que a razão de ser das medidas estatais de garantir lucro e acumulação de capital aos grandes grupos empresariais, nacionais e estrangeiros, fora progressiva e plenamente assegurada.

No mais, acrescentamos que a crise internacional, que se abateu sobre o Brasil efetivamente desde 1974 – e, em escala mais profunda, a partir de 1979 –, atingiu de forma generalizada a economia brasileira. Houve, porém, algumas exceções – exatamente os setores de grandes capitais nacionais e estrangeiros, já escolhidos pelos governos militares como prioritários. Esses privilegiados seguiram sua marcha de acumulação de capital por meio dos favorecimentos estatais, logo, com pequenas baixas nesse período.

Chama atenção o volume de recursos públicos destinados às grandes construtoras nacionais, as conhecidas “barrageiras”, responsáveis pelas principais obras de infraestrutura à época – as hidrelétricas. Notadamente, destaca-se a decisão de construir grandes usinas geradoras de energia: as hidrelétricas de Itaipu e de Tucuruí, entre 1970 e 1980, e a Usina Nuclear de Angra. Datam desse mesmo período os projetos de ampliação das estradas e os investimentos pesados nos setores prioritários da mineração e do petróleo.

A estratégia de 74, o II PND [Plano Nacional de Desenvolvimento], propunha manter altas taxas de crescimento econômico através de investimentos estatais na economia, com epicentro na expansão da produção de bens de capital [...] Amplos projetos foram criados [...] que previa obras como plantas siderúrgicas, plataformas de petróleo, oleodutos, polos petroquímicos, obras de telecomunicações, mais usinas hidrelétricas e term nucleares e projetos de mineração. [...] Os gastos com barragens nesse momento superaram o que era investido em rodovias [...] Como se vê, a política do II PND respondia adequadamente aos anseios e à nova capacidade de uma estreita porção de empreiteiros<sup>76</sup>.

Apesar do privilégio de alguns setores como as grandes construtoras, que demoraram um pouco mais para sentir as consequências da crise econômica internacional, registrou-se baixa produtividade e queda nos ganhos de capital entre boa parte das empresas no final da década de 1970, especialmente em 1979.

---

<sup>76</sup> Campos (2017b, p. 348-349).

Configura-se a partir desse ponto um quadro geral de descenso econômico, que gradativamente enterrou o “milagre econômico” da ditadura militar e estendeu a crise à esfera política estatal. Como consequência, provocou-se o fim da hegemonia política e social que sustentava o regime e, com isso, o insucesso progressivo das medidas econômicas – malsucedidas desde o final da década de 1970 em diante. Vejamos mais um trecho de Campos que detalha essas questões:

O ano de 1979, mais do que o de 1973, marcou um momento da aguda crise econômica brasileira e o caráter insustentável dos termos daquele modelo de desenvolvimento. Com a nova elevação dos preços do petróleo no mercado internacional e o aumento das taxas básicas de juros norte-americanas, as condições das contas públicas brasileiras se deterioraram profundamente. O que Maria da Conceição Tavares chamou de retomada ou reafirmação da hegemonia internacional norte-americana [...] Essas novas condições do sistema internacional reforçaram a crise econômica e política no Brasil, tornando a transição política um processo de crise aberta de hegemonia e falta de consenso entre as frações burguesas, com decomposição do pacto político e inexistência de um projeto capaz de se fazer prevalecer claramente sobre os outros. Apesar da ascensão dos capitais bancários e financeiros desde 1974-1977 e uma certa manutenção do poder dos grandes grupos industriais fortalecidos na ditadura, não ocorreu nesse período a composição de um novo pacto político, sendo que a crise teve como expressão uma instabilidade nos principais cargos no aparelho de Estado e redundou em idas e vindas na política econômica, apesar da manutenção das linhas gerais do processo de transição política para o regime democrático representativo<sup>77</sup>.

Vimos, de forma mais aprofundada, os detalhes críticos da grave crise a que o Brasil foi conduzido a partir de meados dos anos 1970, com os primeiros sinais da crise mundial. Definitivamente, esse cenário recessivo instalou-se ao final dessa mesma década; posteriormente, essa conjuntura se arrastou ao longo de toda a década de 1980, até meados dos anos 1990.

Sabemos que as economias dos países capitalistas historicamente seguem ciclos de alternância entre altas e baixas produtivas. No entanto, o que determinou o decréscimo econômico do Brasil nesse período, sobretudo nos dois últimos governos militares, foi, sem dúvidas, o grau de dependência externa do país diante dos grandes capitais internacionais, que se mostrara fatal no momento agudo da crise – quando esses capitais se tornaram escassos.

Lembremos que esse máximo mandamento macroeconômico foi adotado desde a instauração dos governos ditatoriais e mantido ao longo de todo o regime. Verificamos que a opção institucional de administração macroeconômica dependente da política externa mostrou-

---

<sup>77</sup> Campos (2017b, p. 350-351).

se deficitária diante das conjunturas dos repetidos ciclos produtivos positivos e negativos do capitalismo mundial. Esse *modus operandi* governamental foi, sem dúvidas, o principal responsável por gerar uma longa retração econômica após o ocaso do chamado “milagre”.

Para entendermos essa evolução político-econômica com altas e baixas do PIB entre 1960 e 1980, vejamos a seguir a tabela 4, em que se identifica o grande crescimento do setor industrial entre 1968 e 1973 – em média, mais de 12% ao ano neste período. A partir de 1974, observamos uma progressiva desaceleração econômica, que não parou mais até o início da década de 1980, com uma realidade recessiva fortemente instalada no Brasil – contrapondo as campanhas ufanistas dos governos militares de que o país estava no caminho do desenvolvimento e do progresso. Criou-se, inclusive, a expectativa ilusória de o país tornar-se uma potência econômica.

Tabela 4 – Taxas de crescimento do PIB por setor – Brasil (1960-1982)

Ano	Taxas de Crescimento	
	Agricultura	Indústria
1960	4,9	9,6
1961	7,6	10,6
1962	5,5	7,8
1963	1,0	0,2
1964	1,3	5,2
1965	13,8	4,7
1966	15,0	9,8
1967	9,2	3,0
1968	4,5	13,3
1969	3,8	12,1
1970	1,0	10,4
1971	11,4	14,3
1972	4,1	13,4
1973	3,5	15,8
1974	8,5	9,9
1975	3,4	6,2
1976	4,2	10,8
1977	9,6	3,9
1978	0,9	5,9
1979	3,8	6,3
1980	6,5	8,0
1981	6,8	8,0
1982	3,5	1,0

Fontes: Taxas de Crescimento CE (1976), p. 89; CE (1978), p. 98. *Conjuntura Econômica*, Fundação Getúlio Vargas.

Publicado em: *World Bank Country Study, Brazil: Human Resources Special Report*, 1979, p. 66 do Anexo II.

(1978-1979) *Latin America Regional Reports*, 1º de janeiro de 1982, p. 8.

(1980) *Latin America Regional Reports*, 20 de novembro de 1981, p. 8.

(1981-1982) *Latin America Regional Reports*, 7 de janeiro de 1983, p. 8.

Fonte: Moreira Alves (1984, p. 334).

Diante das informações apresentadas, percebemos que a sustentação do “milagre” só foi possível na época do *boom* financeiro mundial e que, com a crise de meados da década de 1970 e a queda da produção brasileira, tentou-se sorrrateiramente esquecer o necessário balanço

político dos resultados para a estruturação econômica brasileira. Além do mais, procurou-se esquecer do histórico ajuste de contas com as camadas subalternas, que pagaram o alto preço dessa fábula que, posteriormente, produziu prejuízos ao Brasil como um todo.

Constatamos que as medidas institucionais dos governos militares, nos 20 anos em que controlaram o Estado brasileiro, asseguraram a concentração de imensas riquezas nas mãos de poucos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, e que toda essa macroengenharia estatal foi feita em detrimento de uma parcela considerável da população brasileira. Assim, reafirmamos que o crescimento promovido pelas intervenções dos governos militares deveu-se, sobretudo, aos vultosos financiamentos externos que cobriam os *déficits* da balança comercial brasileira na corrida para que o país se desenvolvesse economicamente a qualquer custo, garantindo a acumulação de capital aos grupos dominantes.

Certamente, esse planejamento econômico deixou um legado muito negativo para o país. A dívida externa líquida saltou de Cr\$ 2.856,10 em 1964 para Cr\$ 53.906,00 em 1981. Ou seja, um crescimento astronômico de mais de 1887%, como vemos na tabela a seguir, que traz os dados financeiros dos 17 anos iniciais do período militar:

Tabela 5 – Relação entre dívida externa, reservas e ganhos de exportação – Brasil (1960-1981)

Ano	Dívida Externa Bruta	Reservas	Dívida Externa Líquida	Ganhos de Exportação	Relação Entre Dívida Externa Líquida e Ganhos de Exportação
	(1)	(2)	(3= 1-2)	(4)	(5=3/4)
1960	3.071,0	345,0	2.726,0	1.270,0	2,15
1961	3.080,0	470,0	2.610,0	1.405,0	1,86
1962	3.183,1	285,0	2.898,1	1.215,0	2,39
1963	3.185,5	219,0	2.966,5	1.400,0	2,11
1964	3.101,1	245,0	2.856,1	1.430,0	2,00
1965	3.478,4	484,0	2.994,4	1.595,5	1,88
1966	3.702,4	425,0	3.227,4	1.741,4	1,88
1967	3.372,0	199,0	3.173,0	1.654,0	1,92
1968	3.917,0	257,0	3.660,0	1.881,3	1,95
1969	4.403,3	657,0	3.746,3	2.311,2	1,62
1970	5.295,2	1.187,0	4.108,2	2.738,9	1,50
1971	6.621,6	1.722,9	4.898,7	2.904,0	1,69
1972	9.521,0	4.183,2	5.337,8	3.991,0	1,34
1973	12.571,5	6.415,8	6.155,7	6.199,0	0,99
1974	17.165,7	5.269,1	11.896,6	7.951,0	1,50
1975	21.171,4	4.040,5	17.130,9	8.670,0	1,98
1976	27.600,0	6.400,0	21.200,0	10.100,0	2,10
1977	32.037,0	7.256,0	24.781,0	12.120,0	2,04
1978	43.511,0	11.895,0	31.616,0	12.659,0	2,50
1979	49.904,0	9.689,0	40.215,0	15.244,0	2,64
1980	53.847,0	6.913,0	46.934,0	20.132,0	2,33
1981	61.411,0	7.505,0	53.906,0	23.293,0	2,31

Fonte: *Conjuntura Econômica*, Vol. 26, abril de 1976. *Boletim do Banco Central do Brasil*.

Nota: Os totais de dívida externa e de reservas referem-se ao final de cada ano. A 8 de dezembro de 1982, a dívida externa brasileira chegara a 91 bilhões de dólares. A agência do Banco do Brasil em Nova York ficou sem fundos para cobrir suas operações. O déficit foi estimado em 50 milhões de dólares por funcionários do governo brasileiro e 350 milhões por banqueiros norte-americanos. Uma operação de salvamento foi realizada da noite para o dia pelo Bankers Trust, o Citibank e outros bancos. Ver relato in *Latin America Weekly Report*, 5 de dezembro de 1982, p. 1.

O endividamento intrínseco às políticas macroeconômicas da ditadura está diretamente associado ao intervencionismo estatal e suas grandes obras de infraestrutura. Isso pode ser verificado em um trecho de um trabalho do Movimento dos Atingidos por Barragens, em que são analisados de forma crítica os projetos estruturantes do setor elétrico no período estudado nesta pesquisa – e avaliam a conjuntura geral de dependência econômica brasileira no cenário mundial:

O modelo estatal de grandes hidrelétricas teve como fundamento o levantamento do potencial hidrelétrico realizado na segunda metade da década de 1960, com o apoio do Banco Mundial, e do qual participou um consórcio canadense – Canambra. [...] No início dos anos de 1970 um evento internacional vai mudar a situação energética em todo o mundo: a crise do petróleo. Com a elevação dos preços, que é reforçada por uma segunda crise no final da década, os países centrais passam a transferir para países periféricos dependentes e ricos em potencial energético, como o Brasil, uma série de indústrias que consomem muita energia. Assim, o Brasil se transforma, progressivamente, juntamente com outros países periféricos, em um exportador de produtos eletrointensivos, isto é, produtos que exigem grande quantidade de energia para serem produzidos. [...] Em poucas palavras: os países dominantes nos emprestaram dinheiro para construirmos hidrelétricas, para produzir alumínio, para exportar e pagar a dívida contraída. Os países centrais ficavam com o alumínio e os juros das dívidas<sup>78</sup>.

Mais uma vez, reforçamos o debate sobre a política dos governos militares de grandes investimentos em hidrelétricas, desde Castello Branco – responsável pelo início efetivo da obra da Usina de Boa Esperança, no Piauí. Não custa lembrar que Castello Branco, primeiro governante militar após o golpe de 1964, exerceu o importante papel de liderança na tomada do poder e na estabilização inicial do regime, construindo boa parte dos alicerces institucionais do poderio militar ao longo de 20 anos de ditadura no Brasil.

Sobre esse papel institucional introdutório do governo de Castello Branco e o estabelecimento de suas diretrizes operacionais, que passaram a guiar todos os demais governos militares, reproduzimos um trecho do artigo “Uma ditadura contra a república: política econômica e poder político em Roberto Campos”, de Ricardo V. Silva<sup>79</sup>, em que o autor relata a atuação central do economista Roberto Campos como ministro do Planejamento no governo de Castello Branco.

<sup>78</sup> MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *A crise do modelo energético: construir um outro modelo é possível*. Caderno nº 6. São Paulo: MAB [2000-?]. p. 9.

<sup>79</sup> SILVA, Ricardo V. Uma ditadura contra a república: política econômica e poder político em Roberto Campos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 27, p. 157-170, nov. 2006.

No recorte em questão, o próprio Roberto Campos, em textos seus publicados à época, defendia o controle rígido da inflação – e ia muito além disso ao usar essa meta macroeconômica como subterfúgio para justificar o golpe que derrubou João Goulart. Nessa direção, Campos dissimulava uma pretensa legitimação do regime autoritário e circunscrevia a própria formatação institucional dos governos ditatoriais militares pós-1964.

Este conjunto de medidas restritivas seria, segundo Campos, incompatível com a vigência dos processos eleitorais, pois “na presente conjuntura da vida brasileira, em que existe ainda um problema cirúrgico de extirpação do câncer inflacionário, seria perigosa a eleição de líderes populistas, sem coragem para enfrentar o duro e solitário inverno da contenção salarial, que antagoniza as grandes massas, da contenção de crédito que antagoniza o empresário, da contenção de despesas públicas e subvenções, que antagoniza os políticos” [...]. Percebe-se que as políticas antiinflacionárias formuladas por Campos, supostamente indispensáveis e insubstituíveis [...], servem como veículo para a justificação da interrupção dos processos democráticos. [...] “A importância do PAEG reside menos na implementação de metas específicas de redução da inflação e aceleração do crescimento do que no esforço concentrado que se fez na direção de reforma institucional e modernização. Em realidade, o PAEG incorpora a maior parte das políticas básicas, e enumera a maior parte das reformas institucionais e instrumentos de ação, que vieram a constituir o ‘modelo brasileiro’” [...] Estas reformas institucionais não se limitavam ao plano econômico, atingindo também os planos social e político [...]”<sup>80</sup>.

Ainda no artigo de Ricardo V. Silva, encontramos um pouco mais sobre a figura central de Roberto Campos, que defendeu a importância da Constituição de 1967 durante o governo Castello Branco como mecanismo institucional garantidor da política de austeridade inflacionária e, segundo ele, também como ferramenta desenvolvimentista.

No entanto, o autor esclarece a verdadeira intencionalidade de Roberto Campos ao justificar a imensa centralização política estabelecida pela Constituição de 1967 – na verdade, isso fica claro no texto com as citações do próprio Campos, nas quais ele argumenta sobre a centralização política gerada pelo mecanismo dos Decretos-Lei, de atribuição exclusiva do poder Executivo, especialmente nas matérias de segurança e economia. Porém, Roberto Campos ainda se queixava de que esses dispositivos não eram suficientes para enquadrar a administração estatal e os rumos políticos da nação; vejamos o trecho abaixo:

Conforme já mencionamos, a política econômica defendida por Campos representava uma espécie de racionalização para um poder autocrático, a ponto de o autor afirmar que “a nova Constituição brasileira [...] foi concebida como um austero instrumento desinflacionário e desenvolvimentista” (CAMPOS, 1968, p. 89). Referia-se à Constituição de 1967 cuja não

---

<sup>80</sup> Silva (2006, p. 167).

institucionalização Campos lamentava profundamente. É na análise retrospectiva da tentativa frustrada de institucionalização da Constituição de 1967 que Campos explicita o que considera ser o sistema político ideal para o Brasil. O principal elemento desse sistema era a instituição de um “Executivo forte”. O poder Executivo deveria estar armado de maiores prerrogativas legislativas, o que se tornou possível com a criação do “decreto-lei”. Vejamos a justificativa de Campos. “Os dispositivos da nova Constituição brasileira, que facultam ao Executivo expedir decretos-leis sobre segurança nacional e finanças públicas [...] não são rombudos detritos da caserna, mas aceitável mobiliário de uma sociedade em desenvolvimento, cuja vida política sofre agressões ideológicas, e cuja vida econômica exige mutações rápidas e decisões técnicas complicadas” [...]<sup>81</sup>.

Certamente, podemos afirmar que esse objetivo dos governos ditatoriais militares de enquadrar completamente o Estado e a sociedade brasileira, como fora manifestado por Roberto Campos, só viria a ser estabelecido a partir do AI-5, em 1969.

Em relação à política econômica do governo Costa e Silva, trazemos também um trecho do artigo “A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969”, de José Pedro Macarini<sup>82</sup>. Nele, o autor analisa que o segundo governo da ditadura conferiu prioridade não somente ao controle inflacionário, como seu antecessor, mas também à centralização de forças nas políticas de incentivo ao crescimento da produção com uma ação cada vez maior dos órgãos do Estado, buscando fortalecer as empresas nacionais.

A partir da segunda quinzena de dezembro de 1968, o Governo Federal iniciou nova escalada na execução do Programa Estratégico, através de um conjunto de medidas destinadas a queimar etapas na consecução de suas metas. Tais medidas [...] destinam-se, basicamente, a **fortalecer a empresa privada** nacional e reduzir o déficit de caixa e aumentar a eficiência do setor público. Servem simultaneamente aos objetivos de assestar poderoso golpe contra a inflação e **eleva a taxa de crescimento do PIB, em 1969**. [...] Dessa forma, vencida a restrição representada pela recessão aberta do início de 1967 e liberada das pressões de interesses contraditórios afloradas durante a fase liberal de 1967-1968, a política econômica retorna ao objetivo central colocado pelo regime desde a sua implantação. Assestar um “golpe mortal” [...] no processo inflacionário [...] para a consolidação da retomada. [...] O “golpe mortal” na inflação não deveria engendrar nenhuma crise de estabilização, projetando-se a continuidade do crescimento: as previsões oficiais apontavam um crescimento do PIB da ordem de 7% a 8% em 1969<sup>83</sup>.

Neste ponto da pesquisa, avançamos em direção à análise do período entre o fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970, quando ocorreu o chamado “milagre econômico” – e que

---

<sup>81</sup> Silva (2006, p. 167).

<sup>82</sup> MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 453-489, set.-dez. 2006.

<sup>83</sup> Macarini (2006, p. 466-467, grifo nosso).

fecha a metade dos mais de 20 anos de ditadura militar. Pedreira Campos chamou esse período de “*delfinato*”<sup>84</sup>, uma vez que o poderoso ministro Delfim Netto pilotava como um supergestor no auge produtivo e financeiro do regime ditatorial. Entretanto, como já debatemos, essa política se deparou com uma crise econômica que não só freou bruscamente o tal milagre, como também desencadeou uma reorientação geral das políticas públicas e, em sequência, causou uma relativa redefinição nas medidas intervencionistas.

Dessa maneira, ao longo deste capítulo tratamos do favorecimento aos grupos do grande capital, nacionais e estrangeiros, que se beneficiaram prioritariamente com a intervenção estatal na economia brasileira operacionalizada pelos governos militares e sua Doutrina da Segurança e Desenvolvimento. Destacamos também os pesados investimentos nas grandes obras de infraestrutura e o posicionamento especial das grandes empresas brasileiras de construção civil nesse arranjo produtivo. Ademais, pontuamos o detrimento geral causado às classes populares no Brasil no período ditatorial.

No capítulo seguinte, ampliaremos esse debate sobre as principais políticas econômicas dos governos militares como componentes centrais da conjuntura nacional brasileira durante a ditadura, à medida que também nos debruçaremos, de forma mais aprofundada, sobre o alcance das políticas desenvolvimentistas operadas por esses governos. Neste sentido, a partir desse momento, é necessário analisar os impactos desses acontecimentos econômicos e políticos na região Nordeste e no Piauí a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

---

<sup>84</sup> Campos (2017b, p. 346).

### **3 A ELETRIFICAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA DA DITADURA MILITAR E A OBRA DA USINA DE BOA ESPERANÇA NO PIAUÍ**

Após o período de “solidificação” da ditadura militar, sob o governo de Castello Branco e uma política econômica conservadora de contenção de gastos e rígido controle da inflação, trataremos mais detalhadamente dos governos seguintes, a partir de Costa e Silva – especialmente com o comando do ministro Delfim Netto na economia.

Foi a partir do segundo governo militar que se iniciou uma escalada mais robusta de investimentos públicos em grandes obras de infraestrutura como fator de impulsão produtiva, o que gerou o “milagre econômico” a partir de 1969. Coincide com esse contexto político a inauguração da Usina de Boa Esperança, no Piauí, no ano de 1970.

Como já vimos, este projeto político macroeconômico estabeleceu como prioridade máxima a construção de grandes hidrelétricas e extensas rodovias, que possibilitaram o aumento em larga escala da geração de eletricidade e da malha rodoviária. Com isso, foram geradas condições altamente favoráveis para a expansão e a consolidação de grandes operações capitalistas no Brasil.

Essa política estatal de investimentos pesados na ampliação da infraestrutura produtiva, adotada em grande parte pelos governos da ditadura, foi definida como desenvolvimentismo. O conceito geral precisa ser aprofundado; nesse sentido, referenciaremos mais à frente aspectos teóricos relacionados à temática política e econômica.

Entretanto, antes de nos determos no debate teórico e na contextualização das medidas intervencionistas dos governos militares, relembremos que esse projeto político-econômico fora iniciado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e teve sequência também com ele, em seu segundo mandato (1950-1954). Juscelino Kubitscheck (1956-1961) manteve o projeto estatal de intervenção econômica com um planejamento mais aprimorado, que já àquela época apresentou caráter menos nacionalista e mais dependente do capital externo.

Depois de JK, também João Goulart (1961-1964) iniciou uma política de intervenção estatal com vistas à aceleração do desenvolvimento nacional por meio do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), elaborado pelo então ministro do Planejamento Celso Furtado. Nele, previa-se, além do controle da inflação, uma retomada do crescimento com a continuação e o planejamento de obras – e destacava-se o incentivo à atuação da Sudene, por meio das medidas de desenvolvimento regional do Nordeste e sua integração ao mercado nacional.

Dentro desse conjunto de medidas do Plano Trienal de Goulart, chama-nos atenção a criação, em 1963, da Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (COHEBE), incumbida da construção da hidrelétrica no Piauí – projeto que teria continuidade nos três governos militares seguintes até sua finalização, em 1970.

Ressalta-se que os matizes políticos do governo João Goulart e seu apego ao ideário populista aproximaram seu governo das reivindicações dos setores mais populares. Esse direcionamento político menos restrito, com traços de um reformismo mais amplo e, em certo ponto, progressista, foi utilizado como pretexto pelos grupos mais conservadores, capitaneados pelo alto escalão militar, para incursão final do golpe civil-militar de abril de 1964 – que interrompeu a democracia brasileira à época e instaurou a ditadura, vigente até 1985.

### **3.1 O desenvolvimentismo intervencionista que alcança os governos da ditadura militar**

Após compreendermos o contexto histórico que balizou a teoria e a prática das chamadas políticas governamentais desenvolvimentistas, de Vargas, JK e Jango, detalharemos as orientações econômicas intervencionistas dos governos da ditadura. De pronto, detectamos que, em boa parte dos governos militares, suas políticas econômicas estruturantes possuem traços marcantes do ideário desenvolvimentista.

Antes, porém, de ilustrarmos os detalhes dessas medidas, devemos delimitar teoricamente o conceito de desenvolvimentismo que fora, pelo menos em parte, adotado pelos militares; deparamo-nos também com o termo intervencionismo, que, por vezes, é confundido com desenvolvimentismo – ou, não raro, os dois termos são utilizados juntos, na expressão “desenvolvimentismo intervencionista”.

O termo intervencionismo, apesar de ser um dos elementos centrais do desenvolvimentismo, por si só não abarca integralmente a definição desse projeto de transformação econômica geral. Desse modo, as medidas intervencionistas fazem parte da configuração geral dos planos políticos desenvolvimentistas – implementados por vários governos latino-americanos, além do Brasil.

Para essa discussão teórica, nos valem da obra *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*, de Pedro Cezar Dutra Fonseca (2015), que reúne definições para o termo elaboradas por diversos intelectuais e nos fornece informações essenciais sobre o processo de construção do conceito de desenvolvimentismo ao longo do século XX.

Iniciamos com uma passagem que faz referência a Celso Furtado. O intelectual considerou o desenvolvimentismo muito mais um nacionalismo reformista calcado em experiências econômicas europeias do que um conjunto de ideias propriamente novas ou revolucionárias, e alertou para as características conservadoras desse conceito político-econômico e para os cuidados com seu uso.

O “desenvolvimentismo” é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissolivelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina. [...] a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacionalismo reformista” [...]”<sup>85</sup>.

Logo em seguida, encontramos a definição de desenvolvimentismo elaborada por Ricardo Bielschowsky – considerada por Fonseca a formulação mais precisa do conceito como ideologia:

Entendemos por desenvolvimentismo, nesse trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente<sup>86</sup>.

Mais à frente, Fonseca cita a economista estadunidense Alice Amsden, que define quatro funções principais de um Estado desenvolvimentista: “i) criação de bancos de desenvolvimento; ii) administração de conteúdo local; iii) ‘exclusão seletiva’, ou seja, abrir mercados para alguns setores mantendo outros fechados; e iv) formação de empresas nacionais [...]”<sup>87</sup>.

Outra definição de desenvolvimentismo citada é a de Luiz Carlos Bresser-Pereira, segundo o qual

---

<sup>85</sup> Fonseca (2015, p. 16).

<sup>86</sup> Fonseca (2015, p. 16).

<sup>87</sup> Fonseca (2015, p. 19-20).

o termo desenvolvimentismo (às vezes, alternativamente, nacional desenvolvimentismo ou “antigo desenvolvimentismo”), o qual define como uma *estratégia* deliberada de política econômica para promover o desenvolvimento econômico por meio do impulso à indústria nacional<sup>88</sup>.

O trabalho de Fonseca faz uma retrospectiva das origens teóricas e dos contextos geopolíticos em que se desenvolveram as várias conceituações de desenvolvimentismo. No texto, o autor destaca as experiências dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, localizados em grande número na América Latina – especialmente o Brasil do século XX.

Ao reconstituir a evolução do conceito, Fonseca pontua importantes contribuições teóricas de inúmeros autores que se debruçaram sobre o tema e sintetiza os principais enunciados e variáveis teóricas comuns entre esses autores. Vejamos as principais características convergentes nesse núcleo teórico comum do conceito de desenvolvimentismo, segundo Fonseca:

1. A existência de um *projeto deliberado* ou *estratégia* tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a *projeto nacional*, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto. 2. A *intervenção consciente e determinada do Estado* com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho de Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade. 3. A *industrialização*, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário<sup>89</sup>.

Fonseca consegue colher as contribuições de cada um dos autores por ele citados ao longo do texto e, por intermédio dessas elaborações teóricas, formula a síntese a seguir:

entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista<sup>90</sup>.

Ao construirmos nossa compreensão por meio desses conceitos mais concisos de desenvolvimentismo, podemos entender também a forma como os governos ditatoriais

---

<sup>88</sup> Fonseca (2015, p. 20).

<sup>89</sup> Fonseca (2015, p. 20-21, grifo nosso).

<sup>90</sup> Fonseca (2015, p. 40).

incorporaram muitas das orientações de intervenção econômica institucional programada. Dessa forma, estabelecemos algumas associações mais claras aos conceitos de desenvolvimentismo, como o traço nacionalista – mesmo que relativo, devido à dependência financeira externa trilhada pelo regime ditatorial. Esse traço, porém, se verifica em razão do papel intervencionista central e recorrente do Estado e suas iniciativas de incentivo ao aumento da produção industrial nacional, com pesados investimentos em obras de infraestrutura.

Ressaltamos outra característica presente nesse período: o caráter burguês das políticas desenvolvimentistas, que se estabeleceu antes da ditadura e seguiu cada vez mais fortalecido durante todo o regime. Nesse sentido, esse caráter classista consolidou-se ao longo da própria formação desse conceito de política econômica.

Igualmente relacionado a esse perfil burguês, temos o positivismo de Auguste Comte; estabelecido no início do século XIX, é uma das correntes de ideias mais inspiradoras para a gênese do desenvolvimentismo latino-americano. O positivismo funcionava como uma terceira via dentro do debate político em que, de um lado, se encontrava o liberalismo como opção capitalista dominante e, do outro, o socialismo e sua opção revolucionária de oposição radical ao capitalismo.

Na leitura de Fonseca, é possível interpretar que o positivismo de Comte serviu, em parte, ao projeto de “Ordem e Progresso” dos governos ditatoriais militares para a consolidação do capitalismo nacional. Assim, essa influência ideológica, mesmo que um pouco distante na história do militarismo brasileiro – remonta à Proclamação da República –, serviu como ponto correlato à própria Doutrina de Segurança Nacional, que definiu como sua linha mestra a insígnia “Segurança e Desenvolvimento”. Porém, cabe salientar que a ordem se deu por meio de dura repressão institucionalizada, e o progresso, através da aceleração da acumulação de capital por meio dos grandes projetos intervencionistas.

Nesse sentido, mesmo que os governos militares tenham oscilado em vários momentos para o liberalismo, eles também adotaram muitos projetos e medidas com forte orientação desenvolvimentista – como percebemos ao relacionarmos, em parte, as políticas econômicas dos militares ao intervencionismo estatal, ao industrialismo e ao nacionalismo, entre outras características.

Sobre tudo isso, vejamos mais um trecho de Fonseca, em que o autor disserta sobre as teorias influenciadoras do desenvolvimentismo:

Não por acaso o positivismo de Comte, cujo aparecimento se dera na França pós-revolucionária visando consolidar as conquistas burguesas, mas dando

por encerrado o ciclo insurrecional e apregoando a ordem como pré-requisito ao progresso, em oposição aos socialistas e anarquistas, caiu como uma luva para as elites latino-americanas como ideologia alternativa ao liberalismo [...] As recomendações de Comte [...] foram adaptadas por seus seguidores ao contexto latino-americano, com variantes de país para país, às vezes com relativo afastamento das propostas originais<sup>91</sup>.

Fonseca prossegue sua análise e discorre sobre os elementos positivistas que influenciaram decisivamente a formação do desenvolvimentismo na América Latina.

[...] entre as suas teses mais difundidas e inspiradoras para a formação do desenvolvimentismo latino-americano em sua gênese, podem-se ressaltar as relacionadas a seguir. a) A história como um processo evolutivo, com etapas progressivas a serem percorridas. [...] A aceleração do crescimento econômico e da produtividade será uma bandeira das mais caras aos governos desenvolvimentistas. [...] b) O intervencionismo, porquanto caberia aos governantes a tarefa de enfrentar as barreiras que se antepunham ao progresso. Daí a ampliação da agenda do Estado, ao qual se delegava papel ativo [...] c) A noção, decorrente das duas anteriores, de que a *política deveria preceder a economia*, posto que a ação humana poderia (e deveria) alterar o curso da história, além de acelerá-lo. [...] o futuro desenvolvimentismo defenderá o planejamento, qual seja, um conjunto consciente e racional de ações a ser implementado de forma concatenada e acompanhada, com a explicação de objetivos, metas, meios e instrumentos para alcançá-los<sup>92</sup>.

Como pontos definidores das variantes do desenvolvimentismo, encontramos mais à frente no texto de Fonseca uma apresentação de dois subtipos: o “desenvolvimentismo dependente-associado” – escolhido pelos governos ditatoriais militares após o golpe de 1964, e relacionado em boa parte também ao governo Juscelino Kubitschek – e o modelo do “nacional-desenvolvimentismo” – que está, sem dúvidas, mais ligado aos governos anteriores de Getúlio Vargas e João Goulart.

Dois subtipos de desenvolvimentismo consagrados na literatura são “**nacional-desenvolvimentismo**” e “**desenvolvimentismo dependente-associado**”. Em uma antinomia, ambos apontam para dois estilos de desenvolvimento. [...] pode-se sintetizar que o nacional-desenvolvimentismo, de ideologia mais nacionalista, propunha maior papel ao Estado para alavancar recursos e realizar investimentos tidos como prioritários. A produção centrava-se nos bens de consumo populares, liderada pelo setor privado nacional. Como projeto, propunha avançar a industrialização para os bens de capital e intermediários; e politicamente, expressava-se como uma aliança entre este empresariado, segmentos das “classes médias” (nestes incluídos a burocracia) e trabalhadores urbanos, propondo a “incorporação das massas”, cuja expressão política seria o “populismo”. Já o segundo assentar-

---

<sup>91</sup> Fonseca (2015, p. 24).

<sup>92</sup> Fonseca (2015, p. 24-25).

se-ia nos investimentos externos, principalmente de grandes empresas oligopolistas, para alavancar um padrão de “industrialização restritiva”, pois que assentado na produção de bens duráveis de consumo e na indústria pesada, cuja demanda voltava-se às camadas de rendas mais altas. Não excluía de vez o Estado nem as burguesias locais, mas estabelecia entre eles outro tipo de associação, numa relação de subordinação ou dependência ao capital estrangeiro. A rigor, as duas estratégias ou estilos de desenvolvimento decorriam da incapacidade ou fragilidade dos grupos empresariais privados latino-americanos para liderar o crescimento industrial, seja pela inexistência de conhecimento tecnológico ou por baixa capitalização. No primeiro modelo, o ator principal seria o Estado, capaz de captar “poupança forçada” para bancar as necessidades de investimento ou financiamento; no segundo, o capital estrangeiro, por meio de investimentos diretos ou de financiamento – a “poupança externa”<sup>93</sup>.

Caracterizados os dois modelos, vemos claramente que o subtipo relacionado aos governos populistas de Vargas e Goulart, anteriores à ditadura, é o nacional-desenvolvimentismo – não se deve esquecer, porém, as diferenciações entre esses dois governos. Por outro lado, o modelo de desenvolvimentismo dependente-associado relaciona-se em boa parte ao governo de JK e seu intervencionismo extremamente planejado, e sobremaneira aos governos da ditadura e seus programas de intervenção pesada na produção econômica, com reflexos diretos nos padrões de acumulação capitalistas no Brasil.

Ao mesmo tempo que explicita muito bem as múltiplas configurações dos conceitos de desenvolvimentismo e seus dois subtipos, Fonseca nos fornece a chave para a aproximação definitiva entre as políticas econômicas dos governos da ditadura pós-1964 e as teorias e orientações desenvolvimentistas, separando os contextos históricos, as composições sociais e características políticas específicas entre os governos anteriores e os que se sucederam ao golpe.

Vejamos, por exemplo, a proximidade entre as formas de desenvolvimentismo através da análise do papel do Estado e da relação com o capital estrangeiro desses vários governos. No trecho a seguir, Fonseca conclui sobre a aproximação prática e metodológica entre essas atuações estatais, cada uma em seu tempo, mas com algumas interações político-econômicas entre elas:

Quanto à diferença entre o papel do Estado e o do capital estrangeiro, é mais uma questão de grau ou de relevância que de exclusão ou inclusão, pois nem o “nacional-desenvolvimentismo” exclui o capital estrangeiro, nem o “desenvolvimentismo dependente-associado” prescinde do Estado como agente estratégico da política econômica. [...] Deve-se atentar para o fato de que os dois subtipos integrarem o núcleo comum deve-se em parte à própria definição de projeto nacional aqui adotada, associada à estratégia para a nação, sem qualquer conotação de xenofobia ou aversão a priori ao capital

<sup>93</sup> Fonseca (2015, p. 42-43, grifo nosso).

estrangeiro. [...] se a “projeto nacional” se associasse repulsa ao capital estrangeiro, simplesmente, nenhum caso latino-americano selecionado poderia ser considerado como “desenvolvimentismo”<sup>94</sup>.

Por meio das definições de desenvolvimentismo vistas até então, percebemos que os governos da ditadura também optaram por muitas das diretrizes macroeconômicas desenvolvimentistas, sobressaindo-se os inúmeros projetos intervencionistas de grandes obras de infraestrutura – que montaram país afora várias instalações de produção pesada, cujas estruturas, em sua grande maioria, passaram a pertencer a empresas estatais.

Assim, a política desenvolvimentista dos governos militares fez incrementos robustos para o crescimento da produção industrial nacional e o conseguinte aumento do consumo de produtos industrializados com alto valor agregado. Ademais, a prioridade era aumentar as exportações industriais, o que de fato passou a ocorrer mais substancialmente a partir do período do “milagre”.

Sobre o “milagre econômico”, especificamente entre os governos Costa e Silva e Médici, e a retomada do crescimento econômico brasileiro nesse período, com resultados positivos nos setores produtivos estratégicos, recorremos à passagem pertinente de José Pedro Macarini:

O desempenho da economia brasileira no ano de 1968 fora, de vários pontos de vista, extremamente satisfatório. O setor industrial, segundo apontavam as primeiras estimativas da época, desfrutara de uma excelente performance: sua taxa de crescimento teria se aproximado de 14% [...] O notável desempenho do setor industrial já desvelava o essencial do novo padrão de crescimento: a indústria automobilística inicia em 1968 o seu ciclo de recordes sucessivos de produção (mais de 270 mil unidades produzidas, contra 225 mil em 1967) e a indústria da construção civil experimenta substancial ativação (expressão do incremento da demanda habitacional ou da maior expansão do gasto público). [...] a siderurgia cresce ao redor de 16% em 1968; e o setor de materiais de construção chega inclusive a ser surpreendido pela grande expansão da demanda [...] Por outro lado, as exportações exibiam os primeiros sinais do futuro boom exportador, tendo experimentado o seu primeiro grande salto ao atingir a marca de us\$ 1,8 bilhão (após mais de 15 anos de literal estagnação), enquanto as reservas internacionais, pela primeira vez em vários anos, logravam atingir um modesto incremento, pouco superior a US\$ 100 milhões<sup>95</sup>.

Contudo, para consolidar o objetivo de maximizar a produção e o consumo dentro da estratégia de ampliação da acumulação de capital no país, era preciso que os governos militares

---

<sup>94</sup> Fonseca (2015, p. 43-44).

<sup>95</sup> Macarini (2006, p. 463-464).

resolvessem os antigos problemas da estrutura econômica brasileira, concentrando-se em solucionar a deficiência da produção em setores estratégicos, especialmente o de energia. Ao mesmo tempo que potencializaram a infraestrutura básica, os militares passaram a investir no crescimento do ramo de bens de produção, como o siderúrgico, o metalúrgico, o de máquinas e equipamentos, além do petroquímico e o de cimento.

Sem dúvida, uma das maiores debilidades produtivas nacionais era a fraca interligação dos transportes entre as regiões brasileiras, uma vez que não permitia a integração dos centros econômicos nacionais no Centro-Sul aos diversos centros regionais. Por isso, era necessário ampliar e consolidar a interconexão central da capital Brasília com todas as regiões a fim de solucionar os isolamentos de extensas áreas do Nordeste e do Norte do país.

Na tentativa de solucionar todos esses problemas estruturais da economia brasileira, os militares passaram a adotar, de forma mais recorrente, medidas desenvolvimentistas, associando-as à Doutrina da Segurança e Desenvolvimento. Segundo suas conveniências políticas, absorveram algumas das orientações econômicas institucionais gestadas ainda em 1930, intensificadas no segundo governo Vargas e mantidas nos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

Todos esses governos operaram intervenções estatais que marcaram a expansão do capitalismo nacional, consolidada na segunda metade do século XX – com maior destaque para Vargas e JK, devido ao maior volume de suas ações. Na sequência, vêm os militares, que investiram maciçamente em obras de infraestrutura e determinaram os grandes projetos hidrelétricos como chave para ampliar a geração energética.

### **3.2 O desenvolvimentismo da ditadura e a Usina de Boa Esperança como chave na integração energética Norte-Nordeste**

Apesar de haver uma linha geral seguida pelos grupos sociais dominantes que patrocinaram o golpe de 1964 e, na sequência, participaram dos governos ditatoriais, houve também diferenças metodológicas entre esses grupos ao longo dos cinco governos militares, condicionadas sobretudo às oscilações históricas na conjuntura internacional.

Entretanto, no geral, os membros dirigentes da ditadura militar seguiram a linha mestra e contínua de favorecimento de alguns segmentos privilegiados do grande capital nacional e estrangeiro – e incluíram no objetivo central de ampliação da acumulação capitalista a política sistemática de espoliação dos trabalhadores à base de métodos repressivos.

Segue o trecho abaixo acerca das diferenciações e adaptações no interior dos núcleos dirigentes dos vários governos da ditadura:

O longo período de mais de vinte anos da Ditadura Militar brasileira não abriga políticas estatais de mesmo tipo. [...] Em primeiro lugar, dentro do grupo golpista de 1964, havia diferentes segmentos com interesses e projetos distintos, fazendo com que algumas sucessões no interior da ditadura representassem modificações nas políticas estatais implementadas. Além disso, as diversas conjunturas internacionais encontradas nos anos 1960, 1970 e 1980 levaram a reorientações de programas, conforme a conveniência e as possibilidades de cada momento. Dessa forma, o governo, inaugurado em março de 1974, estava condicionado diretamente pelo choque internacional do ano anterior, quando houve a elevação substantiva do preço do petróleo – e de [...] matérias-primas e bens de produção [...] Houve uma elevação dos juros praticados internacionalmente [...] O abalo internacional de 1973 pôs em xeque o modelo do desenvolvimento do chamado “milagre” econômico. [...] Com o choque internacional do petróleo, houve o fim da liquidez internacional de crédito e investimentos, esgotando-se o modelo do “milagre” [...]”<sup>96</sup>.

Assim, após a primeira estabilização política e econômica no governo Castello Branco, passou-se a um período de grandes investimentos em infraestrutura a partir de Costa e Silva e Médici, com destaque para a construção de grandes hidrelétricas, como a Usina de Boa Esperança – mantida pelos dois governos como parte dos empreendimentos estratégicos do governo federal no Nordeste.

Cabe lembrar que a Usina de Boa Esperança, no Piauí, foi inicialmente coordenada, nessa época, pela COHEBE. Depois de inaugurada, foi incorporada à estrutura da grande empresa federal do setor elétrico no Nordeste, a CHESF, criada por Vargas em 1945 e presente na região desde então, com a construção e a operação do complexo de Usinas de Paulo Afonso, na Bahia. Atualmente, a CHESF atua no país com a operação direta de 12 hidrelétricas no Nordeste, incluindo a Usina de Boa Esperança, além da participação em diversas outras empresas geradoras nacionais<sup>97</sup>.

A seguir, detalharemos as características e os resultados das intervenções desenvolvimentistas e como elas garantiram a consolidação do modelo de capitalismo nacional associado-dependente adotado pelos governos militares a partir do golpe de 1964. Recorremos a trechos do texto “Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado”<sup>98</sup>, de

<sup>96</sup> Campos (2019, p. 260-261).

<sup>97</sup> COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. *Sistemas de Geração*. Disponível em: <http://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/SistemasGeracao.aspx/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>98</sup> MACIEL, David. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 64-78, jan./jun. 2014.

David Maciel, que analisa o caráter classista burguês dos governos da ditadura, assim como a escolha desses mesmos governos pela dependência econômica externa.

A Ditadura Militar (1964-1985) cumpriu um papel histórico fundamental para a atual supremacia do capital monopolista sobre a sociedade brasileira, qual seja o de interromper o movimento antiautocrático desencadeado pelas classes trabalhadoras e suas organizações políticas e sociais no início dos anos 60 e repor a autocracia burguesa em bases atualizadas e apropriadas ao capitalismo monopolista dependente-associado. [...] A reposição da autocracia burguesa demandou não só uma intervenção radical [...] visando ao controle dos conflitos políticos e sociais, mas a aceleração do processo de transformação capitalista modificando drasticamente a estrutura econômico-social, a relação entre sociedade e Estado e a própria dinâmica da luta de classes. [...] Este movimento desencadeia o estabelecimento de um novo padrão de acumulação capitalista dirigido pelas empresas estrangeiras situadas no departamento III da indústria (bens de consumo duráveis) que submete a economia brasileira aos ritmos de reprodução e lucratividade específicos do capital monopolista, estabelecendo uma nova dinâmica econômico-social; ao mesmo tempo em que reforça a dependência ao capital externo, colocando-a em novas bases<sup>99</sup>.

É importante lembrar que essa política dependente foi erguida sobre os pilares Segurança e Desenvolvimento, propagandeados pelo regime ditatorial. Assim, esses alicerces do intervencionismo dos governos militares procuraram, em sentido máximo, garantir o controle do país por parte de forças políticas conservadoras, reprimindo fortemente os movimentos sociais “não alinhados” e “subversivos”. Na ponta final dessa orientação conservadora, buscaram assegurar a produção de altos lucros a alguns grandes grupos capitalistas operantes no Brasil.

A seguir, trazemos um recorte do texto de Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury<sup>100</sup> sobre as análises do economista baiano Rômulo Almeida, que propõe reinterpretar o desenvolvimentismo no Brasil – e faz críticas pertinentes à política econômica da ditadura.

Rômulo compreende o período inicial da ditadura a partir da contradição entre o programa privatista e a contingência econômica que impeliu o Estado a um grande aumento percentual dos investimentos nas infraestruturas, atuando como uma das causas do crescimento acelerado do período. A outra causa seria a inércia dos agentes dinâmicos criados no período anterior, que continuaram atuando e somados a um novo e importante agente criado pelo “governo revolucionário” – o Banco Nacional de Habitação – teria dado um impulso adicional ao ritmo do desenvolvimento que desembocou no “milagre econômico” [...]. No I Plano Nacional de Desenvolvimento, Rômulo identifica, como objetivo principal, a competição internacional do país,

<sup>99</sup> Maciel (2014, p. 64-65).

<sup>100</sup> BARBOSA, Alexandre de Freitas; KOURY, Ana Paula. Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 1075-1113, dez. 2012 (p. 1105).

portanto a “defesa da empresa privada nacional” acentuada sem a preocupação com a concentração econômica. O objetivo era “desenvolver um modelo brasileiro de capitalismo industrial e de capitalismo financeiro. [...] A ideia de desenvolver as exportações” [...]. Em tal modelo, Rômulo aponta o retorno de uma “visão colonialista” da integração nacional por meio dos programas de transportes, com vistas à exportação, isto é, “como se estivéssemos voltando ao século XIX quando a estrada de ferro não buscava o Brasil ao Brasil, mas o Brasil ao exterior; cada hinterland ao seu porto; e o porto a Hamburgo ou Nova York”. Cita, por exemplo, o Plano de Integração Nacional – PIN (1970), que destinou vultosos recursos para a criação de grandes vias como a transamazônica [...] O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), na opinião de Rômulo, representou avanços em relação ao primeiro, na integração nacional, também na inserção externa na economia mundial, no desenvolvimento social e promoção das indústrias de base e insumos<sup>101</sup>.

Conforme o texto, a orientação intervencionista da política econômica dos governos da ditadura – especialmente os planos citados, do governo Médici – interligava-se às medidas adotadas por governos anteriores; nesse sentido, não necessariamente se configurou uma inovação. Houve, inclusive, uma busca pelo aumento das exportações no setor de transportes, o que seria um verdadeiro retorno de uma “visão colonialista”, nas palavras de Rômulo Almeida.

Entretanto, algumas das medidas institucionais são novas, como o endurecimento severo no tratamento das demandas populares, a exacerbação da dependência externa, a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e a financeirização acelerada da economia nacional; como resultado geral, promoveu-se um processo de grande concentração econômica sem precedentes no capitalismo brasileiro.

A seguir, trazemos um trecho de José Pedro Macarini, que trata desse processo de alta concentração econômica no Brasil durante a ditadura – com foco no setor bancário nacional que, com os militares, começava a consolidar seu papel na engrenagem produtiva a partir da formação do conglomerado financeiro-industrial.

De início discretamente e um pouco mais à frente (em 1971- 1972) de forma explícita, uma estratégia de fomento da concentração bancária e financeira constituiu uma peça importante da política econômica delfiniana durante o “milagre” brasileiro. [...] Tal projeto é expressão do peso que as frações empresariais bancárias lograram alcançar, sendo indiscutível o superfavorecimento do grande capital bancário pela política econômica conduzida [...]. Com efeito, durante o “milagre”, a concentração bancária, ao se fazer pari passu com o processo de centralização financeira sob a égide do grande capital bancário, daria nascimento à figura do conglomerado financeiro. Tal entidade, a partir de certo momento, passa a ser apontada como o primeiro degrau para a formação de um verdadeiro conglomerado

---

<sup>101</sup> Barbosa e Koury (2012, p. 1105).

financeiro-industrial [...] fundamental para assegurar a consolidação do desenvolvimento e a plena constituição da Nação. A proposta da conglomeração constitui um enigma da política econômica da ditadura; existem indicações, porém, de que o seu primeiro lançamento oficial, em círculo restrito, date de 1969<sup>102</sup>.

Depois de analisarmos vários textos sobre as políticas econômicas dos governos ditatoriais, conseguimos detalhar os objetivos concentracionistas de favorecimento de grupos específicos a partir do intervencionismo militar. Sobre esse assunto, escolhemos outro trecho de Pedreira Campos, em que ele esmiúça o papel hegemônico das grandes construtoras nos projetos de infraestrutura ao longo da ditadura – com destaque para a imensa quantidade de obras hidrelétricas. Reiteramos que essas obras marcaram a relação íntima das maiores construtoras brasileiras com os governos militares, configurando o poderio hegemônico das chamadas “empreiteiras” – dentre as quais se destaca o grupo mais seletivo, formado por quatro grandes construtoras de hidrelétricas, as conhecidas “barrageiras”.

Lei de junho de 1960 criou o Ministério de Minas e Energia (MME), [...] Instalado em fevereiro de 1961, o novo ministério passou a ser área de atuação privilegiada das grandes empreiteiras, as **barrageiras**. [...] Criada na sessão do CNAEE, em 1962, com a presença do presidente da República, a Eletrobrás tinha verbas oriundas do empréstimo sobre energia elétrica, instituído em 1962, e do IUEE, aprovado em 1964. Com esses recursos depositados no fundo de eletrificação, a estatal e suas subsidiárias foram instrumento para fortalecer as grandes construtoras brasileiras durante a ditadura, com obras de hidrelétricas e linhas de transmissão, que ficaram a cargo de um grupo seletivo de empresas e que constituíram o grande capital do setor<sup>103</sup>.

No “clube das barrageiras”, temos as construtoras que mais lucraram com as obras de infraestrutura do período. Começamos pela Odebrecht, da Bahia, que foi a segunda maior em faturamento no ano de 1979 – única empresa nordestina a integrar o grupo que domina o setor<sup>104</sup>. A Camargo Corrêa, de São Paulo, liderou em faturamento nos períodos de 1971-1978 e 1980-1983<sup>105</sup>. Além das anteriores, temos mais duas construtoras de Minas Gerais: a Andrade Gutierrez, líder no ano de 1979, e a Mendes Júnior, líder em 1984. Esta última foi a responsável pela obra da Usina de Boa Esperança, no Piauí, entre os anos de 1967 e 1970<sup>106</sup>. As quatro empresas quase sempre se revezaram entre a primeira e a quarta colocação dos maiores faturamentos no ramo da construção civil, entre 1971 a 1984.

<sup>102</sup> Macarini (2006, p. 473-474).

<sup>103</sup> Campos (2017b, p. 52-53, grifo nosso).

<sup>104</sup> Campos (2017b, p. 100).

<sup>105</sup> Campos (2017b, p. 85).

<sup>106</sup> Campos (2017b, p. 94-95); Lima (2007, p. 75).

O domínio hegemônico dessas quatro grandes construtoras brasileiras foi praticamente naturalizado dentro dos meios políticos durante a ditadura, seja por editais arranjados para empresas predeterminadas – por meio de acordos prévios entre as próprias construtoras, as quais estabeleciam a ordem de escolha de cada uma, o que, com frequência, também se completava com as coparticipações na mesma obra –, seja como mecanismo mais importante de acumulação de capital usado por essas “barrageiras” – uma vez que quase sempre havia os aditivos de contrato, que multiplicavam astronomicamente os valores iniciais do contrato da obra.

Sobre esse universo de manipulação e beneficiamento econômico, o artigo de Pedreira Campos nos ajuda a explicar as estratégias dos governos militares para beneficiar grandes construtoras nos editais de obras públicas. Na citação a seguir, apresentamos a fala de um empreiteiro que se queixa, segundo ele, dos “editais sujos” das grandes obras de construção:

No setor de obras, uma prática que deforma as disputas é a chamada “concorrência dirigida”. É comum entre os empreiteiros, assim que um edital é publicado, ocorrer a pergunta: Quem é o dono desta? Trata-se da vitória do lobby e não da competência. Este fato, no Brasil dos últimos anos, é tão verdadeiro, que levou a uma enorme concentração de obras nas mãos de somente quatro macroempresas. São as que detêm o mais eficiente lobby. [...] <sup>107</sup>.

Em outra passagem desse mesmo artigo de Campos, outro empreiteiro escancara como eram praticados esses métodos obscuros das grandes barrageiras e cita, em especial, os rastros das operações da maior de todas elas, a Camargo Corrêa, que “ganhou” a obra de Tucuruí.

Existem duas posições fundamentais e regras básicas. O bom empreiteiro é aquele que faz duas coisas: primeiro, cria a obra. Você criando a obra, ela é sua ao nascer; a concorrência é outro papo. E funciona em 90% dos casos. Isso é a primeira regra. A segunda regra, é a seguinte – essa já é numa fase posterior – bom empreiteiro é aquele que a transforma num bom negócio. Porque contrato de obra, qualquer um tem. Fazer desse contrato um bom negócio, esse é o bom empreiteiro. Porque não tem nenhum contrato que termine como começou. Não tem um. [...] A CR Almeida entrou, numa determinada concorrência, com um preço da ordem de sete bilhões. A Mendes entrou com sete bilhões e meio, a Cetenco entrou com sete bilhões. A Camargo ganhou a concorrência com quatro bilhões. A preços iniciais da obra, porque você para ter uma referência utiliza os preços iniciais. O contrato inicial da Camargo era quatro bilhões. Entretanto, entre outras coisas a Camargo conseguiu botar lá dentro uma eclusa de trezentos milhões de dólares. Essa foi aquela segunda etapa que eu falei. Do transformar um contrato em um bom negócio. O contrato ele pegou por um preço que o levaria à falência. Não dava para perder

---

<sup>107</sup> Campos (2019, p. 274).

três bilhões de cruzeiros. Depois então que já pegara esse contrato, mudou e incluiu a eclusa. [...] <sup>108</sup>.

Especificamente sobre a Camargo Corrêa e a obra de Tucuruí, o trecho abaixo revela o favorecimento econômico escandaloso do governo à empresa:

A Camargo Corrêa particularmente era conhecida por modificar a obra para torná-la mais rentável. O alto funcionário da empresa assim se refere a essa reputação da companhia: “A Camargo Corrêa tinha a fama de sempre apresentar uma conta nova no curso das obras, como maneira de ganhar mais dinheiro. Estávamos, porém, em busca de melhores soluções” [...] O caso de Tucuruí parece ser representativo dessa tendência. Segundo denúncia da revista *Veja*, publicada em abril de 2001, a obra teve um total de 29 aditivos, esticando os serviços e multiplicando o valor inicial do contrato. Obras auxiliares, como a construção das eclusas e a duplicação de Tucuruí, também ficaram a cargo da Camargo Corrêa [...] <sup>109</sup>.

Na leitura de *Estranhas catedrais*, encontramos um retrospecto histórico da evolução desse mercado de grandes obras de infraestrutura, desde meados do século XIX até o século XX, especialmente na ditadura militar. Nesta obra, Pedreira Campos aponta os setores estratégicos escolhidos para investimentos, as mudanças nos papéis dos agentes públicos e privados ao longo desse período, os instrumentos institucionais de intervenção e o processo de formação e consolidação da indústria nacional de construção pesada.

Três períodos e modelos se sucederam no mercado de obras de infraestrutura:

- 1.** De meados do século XIX até as décadas de 1920 e 1930, quando as principais obras de engenharia no país eram realizadas por empresas privadas estrangeiras, contratadas principalmente por outras firmas estrangeiras [...] em especial ferrovias, energia, portos e serviços urbanos; [...]
- 2.** Das décadas de 1920 e 1930 até meados dos anos 50, quando o Estado entrou como contratador e também realizador de obras públicas, subsidiando a formação e fortalecimento de um capital industrial no país, o que incluiu a criação de instrumentos jurídicos e institucionais, como a criação de agências que iam contratar as obras de infraestrutura; [...]
- 3.** De meados da década de 1950 em diante, quando o modelo inaugurado nos anos 30 se consolidou e foi aperfeiçoado, através da elevação do aparelho de Estado a demandante quase exclusivo de obras públicas e estabelecendo a separação entre a atividade estatal-contratante e privada-contratada. A montagem desse modelo a partir do período JK, em subsídio ao desenvolvimento do capital industrial no país, criou [...] o mercado nacional de obras públicas [...] a ditadura civil-militar brasileira não inovou formalmente em relação a esse terceiro modelo, mantendo as linhas mestras

---

<sup>108</sup> Campos (2019, p. 275-276).

<sup>109</sup> Campos (2019, p. 276).

de um mercado altamente rentável para as empresas nacionais de engenharia<sup>110</sup>.

Ressalta-se novamente que o modelo de estruturação produtiva, com perfil aprimorado de planejamento institucional, favoreceu setores do grande capital privado no segmento de construção pesada ao priorizar os grandes projetos hidrelétricos. Esse modelo só passou a funcionar, propriamente, a partir de meados da década de 1950 com o governo JK.

Anteriormente, houve um período de transição nos modelos de grandes construções – no caso, as iniciativas dos governos de Vargas. À época, quando do início da construção do parque hidrelétrico nacional, foram concedidas às empresas estatais de energia não só a responsabilidade pela operação das usinas construídas, mas também a própria execução das obras de engenharia. Vinte anos antes da ditadura, iniciou-se a montagem do parque hidrelétrico nacional estatal; em 1945, Vargas determinou a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF).

Com a CHESF no comando total da execução da obra, foi construída a primeira usina do Complexo de Usinas de Paulo Afonso (Usinas Paulo Afonso I, II, III e IV), na Bahia, entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1950. Lembramos que essa empresa federal posteriormente também assumiu a tarefa de administrar o complexo de geração e distribuição de eletricidade em todo o Nordeste desde então – incluindo a operação da Usina de Boa Esperança, no Piauí, a partir de 1970, quando foi inaugurada.

Em 1940, 98% da energia elétrica do país era controlada pelo capital privado. [...] o avanço do aparelho estatal sobre o setor continuou, o que era uma vitória para as construtoras nacionais. Representante disso foi o projeto da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e da usina de Paulo Afonso. Criada em 1945, a Chesf era uma empresa estatal voltada para auxiliar o desenvolvimento regional do Nordeste, [...] começou em 1948 a construir a hidrelétrica de Paulo Afonso, a maior do país então, sob a justificativa de que a Amforp só atendia às capitais nordestinas e não chegava ao interior dos estados. [...] Paulo Afonso representou uma espécie de ponto de transição nos modelos de construção hidrelétrica no país, [...] sua obra ficou sob a incumbência da própria estatal, enquanto as futuras obras estariam sob o encargo de empresas privadas [...] nacionais. Apesar de caracterizado como projeto mais voltado para o desenvolvimento regional, a Chesf fazia parte de uma política mais ampla de intervenção estatal no setor elétrico<sup>111</sup>.

Da mesma forma que a Usina de Paulo Afonso fora construída para promover o desenvolvimento do Nordeste, a Usina de Boa Esperança também fez parte da estruturação

---

<sup>110</sup> Campos (2017b, p. 64-65, grifo nosso).

<sup>111</sup> Campos (2017b, p. 51-52).

econômica regional e nacional com forte intervenção estatal, elencada com destaque no projeto geral do desenvolvimentismo na região nordestina.

Nessa linha de raciocínio, ao observarmos os objetivos prioritários desse projeto de expansão econômica, logo percebemos que a hidrelétrica no Piauí foi feita visando resultados para além do estado e da região Nordeste. De imediato, verifica-se que o empreendimento proporcionou desde o começo grandes lucros à construtora mineira Mendes Júnior, responsável pelas obras.

Sobre isso, vejamos a citação a seguir, que nos traz muitas informações importantes divulgadas por jornais piauienses na época da construção da Usina de Boa Esperança:

[...] a COHEBE contou com a assessoria de inúmeros escritórios de pesquisa técnico-científica, tendo sido escolhida a construtora de Minas Gerais Mendes Júnior para a execução das principais obras físicas, além de outras empresas menores de construção civil e empresas prestadoras de serviços em geral. [...] *cerca de 15 firmas, inclusive uma estrangeira participou da obra que representa para o Piauí e Maranhão, o mesmo que Paulo Afonso representava para as outras unidades do Nordeste.* [...] Nesse sentido a construção dessa grande obra no estado remonta a atuação inicial própria política sudenista no Piauí, como podemos conferir nas palavras do primeiro superintendente da instituição o economista Celso Furtado, que em visita a capital piauiense em 1962 declarou que a obra *fazia parte do primeiro plano diretor da SUDENE*<sup>112</sup>.

Constatamos o papel de destaque da empreiteira mineira na obra da UBE, assim como a atuação da Sudene na execução do plano geral de integração do Nordeste ao mercado nacional. Entretanto, verificamos que os ganhos significativos com a construção da usina não necessariamente favoreceram o Nordeste, muito menos o estado do Piauí; na verdade, foram garantidos ganhos consideráveis às inúmeras empresas sediadas no Centro-Sul que, com essa intervenção regional, tinham destino certo para desafogar sua produção. Assim, além da Mendes Júnior, identificamos também o agraciamento vultoso de outras empresas sediadas no Centro-Sul – algumas nacionais, como as indústrias de equipamentos elétricos utilizados em usinas e em minissistemas de geração de energia.

Na citação a seguir, destacam-se informações apuradas pelos jornais piauienses sobre os gastos da Sudene à época da eletrificação do Nordeste.

Entretanto, mesmo com o avanço da instalação de novas usinas em vários cantos do Brasil, como a de Boa Esperança em Guadalupe, o Setor Elétrico seguia tentando amenizar as situações emergenciais de fornecimento de

---

<sup>112</sup> O COOPERATIVISTA, Teresina, 28 fev. 1965, p. 1 (grifo nosso).

energia frente ao crescente mercado consumidor. Com esse objetivo geral, procura-se então avançar na superação dos limites dos sistemas municipais de fornecimento de eletricidade baseados nas usinas termelétricas, como era o caso da maioria das cidades piauienses. Sobre essa realidade, observamos [...] o anúncio da contemplação de municípios do Piauí dentro do *Plano de Eletrificação do Nordeste* a ser realizado pela CERNE, Companhia de Eletrificação do Nordeste, empresa criada pela SUDENE e que com esse plano estimava atingir 450 municípios da Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí. [...] Algo muito interessante de se notar [...] é o detalhamento do projeto de eletrificação, com o registro da data e a descrição da cerimônia de assinatura do contrato firmado entre a SUDENE e a indústria paulista Villares, a qual ficou incumbida de fornecer os motores a diesel para a geração nestas comunidades interioranas<sup>113</sup>.

É importante mencionar que o projeto de Boa Esperança está associado à garantia de escoamento da produção de automóveis e de equipamentos mecânicos e elétricos produzidos, principalmente, por indústrias estrangeiras instaladas no Centro-Sul do Brasil. Lembramos que esse mesmo projeto de infraestrutura relaciona-se diretamente aos interesses dos bancos financiadores das obras – e, notadamente, essas instituições financeiras também são em sua maioria estrangeiras.

Aqui, abrimos espaço para algumas considerações pertinentes em torno das bases sociopolíticas e dos resultados finais do intervencionismo dos governos militares. Chama-nos atenção a relação direta entre a concentração produtiva em algumas grandes empresas nacionais e estrangeiras e a elevada concentração de renda nos estratos mais altos da sociedade brasileira. Isso provocou um grave prejuízo aos brasileiros mais pobres e revelou o caráter claramente burguês dos governos ditatoriais militares.

Sobre isso, recorreremos novamente ao texto de David Maciel, em que o autor demonstra com base em textos de vários outros autores a dinâmica econômica elitista das intervenções dos governos da ditadura.

O processo de concentração e centralização capitalista acelera o processo de concentração de renda, pois enquanto os 20% mais pobres da população economicamente ativa com rendimento não nulo tiveram sua participação na renda nacional reduzida de 3,6% em 1960 para 3,2% em 1980; os 20% mais ricos aumentaram sua participação de 54,4% para 63,2%; no segmento 1% mais rico o aumento foi de 12,1% para 18,2 no mesmo período. [...] Foi a este um quinto da sociedade brasileira, formado pelas diversas burguesias e pela classe média alta, que a Ditadura Militar serviu, como forma política perfeita da autocracia burguesa<sup>114</sup>.

<sup>113</sup> O DIA, 30 set. 1963, p. 1 (*apud* Lima, 2007, p. 58, grifos do autor).

<sup>114</sup> Maciel (2014, p. 68).

Maciel também discute a iniciativa dos governos militares de internacionalizar a economia brasileira: ao justificarem a necessidade de aumentar as exportações, foram promovendo cada vez mais a dependência externa crônica do país para a entrada desses investimentos estrangeiros.

A internacionalização da economia foi outra modificação definitiva desenvolvida pela política econômica da Ditadura Militar, que se deu no sentido da presença crescente do grande capital externo em diversos setores da economia brasileira, na criação de um movimento de expansão externa cujo primeiro passo foi a transformação da indústria brasileira em plataforma de exportação das empresas transnacionais aqui instaladas e no estabelecimento de uma estrutura de financiamento crescentemente dependente de recursos externos [...] A partir do golpe de 1964, a penetração do capital externo na economia brasileira aumentou exponencialmente. [...] o volume total de investimentos e reinvestimentos estrangeiros na economia brasileira saltou de 956 milhões de dólares no período 1951-1960 para 2,12 bilhões na década seguinte (1961-1970), 12,3 bilhões entre 1971-1979 e nada menos que 9,49 bilhões apenas entre 1980 e 1984 [...] <sup>115</sup>.

Como podemos perceber nas informações reveladas por Maciel, com base em dados oficiais do Banco Central à época, a conjuntura da ditadura misturou basicamente o elitismo político-social do alto escalão militar com a escalada de dependência dos capitais internacionais na política econômica.

Além disso, o autor aponta para o resultado da alta concentração da produção industrial nas empresas estrangeiras, o que nos permite depreender desse processo uma aceleração da desnacionalização da economia brasileira, tanto em relação à dependência de capitais externos quanto ao domínio da grande produção sob o controle de empresas multinacionais.

[...] das 1528 maiores empresas industriais existentes no país no ano de 1970, 29,3% eram propriedade estrangeira (448 empresas), 67,5% de propriedade privada nacional (1032 empresas) e 3,1% de propriedade pública (48 empresas). Porém, apesar das empresas públicas responderem por 16,6% da produção, indicando o altíssimo grau de concentração nas empresas estatais, nada menos que 50,1% da produção industrial das maiores indústrias provinham das empresas estrangeiras. [...] Paralelamente, a pauta de exportações brasileira diversificava-se para fazer frente à necessidade crescente de divisas, a fim de garantir a remuneração do capital externo e para contornar os limites do mercado interno, configurando uma perspectiva imperialista, subimperialista [...] <sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> Maciel (2014, p. 68).

<sup>116</sup> Maciel (2014, p. 68).

Além da grande concentração da produção industrial sob o controle de empresas estrangeiras durante a ditadura, tivemos também um processo de inversão na tomada de empréstimos no mercado financeiro internacional. O Estado brasileiro assumiu, a partir dos governos militares, a função de principal devedor de créditos no lugar dos setores privados, o que certamente gerou uma imensa dívida estatal.

Sobre a inversão de papéis econômicos entre o público e o privado, e também sobre as próprias limitações e contradições da internacionalização da economia brasileira, vejamos abaixo mais um trecho do texto de Maciel:

Se originalmente a abertura para a inserção das empresas estrangeiras na indústria brasileira inscrevia-se no projeto de substituição de importações, que vislumbrava colocar a internalização da acumulação capitalista em novo patamar, as próprias contradições geradas pelo novo padrão de acumulação dependente-associado levaram ao colapso do projeto desenvolvimentista e tornaram a internacionalização direta ou indireta da economia a condição para a continuidade do capitalismo monopolista no país. Se inicialmente pretendia-se ampliar o parque industrial nacional introduzindo o setor de bens de consumo duráveis, particularmente o automobilístico [...] e fortalecendo o setor de bens de capital de propriedade estatal ou privada nacional, a própria dinâmica de acumulação instituída a partir da entrada do grande capital externo determina a ampliação de sua presença por outros setores. Além disso, o financiamento da acumulação passa a depender fundamentalmente de recursos externos, principalmente por meio do endividamento estatal [...] Durante os anos 70 ocorre um processo de “estatização” da dívida externa, que simplesmente inverte a posição do capital privado e do setor público como tomadores de empréstimos junto a capitais privados: em 1972 75,1% das captações brutas eram efetuadas pelo capital privado, enquanto no setor público apenas 24,9%; porém, em 1980 os índices passam a 23,4% e 76,6%, respectivamente. Neste período, o montante tomado pelo setor público para “intermediação financeira” quase quadruplica, passando de 3,1% para 11,1% do total [...]<sup>117</sup>.

Logo, durante a ditadura ocorreu uma progressiva concentração da produção industrial, cada vez mais controlada pelo capital externo. Além disso, houve a associação dessa concentração e do aumento substancial da produção à elevação do endividamento do Estado, que, a partir dos governos militares, passou a assumir a maior parte da responsabilidade na captação de capitais estrangeiros – distribuídos generosamente aos setores privilegiados da economia, muitos dos quais dominados por empresas multinacionais de transportes e equipamentos que recebiam empréstimos subsidiados, além das grandes construtoras e bancos nacionais, todos favorecidos. Ao final de todo o esquema, o resultado era extremamente oneroso aos cofres públicos, com reflexos danosos ao futuro da nação.

---

<sup>117</sup> Maciel (2014, p. 69).

Como vimos, esse processo de crescimento econômico foi marcado pelo financiamento internacional associado à consolidação das grandes empresas privadas atuantes no mercado brasileiro. No caso das empresas nacionais, destacam-se as de construção pesada, especialmente as empreiteiras “barrageiras”, as quais consolidaram sua hegemonia. Já entre as estrangeiras, sobressaem-se as indústrias automotivas e as de equipamentos elétricos e mecânicos, além, é claro, dos bancos externos financiadores dos projetos estatais.

Nesse cenário, cabe ressaltar o alto endividamento do Estado brasileiro operacionalizado pelos governos militares, que direcionavam às grandes empresas vultosos recursos. Com frequência, a intervenção financeira direta do governo mais servia ao abastecimento lucrativo dos negócios das empresas do que à garantia do pleno e sustentável desenvolvimento nacional.

Ao confirmarmos até aqui os elementos centrais dessa orientação político-econômica da atuação estatal, passamos a refletir sobre as opções políticas questionáveis dessa macrointervenção. Desse modo, verificamos noutra passagem, a seguir, que os desvios político-institucionais levaram também a distorções técnicas e operacionais futuras, produzidas pelos governos da ditadura em benefício das mesmas grandes empresas – enfatiza-se acima de tudo a condenável opção financeira de endividamento sem precedentes do Estado brasileiro.

Portanto, temos a esse respeito a importante informação de um problema operacional de insuficiência da rede de transmissão elétrica nacional, que se revelara em meados da década de 1980. Logo em seguida, houve o grande afluxo de investimentos em infraestrutura, confirmando-se um planejamento equivocado que causara sérias consequências, como racionamentos e apagões.

Na transição para o período Sarney, regiões do país tiveram racionamento de energia e “apagões”, não em virtude apenas da falta de fontes geradoras de eletricidade, mas em função de os investimentos na ditadura terem se dado primordialmente na geração de energia, em detrimento da transmissão e distribuição. Tratava-se de outra distorção criada pelo poder das empreiteiras, e outros interesses, junto às estatais de energia elétrica, já que as grandes construtoras viam maiores possibilidades de serviços e lucros na montagem de grandes centrais geradoras de energia do que nas linhas de transmissão<sup>118</sup>.

A resposta à pergunta “por que os governos da ditadura fizeram tudo isso?” é respondida com clareza por Campos, em seu texto sobre a Usina de Tucuruí e o favorecimento das grandes empreiteiras.

---

<sup>118</sup> Campos (2017b, p. 354).

Os empreiteiros de obras públicas constituíram alguns dos principais empresários que apoiaram o golpe de Estado de 1964 e conferiram apoio ao regime ditatorial. Donos de empresas com capital majoritariamente brasileiro, esses empresários estavam organizados no Sindicato Nacional de Construção Pesada (Sinicon) e contribuíram com o Ipes e com o movimento de derrubada da democracia. Em contrapartida, foram amplamente beneficiados pelas políticas implementadas ao longo da ditadura, sendo favorecidos com reserva de mercado, financiamento facilitado, isenções fiscais e direcionamento do fundo público para suas atividades [...]

No texto, o autor constata os desvios institucionais dos governos ditatoriais, os quais, com suas medidas intervencionistas, relacionavam-se à construção dessa hidrelétrica e aos empreiteiros. Ao mesmo tempo, ao entendermos as nuances desse caso específico, conseguimos associá-lo às raízes do golpe e das diretrizes posteriores da política econômica da ditadura – juntando a isso os outros setores do grande capital, privilegiados ao longo de todo esse período. Logo, verifica-se que o exemplo das obras de Tucuruí e de outras, como a de Boa Esperança, no Piauí, revela a face completa de toda a distorção política gerada com o golpe de 1964.

Depois dessas reflexões pontuais acerca das orientações político-econômicas e dos reais objetivos do desenvolvimentismo dos militares, seguimos com a análise das medidas institucionais dos governos militares e de suas principais intervenções nos setores econômicos prioritários. Com essa finalidade, iremos nos concentrar, a partir desse momento, na análise dos investimentos no setor de energia – que, ao longo da trajetória das várias políticas desenvolvimentistas governamentais, sempre foram uma das prioridades, senão a maior delas. Focaremos sobretudo a atuação dos governos militares na potencialização desse setor estratégico da energia, conforme o trecho a seguir:

Retomou os investimentos estatais, com aplicações do FFE em obras de grandes usinas de Furnas, Chesf, Cemig, Cesp e outras. **A capacidade instalada nacional aumentou cinco vezes entre 1964 e 1982**, e essa nova geração de energia veio **sobretudo de usinas hidrelétricas, que viraram prioridade na política governamental**. Os beneficiários imediatos desses empreendimentos foram os **empreiteiros**, já que boa parte do custo da construção das usinas nos rios era proveniente das obras civis. Além deles, ganhavam os **produtores** de equipamentos elétricos, predominantemente **estrangeiros**, como Voith, Alstom, General Electric e Brown Boveri, e também os **consumidores eletrointensivos, grandes industriais** dos ramos de ferro, aço, celulose e alumínio, favorecidos pelo custo rebaixado da energia produzida nessas centrais. Com um parque gerador constituído predominantemente de hidrelétricas, o sistema elétrico brasileiro ficava com um custo por quilowatt bastante reduzido, o que era reforçado pelas políticas

de subsídio no preço da energia elétrica, que beneficiavam consumidores industriais<sup>119</sup>.

Analisando mais alguns trechos de outro texto de Pedreira Campos, encontramos informações importantes sobre os interesses empresariais na obra da Usina de Tucuruí. Neles, o autor detalha os grupos privilegiados por esses projetos faraônicos da ditadura militar, ao mesmo tempo que expõe o perfil classista de favorecimento a grandes empresas associadas ao regime ditatorial.

Ao longo de seu artigo, Pedreira Campos questiona a essência do próprio discurso desenvolvimentista e nacionalista da ditadura militar, na medida em que permite reflexões acerca dos impactos e reflexos históricos desse tipo de desenvolvimento, no qual se promoveu uma volumosa acumulação de capitais com o favorecimento escandaloso de setores econômicos bastante restritos. Ao mesmo tempo que o Estado se endividava enormemente, na ponta final desse desenho estrutural, aumentavam bastante as desigualdades sociais.

O projeto da usina hidrelétrica de Tucuruí tem muito a revelar acerca da ditadura brasileira. [...] o projeto foi elaborado e conduzido, sem consulta às comunidades locais, ignorando os impactos sociais decorrentes da mega-usina e [...] os danos ambientais causados pela barragem, a obra é reveladora da ditadura na medida em que ela expressa interesses empresariais que constituíram os seus beneficiários. A falta de transparência no uso dos recursos públicos e que se expressava na forma obscura como foi elaborado o projeto, o edital da obra, o contrato e seus aditivos serviu para favorecer certos interesses empresariais que atuaram no projeto. [...] Dessa forma, entendemos que Tucuruí traz diversos elementos que caracterizam a própria ditadura em seu perfil de classe [...]. Como se vê, os beneficiários da obra [...] empreiteiros, empresários estrangeiros e capital multinacional, na perspectiva do **Estado ampliado**, constituíam a própria ditadura. O projeto de modernização capitalista acelerada e autoritária implementado pelo regime tinha como agentes e beneficiários diretos esses interesses que estavam presentes em iniciativas como a de Tucuruí e de outros projetos tocados pela ditadura empresarial-militar brasileira<sup>120</sup>.

Vimos nessa síntese de Campos que as características do projeto da Usina de Tucuruí, no Pará, se associavam perfeitamente ao caso da Usina de Boa Esperança, no Piauí. O próprio autor, ao final da citação, relaciona os vários projetos tocados de forma autoritária pelos governos da ditadura – todos mais ou menos com o mesmo *modus operandi*: grandes obras favoreceram grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, com resultados para além da ampliação da estrutura econômica produtiva, e deixaram um legado de endividamento e,

<sup>119</sup> Campos (2017b, p. 345-346, grifo nosso).

<sup>120</sup> Campos (2019, p. 281-282, grifo nosso).

principalmente, de não superação dos níveis de subdesenvolvimento social brasileiro, mesmo com altíssimos investimentos financeiros.

Trazemos o trecho a seguir, sobre o conceito de Estado ampliado de Gramsci, referenciado pelo autor, e sobre o uso metodológico do conceito, que se encaixa nessa análise do formato e dos impactos dos grandes projetos de infraestrutura durante a ditadura militar.

Ao criticar a separação liberal feita entre sociedade civil e sociedade política, Gramsci desenvolveu o que alguns consideram uma concepção ampliada de Estado, na qual a separação entre Estado e sociedade é basicamente metodológica, e não orgânica [...]. Essa teorização [...] permite compreender como as classes sociais e suas frações se relacionam não apenas na sociedade civil, mas também [...] dentro do Estado restrito. [...] Pensar o Estado gramscianamente é pensá-lo sob dupla perspectiva: **1)** a das formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e organizam para além da produção, no seio da Sociedade Civil e **2)** a das formas através das quais as agências ou órgãos públicos contemplam projetos e/ou atores sociais emanados dos aparelhos privados de hegemonia dos quais a Sociedade Civil é portadora. [...] Assim, adotando a noção gramsciana de **Estado ampliado**, é fundamental entender como as frações de classe se organizam e desenvolvem projetos no âmbito da sociedade civil; e como as políticas estatais complementam esses agentes sociais devidamente organizados em aparelhos privados de hegemonia<sup>121</sup>.

O autor explora de forma pertinente o conceito de Estado ampliado de Gramsci, que se mostra adequado para entendermos como os governos da ditadura usaram o aparelho estatal brasileiro para beneficiar a si mesmos e aos parceiros empresariais, seus apoiadores.

[...] De porte da ferramenta metodológica do Estado ampliado, é possível verificar e analisar os diferentes interesses envolvidos no projeto [...] em particular o capital monopolista estrangeiro e doméstico, com seus projetos e integrantes inseridos junto às agências estatais no período. Na obra, militares puderam atuar como sócios do empreendimento ao poderem explorar madeira da região inundada. [...] Multinacionais estrangeiras se beneficiaram das isenções fiscais [...] que gerava energia elétrica a baixo custo e subsidiada para produzir alumínio e outros produtos [...] empreiteira Camargo Corrêa, favorecida por um contrato que teve seguidos aditivos, isenções fiscais e recursos de monta [...] Por fim, a própria política endereçada aos trabalhadores gerava benefícios para os empresários envolvidos, [...] uma força de trabalho barata e que tendia a ser mais passiva [...] dado o caráter autoritário do regime. Além disso, conforme vimos, a obra gerou endividamento público, dependência externa e concentração de renda<sup>122</sup>.

<sup>121</sup> Campos (2019, p. 258-259, grifo nosso).

<sup>122</sup> Campos (2019, p. 282).

Como Pedreira Campos esclarece, são todos esses os personagens beneficiados pelo “projeto de modernização capitalista acelerada e autoritária implementado pelo regime”. Os beneficiados são as multinacionais estrangeiras, as grandes empreiteiras nacionais e os próprios militares. Isso denota, portanto, “a própria ditadura em seu perfil de classe”, restando aos trabalhadores a carga penosa das perdas econômicas com o arrocho salarial, perdas sociais devido à redução de gastos com os serviços públicos em geral e perdas políticas com a violenta repressão. Como já vimos, o projeto econômico dos governos da ditadura produziu, ao final, um saldo extremamente negativo de endividamento do Estado brasileiro.

Para completar o delineamento do modo de operação econômica dos governos da ditadura, tomando como referência o caso da Usina de Tucuruí, e ao mesmo tempo identificar as aproximações conceituais e metodológicas de Tucuruí com a Usina de Boa Esperança – e mesmo com toda a investida desses governos na região Nordeste –, trazemos mais algumas informações de Campos.

O autor aponta que o objetivo central de montar a gigantesca hidrelétrica na Amazônia era garantir a oferta de energia abundante e barata às fábricas de alumínio dos estados do Maranhão e do Pará. Logo, ao mesmo tempo que se financiou a instalação da hidrelétrica, foram destinados recursos para a implantação dos complexos mineradores e industriais de fabricação desse produto.

Ao identificarmos o Maranhão como um dos dois centros prioritários no projeto de Tucuruí (1976-1984), deduz-se o papel importante da Usina de Boa Esperança num estágio anterior a meados da década de 1960, uma vez que passou a colaborar para a estruturação industrial do Maranhão, especialmente na região metropolitana da capital, São Luís. Ratificamos que essa estruturação do polo industrial do Maranhão só foi possível a partir da energia gerada pela usina localizada no Piauí.

A UBE exerceu, portanto, três funções centrais nessa escalada regional do projeto desenvolvimentista dos governos da ditadura. A primeira função foi favorecer o enriquecimento da construtora mineira Mendes Júnior, que fez a obra e concentrou o recebimento dos recursos da construção. A empreiteira configurou-se como a grande beneficiária nesse estágio inicial, sem esquecermos dos bancos estrangeiros, que obtiveram lucros provenientes dos altos juros dos financiamentos do empreendimento.

A segunda função, desde 1970, foi a de estabelecer a estrutura básica de distribuição de energia não só no Piauí, mas também, prioritariamente, no estado do Maranhão – o que permitiu o início de um processo de industrialização desse estado. Para tanto, um dos principais focos do projeto de Boa Esperança foi o estabelecimento de uma linha de transmissão que saía da

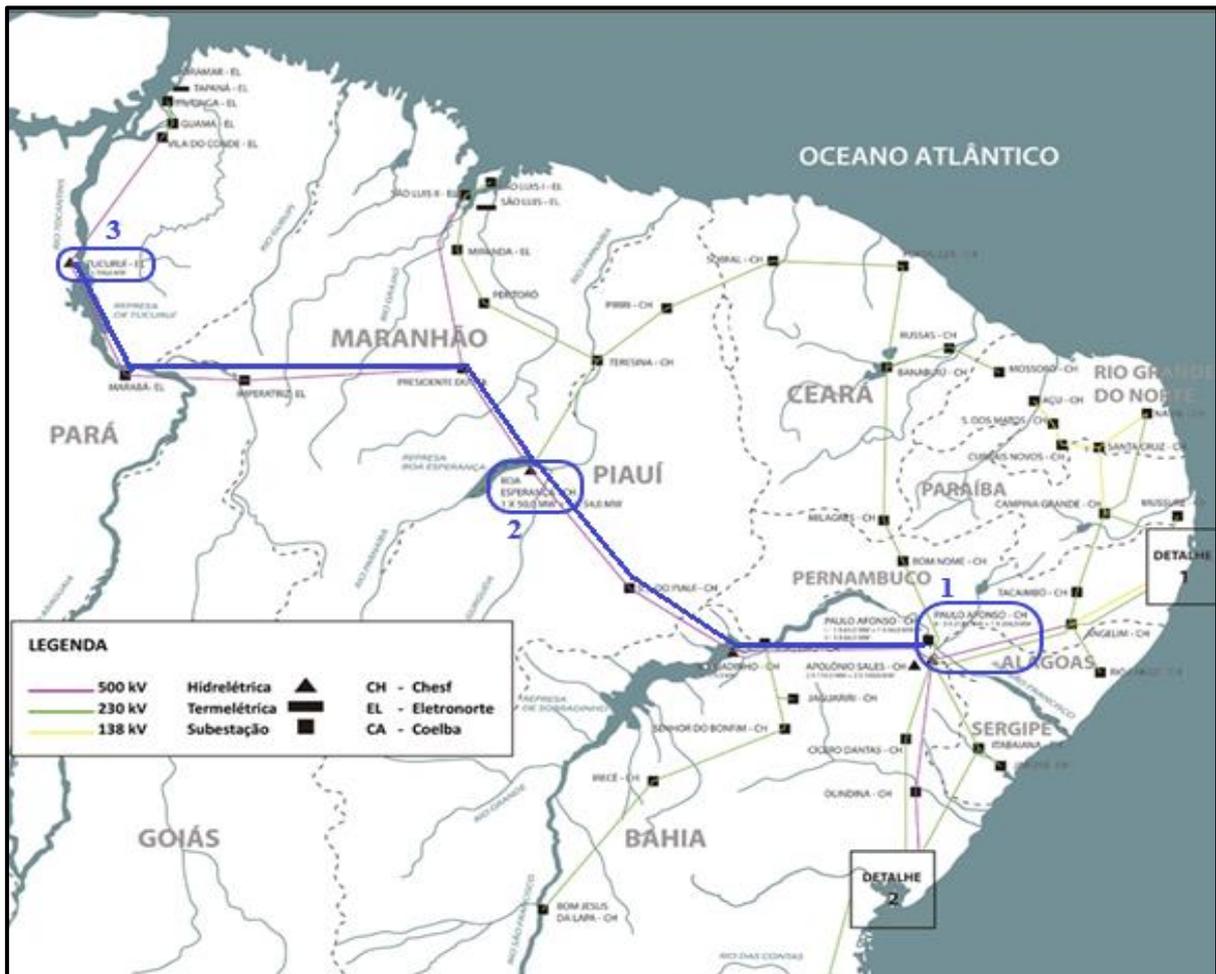
UBE e seguia direto para São Luís, passando por dezenas de cidades. Além disso, verificamos que fora projetado um outro ramal, construído logo depois, para suprir também a região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará; isso certamente auxiliou no desenvolvimento industrial desse estado a partir de então.

A terceira função de Boa Esperança foi servir de ponto-chave na interconexão entre as matrizes hidrelétricas do Nordeste e da Amazônia, permitindo o estabelecimento de uma rede extensa de transmissão de energia em alta tensão que interligou o complexo de Paulo Afonso (CHESF), na Bahia, até a Usina de Tucuruí (Eletronorte), no Pará. Estrategicamente, essa linha de transmissão de energia passa pela UBE, no Piauí – que fica exatamente na metade do percurso de aproximadamente 2.000 km entre as regiões Nordeste e Norte do país.

Desse modo, a Usina de Boa Esperança tornou-se o elo central desse longo eixo de abastecimento de energia com foco prioritário não no Piauí, mas nas principais regiões metropolitanas de Salvador (Bahia), Recife (Pernambuco), Fortaleza (Ceará), São Luís (Maranhão) e Belém (Pará).

Esse desenho do projeto de exploração, a partir das condições geradas pela rede de geração e distribuição de energia nas regiões Nordeste e Norte, pode ser visto no mapa a seguir, uma vez que mostra o percurso dessa infraestrutura montada ao longo de toda a área dessas regiões, com destaque para os posicionamentos estratégicos das hidrelétricas ao longo do trecho.

Mapa 1 – Mapa geoeletrico do sistema interligado Norte/Nordeste em 1985



Fonte: preparado pelo Grupo Coordenador de Operação Interligada (GCOI). Centro da Memória da Eletricidade, [s. d.], modificado.

**Detalhe 1:** Região Metropolitana de Recife (PE). **Detalhe 2:** Região Metropolitana de Salvador (BA). Em destaque no mapa, a interligação entre as três principais hidrelétricas e seus sistemas de linhas de transmissão, que formaram a integração energética entre as regiões Nordeste e Norte nas décadas de 1970 e 1980: 1- Usina de Paulo Afonso – UPA (BA); 2- Usina de Boa Esperança – UBE (PI); e 3- Usina de Tucuruí – UTU (PA). A partir de meados da década de 1980, diversas outras usinas foram instaladas no Nordeste – muitas das quais superaram a UBE em geração de energia –, ampliando esta rede de geração.

Como se pode perceber, esses projetos intervencionistas implementados entre 1960 e 1980 têm a finalidade clara de garantir a expansão do capitalismo nacional; ao mesmo tempo que proporcionam incrementos significativos na infraestrutura produtiva nacional – com destaque para o aumento na geração de energia elétrica –, oferecem ganhos exponenciais para restritos grupos empresariais nacionais e estrangeiros.

Sobre isso, vejamos mais um pouco das constatações de Campos sobre o projeto de Tucuruí – cuja função era garantir energia para os complexos industriais de mineração e siderurgia montados nos estados do Maranhão e do Pará, simultaneamente à construção da usina.

Diversos interesses empresariais estrangeiros estiveram envolvidos com o projeto da hidrelétrica de Tucuruí. Estes estavam associados à exploração, beneficiamento e exportação dos minerais e seus derivados, ao consumo da energia elétrica gerada pela usina e também ao financiamento e provimento de equipamentos para o funcionamento de Tucuruí. Em torno disso, estiveram presentes empresas mineradoras, industriais e bancárias do Japão, França, Estados Unidos, Canadá, Alemanha e, mais recentemente, Noruega. [...] Assim, para a exploração da bauxita na região de Oriximiná, ao largo do rio Trombetas, foi formada a Mineração Rio do Norte, que tinha participação de 46% da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), 10% da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA, do grupo Votorantim), 19% da Alcan, 5% da Reynolds e o resto de outras firmas estrangeiras. A bauxita era explorada ali e seguia por ferrovia e rios para a grande Belém e São Luís, onde seria beneficiada em fábricas de alumínio que foram construídas para o projeto [...] A maior delas, a Albrás, ficava no município de Barcarena, perto de Belém, e tinha capital majoritário da Vale (51%) e, o resto, da japonesa Valenorte Amazon Aluminiun, ou Nalco, que reunia 32 empresas japonesas do setor de alumínio e tinha 49% do projeto. Só essa fábrica tinha previsão de US\$ 1,34 bilhão de investimentos. [...] A fábrica Alunorte também ficava na grande Belém e tinha 39,2% de participação de capital japonês e 60% da Vale, contando com investimentos de US\$ 580 milhões. Havia também a Alumar, fábrica de grande porte situada em São Luís do Maranhão, com capital da norte-americana Alcoa, da Billington Metais (subsidiária da Shell) e da Camargo Corrêa, com investimentos previstos de US\$ 1 bilhão no início dos anos 1980. Havia ainda um projeto de menor porte, situado em Recife, com participação de capital alemão. Essas fábricas fizeram quadruplicar a produção nacional de alumínio<sup>123</sup>.

Logo, o projeto de Tucuruí foi uma das grandes intervenções dos governos militares cujo objetivo era suprir as demandas de grandes grupos capitalistas, numa espécie de simbiose política, econômica e social entre o núcleo dirigente do Estado – os militares durante a ditadura – e os controladores dos oligopólios capitalistas envolvidos nos projetos. Devemos lembrar, novamente, que tudo isso foi feito com altíssimos custos e resultados questionáveis.

Apesar de o intervencionismo econômico autoritário dos militares ter potencializado o aumento da produção industrial brasileira, conectando-a a um mercado nacional em ampliação e às exportações crescentes de determinados produtos nos mercados internacionais, todo esse crescimento necessariamente não garantiu o desenvolvimento autônomo da economia brasileira a médio e longo prazo. Ademais, não resolveu os atrasos econômicos nacionais, sobretudo das regiões diretamente relacionadas com a usina, como bem ilustra o caso dos estados do Pará e do Maranhão – cujo atraso ainda hoje deita raízes profundas.

Sobre o desmascaramento das reais intenções dos governos militares com o projeto de Tucuruí e os questionamentos críticos em torno da instalação de indústrias eletrointensivas ligadas ao investimento nesta hidrelétrica, observemos, a seguir, as grandes perdas para o

---

<sup>123</sup> Campos (2019, p. 269-270).

Estado e para a população brasileira, sobretudo os prejuízos às pessoas das regiões afetadas por intervenções como esta.

A eletricidade gerada por Tucuruí seria em boa medida consumida por essas grandes fábricas de alumínio, de padrão eletrointensivo. [...] Uma polêmica em torno dessas fábricas e do fornecimento de energia diz respeito ao fato de que eram projetos dedicados, sobretudo, à exportação, vendendo para o mercado internacional um item que tinha em boa medida a energia como componente do seu valor. Assim, tratava-se da exportação de um semimanufaturado, sem grande agregação de valor [...] Porém, o aspecto mais questionado diz respeito aos subsídios determinados ao fornecimento de energia por parte de Tucuruí a essas fábricas. Pelos contratos assinados com as empresas japonesas pela Eletronorte, a energia fornecida às fábricas no Pará teria um preço cativo durante 20 anos, entre 1984 e 2004, com 15% de redução em relação ao preço do mercado. Isso garantia uma energia a um preço extremamente módico para as fábricas com alta participação de capital estrangeiro. [...] o professor da UFPA, Ruy Raymundo Bahia, calculou que os subsídios na energia elétrica fornecida às fábricas somaram um total de US\$ 5 bilhões de renúncia fiscal nos seus 20 anos de vigência<sup>124</sup>.

Como se evidencia, o resultado não foi o desenvolvimento qualitativo e sustentado dessas partes do território nacional. Isso se deu certamente porque o objetivo real desse tipo de intervenção econômica não era o atendimento prioritário e a solução definitiva do atraso dessas áreas periféricas dentro da economia brasileira. Na verdade, o alvo maior dessas intervenções era exatamente atender às demandas dos parceiros estrangeiros e, conjuntamente, suprir as necessidades expansionistas de lucros dos centros produtivos dominantes do capital nacional.

Ao buscarmos o alvo central dessa intervenção, encontramos exatamente os poucos grupos econômicos hegemônicos favorecidos: os nacionais, como as grandes empreiteiras que dominaram as obras, e os estrangeiros, como as multinacionais fornecedoras de máquinas e equipamentos para a construção e a operação da usina. Além disso, verificamos que é clara a participação central de grandes bancos internacionais, tendo em vista que sempre estiveram presentes nos financiamentos múltiplos de grandes projetos, como esse de Tucuruí – e também o de Boa Esperança, que foi feito anteriormente pelo mesmo *modus operandi*.

A partir de então, detalharemos um pouco mais sobre o teor do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado pelo governo Geisel (1974-1979). O intuito é entender melhor a primazia das medidas intervencionistas e dos pesados investimentos deste governo em grandes obras hidrelétricas, dentre os demais objetivos prioritários desse plano governamental. Sobre isso, recorreremos à citação a seguir:

---

<sup>124</sup> Campos (2019, p. 270-271).

Desde que veio a público, em setembro de 1974, seis meses após a posse do presidente Ernesto Geisel, e ao longo de sua execução, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi objeto de acaloradas polêmicas. Sua proposta central de imprimir novo rumo ao desenvolvimento brasileiro, **ao priorizar o aumento da capacidade energética** e da produção de insumos básicos e de bens de capital, representava uma guinada de vulto no modelo anterior, vigente durante o período do “milagre” de 1968-1973, cuja prioridade residia nos bens de consumo duráveis. Parecia extemporâneo e fora de propósito acelerar a economia a partir de megaprojetos, sob a forte liderança estatal, justamente quando vários países ajustavam-se, através da recessão, à nova realidade advinda da quadruplicação do preço do petróleo. Ademais, a opção por acelerar o processo de substituição de importações, explicitada no plano (Brasil, 1974, p. 37), em boa medida lembrava as teses cepalinas, combatidas pelos principais economistas do regime militar<sup>125</sup>.

No recorte a seguir, trazemos a fala de Ernesto Geisel – o quarto presidente militar –, que revela os objetivos da usina dentro do seu plano econômico de governo, o II PND. É possível confirmar a importância estratégica da Usina de Tucuruí dentro do plano geral de expansão do capitalismo brasileiro, associado aos capitais internacionais, e à função central dessa grande hidrelétrica no Plano de Integração Nacional, a partir da década de 1970, na exploração econômica e ocupação da Amazônia – em conexão direta com a região Nordeste.

Outra grande usina hidrelétrica que construímos foi Tucuruí, no Pará, com o objetivo, além de suprir aquela região, principalmente Belém, de aproveitar a bauxita de Oriximiná, às margens do Trombetas, para a produção de alumínio em grande escala. Nós tínhamos produção de bauxita, mas importávamos quase todo o alumínio que consumíamos. Tínhamos uma pequena indústria de alumínio em Minas Gerais e a Votorantim, em São Paulo. E no entanto o alumínio é um material essencial para muitas indústrias. Então, procuramos desenvolver a produção de alumínio no Norte, no Pará e no Maranhão. Mas não havia energia elétrica, que é o principal insumo da produção de alumínio, e por isso resolvemos fazer Tucuruí. Presentemente o Brasil é um grande produtor de alumínio, no Maranhão e no Pará, graças a essa grande usina. São Luís do Maranhão também é suprida por Tucuruí. Há poucos anos, quando o nível do rio São Francisco baixou, por causa da estiagem nas cabeceiras, e Paulo Afonso não pôde fornecer toda a energia consumida no Nordeste, **Tucuruí forneceu, através de uma linha de transmissão até Sobradinho, o complemento de energia** para suportar o déficit. **Outras usinas em várias regiões do país foram iniciadas ou concluídas.** Os gastos correspondentes foram avultados, mas certamente compensados<sup>126</sup>.

<sup>125</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e as suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 109, p. 28-46, jan.-mar. 2007 (p. 28-29).

<sup>126</sup> Campos (2019, p. 263).

Vimos nas palavras do próprio presidente ditador a ênfase direcionada a Tucuruí, quando justifica sua importância não somente para a exploração da região Norte, como também seu papel central na garantia da interligação econômica produtiva com a região Nordeste, através da integração das redes elétricas da Eletronorte e da CHESF. Geisel destaca ainda as obras concluídas de outras usinas; nesse ponto, lembramos exatamente a de Boa Esperança, no Piauí – que, como já ressaltamos, está localizada na metade do caminho entre as redes de Tucuruí, no Pará, e de Paulo Afonso, na Bahia.

A ênfase ao II PND justifica-se pelo fato de o plano ter sido uma iniciativa intervencionista de investimentos volumosos exatamente no setor-chave de geração hidrelétrica, entre meados da década de 1970 até os anos 1980 – com destaque nas duas maiores hidrelétricas brasileiras: Tucuruí, maior hidrelétrica totalmente brasileira à época, e Itaipu, dividida como o Paraguai.

Em relação aos investimentos do II PND na UBE e no estado do Piauí nesse mesmo período, houve uma repercussão local das medidas intervencionistas, na medida em que a rede geral de distribuição da energia gerada na UBE espalhou-se por todas as cidades do estado – com reflexos diretos no avanço de um desenvolvimento por via da urbanização. Os investimentos sem dúvida foram importantes para a efetivação básica da infraestrutura inicial instalada.

Logo, consideramos que esses investimentos refletiram decisivamente na economia local piauiense – mesmo ponderando que o processo de estruturação tenha sido feito de forma muito lenta, e mesmo deficitária, ao longo de mais de 20 anos, arrastando-se até o começo da década de 1990, já depois dos governos ditatoriais. Entre essas limitações, chama atenção que a capacidade total da UBE só tenha sido alcançada após duas décadas da inauguração – além da não conclusão de outros equipamentos que compunham o projeto inicial da usina, reflexões das quais trataremos mais à frente.

A seguir, recorremos a mais um trecho da obra de Pedreira Campos, em que o autor apresenta suas conclusões sobre o papel da Usina de Tucuruí – proporcionar a expansão econômica pretendida pelos governos da ditadura na região da Amazônia. O autor discorre sobre o papel-chave dessa infraestrutura na integração e complementaridade produtiva entre as regiões Norte e Nordeste, a partir da conexão dos sistemas de energia da Eletronorte e da CHESF:

Além de abastecer a exploração dos projetos minerais da Amazônia, as fábricas de alumínio de Belém e São Luís, a usina supriria de energia elétrica

o estado do Pará, além de ter ligação com outras subsidiárias da Eletrobrás. Assim, **foi feita uma conexão com o sistema da Chesf** (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, responsável pela geração e transmissão de energia na região Nordeste) e Tucuruí acabou atuando parcialmente para fornecer eletricidade às cidades e regiões nordestinas. **A proposta do governo é que houvesse uma complementaridade entre o sistema Chesf e o Eletronorte**, tendo em vista que o pique de chuvas na região amazônica ocorre nos meses de março e abril e, o do Nordeste, nos meses de maio a julho. **Depois, na década de 1990, foi feita a conexão por linhas de transmissão da energia gerada por Tucuruí com o Centro-Sul [...]**<sup>127</sup>.

Em relação ao estratégico Plano de Integração Nacional e à ocupação das vastas terras do Norte do Brasil, o Piauí funcionou como a porta de saída do Nordeste, e o vizinho Maranhão, como a imediata porta de entrada na Amazônia. Podemos entender dessa maneira, uma vez que a rodovia BR-230 (Transamazônica) foi uma das principais obras-símbolo desse Plano de Integração Nacional, mirando a ocupação e a exploração da região amazônica.

Vejamos a seguir o mapa que nos permite visualizar a rota de deslocamento exploratório traçada do extremo leste da região Nordeste em direção à Amazônia.

Mapa 2 – Mapa do Brasil com destaque para o trajeto da BR-230



Fonte: Ministério dos Transportes, 1999, modificado. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-230#/media/Ficheiro:Br-230mapa.jpg>. Acesso em: 14 maio 2020.

Em destaque, circulada, a área de aproximação entre a Usina de Boa Esperança e a BR-230.

<sup>127</sup> Campos (2019, p. 266, grifo nosso).

No mapa, percebemos que a Transamazônica foi projetada com um trajeto imenso de mais de 4.000 km. Seu trecho inicial parte do extremo leste do Nordeste brasileiro, na cidade de Cabedelo, imediações de João Pessoa (capital da Paraíba) e, depois de percorrer pouco mais de 1.000 km, encerra o primeiro quarto do trajeto na cidade piauiense de Floriano, divisa com o Maranhão. No local, à época das obras da rodovia, foi construída uma grande ponte sobre o Rio Parnaíba, que permitiu que a rodovia prosseguisse Maranhão adentro.

Nessa conexão em Floriano, entre Piauí e Maranhão, a BR-230 teve sua quilometragem reiniciada: o quilômetro zero foi fixado na cabeceira da ponte, para simbolizar o início da Transamazônica no estado do Maranhão – que tem, em seu território, um pedaço do bioma amazônico. Para além da simbologia ou da mera sinalização rodoviária, a obra representa o grande objetivo dos governos militares: deslocar levas de migrantes nordestinos para ocupar as terras da Amazônia. Essas pessoas iriam servir como mão de obra barata para o trabalho nas grandes obras de construção e nas futuras fábricas – e, principalmente, como trabalhadores rurais na expansão dos latifúndios por toda a região.

Coincidentemente, Floriano, conforme vimos no destaque do mapa 2, está exatamente no ponto estratégico de saída do Nordeste e início da entrada, ou aproximação, da região amazônica. Esta cidade foi também a principal base operacional no Piauí à época da construção da Usina de Boa Esperança – está localizada a aproximadamente 100 km da cidade de Guadalupe, cidade sede da hidrelétrica.

Enfatizamos que, ao papel central da Transamazônica de garantir a integração nacional, somam-se justamente as hidrelétricas de Tucuruí e Boa Esperança dentro do amplo projeto de expansão econômica, estabelecendo o eficaz deslocamento no sentido Nordeste-Norte.

Nesse caso, destacamos especialmente a hidrelétrica no Piauí pelo fato de ter sido construída antes da rodovia BR-230 e da barragem de Tucuruí, e também pela posição geográfica estratégica dessa instalação no Piauí, segundo já frisamos ao tratarmos do Plano de Integração Nacional. Nesse sentido, Boa Esperança passou a exercer a tarefa estratégica de preparação para o alcance dos objetivos institucionais do regime ditatorial nas regiões atingidas.

Verificamos que, dentro do amplo projeto de expansão e integração econômica implementado pelos governos da ditadura no Nordeste e no Norte, incluem-se com destaque três grandes estruturas: a rodovia Transamazônica, cujo papel era garantir um melhor deslocamento dentro dessas áreas de um extremo ao outro, e as duas hidrelétricas, Tucuruí e Boa Esperança, encarregadas de gerar e transmitir energia a todas essas regiões – e, caso fosse necessário, elas seriam responsáveis também pela estabilização e complementação das redes de energia das regiões centrais do país.

Essa infraestrutura montada entre 1960 e 1980 compõe o projeto amplo de expansão do capitalismo brasileiro, que a partir desse momento mirou na efetiva integração do mercado regional nordestino ao mercado nacional – estendendo o expansionismo com o avanço na exploração econômica da Amazônia.

Ratificamos aqui o papel desempenhado pela Usina de Boa Esperança para o sucesso do intervencionismo militar nas regiões nordestina e amazônica. Sua importância estratégica no Piauí não se deve somente ao fato de ter sido construída antes da rodovia BR-230 e da gigante Usina de Tucuruí, mas devido ao formato de condução das obras atribuído às grandes empreiteiras e ao direcionamento da energia gerada na hidrelétrica piauiense e distribuída para locais prioritários bem distantes fora do estado. Esse modelo foi seguido e ampliado em Tucuruí pelos governos da ditadura.

Destarte, ao focalizarmos as características correspondentes à operacionalização do projeto da UBE, percebemos a perspectiva do governo de alcançar o sucesso no Plano de Integração Nacional, executado com a prioridade na interligação Norte-Nordeste e na ocupação econômica da Amazônia. Entretanto, fica evidente a não prioridade do Piauí na macroengenharia político-econômica, em razão de outras prioridades produtivas terem sido estabelecidas com vista a desenvolver outros estados – como o Maranhão e o Pará –, além, é claro, das regiões nordestinas centrais dos estados da Bahia e de Pernambuco.

A fim de tratarmos mais especificamente da Usina de Boa Esperança e sua prioridade, que ultrapassou o território do estado, além de funções produtivas em amplas áreas extrarregionais, acrescentamos um pouco mais sobre o foco institucional de intervenção federal na região Nordeste, baseando-nos nas observações de Francisco de Oliveira – uma das principais referências sobre as medidas transformadoras dessa região.

O autor identifica que, dentro do processo de redimensionamento do desenvolvimento econômico nacional, o Nordeste passou a ser considerado uma prioridade para investimentos públicos e privados, o que “caracteriza-se como um processo de redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional”<sup>128</sup>.

Além de Oliveira, encontramos na obra clássica de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1986), uma passagem em que o autor descreve o início da industrialização em várias regiões do Brasil, seguindo-se até o começo do século XX. Furtado apresenta uma progressiva disparidade nessa transformação produtiva, especificamente entre as regiões Nordeste e Centro-

---

<sup>128</sup> Oliveira (1993, p. 37).

Sul – com concentração econômica na área central e os consequentes decréscimo e atraso nordestino para com o seu avanço industrial:

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários dessa região se assemelhava ao de São Paulo. [...] Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região. [...] Se se considera não o número de operários, mas a força motriz instalada (motores secundários), a participação do Nordeste diminuiu, entre 1940 e 1950, de 15,9 para 12,9 por cento. [...] Com efeito, a participação de São Paulo no produto industrial passou de 39,6 para 45,3 por cento, entre 1948 e 1955. Durante o mesmo período a participação do Nordeste (incluindo a Bahia) desceu de 16,3 para 9,6 por cento. A consequência tem sido uma disparidade crescente nos níveis de renda per capita<sup>129</sup>.

Para sintetizar como o Nordeste tornou-se uma “região-problema”, relacionando-se à criação dessa expressão no governo JK com seu Plano de Metas, juntamente com a criação da Sudene, Furtado faz um retrospecto histórico da evolução da economia nacional e apresenta a configuração das regiões brasileiras, com especial atenção para a relação entre Nordeste e região Centro-Sul.

O desenvolvimento econômico, no mundo todo, tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração. [...] este grande país se formou, historicamente, ao longo de um processo de integração política de regiões desarticuladas, mas dotadas de um lastro cultural comum. Contudo, em seu processo de integração econômica, sofreu profundo desvio na primeira metade deste século, em consequência do processo mesmo de industrialização. [...] o Brasil do século XIX era uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados, unidos por vínculo político e ligados à economia internacional. Eram pequenas feitorias [...] com centros principais, como o açúcar no Nordeste, e o Café no Centro-Sul. O desenvolvimento econômico do Brasil [...] assumiu a forma de articulação cada vez maior dessas ilhas econômicas. Tal articulação se fez em torno do mercado, em constante expansão, da região Centro-Sul [...] Á medida que esse centro maior, esse mercado mais importante no qual os outros começavam a se apoiar, foi-se modificando internamente com a industrialização, as relações de dependência foram-se tornando patentes<sup>130</sup>.

Para compreendermos mais sobre a problemática econômica e social do Nordeste, observando o panorama ao longo do século XX, recorreremos a mais um trecho da obra de Celso

<sup>129</sup> Furtado (1986, p. 238).

<sup>130</sup> FURTADO, Celso. Novos exercícios de demiurgia: A Questão Nordeste. / A Operação Nordeste. In: OLIVEIRA, Francisco de (org.). *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, 1983 (p. 117-118).

Furtado em que o autor defende a criação da Sudene como instrumento aprimorado de intervenção planejada para o desenvolvimento da região nordestina:

Para transformar esse diagnóstico em autêntica política de desenvolvimento, em ação, necessitamos de adequado instrumental administrativo. [...] A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – pretende ser um órgão de natureza renovadora, com o duplo objetivo de dar ao governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste<sup>131</sup>.

Em sequência, no mesmo texto, o autor delinea o Plano de Ação desse órgão federal de desenvolvimento, com os pontos centrais da intervenção a fim de se alcançar o crescimento econômico regional pretendido. Destacam-se na citação os incentivos à modernização e à expansão da produção agrícola nordestina, bem como a evolução desse setor primário para a promoção de uma rápida e consistente industrialização. Nesse sentido, identificamos as seguintes linhas de atuação primordiais da Sudene:

O primeiro objetivo deve ser, portanto, criar ali uma economia resistente à seca. [...] mobilizar o crédito e a assistência técnica. [...] assim, a reorganização da economia da caatinga criará excedentes populacionais que deverão ser absorvidos alhures. Daí a necessidade de incorporar novas terras ao Nordeste, de deslocar sua fronteira agrícola. [...] a terceira linha de ação é a de um forte aumento dos investimentos industriais na região. É a linha da industrialização do Nordeste. [...] Mas não será possível seguir essa linha de ação no setor industrial, se não resolvermos outro problema – o do abastecimento de alimentos nas zonas urbanas do Nordeste. [...] O ponto nevrálgico da economia nordestina está, portanto, em sua agricultura. Se não resolvermos o problema [...] não poderemos criar, no Nordeste, uma indústria capaz de sobreviver<sup>132</sup>.

Conforme vimos no trecho citado anteriormente, o planejamento da atuação institucional da Sudene foi pensado em escala ampla e progressiva, abarcando os aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais da região Nordeste – projetada essa intervenção estatal sobre o espaço territorial e sobre a população que nele vive.

Certamente, as principais medidas estratégicas estipuladas por essa política intervencionista concentravam-se na estruturação, modernização e expansão da produção regional nordestina, para que, segundo o autor, essa economia regional passasse a ter uma postura mais autônoma e ativa. Desse modo, a região Nordeste poderia participar mais

---

<sup>131</sup> Furtado (1983, p. 121).

<sup>132</sup> Furtado (1983, p. 129-131).

efetivamente dos movimentos de circularidade e integração econômica do mercado nacional brasileiro.

Neste ponto, referenciamos o autor Raimundo Moreira. Em sua obra *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização* (1979), trata da temática das políticas nacionais e regionais de intervenção, com reflexos diretos no desenvolvimento econômico e social. Quanto às políticas estatais de fomento às indústrias na região Nordeste, o autor afirma que

a industrialização seria o motor, por assim dizer, do processo que, impulsionaria o desenvolvimento. Seria a única alternativa para a região Nordeste, muito mais que para as outras áreas, como vemos na citação: 'na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda<sup>133</sup>.

Neste ponto, ao debatermos as políticas de incentivo ao desenvolvimento do Nordeste, passamos conjuntamente ao debate do papel estratégico da Hidrelétrica de Boa Esperança como impulsionadora do desenvolvimento econômico tanto da região Nordeste como do estado do Piauí em especial. Ademais, cabe verificar até que ponto a usina pôde proporcionar a industrialização local, haja vista que os planos originais de seu projeto, associados aos demais projetos institucionais de fomento ao desenvolvimento regional, previam categoricamente esta meta central: a garantia da proliferação de indústrias.

Nessa perspectiva, julgamos essa meta muito entusiasta em certo ponto, ao considerarmos que se trata de uma propaganda politicamente construída pelos personagens institucionais da época para justificar a intervenção em grande escala nessa sub-região nordestina – intervenção muito menos voltada às necessidades locais e que funcionava muito mais como uma peça do projeto geral de ampliação e consolidação do capitalismo nacional, constatação que já pudemos apresentar no texto até aqui.

Para ilustrar esse exercício rotineiro de propaganda da redenção econômica vindoura e em grande parte ufanista, muito corriqueira à época da construção e logo após a inauguração da Usina de Boa Esperança (1970), apresentamos trechos de documentos de 1968 e 1970, respectivamente, da empresa federal COHEBE, responsável pela construção e operação inicial da UBE no Piauí.

---

<sup>133</sup> MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização*. Trad. Maria Lucia C. Carvalho e Raimundo Moreira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (p. 57).

Assume, ainda, **o sistema em construção pela COHEBE um verdadeiro papel de BOA ESPERANÇA, para os nordestinos do leste**, do meio norte e até para os nortistas da Amazônia, **configurando para o país, o rompimento das fronteiras do subdesenvolvimento** [...] O isolamento dos sistemas elétricos é, também, o das civilizações humanas cujas bases têm no uso da energia elétrica, abundante e a preços acessíveis, um dos parâmetros que condicionam o desenvolvimento econômico dos povos. [...] As obras iniciaram efetivamente em 1963 na cidade de Guadalupe, e percorreram toda a década de 1960, com conclusão preliminar em 1969, sendo inaugurada oficialmente e passando a funcionar plenamente apenas em 1970, já no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Neste momento culminante se reafirmaram o ponto central das promessas pra região, afirmando-se que ao ser inaugurada nesse período a hidrelétrica piauiense coincidiria com o início de uma nova década, **o despertar para o progresso do Nordeste Ocidental com o grande salto do país para o desenvolvimento integrado**<sup>134</sup>.

No trecho oficial da COHEBE, acima, faz-se um rápido retrospecto das obras de construção; em seguida, projeta-se uma perspectiva futura fenomenal para a hidrelétrica, como geradora de energia e, por conseguinte, promotora de um nascente desenvolvimento econômico do Piauí e das regiões vizinhas. Ao final, o documento citado dá pistas do objetivo de fundo, que era a definitiva integração do mercado brasileiro de forma a consolidar os já sólidos centros do capital nacional.

Enfatizamos que a UBE se insere no projeto mais geral de expansão do capitalismo nacional, e faz parte da engenharia macroeconômica que impulsionou as grandes obras de infraestrutura, com destaque para as hidrelétricas. Desse modo, garantiram-se as reservas de mercado tanto aos capitais nacionais, representados pelas grandes “barrageiras” – que faturaram imensamente com o mercado de obras públicas –, quanto aos capitais estrangeiros, também beneficiados com os financiamentos dessas obras.

Assim, depois de quase uma década, concluem-se as obras da Usina de Boa Esperança, no final da década 1960, seguida da inauguração em 07 de abril de 1970<sup>135</sup> – que contou com a presença do então presidente Emílio Garrastazu Médici. O funcionamento da hidrelétrica iniciou-se com a operação da primeira de quatro turbinas projetadas – que passou a gerar 55 MW de energia elétrica aos estados do Piauí, Maranhão e também ao Ceará. Na sequência, em

<sup>134</sup> Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1968b, p. 7); Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1970, p. 4, grifo nosso).

<sup>135</sup> COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. *Sistemas de Geração – Boa Esperança*. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/BoaEsperanca.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2022.

02 outubro do mesmo ano, a segunda turbina foi posta em operação, também com potência de 55 MW – perfazendo, logo no começo da operação, uma geração de 110 MW<sup>136</sup>.

Destaca-se que Boa Esperança, com sua produção inicial de 110 MW a partir de 1970, figurava como a terceira maior usina do Nordeste e uma das maiores até então no Brasil; em termos regionais, estava atrás apenas das Usinas de Paulo Afonso I (180 MW) e Paulo Afonso II (443 MW), as quais datam do período anterior (de meados dos anos 1950 e meados dos anos 1960, respectivamente). Posteriormente, vieram a funcionar a Usina de Paulo Afonso III (792 MW), durante a primeira metade da década de 1970, e a Usina de Moxotó (400 MW), em Alagoas, no ano de 1977.

Do ponto de vista estratégico, toda a rede integrada de geração de energia de Boa Esperança abasteceu progressivamente, ao longo da década de 1970, diversas áreas de praticamente todos os estados do Nordeste – e também algumas regiões importantes do Norte, especialmente no estado do Pará. Claro que a tarefa infraestrutural foi exercida juntamente com o Complexo de Usinas de Paulo Afonso I, II e II, na Bahia – e depois Moxotó, em Alagoas, e Sobradinho, também na Bahia, essas duas já no final dos anos 1970.

Esse estímulo à pujança econômica, a ser proporcionado pela infraestrutura instalada a partir das hidrelétricas, seria efetivado através da vasta rede de transmissão de eletricidade que se espalhou por toda a região – e até hoje compõe os sistemas de geração e transmissão de energia na região Nordeste operados pela CHESF. A estatal ainda é uma das principais operadoras de sistemas de geração e distribuição de energia do país.

Sobre o sistema da CHESF de geração de energia elétrica a partir de hidrelétricas, convém acrescentar que, ao final dos anos 1970, já era composto por um total de 12 usinas. Ao longo da década de 1970, até o início do ano de 1980, a Usina de Boa Esperança teve um lugar de destaque por ter sido, até o ano de 1974, a terceira maior na região Nordeste. A partir da entrada em operação das usinas de Paulo Afonso III, em 1974, Moxotó, em 1977, Sobradinho, em 1979, e Paulo Afonso IV, em 1979/1980, Boa Esperança foi aos poucos perdendo sua maior importância no Nordeste. Ainda assim, até o fim dos anos 1970, era a sexta maior hidrelétrica da região.

Depois de 25 anos, entre 1955 e 1980, foram consolidados no período seguinte (1980-1990) os complexos geradores em todas essas hidrelétricas. Ainda neste período, entraram em operação mais duas gigantescas usinas: a de Luiz Gonzaga/Itaparica, em Petrolândia (PE), no fim dos anos 1980, e a de Xingó (AL), em meados dos anos 1990.

---

<sup>136</sup> Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/BoaEsperanca.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Lembramos novamente que, nesse período, a Usina de Boa Esperança foi ampliada; no começo dos anos 1990 – ou seja, 20 anos após a inauguração –, foram finalizadas as duas últimas turbinas de um total de quatro projetadas, alcançando uma capacidade de 237 MW de potência instalada e em operação desde então. A UBE está classificada atualmente como a oitava maior hidrelétrica da região.

De acordo com os projetos externados em documentos oficiais e jornais produzidos pelos entes institucionais à época da construção, seria finalmente iniciado, a partir da operação da UBE, o processo previsto de desenvolvimento econômico piauiense. Incluía-se na propaganda oficial o incentivo ao processo de industrialização do estado, promovendo-se, ao final, a integração definitiva da economia local aos mercados nordestino e nacional.

Segundo os planos governamentais, uma consequência natural da existência de uma infraestrutura produtiva seria a progressiva instalação de indústrias no estado do Piauí. No entanto, além desse pressuposto resultado mais local, a UBE se inseria no projeto geral de estruturação do fornecimento de energia no Nordeste, com vistas a proporcionar as condições estáveis ao desenvolvimento industrial da região.

O que de fato se efetivou foi a consolidação dos dois principais centros econômicos regionais, Salvador e Recife. Assim, essas duas áreas foram estabelecidas como entrepostos decisivos para a eficaz circulação da produção vinda do Centro-Sul. A partir daí, com o avanço do processo de interiorização e integração do mercado nacional – iniciado com JK e a criação da Sudene –, a circulação da produção podia se alastrar pelos confins dos sertões, agora transformados em atrativos mercados consumidores em expansão.

A consolidação efetiva dessa circularidade do mercado nacional brasileiro processou-se por via de remessas prontas de mercadorias e também por meio da produção regional das filiais, que se instalaram aos poucos em Salvador e Recife, sobretudo a partir da atuação estratégica da Sudene – propulsora e coordenadora institucional dos investimentos em industrialização da região Nordeste.

Ao tratarmos das intervenções estatais que buscavam desenvolver e integrar economicamente a região Nordeste ao mercado nacional, abrimos espaço para analisar, portanto, os limites e as contradições dessas tentativas de integração econômica. Os projetos integradores tiveram início com a CHESF e prosseguiram com a Sudene; nos governos militares, continuaram com algumas das diretrizes anteriores e avançaram noutras direções, como ilustra o projeto de integração regional-nacional direcionado à Amazônia.

Nesse ponto, lembramos que os objetivos centrais da escalada político-econômica dos governos militares na integração das regiões Nordeste e Norte foram, sem dúvida, voltados

intencionalmente mais para as áreas centrais da economia nacional do que propriamente para os redutos comerciais regionais.

Ainda devemos considerar uma extensão a mais dessa hierarquia de prioridades – nesse caso, com objetivos que são também muito mais nacionais e regionais do que propriamente locais. Sobre isso, verificamos que a Usina de Boa Esperança fora realmente pensada para fornecer uma reserva de estabilização de energia aos principais centros nordestinos, e, na sequência, para fazer a ligação com os projetos destinados à Amazônia.

Para discutirmos sobre essas contradições, recorremos mais uma vez ao texto de Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury, a respeito das contribuições do economista Rômulo Almeida para as definições de desenvolvimentismo no Brasil. No trecho a seguir, os autores apresentam a posição do economista sobre o ciclo crônico de atrasos políticos e econômicos, tanto no Nordeste como no Brasil – que, conforme Almeida, são agravados pelo retrocesso iniciado com a ditadura:

“sem a consolidação de uma moderna democracia burguesa não se amadurece um sistema capitalista”, [...] Com a centralização estatal pós-1964 e a integração do mercado, mostra como sai enfraquecido o coronelismo local, cada vez mais dependente das oligarquias estaduais. A dependência econômica, entretanto, especialmente das regiões periféricas do país, impede uma transformação política e a estrutura política impede uma transformação econômica que amplie o raio de atuação do capitalismo brasileiro<sup>137</sup>.

Seguimos com as considerações de Almeida sobre as dificuldades da Sudene durante a ditadura para produzir um avanço sustentado na região Nordeste; para o economista, existem indefinições e limitações dessas medidas intervencionistas de integração regional-nacional nesse período:

Para Rômulo, a questão mais importante é o desenvolvimento regional e a chave para isso seria a determinação das potencialidades dinâmicas em cada região. Segundo o autor, esta foi a principal dificuldade encontrada pela Sudene durante o período militar. Ao não determinar o tipo de indústria com “maior potencial de indução” e adotar uma política industrial muito abrangente, guiada pelo mercado e isenções fiscais exclusivamente, não conseguiu garantir em um curto espaço de tempo o desenvolvimento da região nordestina. Estou, apenas, aqui, exibindo uma ilustração em torno do programa mais importante para o país. O programa que realmente é chave para o processo de integração nacional, não considerando integração em torno simplesmente, de estradas, de miragem milionária para ligar o deserto, quer dizer ligar o nada ao nada. Mas em termos de integração ao mercado nacional. Dar uma nova dimensão ao mercado nacional. Incorporando trinta milhões de

---

<sup>137</sup> Barbosa e Koury (2012, p. 1097).

brasileiros ao mercado nacional. Incorporando uma região com uma posição geográfica, extraordinariamente, positiva [...] <sup>138</sup>.

Ao referir-se às limitações ou mesmo contradições das estratégias de expansão econômica, Rômulo Almeida acrescenta que os planejadores econômicos – da ditadura e os anteriores –, ao pensarem e implementarem os planos de integração e fomento de desenvolvimentos regionais, na verdade estabeleceram a relação de dependência desse foco regional em relação aos objetivos mais nacionais. Logo, sobressaiu-se o atendimento das demandas das regiões centrais, já dominantes na circularidade do mercado nacional.

Ao citar o caso da Usina de Paulo Afonso e a eletrificação do Nordeste, o pesquisador refere-se à prioridade maior não no âmbito regional, mas nos projetos nacionais de eletrificação e de produção econômica, nos quais se mantém a relação de dominância das regiões centrais sobre as demais, periféricas.

É curioso observar que na primeira tentativa de desenvolver atividades de desenvolvimento em regiões periféricas são projetos que geralmente se incluem nos programas setoriais respectivos, como Paulo Afonso no Nordeste, mas antes do planejamento do Nordeste se incluiu no planejamento da eletricidade, no plano nacional de eletrificação [...] <sup>139</sup>.

Voltamos a Pedreira Campos, em que encontramos informações sobre a empresa construtora da UBE, no Piauí: a empreiteira mineira Mendes Júnior, considerada “a segunda maior construtora de hidrelétricas durante a ditadura e tinha serviços prestados principalmente para subsidiárias da Eletrobrás e para a CEMIG” <sup>140</sup>.

Ao identificarmos a construtora Mendes Júnior como a construtora da hidrelétrica no Piauí, relacionamos diretamente a execução da obra ao projeto nacional de investimentos em grandes obras de infraestrutura, implementado pelos governos militares especialmente entre 1967 e a década de 1980. A Usina de Boa Esperança revela-se mesmo como um modelo anterior a Tucuruí nessa proposta concentradora de capitais da expansão da economia nacional, operada pelos governos da ditadura.

Logo, enquanto a obra de Tucuruí, no Pará, privilegiou a empreiteira paulista Camargo Corrêa, na obra da UBE foi beneficiada outra grande construtora mineira, a Mendes Júnior. Conseqüentemente, a mesma empresa foi a maior beneficiada com os recursos financeiros

---

<sup>138</sup> Barbosa e Koury (2012, p. 1106).

<sup>139</sup> Barbosa e Koury (2012, p. 1103).

<sup>140</sup> Campos (2017b, p. 320).

disponibilizados, tudo dentro do padrão vigente de expansão econômica, com foco direcionado a setores específicos do grande capital nacional e estrangeiro.

Sobre a UBE, cabe reforçar que a grande maioria dos recursos investidos veio de financiamentos estrangeiros contraídos pelos governos militares, como bem explicitaram as passagens de vários autores até aqui. Podemos verificar, nos dados da tabela 6 a seguir, que os recursos financeiros aplicados no Nordeste, no ano de 1965, foram oriundos de órgãos de vários países – como a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além do governo alemão, maior financiador das obras, conforme o documento abaixo.

Tabela 6 – Contratos e convênios assinados para investimentos no Nordeste – 1965

ENTIDADES FINANCIADORAS E OBJETIVOS DOS ACÓRDOS	RECURSOS COMPROMETIDOS	
	Em Moeda Nacional Cr\$ milhões	Em Moeda Estrangeira US\$ mil
<b>USAID</b>		
1 — Estudo da viabilidade da Rodovia BR-11, 13 e 25 .....	—	355
2 — Promoção Industrial do NE «Fundinos» .....	250	30
3 — Rita — R. G. do Norte .....	—	270
4 — Rita — Pernambuco .....	—	270
5 — Assist. Técnica à Prefeitura de Natal .....	100	—
6 — Desenvolvimento das Zonas Úmidas .....	—	140
7 — Financiamento a Coperbo .....	2.000	—
8 — Ensino Agrícola — Universidade do Ceará .....	200	400
9 — Assistência Técnica aos Est. e Municípios .....	80	350
10 — Federação dos Trabalhadores Rurais .....	350	—
11 — Eletrific. de Comunid. Rurais (CERNE) .....	866	—
12 — Reativação de 2 diques flutuantes .....	300	—
13 — Treinamento de mão-de-obra Industrial .....	330	—
14 — Educ. Elementar — R. G. do Norte .....	1.000	—
15 — Educação de Adultos — Colégio Agnes .....	500	—
16 — Centro Regional de Administ. Municipal .....	200	40
17 — Inst. de Administ. Pública da Bahia .....	120	—
18 — Cia. Hidroelétrica da Boa Esperança (COHEBE) .....	—	8.900
19 — Centro de Treinamento do NE (CETREINO) .....	200	—
<b>BID</b>		
20 — Financiamento p/Cooperativas Agrícolas ..	—	2.700
21 — Empréstimo à Usina Siderúrgica da Bahia ..	—	200
<b>Governo Alemão</b>		
22 — Cia. Hidroelétrica do S. Francisco S/A .....	—	10.000
23 — Governo do Estado de Alagoas .....	—	275
24 — Fomento à pequena e média Indústria e desenvolvimento da economia pesqueira .....	—	10.750

Fonte: DULLES, John W. Foster. *Castello Branco*: o presidente reformador. Trad. Heitor A. Herrera. Brasília: Ed. UnB, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 51). p. 33.

Ao analisarmos a tabela, destacamos os dados reveladores de que grande parte dos valores referia-se a moeda estrangeira, no caso, o dólar – um total de US\$ 34.680.000,00 –, além do total em moeda nacional de Cr\$ 6.496.000,00. Além de destacar o volumoso montante financeiro estrangeiro, atentamos para o item 18, que lista o investimento na construção da Usina de Boa Esperança e destina à empresa responsável – a COHEBE – a vultosa quantia em dólares de US\$ 8.900.000,00, o terceiro maior valor relacionado na tabela.

Além desse investimento no Piauí, todos os demais 23 itens ilustram o grande volume de dinheiro direcionado ao Nordeste e às grandes obras de infraestrutura, como as usinas da CHESF: no item 22, uma indústria de borracha em Pernambuco; no item 7, uma indústria pesqueira; no item 24, além de siderúrgica na Bahia, cooperativas agrícolas, rodovias, educação, etc. Percebemos, portanto, que a maioria desses recursos se destinava às grandes obras e, por conseguinte, às grandes construtoras, como já apontamos ao longo do texto.

Sobre os investimentos em capital estrangeiro para o Nordeste, em especial para a construção da Usina de Boa Esperança, encontramos em outra citação dados do ano de 1967, retirados de um documento oficial da própria COHEBE – empresa pública federal responsável pela coordenação da obra no Piauí:

Sobre a participação de capitais estrangeiros encontramos nos documentos oficiais da COHEBE diversos registros das atividades de empresas e instituições interessadas no projeto da hidrelétrica construída no Piauí. Tais participações se fazem ao longo dos principais anos da construção, dos quais podemos citar o ano de 1967 quando a USAID emprestou a COHEBE a quantia de NCr\$ 4.903.650,00<sup>141</sup>.

Diante de todas as informações até aqui, podemos compreender claramente as linhas centrais da política econômica da ditadura militar – que, para garantir a expansão e a integração da economia, usou de forma consistente o recurso da elevada dependência financeira externa e do favorecimento vultoso de alguns grupos do grande capital nacional e estrangeiro.

Como medida decisiva nesse projeto, destaca-se a intervenção estatal em grandes obras de infraestrutura, especialmente a construção de grandes hidrelétricas como a de Boa Esperança, no Piauí. Desse modo, os governos militares puderam consolidar o caráter central monopolista do capitalismo nacional dependente-associado.

Para fecharmos a caracterização geral da conjuntura político-econômica dos governos da ditadura, elencamos mais alguns trechos do texto de David Maciel, que resume bem as condições em que se estabeleceram e foram mantidos os governos ditatoriais:

Diante disto, o golpe de 1964 e a Ditadura Militar cumprem um papel decisivo, na medida em que criam as condições políticas e econômicas que permitem a superação destas contradições e a consolidação do novo padrão de acumulação. Entre estas medidas destacaríamos a violenta repressão política que se abateu sobre o movimento dos trabalhadores e as forças políticas que propugnavam um desenvolvimento capitalista alternativo, facilitando a política de arrocho salarial aplicada durante todo o período e a opção pela dependência; a centralização política em torno do poder Executivo,

---

<sup>141</sup> Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1968b, p. 54).

conferindo ao governo maior margem de manobra na execução das tarefas necessárias; o crescimento do aparelho de Estado, ampliando sua capacidade de intervenção e planejamento econômico; a ampliação do setor produtivo estatal e dos investimentos públicos em infraestrutura, criando empresas gigantescas e com fortes tendências monopolistas e uma reforma financeira que criou as bases do processo de financeirização da economia, que cumprirá um papel decisivo na valorização do capital a partir dos anos 80 [...] <sup>142</sup>.

O autor destaca os traços específicos da operacionalização institucional desses governos, como violenta repressão, arrocho salarial e centralização política, dentre outros. Um pouco mais além no mesmo texto, o autor aponta os resultados cirurgicamente direcionados às camadas elevadas da sociedade brasileira e o claro prejuízo aos trabalhadores, configurando-se, portanto, a consolidação desse regime de autocracia burguesa no Brasil.

Além das condições econômicas e institucionais, a Ditadura Militar também criou as condições políticas para o estabelecimento da supremacia do capital monopolista no Brasil. A partir do golpe de 1964, tratou-se de estabelecer [...] uma institucionalidade autoritária que elevou o Estado autocrático-burguês à sua forma limite no Brasil. [...] Entre as características principais da institucionalidade autoritária destaca-se [...] o cesarismo militar. Situação em que [...] começa a ser instituído com o próprio golpe e a ascensão ao governo do general Castelo Branco, porém, sua formatação definitiva se com o AI-5 e a ascensão do general Médici [...] Os militares assumiram esta função não só por sua capacidade de resolver o conflito político e social *manu militari*, mas por que a doutrina de segurança nacional, da qual eram os principais portadores, combinava-se perfeitamente com a perspectiva ideológica do capital monopolista, cimentando a unidade do bloco no poder naquele período. [...] A concentração de poder [...] garantiu a supremacia do poder Executivo sobre os poderes Legislativo e Judiciário, [...] Desta maneira, o governo militar favorecia a representação dos interesses do capital monopolista junto ao Estado, [...] em detrimento da representação de interesses das frações não-hegemônicas do bloco no poder, e mais ainda dos interesses das classes trabalhadoras [...] <sup>143</sup>.

Feita a contextualização sócio-político-econômica geral do Brasil à época da ditadura, com análises reflexivas em torno das principais medidas intervencionistas nesse período, estabelecemos as bases concretas para a compreensão dos limites e das contradições do projeto desenvolvimentista autoritário implementado por esses governos ditatoriais.

Assim, com essas chaves teóricas, os dados e as informações apresentados pelas fontes aqui estudadas, podemos começar a entender o real papel da hidrelétrica construída no Piauí dentro do projeto nacional capitalista. Sobre isso, relembramos que, segundo os interlocutores institucionais, a UBE fora supostamente projetada para desenvolver e industrializar o estado.

---

<sup>142</sup> Maciel (2014, p. 66).

<sup>143</sup> Maciel (2014, p. 74).

Contudo, começamos a perceber que ela foi de fato projetada com a tarefa prioritária de estabelecer condições de consolidação da expansão capitalista brasileira nos interiores mais adentro no Nordeste.

Assim, o funcionamento da Usina de Boa Esperança, no Piauí, passa a favorecer bem mais os centros regionais de São Luís e Belém, os dois com mais interesses econômicos vislumbrados do que o Piauí. Além desses dois destinos, somam-se também nesse beneficiamento direto os grandes centros regionais nordestinos – Salvador e Recife –, que estavam em processo de consolidação nessa época. Bem mais importante, temos ainda com Boa Esperança o atendimento das demandas dos grandes centros nacionais localizados no Centro-Sul, por meio a expansão do mercado nacional.

Após analisarmos o panorama geral da economia brasileira durante a ditadura militar, no capítulo seguinte faremos uma análise mais particular da projeção institucional do desenvolvimento econômico certo do estado do Piauí. Para tanto, apresentaremos um pouco mais das falas oficiais compostas de inúmeros planos e perspectivas dispostas a partir da operação da hidrelétrica no começo dos anos 1970.

A partir da compreensão de todas as informações disponíveis acerca da obra e do funcionamento dessa infraestrutura, apresentaremos as reflexões sobre o espectro dessa função redentora da Usina de Boa Esperança no desenvolvimento econômico piauiense. Para isso, faremos uma avaliação dos resultados alcançados nas primeiras duas décadas após a obra, com o olhar mais detido sobre os personagens institucionais nacionais e locais responsáveis pela consecução desse projeto intervencionista.

Assim, no capítulo seguinte, faremos um contraponto crítico com a apresentação dos dados estatísticos socioeconômicos do estado do Piauí na década de 1970, logo em seguida à inauguração da hidrelétrica. Acrescentaremos à reflexão textual alguns trechos jornalísticos da época, que fornecem informações sobre o debate das promessas de desenvolvimento econômico local projetadas por essa intervenção estatal desenvolvimentista.

#### **4 A USINA DE BOA ESPERANÇA E O TIPO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO QUE VEIO AO PIAUÍ**

Neste capítulo, aprofundaremos o estudo da marcha econômica estatal e privada em direção ao Nordeste – especialmente, ao Piauí –, num plano de intervenção que foi parte crucial do processo mais amplo de diversificação e consolidação do mercado nacional brasileiro. Em meados do século XX, esse plano visou abarcar amplas áreas do Nordeste e também do Norte como centros de produção e sobretudo de consumo. A partir de então, essas regiões foram consideradas prioritárias na expansão econômica capitalista nacional desse período.

Ao longo do texto, buscaremos refletir sobre as contradições da promessa de integração desenvolvimentista direcionada ao Nordeste e ao Piauí. Nesse sentido, observamos os papéis impostos à região nesse projeto nacional de intervenção que, de forma ampla, objetivava a expansão produtiva e a integração comercial entre as várias áreas da economia capitalista brasileira.

Nessa perspectiva específica, e partindo da caracterização da formação histórica da economia piauiense, apresentaremos as propostas de desenvolvimento deste estado contidas nos projetos de intervenção dos governos da ditadura. Dentre as propostas, destacamos as medidas elaboradas no II PND, de que já tratamos nos capítulos 2 e 3.

Além disso, faremos uma análise da atuação da Sudene, com especial atenção aos projetos que se fizeram presentes no Piauí na época em questão, e cujos impactos iremos avaliar – além de outras ações gerais com o objetivo de integrar o Nordeste e a Amazônia à região econômica central. Enfatizaremos nesta análise os impactos promovidos no Piauí por intermédio da motriz energética central da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, inaugurada em 1970 e que passou a exercer a função de garantidora da implementação local de uma infraestrutura transformadora.

Nesse sentido, reafirmamos o que já dissemos ao longo deste texto: todo o complexo de geração e distribuição de eletricidade instalado no Piauí, juntamente com as diversas obras auxiliares ao longo da construção e o posterior funcionamento desse sistema energético, configurou-se como o maior conjunto de obras de infraestrutura já construídas no estado.

Sobre isso, verificaremos as principais mudanças causadas pelas redes de energia, de estradas e de aparelhos urbanos diversos em todo o estado, especialmente nas maiores cidades piauienses. Nesse sentido, faremos uma contraposição entre essas promessas e a realidade pós-inauguração da usina, avaliando o papel produtivo dessa infraestrutura em funcionamento, sobretudo ao longo das décadas de 1970 e 1980.

A partir dessa análise crítica, pretendemos caracterizar o objetivo geral desse projeto institucional nacional a fim de entendermos como se deu a transformação econômica recente no território do Piauí. Para tanto, propomos uma reflexão sobre os projetos implementados, os quais, segundo aventaram seus planejadores e propagandistas, tornariam o estado economicamente desenvolvido, promovendo as condições necessárias até mesmo para a industrialização local.

Logo, procuraremos entender como essa engrenagem de integração nacional-regional-local funcionou, identificando o papel determinado ao estado do Piauí e à sua população nesse cenário – uma vez que as benfeitorias desenvolvidas no estado estão ancoradas no portfólio nacional dos planos intervencionistas. Esses planos, realizados por meio das obras de infraestrutura, despejaram volumes altos de recursos que passaram por grandes empresas – com destaque para as construtoras nacionais, as multinacionais estrangeiras instaladas no país e para os bancos envolvidos em todas essas operações.

Ao final desta análise, pretendemos delinear como se desenvolveu o processo de estruturação produtiva local entre 1970 e 1980, quais os setores econômicos que mais se beneficiaram com a urbanização das cidades piauienses e quais foram as razões da não industrialização efetiva do estado do Piauí. Acrescentamos que esses pontos de reflexão crítica apontam a Usina de Boa Esperança como o elemento central de todo esse processo transformador.

Portanto, ao analisarmos as características locais da dinâmica de acumulação de capital, poderemos compreender como ocorreu esse processo de configuração econômica e social do Piauí, como resultado da política de expansão capitalista nacional implementada durante os governos da ditadura.

Isto posto, associaremos o trabalho descritivo com a reflexão crítica ao longo do texto, narrando como o panorama de avanço produtivo limitado foi se consolidando desde então e definindo o Piauí como uma área de desenvolvimento deficitário perante o restante dos entes federativos brasileiros. Ao cabo desta análise, poderemos finalmente avaliar as medidas de intervenção estatal e as consequências desse processo histórico para a população piauiense.

#### **4.1 Uma síntese da estruturação da economia piauiense: de sua formação colonial até as décadas de 1970 e 1980**

Historicamente, a formação econômica do estado do Piauí esteve por séculos ligada quase exclusivamente à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência. Esse processo

constitutivo ocorreu desde a sua colonização, a partir do século XVII, e prolongou-se pelos quase três séculos seguintes. Também existiram, do final do século XIX até meados do século XX, algumas experiências de relativo sucesso da produção extrativa vegetal piauiense para exportação.

Antes de mais nada, é importante situar e caracterizar geograficamente as terras que formaram o Piauí, localizadas numa área de transição entre o Nordeste Oriental e a Amazônia – condição que já pontuamos nos capítulos anteriores como determinante para o sucesso dos planos de integração econômica nacional. Essa característica própria do Piauí, de área de transição geográfica – e que se torna igualmente uma região de transição econômica dentro do Plano de Integração Nacional –, é um fator muito relevante que abordaremos neste capítulo. Inicialmente, faremos uma apresentação desses elementos naturais, os quais sem dúvida exerceram influência decisiva na constituição econômica e social do estado.

Observemos, a seguir, a citação de um trecho da obra *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*, de Agenor de Sousa Martins e colaboradores, que nos traz um resumo geral dessa caracterização natural do Piauí, ao mesmo tempo que versa sobre o início da presença colonizadora nessas terras:

Pode-se considerar que no início do século XVII cerca de dois terços do que atualmente é território piauiense já eram ocupados, naturalmente com uma baixíssima densidade demográfica. Esta parte da bacia do Parnaíba enquadra-se perfeitamente dentro da região conceituada como sendo “pré-amazônica”: guarda as características marcantes da transição entre o Nordeste Oriental e a Amazônia. Entre os traços físicos mais notáveis dessa região, assinala-se: -a existência de densos recursos hidrográficos, com grandes rios perenes e importante lagoas, coexistindo com áreas tocadas pela seca; -a gradação climática, situada entre a semi-aridez quente do Nordeste Oriental e a umidade da Amazônia; -uma associação de vegetais que corresponde à zona de transição definida: **extensos pastos naturais, importantes cocais e numerosas várzeas**, algumas delas de grande fertilidade, situados entre **caatingas arbóreas e arbustivas, cerrados e chapadões**. [...] A excelência das condições físicas do “Piauí” para os seus primeiros ocupantes residia, em primeiro lugar, nas enormes possibilidades de criação do gado (abundância de pastos naturais onde proliferavam gramíneas e leguminosas, fartos recursos hídricos e salubridade do clima) e, em segundo, a relativamente boa oferta de produtos coletáveis e animais de caça que tanto facilitaram a sobrevivência da população. O grande número de tribos indígenas existentes na região atestava essa oferta<sup>144</sup>.

Ao mesmo tempo, recuperamos o traço principal da ocupação territorial do Piauí, feita por meio de um violento processo de extermínio e escravização dos povos nativos que viviam

---

<sup>144</sup> Martins *et al.* (1979, p. 12-14, grifo nosso).

nessas terras. Eles se tornaram os alvos principais da cobiça dos caçadores e preadores vindos das regiões centrais do Nordeste e também do Sudeste, todos com a intenção de realizar a guerra de extermínio – cujo objetivo final era gerar um restante de contingente humano a ser comercializado como escravo e, ao mesmo tempo, preparar essas terras para a chegada dos rebanhos e a instalação das fazendas.

Sobre o início da colonização das terras que vieram a se tornar o Piauí, o processo de dizimação e escravização dos nativos em consonância com a implantação da pecuária e os interesses envolvidos nessa empreitada, prosseguimos com a descrição detalhada dos autores:

Como a incorporação de novas terras exigia sua conquista aos índios, feita através de “guerras justas”, e tais empreitadas exigiam poderosos recursos, além de aptidão militares, apenas os grandes chefes ou fazendeiros importantes tinham condições de realiza-las. Também para as concessões de sesmarias, apenas os que mantinham ligações com a burocracia representante do poder real, ou seja, os grandes fazendeiros podiam obtê-las. [...] O desenvolvimento da economia pecuária se faria a par com outra atividade, o apresamento de índios, que em algumas regiões subsistiu até fins do século XVIII. As lutas contra as tribos não se deram apenas para efeito de “limpeza da área” (tomada de terras aos índios ou proteção dos rebanhos em caso de atos de rebeldia dos indígenas). Houve a comercialização de índios escravizados, que, se jamais chegou a um nível equiparável ao da escravidão negra [...] <sup>145</sup>.

Percebemos que a escravização dos nativos gerou um contingente de mão de obra que passou a ser utilizada na própria implantação e manutenção das fazendas de gado no Piauí, numa simbiose entre as duas atividades – escravismo e pecuária – nesse devassamento colonial introdutório.

Ao mesmo tempo, vimos que o mercado escravista estendeu-se das terras piauienses às principais praças comerciais do Nordeste, onde os lucros eram maiores e nas quais também se acertavam os pagamentos de tributos ao governo colonial. No entanto, constatamos que a atividade de aprisionamento dos nativos não durou muito tempo devido à violência da guerra de extermínio e ao predomínio do tráfico de africanos no Brasil colonial. Sobre isso, observemos novamente o que nos dizem Martins e colaboradores, no trecho seguinte:

Naturalmente que as atividades dos criadores enquanto preadores de índios variavam segundo as diversas áreas da zona pecuária, dependendo da maior ou menor incidência de tribos, e não tiveram continuidade depois do século XVIII, visto a precoce dizimação das tribos e a consolidação do tráfico de negros [...] apresentaram-se como mão-de-obra mais vantajosa que os nativos. [...] O apresamento beneficiava todo um conjunto de elementos intermediários

---

<sup>145</sup> Martins *et al.* (1979, p. 20).

entre os capitães-do-mato e a Coroa, “profiteurs” que se ofereciam para obter junto aos governos licenças ou declarações de guerra justa, fundamento do direito de presa<sup>146</sup>.

Prosseguindo na caracterização da formação econômica do Piauí, cujo motor principal foi a pecuária, encontramos outro trecho dos mesmos autores que resume as características gerais da criação extensiva de gado nessas terras. Além disso, o texto pontua inicialmente a capacidade de desenvolvimento e sobrevivência endógena da criação pecuária frente às constantes crises na interligação com os centros econômicos externos.

Assim, caracterizada, grosso modo, a economia pecuária do sertão nordestino entre a segunda metade do século XVII e fins do século XVIII, pode-se considerar alguns traços gerais de sua implantação no Piauí. [...] **A pecuária piauiense** criou, para sobreviver e se consolidar, uma capacidade de infensibilidade às crises do mercado consumidor superior à capacidade das outras áreas da pecuária nordestina. [...] se estabeleceu com um caráter nitidamente escravista, apresentando, no contexto do escravismo brasileiro, traços bastante originais. [...] **O estabelecimento da pecuária no Piauí** ocorreu em um contexto de acirrada luta pela escravização e extermínio dos indígenas. [...] ocorreu sob o signo da luta armada pela posse da terra<sup>147</sup>.

Como percebemos, a pecuária local teve um caráter extremamente escravista desde o início, embora tenha modificado o alvo ao longo do tempo: a escravidão começou com os nativos, rapidamente exterminados ou, no caso dos sobreviventes, subjugados – e, sem interrupção, continuou com os africanos, muito utilizados localmente. Desse modo, foi mantida uma importante via de conexão com o sistema escravista nacional, ao mesmo tempo que se definia a pecuária local de acordo com suas peculiaridades.

Vimos que outro traço marcante da pecuária piauiense era a disputa armada entre sesmeiros (fazendeiros ligados ao poder colonial central) e posseiros (vaqueiros e reideiros), que, após a fixação das fazendas e a implantação das formas de produção básicas locais, passaram a disputar o controle das terras.

Assim, a economia piauiense, desde os primórdios, passou um longo período exercendo a função complementar de abastecer outras regiões, seja inicialmente com o fornecimento de mão de obra escrava, seja na sequência produzindo gêneros alimentícios, sobretudo carne. Nesse caso, a região que se tornaria o Piauí passou a fornecer principalmente alimentos à área açucareira do Nordeste colonial, e também já atendia ao Sudeste. Posteriormente, tornou-se um

<sup>146</sup> Martins *et al.* (1979, p. 21).

<sup>147</sup> Martins *et al.* (1979, p. 22, 23, 25 e 27, grifo nosso).

suporte adicional ao abastecimento das regiões mineradoras centrais do território colonial brasileiro.

Partiremos desses constituintes históricos coloniais do Piauí, marcados pela pecuária extensiva – que, em certo ponto, se associava ao escravismo e à existência permanente da agricultura de subsistência, tudo isso dentro de um modelo de altíssima concentração fundiária que desde sempre privilegiou a oligarquia agrária local. Os proprietários não só detinham o controle da propriedade das terras: com esse poder, operavam outro domínio, o mecanismo também secular de explorar a massa de trabalhadores rurais despossuída de quase todos os direitos básicos. É justamente essa massa de trabalhadores rurais que historicamente faz funcionar a engrenagem socioeconômica atrasada constituída no Piauí.

Encontramos, a propósito, as palavras do economista piauiense Felipe Mendes<sup>148</sup> que, em síntese, discorre sobre o quadro geral da formação econômica do Piauí e as consequências dessa estruturação ultrapassada. No trecho a seguir, percebemos que, ao invés de se buscar uma superação efetiva dos entraves, reforça-se de modo ininterrupto e duradouro esse atraso ao longo dos séculos seguintes:

[...] a formação econômica do Estado, através da pecuária extensiva, condicionou simultaneamente o quadro físico, econômico e social em direção a um só sentido: o da atarquia econômica quase feudal. De um lado, a doação de sesmarias iniciando o processo de concentração de renda (porque a concentração de terras significava também a concentração de Capital) resultou em: a) infindáveis áreas inexploradas; b) vastas áreas em que só havia a criação extensiva de gado; c) pequeno requerimento de mão-de-obra e, portanto, de população para ocupar as terras; d) conseqüentemente, uma agricultura limitada ao consumo próprio das fazendas e, por isso, mantidas sem as exigências de crescente modernização imposta pelo mercado, assim como inexpressivo comércio<sup>149</sup>.

Noutra passagem da mesma obra, Felipe Mendes continua a detalhar a economia e a sociedade piauienses, que permaneceram muito tempo sem alterar sua configuração geral. Essa situação revela um longo quadro de estagnação em sua evolução produtiva, que segue de forma letárgica pelos séculos XVIII e XIX, até meados do XX – mantendo características originárias e o atraso em relação aos centros econômicos nordestinos e nacionais.

De outro lado, o quadro físico não requeria mudanças rápidas no tocante, por exemplo, ao sistema de transportes, tendo em vista as características da

<sup>148</sup> MENDES, Felipe. O PDRI Vale do Parnaíba e o desenvolvimento do Piauí. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 2, p. 4-8, jul.-dez. 1980

<sup>149</sup> Mendes (1980, p. 5-6).

atividade econômica básica e da população esparsa: a pecuária, sem o dinamismo que impulsionasse o surgimento de novas oportunidades de investimento no sistema econômico; a população, sem participar sequer da incipiente renda monetária e muito menos dos efeitos multiplicadores dos lucros, que revertiam ou para o proprietário da terra ou para atividades improdutivas, como a sustentação do fausto de uma reduzida elite, ou, ainda, eram simplesmente transferidos para fora do Piauí. Os dois aspectos aqui esboçados formaram um sistema de relações de trabalho em que se destacava a imobilidade da mão-de-obra e sua conseqüente vinculação aos desígnios do proprietário da terra [...] a vida sócio-econômica do Piauí pouco se alterou até algumas décadas atrás, com a exceção de fugazes momentos de expansão de atividades extrativas ligadas as demandas externas, e ainda à exceção do pequeno núcleo industrial - exportador de Parnaíba, este um caso bem diverso na história econômica do Piauí, cuja influência, infelizmente, não pôde dar-se senão na própria cidade. O setor público, em qualquer dos três níveis, limitava-se às funções mais elementares de Governo [...] mesmo assim em escala inexpressiva<sup>150</sup>.

À frente, em mais um trecho do texto de Mendes, observa-se que um começo de mudança na economia só aconteceu a partir da segunda metade do século XX, justamente no contexto ora estudado nesta pesquisa – que focaliza exatamente a transformação operada pelas intervenções federais que buscavam, a qualquer custo, promover a integração nacional. As intervenções priorizaram dois setores infraestruturais principais: transportes e energia. Lembramos ainda que ações como essas, implementadas no Piauí, promoveram transformações similares em todo o país.

[...] as mudanças iniciaram-se na década de 60, principalmente quando a reforma tributária nacional alterou os mecanismos canalizadores de recursos para o Governo Federal, ensejando a criação de Fundos e Programas Especiais de investimentos para execução direta ou para transferência aos Estados e proporcionando “ad hoc” recursos para execução de projetos de interesse do Governo central (os de objetivos de integração nacional), especialmente nos **setores rodoviário, de energia** e de comunicações, que abriram as fronteiras e as perspectivas de desenvolvimento do Estado<sup>151</sup>.

Retomamos Agenor de Sousa Martins. No texto intitulado “O Piauí na economia nacional” (1982)<sup>152</sup>, publicado na revista *Carta CEPRO*, temos um panorama geral de todo o processo constitutivo do sistema produtivo local piauiense, suas características fundantes, limitações e relações externas, desde seu início formador até a segunda metade do século XX,

---

<sup>150</sup> Mendes (1980, p. 6).

<sup>151</sup> Mendes (1980, p. 7, grifo nosso).

<sup>152</sup> MARTINS, Agenor de Sousa. O Piauí na economia nacional. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, n. 2, p. 91-132, jul.-dez. 1982.

mais perto da atualidade. Desse modo, segundo o autor, estabeleceu-se o momento chave do início de uma mudança importante neste arranjo econômico e social local.

É por demais conhecido, na história do Piauí, que sua colonização deu-se principalmente através da instalação de grandes fazendas de gado, embora o devassamento inicial do Território tenha ocorrido com as expedições de apresamento de índios e a coleta de drogas do sertão. [...] Somente a partir do final do século XVII é que os primeiros colonizadores chegam ao Piauí [...] No início da colonização aqui desenvolvidas foram resultado de exigências de outros centros mais dinâmicos da economia nacional. [...] foi decorrência das necessidades de abastecimento [...] para a região açucareira. [...] em virtude da crise econômica açucareira, é que se teve, neste Estado, a criação de uma estrutura de produção [...] Esta fase [...] de transformação endógena [...] caracterizou-se: a) pela predominância da pecuária extensiva associada à agricultura de subsistência de base semi-escravocrata; [...] pequena divisão social do trabalho [...] alta concentração da renda e do poder político nas mãos dos latifúndios [...] alta concentração da propriedade fundiária [...] restrito mercado consumidor de produtos industriais<sup>153</sup>.

Observamos no trecho de Martins que essas marcas fundantes e prevaletentes da estrutura política, econômica e social do estado Piauí foram erigidas ao longo dos últimos três séculos – e muitas dessas marcas são trazidas para sua configuração mais atual.

A seguir, destacamos um trecho em que Martins conclui essa caracterização geral e pontua com destaque os surtos extrativistas que dinamizaram sobremaneira a economia local e a conectaram a importantes fluxos externos. O autor descreve momentos mais recentes e as mudanças que tiveram início antes das intervenções estatais desenvolvimentistas. Conforme Martins, aqueles primeiros e pequenos surtos de mudanças de meados do século XX, mesmo que não tenham modificado o cenário estadual de forma tão radical como se poderia pensar, de certo modo trouxeram uma experimentação importante para as alterações definitivas efetivadas a partir das décadas de 1970 e 1980.

Somente com o advento dos ciclos extrativistas, na primeira metade desse século – borracha, babaçu e carnaúba -, é que a economia piauiense tomou certo impulso. [...] teve-se também nesse período, uma aceleração no processo de urbanização da população piauiense e o surgimento dos primeiros sinais da industrialização moderna no território piauiense, onde a cidade de Parnaíba, [...] desponta como pólo dinâmico. [...] No final da década de 40 e início dos anos 50, o extrativismo entra em crise [...] que se caracterizou: a) por um mercado consumidor em retração; [...] retorno da mão-de-obra ocupada no extrativismo para atividades de subsistência; [...] maior inter-relacionamento com a economia nacional. Essa fase de relativa estagnação se prolonga até os dias atuais, entretanto ela foi mais acentuada nas décadas de 50 e 60. Os anos 70 testemunharam muitas transformações, porém tais transformações não

---

<sup>153</sup> Martins (1982, p. 92-94).

chegaram a mudar, de maneira positiva, a estrutura produtiva da economia piauiense<sup>154</sup>.

Portanto, foi com todas essas características e entre os séculos XVII e XX que se formou a economia local piauiense. Desde então, ela se mostra como um espaço produtivo extremamente frágil e com elementos participantes que, em grande parte, mal alcançam os resultados de sua autossustentação.

Como vimos no panorama de formação histórica, mesmo quando consideramos os surtos de sucesso produtivo com as exportações da borracha de maniçoba, da cera de carnaúba e do babaçu – entre o final do século XIX e meados do século XX –, verificamos que a configuração econômica histórica do Piauí se revela quase sempre deficitária e atrasada. Essa situação se delineou tanto internamente – ao não proporcionar um avanço considerável no seu desenvolvimento econômico e social – quanto externamente – com uma posição insignificante quando comparamos seus resultados produtivos aos dos demais estados. Ainda é possível identificar, nos dias atuais, muitas das características históricas de outrora.

Assim, verificamos que durante quase todo o período de formação, até a sua consolidação, a dinâmica da constituição produtiva do Piauí deu-se de maneira letárgica. Recentemente, teve alguns poucos suspiros de sucesso dos produtos extrativistas para exportação; essa configuração geral se arrastou até meados do século XX e, por conseguinte, identificamos os reflexos concretos desse processo histórico presentes nos dias atuais.

A partir das transformações ocorridas em meados do século XX e por meio dos projetos estruturantes intervencionistas, o Piauí passou a ser diretamente integrado ao mercado nacional brasileiro de bens industrializados, especialmente bens de consumo semiduráveis e duráveis. Anteriormente, já havia ocorrido certa penetração desses produtos no estado, embora muito deficitária.

Por causa dessa deficiência na integração econômica entre o Piauí e os principais centros nordestinos – sobretudo a fraca ligação local com os centros econômicos nacionais –, percebemos que o alcance e o quantitativo desse consumo moderno no Piauí era até então limitado à capital e à segunda cidade do estado, Parnaíba, estendendo-se de forma lenta e incipiente a mais algumas cidades próximas a essas duas principais. Essa configuração revelou, portanto, a pequena extensão e a baixa absorção econômica do mercado local piauiense por parte da economia nacional – que se encontrava, a partir desse período, em franca consolidação da pesada industrialização sediada nos polos produtivos do Centro-Sul.

---

<sup>154</sup> Martins (1982, p. 94-95).

Desse modo, a não integração econômica de consumo do Piauí com as regiões centrais da economia nacional e, para além disso, as debilidades de interligação das regiões Norte e Nordeste tornaram-se um problema para a consolidação do mercado nacional. Para solucionar essa questão, por meio de uma forte intervenção estatal e planejada, foi construída a Usina de Boa Esperança como motor central desse processo de integração. No caso piauiense, especialmente na década de 1970, desenvolveu-se toda a estruturação do mercado local de consumo de energia elétrica, montada a partir dessa unidade matriz de geração energética.

Sobre o painel histórico geral da lenta e deficitária constituição econômica do estado do Piauí – e, principalmente, sobre sua relação mais recente de integração direta com os grandes centros econômicos nacionais, notadamente a partir da segunda metade do século XX –, é necessário caracterizarmos suas condições de desenvolvimento recente, focando no ponto nevrálgico da sua definitiva conexão com o mercado nacional.

#### **4.2 Interligações econômicas do Piauí com o Nordeste e o Brasil, e seus reflexos no desenvolvimento local**

A respeito da evolução histórica da economia piauiense, destacamos a sua interação com os grandes centros produtivos regionais e nacionais, uma vez que, desde a ocupação colonizadora, essa relação se deu principalmente com Recife, capital de Pernambuco, e também com Salvador, capital do estado da Bahia.

A relação do Piauí com as capitais econômicas do Centro-Sul, do final do século XVII a meados do século XX, estabeleceu-se de maneira mais indireta, contando quase sempre com a intermediação dos dois referidos centros nordestinos, sobretudo por conta das dificuldades de transporte e o conseqüente isolamento econômico do Piauí. Nesse sentido, desde o início de sua formação colonial até o século XX, o Piauí teve sua ocupação – e principalmente sua estruturação econômica – vinculada a outros centros produtivos maiores. Assim, com o Nordeste, vincula-se durante o ciclo açucareiro; com o Centro-Sul, no ciclo da mineração.

Mesmo considerando a característica de isolamento e funcionamento endógeno predominante na maior parte da história da formação econômica e social do Piauí, até o início do século XX o estado nunca deixou de manter relações com os principais polos regionais e nacionais, mesmo que de forma bastante irregular e indireta.

Portanto, pelo que vimos até aqui, o quadro geral de estruturação e funcionamento da economia piauiense assentou-se historicamente nas atividades da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência, cuja dinâmica arcaica não contribuiu para um avanço no

desenvolvimento socioeconômico do estado. Desde as fazendas coloniais, essa realidade produz um cenário local de altíssima concentração de terras, baixa ocupação de mão de obra e de baixíssima remuneração.

Dessa forma, gerou-se uma sociedade com grande concentração de renda nas mãos de uma ínfima minoria e, na outra ponta, um imenso contingente de piauienses que sobreviviam das formas mais adversas, com rendas muito baixas – e até mesmo uma quantidade substancial de pessoas sem qualquer rendimento registrado.

Sobre o cenário geral de atrasos e desequilíbrios econômicos e sociais e as interligações do Piauí com as demais regiões do país, continuamos com o aprofundamento da análise descritiva iniciada no tópico anterior. Para tanto, vejamos o que nos diz o economista Antônio de Pádua Silva dos Santos, em seu texto “Perspectiva do desenvolvimento econômico para o Piauí” (1980)<sup>155</sup>, em que o autor resume essa problemática configuração econômica estadual:

[...] a pecuária, no período colonial, foi uma atividade voltada inteiramente para o mercado interno, não se constituindo, portanto, numa atividade de grande expressão econômica, dado às limitações desse mercado e às suas crises periódicas. A expansão da mineração no Sudeste brasileiro assegurou mercado para o gado nordestino e, particularmente para o gado do Piauí, que alcançou nesse período a sua melhor fase. Por outro lado, a decadência da atividade mineradora e a concorrência pecuária sulina acarretaram [...] uma enorme crise na economia piauiense. [...] a pecuária [...] até por volta da metade deste século [...] exigia grandes extensões de terras [...] grandes latifúndios, que continuam até hoje imutáveis no tempo. [...] a pecuária foi, em grande parte, responsável pela definição da baixa densidade demográfica piauiense [...] requeria baixa utilização de mão-de-obra. A atividade agrícola piauiense foi tradicionalmente inexpressiva, destinando-se praticamente ao autoconsumo da sua população<sup>156</sup>.

Seguimos tratando da evolução das interligações econômicas do Piauí com os grandes centros nacionais e os centros regionais nordestinos, a fim de analisar como se firmaram essas relações e quais os resultados dessa nova e intensificada circulação comercial nas estruturas produtivas locais piauienses. Nesse sentido, vamos ao encontro das informações sobre as iniciativas de industrialização no território piauiense e, ao mesmo tempo, verificar os resultados diretos do tipo de desenvolvimento econômico e social que veio a prosperar no Piauí. Com isso, analisaremos os setores produtivos que se expandiram e se consolidaram no estado, além das consequentes limitações locais advindas desse processo.

---

<sup>155</sup> SANTOS, Antônio de Pádua Silva dos. Perspectiva do desenvolvimento econômico para o Piauí. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 2, p. 29-44, jul.-dez. 1980.

<sup>156</sup> Santos (1980, p. 31).

No entanto, antes de caracterizarmos mais diretamente os setores econômicos da indústria e de serviços, devemos entender um pouco mais sobre o papel da agricultura e da pecuária em todo esse processo. Analisamos esses setores, de seus arcaísmos estruturais até as condições de modificação nessas produções, devido às influências do processo de modernização instalado durante o projeto de integração da economia local piauiense, no último quarto do século XX.

Partimos novamente daquelas condições históricas de estagnação dessas atividades econômicas primárias, que, no estado do Piauí, desde a colonização formadora, constituem-se nas atividades produtivas mais importantes do cenário local. Constatamos que a agricultura e a pecuária piauiense chegaram, aos meados do século XX, mais ou menos com as mesmas características de limitação e sem avanços produtivos estruturais. Ademais, verificam-se atrofias crônicas, como imensa concentração fundiária, baixa produção, não monetarização e baixíssimos níveis de assalariamento da mão de obra, associadas ao atraso tecnológico.

Especificamente sobre a persistente concentração de terras, temos os dados abaixo, trazidos pelo economista piauiense Wiliam Jorge Bandeira em seu texto “Estrutura fundiária e produção piauiense” (1980)<sup>157</sup>. Nele, o autor reforça a análise desses atrasos produtivos locais, ao mesmo tempo que nos traz importantes reflexões sobre esse contexto histórico, em geral deficitário.

Segundo os dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Maranhão e Piauí, do IBGE, para 1975, 70% dos estabelecimentos rurais com menos de 10 ha ocupavam uma área de 300.690 ha, correspondendo a apenas 3,13% do total das terras apropriadas no Estado em 1980, enquanto que somente 0,62% dos estabelecimentos com mais de 1,000 ha ocupavam cerca de 36% das terras [...]<sup>158</sup>.

Para ilustrar melhor a questão da altíssima concentração de terras no Piauí, apresentamos a tabela 7, em que se visualiza um cenário geral de posse altamente centralizada numa minoria de proprietários de enormes extensões territoriais. A concentração fundiária funciona, portanto, como um limitador do aumento da produção que poderia ocorrer por meio da multiplicação de pequenas e médias propriedades rurais. Nesse caso, não vieram nem a redistribuição das terras nem o aumento ou a diversificação da produção, legando ao estado a crônica estagnação de seu setor primário.

---

<sup>157</sup> BANDEIRA, Wiliam Jorge. Estrutura fundiária e produção piauiense. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 2, p. 9-28, jul.-dez. 1980a.

<sup>158</sup> Bandeira (1980a, p. 10-11).

Tabela 7 – Proporção do número de estabelecimentos e área, por classe de área – Piauí (1970)

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECEMENTOS	ÁREA (ha)
0 a 10	70,11	3,13
10 a 50	15,16	8,06
50 a 200	9,53	20,66
200 a 1.000	3,58	32,08
1.000 e mais	0,62	36,07
Sem declaração	0,55	-
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b> <b>(217.886)</b>	<b>100,00</b> <b>(9.606.731 ha)</b>

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário Maranhão/Piauí.  
Censo Econômico de 1975 - FIBGE.

Fonte: Bandeira (1980a, p. 11, modificado).

Constata-se, portanto, um imenso contraste inversamente proporcional, pois apenas 4,20% dos estabelecimentos detêm quase 70% da área total do Piauí, enquanto na outra ponta identificam-se 70% dos estabelecimentos com ínfimos 3,13% do total das terras. Esses dados oficiais evidenciam o imenso abismo de desigualdade na posse das terras no estado, uma vez que, até aquele momento, a maioria da população piauiense ainda se assentava no campo – e, nesse espaço, a agricultura mostrava níveis baixíssimos de produtividade e não se modernizava.

É clara a configuração de um cenário extremamente arcaico que, a partir de contradições e desigualdades seculares, reproduziu continuamente no cenário local uma realidade de estagnação econômica produtiva e de extrema pobreza social de amplas parcelas da população piauiense.

Sobre os vários fatores ligados à atrasada estrutura produtiva e ao conseqüente baixo desenvolvimento socioeconômico do estado, temos a seguir mais um trecho do texto de Bandeira:

A agricultura piauiense caracteriza-se basicamente pela predominância de formas tradicionais de organização da produção, com relações de produção não-capitalistas. As relações de trabalho predominantes são a parceria e o arrendamento, além do trabalho assalariado, sobretudo o assalariado temporário, sendo que este último representa mais uma maneira de o pequeno agricultor completar sua subsistência do que a existência de um “mercado de trabalho” no setor rural piauiense. A terra encontra-se altamente concentrada nas mãos de poucos proprietários, problema que tende a agravar-se através do processo natural de concentração econômica pela absorção das pequenas pelas grandes propriedades. [...] Como resultado, estas pequenas unidades produtivas se constituem em verdadeiros “viveiros” de mão-de-obra à disposição dos grandes proprietários, ocorrendo, assim, uma simbiose entre

grandes e pequenos estabelecimentos, fato que se configura como importante característica da estrutura agrária piauiense. Este fato, aliado ao pouco dinamismo dos mercados internacional e inter-regional para os produtos dos grandes estabelecimentos, tem como consequência a pouca integração da agricultura piauiense nestes mercados. Estes fatores se apresentam como elementos limitantes ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura piauiense, condicionando, assim, a persistência de formas de produção arcaicas neste setor, além de continuar pequena a parte comercializada da produção<sup>159</sup>.

Conforme a análise de Bandeira, a formação econômica histórica do Piauí apresenta uma trajetória formativa e de funcionamento muito deficitária, uma vez que o setor produtivo da agricultura e, por extensão, o da pecuária estão geralmente interligados e se assemelham estruturalmente, e não conseguiram evoluir qualitativamente ao longo de todo esse tempo de estruturação.

Neste ponto do texto, identificamos a prática especulativa da posse de terras como o encontro de fatores internos e externos que se entrecruzam e provocam o atrofamento produtivo piauiense. A prática é prejudicial ao avanço qualitativo no desenvolvimento socioeconômico do Piauí, sobretudo porque objetiva angariar o maior volume de créditos financeiros nos bancos públicos de investimentos, principalmente o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

Desse modo, muitos latifundiários piauienses mantiveram a posse de seus imensos feudos não para aumentar ou diversificar a produção agrícola, mas tão somente para ter o imóvel, que serve como fachada para abocanhar polpudos empréstimos bancários. Na maioria das vezes, esses empréstimos eram realizados sob condições contratuais extremamente favoráveis, com carências e taxas subsidiadas – uma vez que, com as facilitações, criava-se uma ciranda permissiva tanto para a inadimplência quanto para a extinção dessas enormes dívidas. Como consequência dessa situação, inúmeros processos políticos de perdão generalizado geravam imensos passivos financeiros cobertos por recursos públicos. Nesse cenário de enriquecimento privado às custas do endividamento público, observamos a manutenção praticamente inquestionável do poder de posse das terras e da manutenção do capital político e econômico dos grupos dominantes locais.

As práticas especulativas e não produtivas de aquisição de investimentos financeiros, que deveriam ser destinados ao incentivo à produção agrícola geral, eram dominadas pelas classes de grandes proprietários piauienses. Porém, devido à reincidência e à consequente popularização, passaram a ser comuns também entre proprietários menores – apesar de

---

<sup>159</sup> Bandeira (1980a, p. 9-10).

saberemos que a grande maioria dos pequenos proprietários, desde sempre, não têm acesso facilitado a financiamentos bancários. Além do mais, quaisquer que sejam as condições das linhas de crédito bancário, o acesso a esses recursos para a maioria dos pequenos produtores é geralmente inexistente – eles sequer conseguem acessar porções de terra maiores para estimular, aumentar e garantir suas pequenas produções de subsistência.

Por essa razão, gerou-se esse círculo vicioso de não avanço e atraso sistêmico na produção agrícola piauiense. Essas práticas distorcidas são exercidas conscientemente pelas lideranças econômicas piauienses, mas também toleradas e até permitidas pelas autoridades governamentais, que, para agradá-las e assegurar seu apoio político, permitiam que essa situação persistisse sem ser atacada em seu cerne. Assim, o problema seguia intocado; os órgãos públicos, na realidade, alimentavam essa dinâmica nociva, exemplificada nos perdões de dívidas antigas e na continuidade da concessão dos mesmos empréstimos aos mesmos personagens. Vejamos a análise de Bandeira sobre as práticas improdutivas dos grandes proprietários no Estado:

A intensidade da exploração da terra é maior nos pequenos estabelecimentos. A causa disto é a grande pressão que sofrem os pequenos agricultores para aumentar a produção agropecuária. Tal pressão se limita a conseguir produção suficiente para pagar empréstimos, dívidas e renda da terra e ainda conseguir a subsistência de sua família. Isto tudo obriga o pequeno produtor a utilizar quase a totalidade da terra disponível e ao mesmo tempo aumentar a jornada de trabalho dedicado à produção. Por outro lado, os grandes estabelecimentos subutilizam a terra, em relação à terra útil total. [...] Outros fatores complementares se referem a: adquirir terra com intento especulativo, resultante da falta de oportunidades de investimentos e das expectativas criadas pelo processo inflacionário; manter terras ociosas, visando a obter recursos através do sistema de incentivos fiscais e, ainda, manter terras ociosas como garantia de financiamentos bancários, para serem aplicados em outras atividades lucrativas<sup>160</sup>.

Conforme o autor, mesmo quando vieram a se fazer presentes, as transformações capitalistas modernizantes – sobretudo na segunda metade do século XX – não garantiram o avanço necessário para que o Piauí se tornasse menos dependente, ou pelo menos mais produtivo ou desenvolvido qualitativamente.

Assim, percebe-se que o estado se manteve estático ao não acompanhar as mudanças decorrentes do aumento da produção industrial verificado em praticamente todo o Nordeste. Nesse sentido, identificamos uma adesão majoritariamente dependente do Piauí frente à expansão da circulação consumista dos produtos manufaturados promovida em todo o mercado

---

<sup>160</sup> Bandeira (1980a, p. 15).

brasileiro. Também se destacou nesse processo o aumento da monetarização da economia nacional.

No Piauí, persistiram as amarras estagnantes e improdutivas. As relações socioeconômicas em seu território mantiveram os problemas crônicos que fazem do estado um dos mais atrasados e menos desenvolvidos. Essa afirmação considera os resultados múltiplos em praticamente todos os outros estados do Nordeste e em alguns do Centro-Oeste e do Norte, sobretudo nas capitais: mesmo com inúmeros problemas, grande parte desses estados receberam investimentos bem maiores que o Piauí; por conseguinte, comparativamente, conseguiram modernizar e transformar qualitativamente suas estruturas econômicas produtivas.

Ao nos aprofundarmos na análise da configuração econômica produtiva do Piauí, encontramos no perfil da mão de obra ocupada no estado uma localização majoritária no ramo agrícola, setor com bases muito deficitárias nas condições de trabalho e de remuneração. A situação se verifica devido à crescente predominância de trabalhadores nas atividades de subsistência, atrelada à diminuição da alocação de mão de obra nos empreendimentos agrícolas maiores. Esse cenário denota uma estrutura que não se modernizou, muito pelo contrário: manteve-se atrasada, sobretudo porque não houve aumento dos valores agregados circulantes, seja pela produção, seja pela remuneração geral do trabalho assalariado – além, é claro, do visível não avanço tecnológico também atrelado a um sistema produtivo local estagnado.

Sobre algumas características centrais da produção agropecuária piauiense, vejamos mais um trecho da análise de Bandeira:

O Estado contava em 1975 com uma mão-de-obra rural de...616.704 pessoas, distribuídos pelos vários estratos de área. De acordo com os dados do IBGE, 62,4% do pessoal ocupado na agricultura situava-se na categoria de estabelecimentos de até 10 ha numa faixa de terra de apenas...329.928 ha, que corresponde a 3,12% da área total apropriada, indicando uma relação de terra/homem de somente 0,86 ha. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha que se apropriavam de parcela ponderável da terra (42%), abrigam em seu interior apenas 1,38% da mão-de-obra rural, os quais apresentam uma relação terra/homem de 5.214 ha<sup>161</sup>.

No texto do economista, vimos alguns dados importantes dessa característica histórica de enorme concentração fundiária sob o controle de pouquíssimos proprietários, incluindo-se aí as melhores glebas de terra. Ademais, verifica-se uma quantidade imensa de pequenos e médios produtores que dispõem de uma parcela diminuta de terras para produzir.

---

<sup>161</sup> Bandeira (1980a, p. 16).

Isso sem dúvidas é um fator que limita o avanço da modernização da produção agropecuária piauiense, na medida em que não se disponibilizam mais terras para o aumento da área de trabalho de grande parcela dos produtores, que se aglutinam em unidades produtoras de tamanho muito pequeno. Percebe-se com essa configuração um rápido esgotamento dessas pequenas áreas e, com isso e em números totais, uma baixa produção. Consequentemente, temos ao final uma baixa remuneração geral da mão de obra ocupada no setor. Destaca-se no quadro geral de atraso e estagnação produtiva a inevitável repercussão do subdesenvolvimento socioeconômico crônico do Piauí.

Especificamente a respeito das características da ocupação da mão de obra no setor agropecuário piauiense, vejamos a seguir mais dados pertinentes apresentados por Bandeira:

Convém salientar que a quase totalidade do pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha encontra-se dedicada às culturas de subsistência. Isto é confirmado pela grande participação destes estabelecimentos nas lavouras (98,8%), o que quer dizer que a grande maioria do pessoal ocupado nestes estabelecimentos consiste em membros não-remunerados da família do produtor. Quanto à distribuição desta mão-de-obra, constatou-se pelos dados do IBGE que aqueles ocupados na economia camponesa vêm subindo de participação, ou seja, a participação passou de 49,9%, em 1950, para 76,9%, em 1970, enquanto que os alocados nos latifúndios vêm sofrendo redução durante estes anos. Assim, a participação relativa do pessoal ocupado nos latifúndios se reduz de 48,5% para 22,7% entre estes anos. Por outro lado, na economia camponesa houve substancial incremento dos arrendatários de 0,4%, em 1950, para 9,5%, em 1970. Estes dados indicam que está ocorrendo uma exarcebação da economia camponesa com o conseqüente aprofundamento das relações de produção arcaicas no campo. Isto quer dizer que a produção agropecuária no Estado vem sendo realizada por um número maior de pequenas unidades produtivas familiares que só pensam em conseguir sua subsistência<sup>162</sup>.

Percebemos na análise do trecho anterior que as estruturas produtivas agropecuárias, que se configuram como as mais enraizadas até então na economia local piauiense, pouco ou nada evoluíram para regras de trabalho e produção mais modernas. Essa situação representava uma estagnação sistemática, um verdadeiro entrave para a sequência de desenvolvimento que se quisesse promover no estado.

Desde então, direciona-se o Piauí a uma dependência imensa de investimentos intervencionistas externos, à medida que o tempo avança e ocorrem as transformações da infraestrutura urbana e as conexões comerciais inter-regionais. Além disso, o estado é dependente, no próprio abastecimento local, dos mais diversos produtos vindos de fora do

---

<sup>162</sup> Bandeira (1980a, p. 15-16).

estado – inclusive alimentícios, de origem agropecuária, que cada vez mais passaram a ser processados industrialmente em outras regiões produtoras e a compor a extensa pauta de importações piauienses.

Progressivamente, os mais variados produtos de consumo manufaturados passaram a ser trazidos de outras áreas produtivas centrais e regionais, piorando ainda mais a imagem negativa da produção local como garantidora da circulação e do consumo internos. O setor agropecuário piauiense, de participação importante no estado até então, caminhava para a sua estagnação e, propriamente, sua involução.

Veremos um pouco mais dessa marcha de estagnação produtiva e, por conseguinte, de atraso econômico e social do Piauí no trecho seguinte, em que Bandeira observa os arcaísmos e entraves produtivos existentes na agricultura local, que ainda era o principal setor da economia:

Observa-se, portanto, uma involução no processo produtivo da agricultura piauiense com o crescimento relativo da economia camponesa de produção. Entretanto tal involução só vem beneficiar o capital comercial que, através dos mecanismos antes citados, pode aumentar a quantidade de sobretrabalho extraído dos pequenos produtores. Quanto às relações de trabalho de maior importância na agricultura piauiense – parceria e arrendamento – elas apresentam as seguintes características: a) áreas bem diminutas (área média girando em torno de 2,5 ha); b) renda bruta também diminuta; c) suprimento de mão-de-obra nos grandes estabelecimentos; d) garantia de uma maior intensificação da exploração da terra nos grandes estabelecimentos. Nota-se, portanto, que as unidades produtivas operadas por estas relações de trabalho se constituem em formas de produção subordinadas. Formas que o produtor utiliza para não deixar sua terra ociosa, com a vantagem de não correr nenhum risco, bem como poder atuar como “capital comercial” e se apropriar do sobretrabalho destes produtores. Assim, acredita-se que estas formas de produção são o que mais interessa para a acumulação do capital, o qual não tem nenhum interesse de transformar a agricultura no sentido de introduzir as relações capitalistas neste setor<sup>163</sup>.

Logo, como pontua Bandeira, predominam a excessiva exploração dos pequenos produtores e a alta especulação das propriedades por parte dos grandes proprietários de terras produtivas do estado. Boa parte do Piauí segue como espaço de relações produtivas semifeudais, como uma área de desenvolvimento lento e muito pouco eficaz.

Nesse ínterim, é importante observar que o pequeno diferencial da oligarquia local piauiense foi optar por uma relativa diversificação em sua atuação econômica ao se associar ou mesmo migrar para o capital comercial. Isso foi possível exatamente com a modernização de

---

<sup>163</sup> Bandeira (1980a, p. 16).

infraestruturas urbanas mínimas, dentro do movimento geral da integração do mercado piauiense ao mercado nacional. Sobre esse movimento dos grupos econômicos dominantes no Piauí, logo percebemos que não se trata de uma postura de autonomização, mas simplesmente de adaptação conveniente ao novo cenário de acumulação de capitais, que passou a vigorar no Nordeste e no Brasil no último terço do século XX.

Ainda quanto às relações externas da economia piauiense, presentes desde sua formação e interferentes na consolidação da estrutura produtiva local, constatamos que entre o fim do século XIX até a primeira metade do século XX o estado experimentou a conexão internacional em alguns intervalos, provocados pelos surtos econômicos extrativistas da carnaúba, da maniçoba e do babaçu.

Como já vimos, as primeiras experiências de desenvolvimento urbano nas cidades maiores do Piauí ocorreram com a circulação comercial entre elas e por meio de algumas experimentações artesanais dos produtos citados – que podem ser consideradas semi-industriais, ligadas sobretudo ao processamento básico da produção extrativa e seu transporte.

Em mais uma passagem, Antônio de Pádua Silva dos Santos debruça-se especificamente sobre a atividade extrativista. O autor aponta as limitações do ramo no desenvolvimento do Piauí, que não serviu como plataforma de modernização do estado, ponderando aí sobretudo que a grande circulação de capitais provenientes do comércio externo não gerou no estado uma transformação produtiva mais arrojada. Assim, as riquezas circulantes advindas do extrativismo vegetal funcionaram apenas como complemento à pecuária e à agricultura, já enraizadas na economia piauiense – logo, foram mantidos todos os arcaísmos históricos dessas duas atividades produtivas locais predominantes que, ao não avançarem rumo a uma necessária modernização mais radical, travaram a evolução da estrutura produtiva local.

[...] O extrativismo vegetal, tradicionalmente, foi uma atividade de elevada importância para a economia piauiense, notadamente na primeira metade do corrente século. [...] Em que pese toda esta importância, o extrativismo não se consolidou como uma atividade dinâmica e duradoura capaz de influenciar decisivamente as transformações da estrutura sócio-econômica do Estado [...] O extrativismo esteve fundamentalmente ligado ao mercado externo [...] esta atividade sempre foi complementar à pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, funcionando como amenizadora das crises periódicas da economia piauiense. [...] a economia piauiense foi fundamentada no comércio internacional [...] Todavia este tipo de comércio não foi suficiente para mudar a estrutura produtiva da economia do Estado, [...] a produção agrícola não se modernizou, nem se formou um parque industrial capaz de propiciar um processo de desenvolvimento auto-sustentado para a economia piauiense<sup>164</sup>.

---

<sup>164</sup> Santos (1980, p. 32).

A partir deste ponto, passamos a observar mais profundamente as características do não avanço e da própria condição de estagnação econômica do Piauí, cuja base produtiva se compunha de atividades que funcionavam de forma limitante, uma vez que não se modernizaram e amarraram a economia do estado à condição de uma das mais atrasadas e dependentes do cenário brasileiro. Visualiza-se esse atraso econômico nesta análise, direcionada à segunda metade do século XX. Identificamos o tamanho do desnível da economia local, sobretudo ao considerarmos que, em grandes centros brasileiros, suas áreas econômicas já se encontravam num estágio de desenvolvimento industrial e urbano bastante avançado.

Enquanto isso, como vimos até aqui, a realidade que ainda vigorava na dinâmica da economia piauiense era a da arcaica e limitada estrutura produtiva herdada do período colonial – dinâmica essa cristalizada como o arcabouço matriz do qual o estado do Piauí deveria definitivamente se libertar, a fim de que pudesse resolver problemas econômicos e sociais crônicos e avançar a uma forma de integração capitalista mais autônoma.

Seguimos verificando mais atentamente como a configuração socioeconômica piauiense se manteve deficitária ao longo do século XX – e como, a partir da segunda metade deste século, começaram a ocorrer alguns processos interessantes de modernização que causaram importantes alterações na infraestrutura e alteraram a disposição setorial do quadro produtivo geral do estado. Essas alterações pontuam o peso crescente que o comércio passou a ter, embora ainda seja possível identificar contradições e limitações nesse processo geral de mudanças na economia.

Vejamos o que Santos nos diz sobre esses problemas no processo recente de modernização da economia do Piauí. O autor faz referência às reiteradas desvantagens auferidas pela economia local piauiense em suas relações de trocas comerciais e dependência financeira para com outros estados brasileiros, juntamente com as bruscas oscilações no comércio externo.

Com a implantação do processo de substituição de importações brasileiras a partir de 1930, o parque industrial foi se consolidando e se concentrando na região Centro-Sul do país. Esse processo de industrialização provocou ainda mais as desigualdades regionais brasileiras, e o Nordeste passou a importar cada vez mais produtos industrializados da região Sudeste, canalizando, dessa maneira, recursos para aquela área e, conseqüentemente, reforçando os desequilíbrios inter-regionais. O Piauí, particularmente, contribuiu de modo especial para o referido processo, em virtude de sua exportação de bens primários alcançarem elevados superávits com o comércio internacional (Em 1950, o Piauí obteve em suas relações com o exterior um superávit de Cr\$ 173,7 milhões, a preços correntes, e um déficit de Cr\$ 284,7 milhões no comércio interno). As divisas obtidas dessas transações com o exterior passaram a favorecer a instalação de indústrias no eixo Rio-São Paulo. Porém, em relação ao comércio interno com outros Estados, o Piauí apresentava

déficit, tendo em vista a intensificação das importações de bens manufaturados e equipamentos da região Sudeste<sup>165</sup>.

Como vimos até aqui, o Piauí teve uma longa permanência histórica de produções arcaicas da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência, que por séculos amarraram seu desenvolvimento econômico e social. Do fim do século XIX até a primeira metade do século XX, seguiu para uma relativa mudança ao experimentar algumas novidades vindas do sucesso das exportações extrativistas de maniçoba, babaçu e carnaúba. Entretanto, esses ganhos logo foram drenados para as áreas mais dinâmicas e concentradoras da produção industrial nacional, por meio das importações internas adquiridas junto a outros estados. Logo, os centros econômicos nacionais da região Sudeste se tornaram o destino final das riquezas produzidas no Piauí.

Percebe-se então que o papel destinado ao Piauí foi o de figurante no cenário produtivo brasileiro, uma vez que toda a engrenagem de consolidação da industrialização nacional, desde o primeiro terço do século XX, esteve concentrada nos grandes centros urbanos do Centro-Sul. Desse modo, a economia brasileira rumava, agora, numa marcha de expansão econômica ao Nordeste – porém, de forma mais robusta, somente em direção a algumas áreas mais privilegiadas da região, que atuavam como centros produtivos regionais concentradores, plataformas estratégicas de penetração e aglutinação de todas as áreas de consumo até então não integradas ao mercado nacional.

Da mesma forma que, nacionalmente, o Piauí foi encaixado como área de consumo dos produtos industrializados vindos do Centro-Sul, dentro da região Nordeste ocorreu uma relação análoga de dependência e desequilíbrio. A economia local piauiense se transformou em mero espaço de circulação dos produtos vindos dos grandes centros econômicos nordestinos, especialmente Recife (PE) e Salvador (BA), além de Fortaleza (CE) e São Luís (MA). Dessa feita, o Piauí tornou-se dependente em grande parte das relações comerciais com desses centros regionais – a dependência só não foi maior em comparação à dos grandes centros da economia nacional no Centro-Sul.

Essa realidade de não avanço na industrialização do Piauí, mesmo dos produtos de manufatura menos complexa, como os bens não duráveis, gerou uma relação desequilibrada de trocas comerciais: os capitais gerados internamente foram carreados para fora, para outros estados brasileiros – do Nordeste e, principalmente, os do Centro Sul.

---

<sup>165</sup> Santos (1980, p. 32-33).

Com relação ao Nordeste, o Piauí é um dos estados menos industrializados, possuindo os seguintes fatores limitativos para implantação de indústrias no Estado: a estreiteza do seu mercado interno, a baixa renda “per capita” da sua população, a concorrência das modernas indústrias do Sul do país, além da escassez de créditos industriais, mão-de-obra especializada, etc. a partir da década de 60, o comércio das exportações piauienses para o exterior sofre uma grande queda, e começa a se firmar o comércio varejista de importação do Sul do país, provocando uma expressiva evasão de recursos para essa região em razão do mecanismo de política tributária nacional, especialmente com relação ao ICM (Segundo dados da SUDENE - Importações e Exportações do Nordeste – 1975, as importações do Piauí geraram em 1975, a preços de 1979, 570 milhões de ICM para os outros Estados, e as exportações geraram apenas 161,8 milhões de cruzeiros)<sup>166</sup>.

A partir das análises de Santos, baseadas em dados da década de 1970 coletados em pesquisas da Fundação CEPRO e da Sudene, vislumbramos o abismo que se formou entre o Piauí e outros estados nordestinos, haja vista que seu desenvolvimento econômico e social permanece deficitário ou mesmo estagnado em determinados setores produtivos. Na outra ponta dessa divisão produtiva interna, os centros econômicos privilegiados com alta concentração de capitais consolidaram-se com seus grandes e diversificados parques industriais, povoados por grandes empresas estrangeiras e nacionais. De 1960 em diante, essas empresas ampliaram sobremaneira sua atuação em todo o Nordeste, ao projetá-la estrategicamente como plataforma para a ocupação da região Norte, efetivando com isso a exploração econômica produtiva da ampla área da Amazônia.

Nesse mapa interno de relações inter-regionais do capitalismo brasileiro, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro continuaram a se destacar como grandes centros do mercado nacional; também se aproximou desse eixo central a região de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

Sobre o foco temático regional e local de que trata este trabalho, observamos que de forma complementar, e aproveitando-se da liderança regional historicamente existente, as regiões metropolitanas de Recife e de Salvador fortaleceram-se como os dois principais núcleos regionais nordestinos estratégicos para a conexão e a absorção das áreas ainda não completamente abarcadas pelo mercado nacional, como era o caso do Piauí.

Percebemos os interesses do grande capital muito mais pela multiplicação de pontos para o escoamento das mercadorias de consumo do que propriamente pelo espalhamento da produção industrial para várias áreas. Na verdade, a regra continuou sendo a da extrema centralização de alguns grandes polos produtivos, repetindo-se regionalmente no Nordeste o

---

<sup>166</sup> Santos (1980, p. 33).

desenho da extrema concentração produtiva nacional. Dessa forma, operou-se a expansão do mercado nacional até as áreas ainda não abarcadas no intenso fluxo econômico geral brasileiro.

Essa configuração permitiu a continuidade do atraso e da estagnação como resultado direto da preterição de muitas áreas consideradas menos importantes, as quais nem por isso deixaram de ter seu papel específico nesse acelerado processo de expansão e consolidação capitalista nacional ao longo desse período (dos anos 1950 à década de 1980).

A década de 70 foi caracterizada pela fase da montagem da infra-estrutura básica (estradas, energia, abastecimento d'água, telecomunicações, educação, saúde). Apesar de toda a infra-estrutura disponível, o sistema produtivo praticamente não se modificou - as aplicações de recursos em investimentos da iniciativa privada na economia piauiense foram reduzidas<sup>167</sup>.

Por essa razão, nos concentramos no desenvolvimento econômico do Piauí, pois chamamos atenção a forma subalterna como o estado foi colocado no quadro geral de relações econômicas internas brasileiras, em relação tanto aos centros nacionais quanto aos centros regionais nordestinos, Salvador e Recife.

Devemos pontuar as grandes responsabilidades patentes dos grupos políticos e econômicos dominantes locais, os quais, com seus interesses de perpetuação de poder aqui já mencionados, agiram reiteradamente para a manutenção dessa situação de insignificância do Piauí dentro do cenário econômico nacional.

Outrossim, esta análise se justifica em virtude do funcionamento de todo o desenho macroeconômico nacional e inter-regional, especificamente quando observamos o processo de estruturação produtiva recente e as condições em que foram postas as relações deste estado com os demais.

Destacam-se, sobretudo, as diferenças flagrantes nas interações institucionais do governo federal – principalmente da Sudene, seu principal órgão de desenvolvimento nessa região, que, na hora de liberar os recursos, direcionava o grosso desses montantes com frequência para os dois estados mais privilegiados: Bahia e Pernambuco. Ao Piauí, restavam quase sempre valores muito pequenos que, longe de atingir significativamente as travas que mantinham seu atraso, agiam muito mais como um paliativo que tentava suavizar as crises mais agudas sentidas pela sociedade piauiense.

A instituição do sistema de incentivos fiscais para o Nordeste, visando a dinamizar a economia regional e a reduzir, conseqüentemente, as disparidades

---

<sup>167</sup> Santos (1980, p. 33).

regionais, não vem obtendo os resultados esperados. Além do mais, esse mecanismo está provocando desequilíbrios intra-regionais, haja vista que o **Piauí participou apenas com aproximadamente 2,7% dos recursos liberados** pelos sistemas 34/18 e FINOR até o final de 1979, enquanto que Bahia e Pernambuco participaram com um percentual em torno de 33,5% e 21%, respectivamente, daqueles recursos<sup>168</sup>.

Para entender por que o Piauí foi preterido, ao mesmo tempo que Bahia e Pernambuco eram favorecidos no quadrante econômico regional, trazemos novamente ao texto informações apresentadas por Agenor de Sousa Martins e colaboradores. Vejamos o que nos dizem os autores sobre as disparidades de financiamentos públicos promovidos por órgãos e bancos federais dentro da região Nordeste:

O Banco do Brasil, com 20% de suas linhas de crédito dentro do setor secundário da economia, **aplicou no Estado, em 1977, somente 3,36% de seus recursos** destinados à 2ª Região, onde o Piauí está inserido. Em Pernambuco e na Bahia foram aplicadas 22% e 27% respectivamente [...]. Dados relativos ao BNB (que inclusive administra, na Região, os recursos de um banco de vocação industrial, o BNDE), dão conta de que, **em 1975 (ano disponível), o crédito industrial no Piauí também só alcançou 3,59%**, contra 15,42% do Ceará, 20,12% da Bahia e 30,07% de Pernambuco [...]. A questão da marginalização do Piauí, em seu processo de industrialização, para efeito de análise e de estratégia de ação, tem de ser apreendida numa ótica diferente daquela posta em prática até agora. Ou seja, o retardamento da industrialização do piauiense, como ainda a problemática maior da viabilidade econômica do Estado, tem raízes mais profundas, que vão além das suas forças e de suas fronteiras. Fundamentalmente são preocupações que têm a ver com os rumos da economia e do desenvolvimento nacionais em seus movimentos atuais de concentração e acumulação de capital. De fato, historicamente, observa-se que os favores fiscais a grupos monopolistas de origem nacional e estrangeira têm imprimido um movimento de concentração e centralização do capital, com tendência a deslocar-se e/ou eliminar os pequenos empresários, enquanto que as grandes empresas consolidam suas posições em ramos industriais do Nordeste em que já são importantes em escala nacional<sup>169</sup>.

Claramente, percebem-se os prejuízos do Piauí, que foi se tornando o ente federativo nordestino quase sempre esquecido no final da fila pelos investimentos oficiais com o objetivo de estruturar a modernização produtiva da região.

Ainda sobre os volumosos recursos destinados principalmente a Pernambuco e Bahia, verifica-se uma ampliação desse panorama de investimentos em quase todo o Nordeste, por intermédio dos beneficiamentos em outros estados nordestinos – como Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Maranhão. Sobre isso, os autores nos apresentam uma relação de grandes

<sup>168</sup> Santos (1980, p. 33, grifo nosso).

<sup>169</sup> Martins *et al.* (1979, p. 240, grifo nosso).

empreendimentos produtivos alavancados por meio de polpudos investimentos financeiros, garantidos pelo governo federal à época.

A Exposição de Motivos nº 17, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, em 06.11.1974, apresenta esta estratégia, determinando a implantação ou ativação dos seguintes pólos e complexos industriais:

- a) Pólo Petroquímico, no eixo Aratu-Maceió;
- b) Complexo Químico e de Fertilizantes, baseado na utilização de salgema, carnalita, salvinita, fosforita, gás natural e petróleo;
- c) Complexo Eletro-Metal-Mecânico, constituído pela Usina Siderúrgica da Itaqui (MA), USIBA, AÇONORTE, ASA e COSINOR;
- d) Complexo têxtil e de confecções, baseado na “dinamização apenas do parque industrial existente” (sobretudo no Ceará e Rio Grande do Norte); e;
- e) Pólo Coureiro, sem área expressamente limitada e com um investimento programado da ordem de Cr\$ 2 bilhões.

Do ponto de vista dos interesses do Nordeste, este Programa de Industrialização tem conseguido parciais resultados como o Pólo de Camaçari (BA), o complexo químico de Alagoas e os projetos têxteis do Nordeste Oriental, além dos projetos de Itaqui (MA) para exportação predominantemente, o da alumina no Pará e o do cobre na Bahia<sup>170</sup>.

Como ilustrado na citação anterior, esse conjunto de grandes obras de infraestrutura, complexos de produção variada e a engenharia financeira institucional envolvida tinha como objetivo acelerar a industrialização da região Nordeste – e também a do estado do Pará. Para tanto, seguiu-se a diretriz da Política de Integração Nacional dos governos da ditadura. Visualiza-se esse direcionamento no arco de atuação geográfica na direção Centro-Sul – Nordeste – Norte, num sentido, e Centro-Sul – Centro-Oeste – Norte em outro.

No entanto, enfatiza-se que o objetivo maior da política econômica intervencionista seguiu sendo o favorecimento dos grandes grupos econômicos do Centro-Sul, por meio da consolidação do mercado nacional a partir dessa integração comercial entre as regiões brasileiras. Assim se operou o escoamento da produção, sendo que o grosso dessa integração estava bem mais centralizado nas regiões de concentração de capitais – que, portanto, comandavam todo o direcionamento político-econômico nacional.

Sobre a preterição do Piauí em relação aos investimentos em industrialização, esclarecemos que, a partir dos dados apresentados, praticamente todos os outros estados nordestinos foram favorecidos com a instalação de grandes projetos de produção fabril pesada localizados nos estados citados nominalmente.

---

<sup>170</sup> Martins *et al.* (1979, p. 236).

Constata-se a extensão dos investimentos e do enraizamento industrial também no estado de Sergipe, que, entre outros polos produtivos industriais, veio a se destacar na produção de petróleo. Outro estado que também se beneficiou foi o da Paraíba, que, além do citado exemplo de incentivo à indústria coureira, também se industrializou consideravelmente a partir das iniciativas institucionais da época. Por fim, trazemos a este debate sobre o avanço econômico regional nordestino o fato determinante da maior proximidade geoeconômica da maioria dos estados com os grandes centros regionais de Salvador e Recife.

Infelizmente, a marcha promovida sobretudo durante o último terço do século XX só não alcançou tão profundamente, mesmo, o estado do Piauí, cujo território e população foram definidos como componentes auxiliares a serem absorvidos na engrenagem econômica produtiva nacional. Conforme já pontuamos, essas ações operaram ao longo desse período um importantíssimo processo de ampliação e consolidação da economia, com reflexos bem mais significativos para vários outros entes federativos, em detrimento do Piauí.

Portanto, dentro do quadro geral de preterição do Piauí no que se refere às iniciativas de desenvolvimento econômico mais robustas e avançadas, ao estado foi dado um papel bem mais secundário no desenho geral da economia produtiva do Nordeste. Nesse sentido, o estado foi considerado apenas zona de passagem das rotas comerciais entre o Centro-Sul, o Nordeste e o Norte do Brasil – questão já apontada aqui ao tratarmos da posição geográfica estratégica da instalação da Usina de Boa Esperança dentro do Nordeste, próximo à cidade piauiense de Floriano, exatamente na rota de entrada dessa região para a Amazônia.

Assim, em algumas áreas centrais do estado do Piauí, instalaram-se importantes infraestruturas do chamado binômio energia e transporte, setores que foram priorizados de forma mais pesada desde o Plano de Metas do governo JK, em meados da década de 1950 – e assim continuaram ao longo da ditadura.

No ramo da produção de energia a partir de hidrelétricas, que se configurou como a principal fonte geradora na matriz energética brasileira, rememoramos que a Usina de Boa Esperança exerceu um papel de núcleo central e conexão estratégica de uma ampla rede de distribuição que passou a conectar o estado do Piauí a todo o Nordeste e também ao Norte do país. Como já ilustrado, esse percurso de interconexão energética abarcou o complexo gerador das Usinas de Paulo Afonso, entre Bahia e Pernambuco, e alcançou no outro extremo a gigantesca Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída no Pará entre os anos 1970 e 1980.

A Usina de Boa Esperança foi estabelecida exatamente na metade desse roteiro inter-regional e passou a exercer a tarefa decisiva de salvaguardar os planos de investimentos de uma ampla área entre as regiões Nordeste e Norte. A UBE gerou uma produção inicial que passou a

servir esse amplo espaço geográfico, bem antes da grandiosa Usina de Tucuruí – que, depois de ser concluída, viria a se tornar a segunda maior hidrelétrica no Brasil e a maior totalmente nacional até então. Isso só ocorreu em meados dos anos 1980, ou seja, 15 anos após o início da operação da UBE.

Portanto, desde 1970 Boa Esperança passou a abastecer essa vasta área, garantindo a viabilização inicial dos projetos econômicos traçados para aquelas regiões. Além disso, teve o papel estratégico de garantir o estabelecimento de importantes infraestruturas – a mais importante delas foi, exatamente, gerar e distribuir eletricidade.

Esse papel estruturante foi cumprido sobretudo em benefício maior do estado do Maranhão, uma vez que a região metropolitana da capital, São Luís – a aproximadamente 650 km da localização da UBE –, foi interligada logo de início com uma das mais importantes linhas de transmissão a partir da usina. A partir disso, foi possível estruturar um considerável polo produtivo, bastante diversificado. Boa Esperança proporcionou ao estado vizinho um desenvolvimento econômico bem maior do que o que se processou no Piauí.

Como percebemos, Boa Esperança passou a exercer a função de estabilizar a geração e a distribuição de eletricidade na ampla área entre os principais centros regionais nordestinos e a entrada da Amazônia. Nesse sentido, verifica-se quão importante foi o papel dessa hidrelétrica num momento inicial de carência quase total de energia elétrica. Por meio de sua produção, foi possível garantir condições iniciais sólidas para o sucesso do plano estratégico de integração econômica inter-regional entre Nordeste e Norte – tudo isso, é claro, como grande prioridade dentro do plano mais geral de ampliação e consolidação do mercado nacional brasileiro.

Além dos importantes investimentos na geração de energia elétrica, também no Piauí se construiu uma extensa malha rodoviária que estabeleceu milhares de quilômetros de rodovias com vários entroncamentos importantes. Foram consolidadas inúmeras interligações terrestres com todas as regiões centrais nordestinas, e destas com os centros econômicos produtivos nacionais no Centro-Sul. Além desse eixo, foi possível interligar a principal via de penetração da região amazônica a partir do Nordeste – a BR-230, batizada de Transamazônica, também já mencionada ao ilustrarmos o território do Piauí e a localização da Usina de Boa Esperança como pontos estratégicos na transição do Nordeste para a Amazônia.

Como vimos, o estado do Piauí foi colocado nesse contexto histórico em marcha para acompanhar o processo de urbanização em curso no Brasil desse período. As intervenções em infraestrutura representaram a presença mais forte do Estado brasileiro, que alcançou a região até então esquecida e bastante desconectada do mercado nacional.

Ao analisarmos as disparidades inter-regionais, pontuamos que elas se concretizaram exatamente no período de consolidação do mercado nacional. Visualizam-se, numa ponta, as interligações econômicas entre os centros nacionais e os centros regionais nordestinos; na outra, a Amazônia. Nesse percurso, o Piauí localiza-se geograficamente no meio do caminho de toda essa engrenagem.

Verifica-se que passa a existir, a partir de então, um fluxo mais intenso e contínuo de mercadorias e capitais a circular entre esses extremos, um ir e vir vultoso de recursos, mercadorias e pessoas. Entretanto, isso resultou num saldo desfavorável ao Piauí na velha e simples equação de equilíbrio financeiro, uma vez que o estado mais perdeu do que ganhou; dessa forma, sua problemática realidade econômica e social de atraso e dependência foi sendo selada.

Dentro dessa engrenagem geral, encaixou-se o investimento na UBE, que impulsionou um conjunto de mudanças ainda incipientes e, até esse momento, apenas em alguns poucos lugares, como a capital Teresina e Parnaíba, a segunda cidade do estado. Na maior parte do território piauiense, eram praticamente desconhecidas as novas experiências modernizantes de eletrificação, urbanização, serviços públicos em geral e comércio local totalmente interligado aos mercados regional e nacional.

Portanto, a eletrificação na década de 1970 foi o motor decisivo para o início da estruturação econômica piauiense, que passará por um processo importante de transformação geral. No entanto, percebe-se que essa mudança se associa a uma situação crônica de não avanço produtivo qualitativo e, conseqüentemente, à dependência de centros econômicos externos. Assim, configura-se uma condição de estagnação econômica e social local, por vezes até de retrocesso – posição em que o Piauí de certo modo já se encontrava desde a sua colonização.

Por outro lado, a estruturação recente da economia piauiense acabou mostrando algumas nuances de modernizações relevantes para o estado – uma vez que, com o avanço da urbanização nas principais cidades, ocorreu a estruturação de todas as redes de serviços que se implantaram nesse momento, principalmente energia, transportes, saneamento, educação e saúde.

Enfatiza-se que essas mudanças significativas na infraestrutura urbana piauiense ocorreram sobretudo devido às demandas geradas pela conjuntura político-econômica geral do período (décadas de 1970 e 1980). Assim, o Piauí passou por transformações não como um fim por si só, mas muito mais como uma ressonância da expansão do parque industrial situado no Centro-Sul – que passou a promover conexões diretas com algumas áreas regionais

privilegiadas que atuam como polos de impulsão produtiva. Garantiu-se como resultado dos incentivos econômicos a consolidação do mercado nacional de consumo brasileiro.

### **4.3 As limitações estabelecidas ao Piauí no processo de integração capitalista nacional**

Aprofundamos a análise do processo de desenvolvimento econômico e social do Piauí nas décadas de 1970 e 1980, quando o Estado brasileiro era controlado pelos setores dominantes das Forças Armadas associados a grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros.

Nesse contexto histórico recente, o Brasil experimentou um crescimento produtivo acelerado com a instalação de grandes indústrias de processamento pesado de matérias-primas – principalmente minérios, petróleo e produtos químicos – e de processamento final – sobretudo de bens de consumo duráveis; a produção dos bens de consumo semiduráveis também teve um crescimento significativo. Dentre os bens de consumo duráveis, destacou-se o setor automobilístico, que foi incentivado pela imensa expansão da malha rodoviária por todo o país – e firmou-se de vez como um dos ramos com maior valor agregado da produção.

Mais do que nunca, os produtos industrializados, inclusive os mais elaborados e de maior valor de venda, passaram a ser comercializados em todo o território nacional. Nesse processo, integraram-se inúmeras novas áreas nessa elaborada e ainda recente teia comercial capitalista, com destaque para amplas áreas dos recônditos interiores da região Nordeste – incluído diretamente todo o território do estado Piauí – e também as regiões Norte e Centro-Oeste. Esse grande movimento expansionista expressou-se, na prática, pela chamada Política da Integração Nacional implementada pelos governos ditatoriais no período em análise.

Associaram-se à dinâmica do intenso comércio moderno os vários produtos semiduráveis, como roupas, calçados e utensílios – e também os não duráveis, como alimentos processados, laticínios, etc. Todos esses produtos registraram aumento considerável na produção, devido ao impulso a partir da segunda metade do século XX; junto a isso, viabilizou-se o escoamento dos estoques e, conseqüentemente, seu consumo em escala nacional aumentou.

Conforme já visto anteriormente, as grandes construtoras, chamadas também de “empreiteiras” e “barrageiras”, sempre estiveram associadas aos setores líderes da grande produção industrial brasileira. Essas companhias alcançaram lucros enormes ao dominarem o extenso portfólio de obras de infraestrutura, incluindo os maiores projetos – os mais custosos para o Estado brasileiro e, por conseguinte, os mais lucrativos para elas.

Assim como os setores em destaque, foram também importantíssimos a produção e o consumo de eletroeletrônicos que, a partir desse momento, seguiram num crescimento

vertiginoso, exatamente na esteira da imensa oferta de eletricidade a partir das hidrelétricas que se espalharam pelo Brasil à época. Com destaque, pontuamos aqui os complexos geradores da região Nordeste – especialmente a Usina de Boa Esperança, estrategicamente posicionada dentro do sistema elétrico brasileiro.

Desse modo, com a amplificação do parque industrial brasileiro nesse período, toda a rede de infraestrutura foi efetivada – estabelecendo-se como nevrálgicas a construção e a operação das hidrelétricas e a abertura de rodovias por todo o território nacional.

A implementação da extensa malha rodoviária teve importância estratégica no projeto nacional de estruturação econômica, pois garantiu, ao mesmo tempo, o incentivo à absorção dos veículos produzidos e também o escoamento da produção de mercadorias. Isso permitiu o acesso definitivo do grande capital à amplíssima área de consumo nos vastos interiores do Brasil – muitos dos quais, até então, não eram absorvidos nessa circularidade.

É nesse marco de ampliação da produção industrial mais elaborada, associada à geração abundante de eletricidade e à expansão da malha rodoviária, que compreendemos como foi constituído todo um sistema de componentes diretamente acoplados a esse macroarranjo econômico de produção e consumo, que passou a conduzir a consolidação do mercado nacional brasileiro.

Nesse ínterim de grandiosas obras de infraestrutura nos dois setores prioritários, energia e transportes, deparamo-nos com o estado do Piauí, exatamente no meio do caminho entre as regiões Nordeste e Norte – duas áreas estratégicas nesse processo de forte expansão econômica brasileira a partir de meados do século XX.

Constatamos que a consolidação da gigantesca rede de aparelhos infraestruturais possibilitou um abastecimento farto e barato de energia elétrica associado à imensa malha rodoviária – haja vista que a circulação comercial da produção industrial, então centralizada na região Centro-Sul, também foi viabilizada. Com infraestrutura disponível, a produção industrial aumentou, assim como várias filiais de grandes empresas foram instaladas em áreas estratégicas do Nordeste, incentivadas pela marcha expansionista coordenada pela Sudene.

Cabe reforçar que a temática analisada neste trabalho engloba essencialmente as políticas econômicas do Estado brasileiro no período dos governos da ditadura. Desse modo, dedicamos especial atenção às décadas de 1970 e 1980 – quando se implementa um plano geral de consolidação do moderno mercado brasileiro de consumo. Esse plano centralizou sua ação na intervenção estatal em infraestrutura pesada, de forma que se estabelecessem condições efetivas para absorver os rincões até então isolados ou mal conectados aos grandes centros

econômicos do país. Essa engenharia governamental foi denominada Plano de Integração Nacional, conforme abordamos no segundo capítulo deste texto.

No cerne desse projeto político-econômico, situavam-se exatamente as grandes obras de infraestrutura, com destaque para a construção de hidrelétricas e uma vasta rede de distribuição de energia elétrica gerada a partir delas. Além disso, construiu-se uma extensa malha rodoviária que, associada à geração de energia, garantiu a implantação e a ampliação de complexos industriais pesados – pontualmente localizados em áreas do território brasileiro de maior interesse do capital nacional e internacional.

A partir dessa configuração nacional, nossa análise direciona-se às ações e políticas do governo federal para o Piauí e aos resultados da implementação desse processo de integração econômica no estado. Para tanto, verifica-se que a Usina de Boa Esperança foi pensada para abastecer de energia elétrica as regiões consumidoras do próprio Piauí, além do Maranhão e de partes do Ceará. O objetivo estratégico da UBE era atender as áreas periféricas de outros estados nordestinos, para além das áreas mais próximas de seu perímetro de atuação – e ainda apoiar a estruturação da expansão capitalista nacional em direção à Amazônia.

Ou seja, projetava-se que a UBE serviria de apoio primordial ao avanço econômico dessas áreas mais internas, até às mais isoladas do território nacional, como parte essencial para o sucesso da chamada Política de Integração Nacional dos governos militares (entre o fim dos anos 1960 e o início da década de 1980), garantindo os interesses do grande capital em todo o Brasil.

Elencamos, junto ao projeto principal da UBE, a implantação de alguns projetos vinculados à hidrelétrica – como a extensa rede de transmissão de eletricidade, espalhada por todo o estado do Piauí, e também no Maranhão e no Ceará. A rede passou, a partir de então, a considerar Boa Esperança como unidade estratégica central que proporcionava a conexão direta do abastecimento elétrico das capitais desses três estados, no caso Teresina, São Luís e Fortaleza.

Portanto, a UBE passou a funcionar, entre 1970 e 1980, como uma das principais unidades de geração hidrelétrica e de interligação com as já existentes redes de transmissão de energia dos demais estados nordestinos. Notadamente, a usina fez parte de uma interligação entre as redes matrizes dos estados da Bahia e de Pernambuco, ancoradas sobretudo no grande complexo de Paulo Afonso, localizado na divisa entre os dois estados – que gozavam de uma posição central nos cenários econômicos inter-regionais.

Além dessa extensa rede de transmissão de eletricidade, houve também o incentivo à criação das companhias estaduais de distribuição de eletricidade. Neste caso, a Sudene

novamente atuou como principal incentivadora desse processo de estruturação do setor. A atuação do órgão federal no Piauí permitiu a criação e o aparelhamento da Companhia Energética do Piauí (CEPISA), empresa que passou a gerir o abastecimento final da energia gerada em Boa Esperança.

De pronto, é possível apreciar a UBE no bojo das medidas implementadas neste estado. A usina fora alardeada pelo governo – com ênfase na amplitude dos impactos positivos – como a engrenagem central que viabilizaria localmente essa transformação produtiva avançada. É sobre isso que discorreremos neste capítulo, uma vez que a proposta é analisar Boa Esperança como uma das formas de efetivação do Plano de Integração Nacional – e, além disso, verificar os resultados da construção realizada no Piauí conforme a política nacional de ampliação e integração produtiva inter-regional do mercado brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980.

A partir desse emaranhamento econômico nacional, implementado mormente na segunda metade do século XX, as iniciativas intervencionistas dos governos militares se fizeram presentes no Piauí com a construção de algumas grandes obras no estado – nomeadamente, a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, no Rio Parnaíba, e uma ampla rede de transmissão e abastecimento de eletricidade.

Constituiu-se localmente um complexo de infraestrutura que, de acordo com os planos propagandeados à época pelo governo, pudesse impactar amplamente toda a região, historicamente tão atrasada em seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, processou-se também no Piauí a construção de milhares de quilômetros de rodovias federais, cujo objetivo era interligar o estado às principais regiões nordestinas e centrais do país.

No caso específico do Piauí, centrando-nos no setor energético, a década de 1970 foi sem dúvidas decisiva, e teve como marco de extrema relevância a própria inauguração da UBE, em abril de 1970, na cidade de Guadalupe – a 340 km de Teresina.

Recuperamos momentos históricos da Usina de Boa Esperança – de sua concepção, passando pelas obras de construção, ao longo da década de 1960, até sua inauguração e funcionamento, a partir de 1970. O objetivo dessa reconstituição é constatar fatos e características importantes do amplo processo de modificações estruturais desencadeadas no estado do Piauí. Assim, será exequível identificar os planos que a ditadura, em associação com o grande capital, possuía para o Piauí, muitas vezes não tão explicitados – ou diferentes do que fora propagandeado e estabelecido para esse território e sua população.

A Usina de Boa Esperança, projeto que já fazia parte do primeiro plano diretor da Sudene, começou a ser idealizada em meados da década de 1950, no governo do presidente João Goulart – que definiu como início oficial a criação, em 1963, da Companhia Hidro Elétrica

de Boa Esperança, a COHEBE. Essa instituição, por sua vez, formada majoritariamente com capitais públicos, comandou o processo de construção das obras da usina até sua operação inicial. Finalmente, em 1974, foi incorporada pela CHESF, que administra a usina até os dias atuais<sup>171</sup>.

Os estudos em torno da construção da UBE iniciaram-se no final da década de 1950 por técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que depois receberam a colaboração do Ministério das Minas e Energia e da Sudene. As obras começaram efetivamente em 1963, na cidade de Guadalupe, e percorreram toda a década de 1960 até 1969, ano de sua conclusão. A usina foi inaugurada oficialmente em 1970 e passou a funcionar plenamente já no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Em resumo, o processo de construção da UBE iniciou-se em 1964, no governo João Goulart. Nesse mesmo ano, após o golpe militar, a administração do empreendimento passou às mãos dos governos ditatoriais, respectivamente dos presidentes Humberto de Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva e, finalmente, Emílio Garrastazu Médici. Foi então durante esses governos (de 1964 a 1970) que se processou a efetiva construção da hidrelétrica no Piauí.

Assim, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi possível consolidar a intervenção estatal, tecnicamente esquematizada em seu Plano de Metas, por intermédio das duas maiores prioridades de investimentos que se fizeram à época: em energia, com ênfase na matriz de geração hidrelétrica, e em transportes, claramente o modal rodoviário.

Especificamente sobre o processo de elaboração do projeto da UBE e a viabilização das obras, recorreremos às informações extraídas dos documentos oficiais da COHEBE – companhia federal responsável pela obra –, além de textos do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil e da imprensa piauiense, como os jornais *O Dia*, *O Cooperativista* e *O Estado*, que, à época, reproduziram praticamente de forma literal os detalhes técnicos e as ideias intervencionistas repassadas pelos órgãos governamentais sobre a hidrelétrica no Piauí e todas as suas respectivas consequências projetadas a partir de então.

Verifica-se, portanto, que esse período de elaboração e construção da usina hidrelétrica no Piauí estabelece uma forte correspondência com as políticas de planejamento econômico, de investimentos diretos nessa região e de intervenção estrutural no estado, pois representava o

---

<sup>171</sup> BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 74.032*, de 9 de maio de 1974. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/59998-transfere-para-a-companhia-hidro-eletrica-do-suo-francisco-chesf-concessuo-outorgada-a-companhia-hidro-eletrica-da-boa-esperanza-cohebe-para-aproveitamento-hidraulico-de-um-trecho-do-rio-parnaiba.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

começo da atuação da política desenvolvimentista no sul do Piauí. Assim, passamos a mencionar a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – criada no governo JK, no final da década de 1950 – como uma das referências históricas marcantes do processo de intervenção federal em infraestrutura produtiva no Piauí, cujo projeto principal foi a construção da UBE. Segundo os documentos oficiais, a construção da usina já fazia parte do primeiro Plano Diretor da Sudene, assim como a realização dos incrementos possibilitados pela rede elétrica, a partir de seu funcionamento efetivo.

Verificamos de antemão que, quanto aos investimentos federais no Piauí, especificamente a construção da UBE, houve uma sinergia de atuação das entidades governamentais federais – com foco especial nas atuações da Sudene e da COHEBE, intrinsecamente ligadas. Sobre isso, recorreremos à citação a seguir, que trata dessa atuação conjunta e menciona os limites e problemas dessa política intervencionista:

Assume, ainda, o sistema em construção pela COHEBE um verdadeiro papel de BOA ESPERANÇA, para os nordestinos do leste, do meio norte e até para os nortistas da Amazônia, configurando para o país, o rompimento das fronteiras do sub-desenvolvimento [...] O isolamento dos sistemas elétricos é, também, o das civilizações humanas cujas bases têm no uso da energia elétrica, abundante e a preços acessíveis, um dos parâmetros que condicionam o desenvolvimento econômico dos povos<sup>172</sup>.

Como já visto, a partir da segunda metade da década de 1950 e início da década de 1960, realizaram-se os estudos de viabilização construtiva e rentabilidade comercial da Usina de Boa Esperança. Destarte, começaram já nesse período as visitas à região que sediará a hidrelétrica – a cidade de Guadalupe, além de algumas áreas no centro-sul dos estados do Piauí e do Maranhão, as quais seriam atingidas mais diretamente pela barragem da usina. Os técnicos do governo federal fizeram inúmeras viagens de pesquisa e prospecção ao longo do curso do Rio Parnaíba. Além de Floriano – a aproximadamente 100 km de Guadalupe –, as equipes percorreram regiões rio acima, rumo a cidades como Nova Iorque, no Maranhão, e Uruçuí, no Piauí.

Como resultado da fase preliminar de planejamento, estabeleceu-se que as redondezas da cidade de Guadalupe sediarão a hidrelétrica, tendo em vista a existência de uma queda d'água natural conhecida como Corredeiras ou Cachoeira da Boa Esperança, que ficava a cerca 30 km rio abaixo, a partir da sede da antiga Guadalupe. Os técnicos consideraram aquele local – aproximadamente o meio do território piauiense – um ponto estratégico para a criação do

---

<sup>172</sup> Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1968b, p. 7).

complexo da Usina de Boa Esperança, com a sede da hidrelétrica e toda a área do lago represado pela sua barragem.

Sobre esse momento importante, quando se definiu a localização de onde viria a ser a Usina de Boa Esperança, apresentamos algumas informações de um morador da cidade de Guadalupe que, à época, testemunhou *in loco* esses acontecimentos.

Foi no tempo do presidente João Goulart, foi decretada de utilidade pública essa área a jusante, na raia da Boa Esperança [Cachoeira]. Foi declarada de utilidade pública essa área aqui, de um lado e do outro. Então o que faltava era só medir pra saber quanto precisava. [...] Aí mandou uma empresa aqui, a Cruzeiro do Sul, pra fazer o levantamento com o povo do Exército. Era um subtenente do Exército e um sargento, e mais dois soldados, que acompanharam essa firma Cruzeiro do Sul<sup>173</sup>.

O fato de o leito do Rio Parnaíba ter exatamente nesse trecho um declínio geográfico natural proporcionava o desnível ideal para a instalação da usina hidrelétrica. A partir de então, foi possível seguir para a próxima fase, de elaboração dos projetos estruturais de engenharia – juntamente com os devidos projetos político-econômicos e financeiros associados para começar as obras na região.

Especialmente quanto aos vínculos financeiros de viabilização da obra, encontramos nos próprios documentos oficiais da COHEBE menções sobre as fontes de capital internacional envolvidas na construção; destacamos a atuação da Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID)<sup>174</sup> e a política de Aliança para o Progresso<sup>175</sup>. No relatório de atividades da COHEBE do ano de 1967, está registrado que “a USAID colaborou dentro da filosofia da **Aliança para o Progresso**, compenetrada do seu papel desenvolvimentista”<sup>176</sup>.

Por essa informação oficial, percebe-se que a COHEBE operou a construção da usina de Boa Esperança não somente com a presença efetiva dos capitais estrangeiros, mas também com a interligação direta entre os agentes externos e o grande capital nacional, favorecido com

<sup>173</sup> ALENCAR, João Cardoso de. Entrevista concedida a Marconis Fernandes Lima. Guadalupe, 2006 (*apud* Lima, 2007, p. 132).

<sup>174</sup> A USAID é a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional, criada em 1961 pelo governo dos EUA na gestão do presidente John F. Kennedy, e ainda existe atualmente. A agência tem como objetivo principal promover a política externa dos EUA e, com isso, garantir os interesses políticos e econômicos do país por meio de assistência técnica e financeira em vários países pelo mundo, interferindo politicamente nos países em que atua a partir de variadas ações.

<sup>175</sup> A Aliança para o Progresso foi um programa político criado em 1961 pelo governo dos EUA, também na gestão do presidente John F. Kennedy, cujo objetivo era incentivar o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina por meio da cooperação política e financeira dos EUA, visando sobretudo neutralizar a influência política soviética nessa região.

<sup>176</sup> Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1968b, p. 12).

a participação das grandes empreiteiras – no caso de Boa Esperança, a Mendes Júnior<sup>177</sup>, uma das principais “barrageiras” durante os governos militares<sup>178</sup>.

Na ponta final dos interesses favorecidos por essa política de investimentos pesados em infraestrutura, havia grandes empresas industriais nacionais, e também internacionais, situadas sobretudo no Centro-Sul brasileiro– e que, a partir da estruturação geral do chamado mercado nacional, poderiam escoar com mais facilidade e rentabilidade toda a sua produção de eletrodomésticos diversos, alimentos processados, automóveis, máquinas etc.

Ainda sobre o financiamento de Boa Esperança, relembramos as informações do capítulo 3, em que apresentamos, na tabela 6 (p. 105), os capitais financeiros disponibilizados em 1965 para a região Nordeste por órgãos governamentais estrangeiros, como USAID, BID e

---

<sup>177</sup> A construtora Mendes Júnior foi fundada em 1953 pelo engenheiro José Mendes Júnior, em Belo Horizonte (MG). Desde então, passou a atuar em diversas obras por todo o Brasil e começou a se destacar com a participação na obra da Usina Hidrelétrica de Furnas, entre 1950 e 1963. Nesse período inicial de estruturação, a Mendes Júnior participou também das obras da construção de Brasília. Posteriormente, realizou várias obras de hidrelétricas em inúmeros estados (MG, SP, MT, GO e PR). Dentre as usinas da CHESF na região Nordeste, destacam-se Boa Esperança (PI), Moxotó (AL) e Itaparica (PE); além delas, participou também da construção da Usina Binacional de Itaipu (Brasil-Paraguai). Foi responsável pela construção de muitas rodovias pelo país, destacando-se a rodovia Transamazônica (BR-230), além de inúmeros projetos grandiosos no ramo de estruturas urbanas de transportes, como a Ponte Rio-Niterói, os metrô de São Paulo e Rio de Janeiro, viadutos, etc. A partir das décadas de 1970 e 1980, a Mendes Júnior passou a ter atuação internacional, com destaque em várias obras de hidrelétricas, rodovias e ferrovias, dentre outras obras, realizadas nos seguintes países: Maurítânia, Argélia, Uruguai, Colômbia, Iraque, Nigéria, Equador e, depois, Chile e China. Assim, entre as décadas de 1960 e 1990, a Construtora Mendes Júnior se especializou em grandes obras, especialmente na construção de diversas hidrelétricas no Brasil e também em outros países. Foi considerada durante boa parte desse período, especialmente nos anos 1970 e 1980, como uma das grandes “barrageiras”, juntamente com as construtoras Camargo Córrea, Andrade Gutierrez e Odebrecht. Essas empresas eram chamadas de “quatro irmãs”, exatamente as quatro empreiteiras que lideraram o mercado nacional de construção civil durante a ditadura militar. Consequentemente, dominaram a maior parte dos recursos financeiros despendidos nessas gigantescas obras, manobra que foi concretizada por causa da forte relação político-econômica de favorecimento que essas empresas privadas mantiveram desde o governo JK, especialmente fortalecida durante os governos da ditadura militar. Cabe ressaltar que, a partir da década de 1990, a Mendes Júnior perdeu essa posição de destaque entre as grandes construtoras nacionais devido a uma crise financeira causada sobretudo por problemas nos investimentos feitos no Iraque, que, com as guerras Irã-Iraque e a Primeira Guerra do Golfo, causaram prejuízos com atrasos e não pagamentos. Além desses problemas nos contratos internacionais, a Mendes Júnior passou a ter também atrasos e não pagamentos nos contratos nacionais, o que levou a empresa a acionar judicialmente o governo federal. Esse contencioso foi arrastado por décadas adiante. Todo esse cenário desfavorável levou a Construtora Mendes Júnior a ser executada judicialmente em 1995; entretanto, manteve seu funcionamento até os dias atuais. Recentemente, entre os anos de 2008 e 2013, a Mendes Júnior atuou em algumas obras, como a Arena Pantanal (MT), realizada para a Copa de 2014, além de outras construções – como as obras da transposição do Rio São Francisco (PE e CE) e os canais do projeto de irrigação dos Platôs de Guadalupe (PI), obra complementar do projeto inicial da Usina de Boa Esperança. Ademais, foi responsável pela construção da Ponte Estaiada e do trecho sul do Rodoanel Mário Covas (SP), dentre outras obras nesse período. Assim, a Mendes Júnior segue atuando em alguns projetos de construção de menor porte, porém sem o grande destaque que teve durante as décadas de 1970 e 1980. Informação extraída de: MENDES JÚNIOR. *História*. Disponível em: <http://www2.mendesjunior.com.br/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em: 10 jul. 2023; FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS. *Usina de Furnas*. Disponível em: <https://www.furnas.com.br/subsecao/120/usina-de-furnas?culture=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A trajetória da Mendes Júnior: um caso emblemático de uma das empreiteiras da ditadura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12, 2017, Niterói. *Anais [...]* Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017a.

<sup>178</sup> Campos (2017b, 85-100).

o governo alemão. Desse modo, com todos os investimentos, o projeto da hidrelétrica no Piauí foi o terceiro maior ponto de concentração desses recursos externos, com o valor nominal de US\$ 8.900.000,00.

Considerando o montante final de US\$ 34.600.00,00 em investimentos estrangeiros injetados na região Nordeste em 1965, a COHEBE, responsável pela construção da Usina de Boa Esperança, recebeu um aporte US\$ 8.900.000,00, o que representou consideráveis 11,24% do total de recursos. Esses valores foram inferiores apenas aos de outros dois projetos financiados pelo governo alemão em outros estados nordestinos: respectivamente, os investimentos na indústria pesqueira, com o total de US\$ 10.750.000,00, ou 31% dos recursos; e os US\$ 10.000.000,00, ou 28,83%, na CHESF – que é justamente a empresa federal que centraliza o setor de geração hidrelétrica na região, a mesma que viria a absorver a COHEBE logo depois da conclusão das obras da UBE e do seu funcionamento inicial<sup>179</sup>.

Enfatizamos que essa injeção de capital no ano de 1965 marca o momento crucial do início das obras pesadas de construção da hidrelétrica no Piauí, e revela a participação central do capital estrangeiro como uma das principais fontes de financiamento das grandes obras de infraestrutura no Nordeste.

Ao tratarmos propriamente da relação entre as grandes obras de infraestrutura durante a ditadura e os recursos estrangeiros carreados para esses empreendimentos, percebemos a ligação direta entre diversas ações dos governos militares e os interesses político-econômicos estrangeiros. Essa relação umbilical se faz presente após o golpe militar de 1964 – conclusão a que se chega ao analisarmos informações e registros históricos contidos nas diversas fontes documentais elencadas, corroboradas pelas considerações críticas de alguns especialistas aos quais recorreremos.

Essas informações sobre os volumosos recursos de diversos países disponibilizados para obras de infraestrutura no Brasil confirmam a intencionalidade comprometedora das ações da ditadura. Isso fica mais claro ainda quando identificamos as relações políticas internas – e sobretudo as externas – dos governos militares, que claramente têm intenções não necessariamente favoráveis ao Brasil, mas demonstram sua subserviência vassálica diante das nações capitalistas poderosas daquele período, lideradas pelos Estados Unidos. Não à toa, sabemos que o golpe de 1964 fora salvaguardado por muitos dos gestores políticos e econômicos dessas nações, interessados em seus negócios no Brasil – muitos dos quais, em seguida ao golpe, foram prontamente beneficiados pelos governantes militares.

---

<sup>179</sup> Dulles (1983, p. 33).

A chegada de capitais estrangeiros à obra da Usina de Boa Esperança no Piauí só confirmou um entre tantos outros exemplos do emaranhamento financeiro que se disseminava por todo o país com as grandes obras de infraestrutura, em sua maioria financiadas por esse mecanismo de endividamento que favorecia enormemente os financistas estrangeiros – em detrimento da própria solidez econômica futura do Estado Brasileiro.

Além da injeção prevalecente de capitais estadunidenses, houve também investimentos financeiros de outros países na obra de Boa Esperança, provenientes da Alemanha, da França, do Japão e de Israel, além de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e sua agência para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Verificamos por meio de informações colhidas sobre a UBE e outras obras nas várias regiões brasileiras que a utilização dos recursos financeiros enviados por diversos países é acompanhada diretamente por delegações estrangeiras, compostas de inúmeros assessores técnicos que, no geral, orientam localmente as áreas de engenharia e finanças. Participam, portanto, dos estudos de viabilização das obras e das análises do mercado de consumo, além de acompanhar e fiscalizar o cumprimento de metas e obrigações para com os contratos de empréstimos monetários.

Prosseguindo na análise das características técnicas e dos objetivos locais e regionais da UBE, visualizamos a concepção desta hidrelétrica como uma ampliação possível e estratégica da geração de eletricidade na ampla área entre Nordeste e Norte, fortalecendo sua interligação econômica a partir da matriz energética hidráulica proporcionada pelas águas do Rio Parnaíba, o segundo maior rio do Nordeste, “cuja bacia hidrográfica tem uma área da ordem de 300.000 km<sup>2</sup>, com extensão de 1.716 km da sua nascente na Chapada da Tabatinga até o Atlântico”<sup>180</sup>. A linha do percurso do rio divide os territórios dos estados do Piauí e do Maranhão.

Portanto, ao identificarmos a grandeza do território em questão, confirmamos que a obra da UBE causou enormes transformações ambientais, sobretudo em dois pontos naturais: o do percurso das águas do Rio Parnaíba, em seus 1.400 km de extensão, aproximadamente; e o das terras nas margens, com assentamentos humanos, vegetações e faunas – sendo que uma parte considerável dessas terras foram submersas pelos mais de 5.000.000 m<sup>3</sup> de água do Lago de Boa Esperança, que totalizou 352,2 km<sup>2</sup> de área máxima inundada do reservatório<sup>181</sup>. Assim, a hidrelétrica, ao gerar eletricidade, causou muitos impactos sociais e ambientais, na medida em que provocou transformações radicais nesse extenso território do Piauí e também do Maranhão.

---

<sup>180</sup> Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/BoaEsperanca.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2022.

<sup>181</sup> Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/BoaEsperanca.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Observamos por meio das pesquisas e dos relatos dos moradores que, além dos impactos sociais, houve também um enorme impacto ambiental numa região que compreende a confluência de biomas – tanto do Cerrado, da Caatinga e da Mata de Cocais quanto de uma área de transição próxima, os resquícios da Mata Atlântica. Toda essa área corresponde, portanto, ao interior do Piauí, que vai desde os Parques Nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões até as nascentes do Rio Parnaíba. Além dessa área, outra região também impactada pela obra da Usina de Boa Esperança, nesse amplo arco de natureza rica e diversa, foi a borda oriental da Floresta Amazônica no território maranhense, no entremeio dos territórios do Piauí e do Maranhão.

Direcionando-nos mais propriamente aos impactos sociais, recorreremos novamente às informações oficiais do processo de construção fornecidas pela COHEBE aos jornais piauienses e veiculadas à época, em que se constata uma menção a 15 empresas, inclusive uma estrangeira, envolvidas na execução da obra. Além disso, as notícias veicularam informações sobre o ritmo de trabalho exaustivo de 22 horas diárias imposto aos operários com a finalidade de cumprir o prazo estabelecido pelo governo para a conclusão da usina. Isso revela um detrimento significativo aos trabalhadores envolvidos na construção, tudo para favorecer o capital e as grandes empresas e garantir os objetivos políticos dos governos militares.

As obras de engenharia do projeto da UBE duraram cerca de sete anos. O cronograma inicial foi ampliado em pouco mais de um ano. Para que fosse cumprido o prazo de inauguração definitiva, estabelecido para o ano de 1970, implantou-se uma jornada de trabalho de até 22 horas em determinados períodos, envolvendo uma grande quantidade de operários. Além disso, uma volumosa quantidade de recursos financeiros foi permanentemente disponibilizada para as obras.

Logo, a partir da análise dos relatos descritivos dos jornais de Teresina e dos próprios relatórios da COHEBE à época da construção da UBE, percebemos indícios de sobrecarga de trabalho a partir da identificação de extensas jornadas, em que não se registrava claramente o cumprimento das exigências trabalhistas legais. Ao mesmo tempo, nenhuma ação de preservação e recuperação ecológica foi mencionada – como a transposição, para áreas seguras, de animais e plantas atingidos pelo grande volume de água do lago.

Outrossim, observamos no caso da UBE a não retirada das árvores cobertas pelas águas, um cenário que pode ser constatado atualmente: muitos troncos ainda estão submersos, depois de terem passado por um longo processo de apodrecimento no lago da hidrelétrica, gerando gases de efeito estufa extremamente prejudiciais ao meio ambiente. Portanto, ao analisarmos as

fontes gerais, denota-se que em nenhum momento se verifica preocupação com responsabilidades sociais ou ações ambientais de reparação.

Sobre alguns dos impactos ambientais e sociais causados por grandes empreendimentos hidrelétricos, recorreremos à passagem do texto a seguir, produzido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, em conjunto com os pesquisadores Carlos B. Vainer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Célio Berman, da Universidade de São Paulo (USP). Nele, observa-se a gravidade dos impactos causados pelas iniciativas oficiais mais recentes – o que nos serve de referência para mensurar, proporcionalmente, os impactos ainda maiores a época da ditadura:

No Brasil 92 % da energia produzida vem da fonte hídrica, já tendo expulsado mais de um milhão de pessoas de suas terras. [...] O Brasil tem mais de 2.000 barragens construídas em todo o país, alagando uma área de 34 mil km<sup>2</sup> [o Estado de Alagoas tem 29 mil km<sup>2</sup>]. [...] O plano 2015 do governo federal prevê a construção de mais 494 Usinas Hidrelétricas, tendo como estimativa a expulsão de 800 mil pessoas de suas terras. A produção de energia de fonte hidrelétrica era tida como limpa e barata. Mas, além de toda a destruição social e econômica que causam, as barragens provocam muitos problemas ambientais. [...] O apodrecimento do material orgânico [...] emite grande quantidade de gases, como o gás metano e gás carbônico, causadores do efeito estufa [aquecimento global da atmosfera]<sup>182</sup>.

Como vimos acima, ainda atualmente, mesmo com muitos regramentos legais e uma pressão política bem maior, os governos continuam a operar em grande medida de forma unilateral, desconsiderando os agravos socioambientais das hidrelétricas.

Com essas informações, podemos comparar os cenários atual e passado. Nessa direção, constatamos que há aproximadamente 60 anos, quando se construiu Boa Esperança, não havia maiores preocupações e cuidados com as questões sociais e ambientais pertinentes aos grandes projetos de intervenção estrutural. Essa situação acusa o peso e a gravidade de resultados adversos e negativos, muitas vezes apagados da história dessas obras, que, na imensa maioria das vezes, só exalta e fixa na memória dos acontecimentos a parte positiva do desenvolvimento gerado pela infraestrutura erguida. Nesse sentido, comumente não vemos reflexões ou avaliações mais aprofundadas dos custos e dos benefícios sociais e ambientais proporcionados ao longo do tempo por esses equipamentos montados.

Outro ponto importante em relação aos impactos causados pela construção da UBE foi, sem dúvidas, a desapropriação das terras com a remoção de milhares de famílias das zonas

---

<sup>182</sup> Movimento dos Atingidos por Barragens ([200-?], p. 13).

urbanas e rurais de seis cidades diretamente atingidas. Essas alterações foram provocadas pelo projeto da hidrelétrica operado por COHEBE, a Sudene e outros órgãos envolvidos, cujo objetivo central era desocupar toda a imensa área que seria inundada pelo lago represado. Assim, milhares de pessoas que habitavam essas áreas até então foram retiradas de lá, onde viviam da agricultura, da criação de animais e da pesca.

Sobre essa medida de intervenção, que impactou seriamente o povoamento das cidades mais atingidas pelo projeto da UBE, observemos a tabela 8, a seguir.

Tabela 8 – Operações de transferência das populações urbanas e rurais

Áreas por Estados	Nº DE FAMÍLIAS TRANSFERIDAS			Totais	%
	Rurais de Áreas de Inundação	URB A N A S			
		De Áreas de Inundação	Migratórias		
PIAUI					
Guadalupe .....	154	80	715	949	39,2
Antônio Almeida .....	214	—	—	214	8,9
Uruçui .....	74	—	—	74	3,0
MARANHÃO					
Nova Iorque .....	234	227	100	561	23,2
São João dos Patos .....	98	—	391	489	20,2
Benedito Leite .....	134	—	—	134	5,5
<b>TOTAIS .....</b>	<b>908</b>	<b>307</b>	<b>1.206</b>	<b>2.421</b>	<b>100%</b>

Fonte: Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1969, p. 21).

Desse modo, dentro do inventário do impacto significativo das desapropriações causadas pela UBE, observamos que Guadalupe – cidade piauiense que passou a sediar a usina – sofreu a remoção e a realocação de toda a sua população, uma vez que 80 famílias foram removidas da zona urbana e mais 154 famílias da zona rural, totalizando 234 famílias atingidas.

Ainda de acordo com a tabela 8, além de Guadalupe, a cidade maranhense de Nova Iorque foi, de todas as demais cidades do Piauí e do Maranhão, a mais atingida quanto às transferências de populações, perfazendo 227 famílias da zona urbana e mais 254 da zona rural, totalizando o maior quantitativo de 461 famílias transferidas por causa da construção da usina.

Associado à intervenção na fixação das populações diretamente atingidas pela construção da UBE, observa-se também o resultado das migrações provocadas pelo empreendimento: a mesma tabela 8 aponta o número significativo de 1.206 famílias que migraram para a região do entorno da hidrelétrica.

Desse modo, a cidade sede de Guadalupe foi a mais impactada com a absorção de 715 famílias, seguida de São João dos Patos, com 391 famílias, e Nova Iorque, com 100 famílias –

que representam um contingente imenso de pessoas que chegaram às cidades e nelas passaram a viver. Essa migração impactou as estruturas produtivas e institucionais das cidades, que naquele momento apresentavam muitas limitações; com todo o processo de intervenções, as formações históricas desses municípios foram bruscamente transformadas.

Numa análise mais detida, as duas cidades que tiveram os maiores contingentes de população removida e de população migrante, Nova Iorque e Guadalupe, respectivamente, foram as mais atingidas no quesito ocupação humana na região de instalação da hidrelétrica. As duas cidades tiveram suas antigas sedes totalmente cobertas pelas águas; por isso, foram reconstruídas em novas localizações.

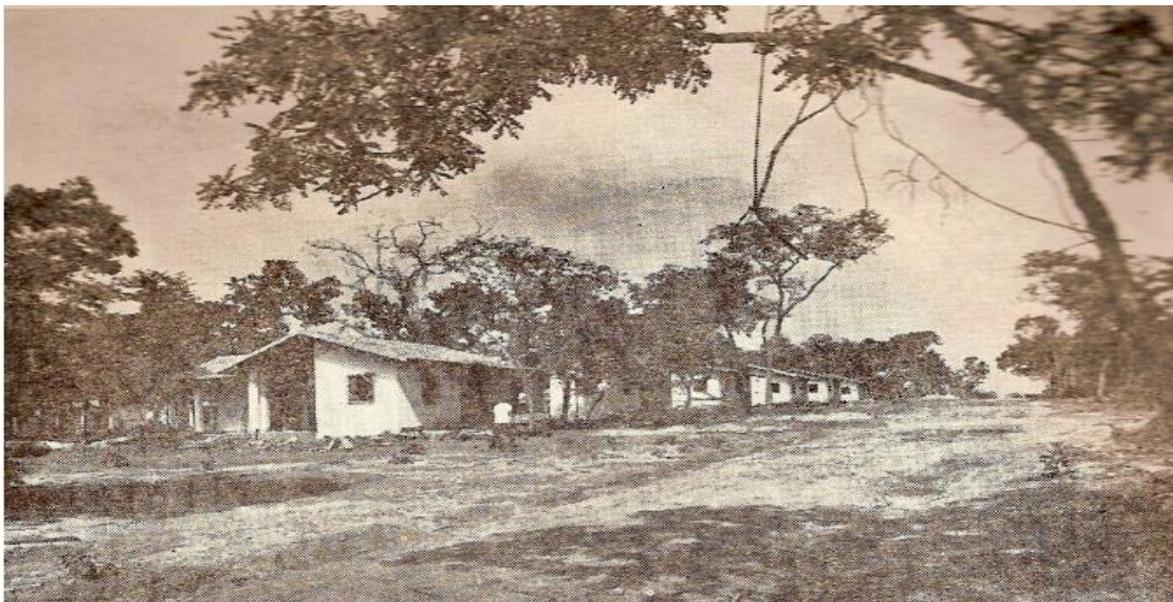
Com o intuito de observar as mudanças sentidas pelos moradores da época, visualizamos a seguir as imagens das casas que foram construídas nas duas novas cidades de Guadalupe e Nova Iorque. Nelas, é possível identificar, ao mesmo tempo, os parâmetros técnicos diferentes nas obras dessas mesmas cidades e o pouco cuidado da COHEBE no tratamento com os moradores removidos. Além disso, verificamos a ínfima participação dos moradores nesse processo, uma vez que as casas e ruas das novas cidades apresentaram descuido com acabamento e urbanização. As construções foram feitas em meio à mata fechada, onde as pessoas foram realocadas de maneira pouco cuidadosa, conforme as informações levantadas na pesquisa sobre a construção de Boa Esperança.

Imagem 1 – Vista área da nova cidade de Guadalupe (PI)



Fonte: Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1968b, p. 20).

Imagem 2 – Vista aérea da nova cidade de Nova Iorque (MA)



Fonte: Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1968b, p. 21).

Nessa sequência, as populações urbanas tanto de Guadalupe como de Nova Iorque foram integralmente transferidas e realocadas nas novas cidades, projetadas sob requisitos técnicos elaborados pela COHEBE. Esses projetos, sem dúvida, não atenderam adequadamente as populações dessas cidades, devido às perdas de suas reminiscências históricas – afinal, os habitantes removidos viram desaparecer completamente seus antigos espaços de vivências, juntamente com os equipamentos urbanos que lá existiam.

Além disso, a forma tecnicista e pouco participativa dispensada aos moradores revela o tratamento unilateral por parte da COHEBE, responsável pelo projeto. A esse respeito, vejamos na citação a seguir algumas das reclamações dos moradores, que julgavam inadequada a localização das novas cidades construídas pela estatal.

Portanto, as duas cidades mais afetadas pela construção da Usina de Boa Esperança foram Guadalupe no Piauí e Nova Iorque no Maranhão, as duas com as maiores quantidades de pessoas transferidas. Somemos a estes números expressivos o fato grave de que somente essas duas cidades tiveram suas populações urbanas atingidas pela água, e que por isso foram transferidas [...] Entretanto, ao visualizarmos os dois desenhos dos planejamentos urbanos das novas cidades de Guadalupe e Nova Iorque construídas pela COHEBE, isso pensando nas argumentações dos moradores de Guadalupe sobre a má localização de sua cidade, constatamos um traço fundamental de diferença entre os dois desenhos, exatamente a questão da proximidade do rio a que tanto os guadalupenses reivindicam. [...] Em outras palavras, e ao observarmos todas as circunstâncias com que foram conduzidas as obras da Usina de Boa Esperança nesse lugar bem próximo de Guadalupe, percebemos o destino absolutamente sem voltas de desocupação, demolição, e submersão

permanente desta cidade velha, acelerado esse processo desde o momento da saída dos moradores em 1967-1968, e permanecendo assim esse lugar, coberto pelas águas até os dias atuais<sup>183</sup>.

Além da questão importantíssima sobre o tratamento tecnicista e muito pouco participativo dispensado pela COHEBE às populações removidas pelo projeto de Boa Esperança, acrescentamos ao rol de intervenções e suas consequências as especulações imobiliárias em torno das propriedades de terras e de casas, as quais passaram a repercutir cada vez mais forte a partir do processo intenso de modificação geral imposto às populações das localidades atingidas.

Desse modo, para corroborar nossa análise, trazemos ao debate as reflexões de Carlos Vainer e Frederico Araújo, extraídas de *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional* – e que apontam a recorrência de práticas especulativas nas desapropriações provocadas por obras de usinas hidrelétricas, muito semelhante ao que ocorreu na construção da UBE.

Sobre a especulação imobiliária, os autores trazem informações pertinentes à construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, no município de Santo Sé, na Bahia, onde ocorreu uma valorização fundiária sem precedentes que causou um aumento de cerca de 800% na quantidade de latifundiários. Ou seja: o total de grandes propriedades (entre 500 e 1.000 hectares) passou de 98 para 985, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)<sup>184</sup>. No caso específico da Usina de Boa Esperança, temos as informações apresentadas pelos moradores da cidade de Guadalupe, os mais diretamente afetados pelo empreendimento. Abaixo, um resumo dos reflexos de mais esse problema causado a muitos piauienses à época:

Também relacionado à regularização da posse de propriedades identificamos a ocorrência de uma forte especulação financeira ocorrida na cidade de Guadalupe por causa de todo esse processo de desapropriações promovidas pela COHEBE, por conta da obra da usina. Os entrevistados pouco tocam nesse assunto, sendo que alguns deles eram proprietários mais privilegiados da cidade velha, e que por terem essa condição social mais ativa, procuraram seus devidos direitos de forma negociada na maioria das vezes, e também acionando a justiça em alguns casos, particularmente entrando com processos na comarca de Floriano como já citamos ao falarmos dos documentos do Cartório de Guadalupe. Sobre a especulação mesma em si, encontramos um trecho da fala de dona Mundiquinha em que ela relata a forma como foi pressionada por moradores de mais posses de Guadalupe para que vendesse a sua casa na cidade velha com a alegação de que as pessoas pobres, possuidoras de casas mais simples, de palha, não receberiam casa na cidade nova, tendo

<sup>183</sup> Lima (2007, p. 198; 201-202).

<sup>184</sup> VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992 (p. 45).

assim os pobres, para não terem tanto prejuízo, que venderem suas casinhas para as pessoas mais ricas. Na verdade o que se escondia por trás dessa suposta atitude benfeitora era o interesse vil em tirar proveito da alta especulação imobiliária provocada pelas desapropriações feitas pela COHEBE. Dona Mundiquinha fala-nos então um episódio pessoal em que trata exatamente dessa questão da especulação imobiliária em Guadalupe.

[...] Quem num tinha casa lá [Guadalupe Velha], e tinha deles que tinha casinha ruim, venderam para os grandes. Por que disse que não iam tirar casa aqui, aí eles venderam. Essa minha mesmo, se eu num tivesse sido muito forte eu tinha ficado sem ela. [...] Eu digo: ‘Eu num vendo!’ - [O Homem dizia:] ‘Pois tu num vai tirar lá! [Guadalupe Nova]’ - [Dona Mundiquinha:] ‘Pois tu tira?! Eu num tiro a casa, e tu tira?!’ Aí quando eu me mudei para aqui, aí eu: ‘Oh, tu disse que eu num ia ganhar minha casa! Está aí, eu tenho minha casa! Tu queria era me roubar, era tirar minha casa de mim!’ Eu chorei muito pra possuir minha casa; eu num ia ficar sem ela não; eu sofri muito pra possuir minha casa; pra mim está debaixo dessa aqui. [...] Precisei tirar a escritura da casa [na cidade velha] pra poder receber a casa [na cidade nova.] [...] Das mulheres pobres de lá de Guadalupe que tinha escritura de casa, só eu! [...] Agora eu tinha escritura, por que eu acordei quando a Barragem entrou! [...] <sup>185</sup>.

Ligados à estruturação elétrica promovida por Boa Esperança, também foram executados no período diversos projetos de rodovias federais no Piauí, que cortavam o estado em inúmeras direções, de ponta a ponta, com milhares de quilômetros em boa parte asfaltados. No total, nove rodovias federais (BR-020, BR-135, BR-222, BR-226, BR-230, BR-235, BR-324, BR-343 e BR-407) passaram a interligar as áreas diversas do interior do estado à capital Teresina, além de ligar o Piauí aos outros estados nordestinos e às demais regiões do Brasil.

Com isso, essa ampla ramificação rodoviária favoreceu a abertura de trechos tanto de percurso rodoviário como do percurso da rede de transmissão elétrica, haja vista que muitos dos trechos tornaram-se diretamente conexos, ladeando-se geograficamente em longos trechos, numa estruturação produtiva totalmente intrincada.

Assim, as diversas rodovias federais acopladas diretamente à rede de transmissão elétrica passaram a funcionar como os principais corredores de deslocamento interno e externo de pessoas nos seus trechos em território piauiense. Posto isso, essas rodovias também se efetivaram como as principais rotas de entrada de mercadorias advindas dos centros produtores nordestinos e nacionais – e que, a partir de então, adentraram massivamente no território, garantindo a projetada integração econômica nacional.

Encontramos mais algumas obras correlatas de infraestruturas diversas – como conjuntos de moradias e obras de saneamento – e de incentivo à produção agrícola – a exemplo de grandes projetos de irrigação. Essas ações foram executadas em menor proporção. Houve

---

<sup>185</sup> ARAÚJO, Raimunda Maria de. Entrevista concedida a Marconis Fernandes Lima. Guadalupe, 2006 (*apud* Lima, 2007. p. 194-195).

também outros projetos, nunca realizados – como, por exemplo, o projeto de eclusas da barragem de Boa Esperança, pensado para garantir a navegabilidade nos cerca de 1.400 km das águas do Rio Parnaíba, desde o extremo sul, na divisa com os estados da Bahia, Tocantins e Maranhão, até o extremo norte no litoral do Piauí, na divisa com o Maranhão.

O referido projeto de eclusas foi iniciado somente na década de 1990, ou seja, 20 anos após a inauguração da usina – e até hoje continua inconcluso, impedindo a navegação ininterrupta nessa grande via hidroviária, que poderia exercer um importante papel de infraestrutura de desenvolvimento.

Ressaltam-se ainda os investimentos na estruturação dos serviços públicos de gestão administrativa e de atendimento nas áreas de educação e saúde públicas, dentre outros. Todos esses investimentos foram realizados a partir dos incentivos implementados pela associação entre os governos federal e estadual, entre 1970 e 1980 – tornando-se possíveis sobretudo com a disponibilização da eletricidade em todo o estado.

Neste sentido, verificamos como ocorreram localmente essas grandes transformações incentivadas pelo funcionamento da Usina de Boa Esperança, mais claramente percebidas por meio de um processo de crescimento econômico atrelado ao aumento do consumo e da urbanização. Entretanto, esse desenvolvimento ocorreu no Piauí ainda de forma não uniforme ao contemplar prioritariamente as maiores cidades, em especial a capital, Teresina.

Ao direcionarmos nosso olhar para o planejamento econômico nacional, que visava à integração inter-regional definitiva, e encontrarmos as transformações promovidas no Piauí como resultado dessas medidas governamentais, deparamo-nos oportunamente com as próprias limitações desse processo intervencionista na realidade econômica piauiense.

Ressalta-se a atuação da Sudene, que teve sérias limitações de alcance local, sobretudo quando buscamos ações concretas e robustas para além da instalação da rede básica de eletricidade. Notadamente, deparamo-nos com o ínfimo interesse em incentivar a instalação de indústrias no Piauí de uma forma que, pelo menos minimamente, se assemelhasse às ações concretamente viabilizadas em todos os outros estados nordestinos – conforme enfatizamos anteriormente, ao trazermos os dados financeiros dos investimentos pesados em polos de produção industrial fomentados em todas as outras áreas, menos no Piauí.

Assim, conforme o noticiário da época, a Sudene passou a ter motivos para reformular seus planos de trabalho e suas metas prioritárias em relação ao estado. A atuação da Sudene no Piauí foi bastante questionada pelos interlocutores locais, que cobraram a mesma prioridade dada aos estados da Bahia e Pernambuco, especialmente em relação ao fomento industrial no

estado – uma vez que defendiam o repasse de verbas para a obra da hidrelétrica piauiense e também alertavam para a necessidade de a Sudene investir em projetos industriais no Piauí.

Conforme as informações levantadas nesta pesquisa, a Sudene aprovou incentivos financeiros a algumas poucas indústrias piauienses, e deixou transparecer que investir no Piauí e promover avanços significativos ao seu desenvolvimento não era uma prioridade – já que se comprovaram as raríssimas intervenções na estruturação produtiva mais geral do estado.

Assim, num parecer emitido pela Sudene nos jornais da época, verificou-se o posicionamento contraditório da instituição, que, ao mesmo tempo que aprovou uma linha de crédito para a instalação de uma indústria de alimentos, reafirmou análises das condições precárias do estado. Apesar disso, mesmo considerando o investimento pequeno em termos de Nordeste, avaliou que essa ação foi relevante para a economia piauiense.

Portanto, foi dessa forma concentracionista que se colocou em prática a principal obra de infraestrutura produtiva no Piauí. Mesmo que a atuação intervencionista federal no estado tenha alçado Boa Esperança a um dos projetos de grande destaque naquela época, dentro do imenso programa nacional de grandes obras, ao final, a UBE se mostrou uma medida permeada de limitações. Por não ter recebido as devidas e mais robustas complementações, associadas a investimentos estruturais na economia local, não pôde garantir sozinha o desenvolvimento libertador do Piauí que fora propalado no discurso oficial à época.

Ou seja, mesmo que tenha sido efetivamente a principal medida de avanço infraestrutural do estado, que ampliou significativamente a geração e o abastecimento de eletricidade – avanço de fato nunca antes realizado –, constatamos que somente a UBE, praticamente o único grande investimento no Piauí, não permitiu o engajamento deste estado ao mercado nacional de forma realmente sustentada e autônoma.

Esclarece-se que, nesse momento inicial de 1970, o funcionamento da UBE foi limitado a apenas 23,2% da sua capacidade total prevista de 237,3 MW. Seis meses após a inauguração, em outubro do mesmo ano, alcançou os 46,41% de sua capacidade de geração. Ainda assim, os dados correspondem a menos da metade da capacidade projetada – perfazendo-se na referida operação inicial um total aproximado de 110 MW. Só bem mais tarde a capacidade total da UBE foi efetivada, no início da década de 1990 – esses dados gerais de produção da UBE estão disponíveis nos registros oficiais da CHESF.

Logo, ao identificarmos que somente na década de 1990 a UBE alcançou sua capacidade plena de produção, percebemos que, nas duas décadas seguintes ao início da operação, a geração elétrica de menos da metade da capacidade instalada da usina foi suficiente para abastecer o Piauí. Nesse sentido, considera-se, é claro, que o abastecimento dessa eletricidade

a todos os municípios deu-se de maneira lenta, e atendeu prioritariamente as maiores cidades do estado, onde estavam os maiores e mais promissores mercados de consumo; somente depois, muito paulatinamente, atingiu todas as demais cidades piauienses.

Enfatizamos neste ponto que logo que a usina entrou em funcionamento e foi interligada ao sistema elétrico da CHESF no Nordeste, a UBE também passou a fornecer energia para outros estados. Destaca-se, desde o primeiro momento, o abastecimento imediato ao Maranhão, especialmente à região metropolitana da capital, São Luís. Além do Maranhão, a UBE também atendeu o estado do Ceará, sobretudo a capital, Fortaleza.

Essas observações acerca do subconsumo de energia da UBE em território piauiense remetem-nos à clara constatação de um crescimento econômico extremamente limitado do próprio estado, uma vez que somente depois de 20 anos o Piauí registrou um aumento de sua produção econômica de modo que demandasse mais energia e que absorvesse mais rapidamente a capacidade total de Boa Esperança – e também para além dela, ao longo desse interstício.

Esse subconsumo (ou consumo lento) de eletricidade em seu crescimento, ao longo das décadas de 1970 e 1980, é constatado sobretudo pelo pequeno número de indústrias locais e pelo quadro geral de baixíssimo consumo *per capita* de energia no estado. Sobre isso, vejamos as informações seguintes.

Esse elemento da demanda do consumo de energia elétrica foi bastante pesquisado pela SUDENE como forma de garantir a viabilidade local desse investimento, servindo esses estudos como parte considerável do plano de atuação da COHEBE, seja durante a construção, e principalmente a partir da operação da usina. [...] [os estudos sobre o mercado de energia basearam-se em pesquisas efetuadas pela SUDENE em 1961 nas principais cidades dos estados do Maranhão e do Piauí, em dados dos censos de 1950 e 1960, em resultados alcançados pela CHESF em seu plano de ação durante o desenvolvimento da usina de Paulo Afonso e em estatísticas sobre o consumo de energia no Brasil.] Com base nesses estudos técnicos justificou-se a extrema necessidade da construção da hidrelétrica no Piauí, e como ênfase a esse argumento se apresentaram outros como a descrição dos limites dos sistemas térmicos em funcionamento nas cidades piauienses e maranhenses nesse período, chegando-se ainda a informação do consumo per capita de energia elétrica, no Piauí de 20,3 kWh e no Maranhão de apenas 9,7 kWh, comparativamente desprezíveis em relação a São Paulo com 779,0 kWh e também para com a média nacional de 359,5 kWh. Até mesmo se olharmos o vizinho estado do Ceará encontraríamos o consumo de 34,6 kWh<sup>186</sup>.

Como percebemos nos dados da citação anterior, o consumo *per capita* de energia no Piauí nos anos 1950 e 1960 é irrisório. Ao associarmos esses dados à informação de que a

---

<sup>186</sup> Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1968a, p. 1, 5-6).

capacidade de produção de eletricidade não foi ampliada ao longo dos primeiros 20 anos de funcionamento da UBE, concluímos que, mesmo que a demanda tenha aumentado nas décadas de 1970 e 1980 por conta da eletrificação geral do estado, esse aumento foi aquém de um cenário de desenvolvimento robusto no qual se incluísse, além do consumo doméstico, o consumo industrial.

Neste sentido, identificamos a relação direta entre o consumo rebaixado de energia em comparação à média geral nacional e um não fomento do desenvolvimento econômico local mais robusto – diferentemente do que foi observado em outros estados, que aumentaram o consumo de energia e registraram um desenvolvimento industrial mais consistente. Logo, o quadro de debilidade produtiva no qual o Piauí se industrializou muito timidamente está claramente relacionado à subutilização da capacidade máxima da Usina de Boa Esperança, que ficou, durante longas duas décadas, gerando somente metade da energia projetada.

Ao mesmo tempo que esmiuçamos todos esses dados gerais informados pela CHESF, responsável pela UBE, agregamos ainda informações dos Anuários Estatísticos do IBGE, que nos trazem os quantitativos específicos da produção de energia no estado do Piauí nos anos de 1971, 1985, 1991 e 1992. Nesses anuários, foi registrada a estagnação da produção da UBE aproximadamente em torno dos 108 MW no intervalo de duas décadas. Nesse sentido, podemos concluir que o crescimento do consumo local de energia neste período foi muito lento<sup>187</sup>.

É claro que houve um crescimento no mesmo período, à medida que a rede elétrica foi chegando aos demais municípios do estado e aos principais centros urbanos priorizados desde o primeiro momento. No entanto, ao constatarmos a extrema vagarosidade na ampliação da geração local de energia – e, portanto, sua relativa subutilização de 1970 a 1980 –, concluímos que esse processo deficitário se deu exatamente devido a um crescimento muito lento do consumo de eletricidade. Além disso, verificamos muito pouco crescimento no setor produtivo industrial local, uma vez que esse consumo, em sua imensa maioria, estava concentrado nos domicílios e no setor de serviços, que se caracterizava, a partir de então, como o de maior destaque na estrutura produtiva do estado do Piauí.

Além dessas características mais internas, e como já citado anteriormente, a produção de Boa Esperança fora projetada para servir não apenas ao Piauí, atendendo de forma decisiva

---

<sup>187</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico Brasileiro – 1971*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, v. 32 (p. 288); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico Brasileiro – 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985a, v. 46 (p. 467); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico Brasileiro – 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, v. 51 (p. 641); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico Brasileiro – 1992*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992, v. 52 (p. 672).

também o Maranhão e algumas áreas de outros estados do Nordeste, como partes do Ceará e de Pernambuco. Assim, a UBE tornou-se uma geradora de reserva energética estratégica para auxiliar na salvaguarda de todo o sistema elétrico do Nordeste. Dessa maneira, contribuiu de forma complementar, mas ao mesmo tempo decisiva, na consolidação econômica dos principais centros produtivos regionais localizados principalmente nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife.

Desse modo, a partir do início da década de 1970, estava finalizada a primeira e mais importante etapa de investimentos em infraestrutura produtiva pesada no estado do Piauí. Por conseguinte, partiu-se para a viabilização de toda a rede de distribuição da energia gerada em Boa Esperança para as cidades piauienses.

Focando no processo de estruturação geral que se desenrolou no Piauí a partir daí, observamos com especial atenção uma capilarização dessa rede de consumo elétrico local, prioritariamente destinada às maiores cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos e aos seus entornos – que abarcavam vários outros centros urbanos, medianos e pequenos, situados nas rotas entre as quatro cidades. Visualizamos esse percurso territorial identificando o eixo entre a região centro-sul do estado, onde estava a UBE, bem próxima a Floriano, direcionando-se daí um pouco mais ao centro, passando por Picos, até chegar a Teresina – e, por fim, alcançando o extremo Norte do estado, na cidade de Parnaíba.

Percebemos que exatamente essas quatro cidades tiveram os maiores crescimentos populacionais e econômicos a partir desse período, tornaram-se os principais centros comerciais do estado e funcionaram como importantes entrepostos varejistas das mercadorias vindas de outros estados do Nordeste e do Centro-Sul do país.

Igualmente observamos como se fizeram as relações de dependência econômica entre o Piauí e os demais estados. De um lado, os grandes centros nacionais, fornecedores de mercadorias industrializadas mais elaboradas, recebiam o maior retorno possível de ganhos nesse sistema de interdependências dentro da teia do mercado nacional. Na outra ponta, estrategicamente posicionados, confirmaram-se também os principais centros regionais nordestinos de Salvador e Recife, já mencionados como partícipes privilegiados nessas relações comerciais internas do Nordeste brasileiro.

No sentido mais geral dessas múltiplas relações econômicas do Piauí, o estado segue como parte integrante do sistema econômico comercial capitalista brasileiro, pois se apresenta como peça complementar para o sucesso do grande capital central – sobretudo a partir do momento que se definiu o movimento estratégico de ampliação da abrangência do poderio econômico dominante no tabuleiro do mercado nacional.

Frisamos especificamente que as reflexões pontuais acerca do não avanço qualitativo da economia produtiva piauiense, devido à sua preterição em favor de outros centros regionais e nacionais, relacionam-se diretamente com as estratégias de transformação promovidas pelo processo de diversificação e ampliação produtiva em curso no Brasil ao longo do século XX.

Esse desenlace deu-se desde a política de substituição das importações, e foi realizado sobretudo com a intensificação da circularidade e da integração do mercado nacional, processo consolidado com o pesado intervencionismo das décadas de 1970 e 1980. Entretanto, o Piauí é incluído dentro do projeto geral somente de forma complementar ou indireta. Esse espaço econômico local transformou-se numa área de baixíssima produção efetiva e, portanto, atuou apenas como um trecho da circulação produtiva oriunda de outros estados.

Promoveu-se, assim, uma ampla consolidação da economia capitalista brasileira com base na solidificação dos grandes centros econômicos nacionais localizados na região Centro-Sul do país; para o sucesso desse projeto geral, contou-se com a participação de algumas áreas que atuam somente como coadjuvantes, como é o caso do Piauí.

Portanto, o controle econômico sobre essas áreas marginais de consumo se processou por meio da circulação de bens e capitais que vinham majoritariamente das regiões brasileiras economicamente dominantes. Ademais, alguns centros regionais satélites reforçavam esse poderio dos grandes conglomerados centrais. Assim, formava-se o todo do mecanismo geral de produção, circulação, consumo e acumulação de capitais no processo de modernização recente do capitalismo brasileiro.

No entanto, direcionamos a análise deste texto especificamente para compreender os principais fatores do fraco desenvolvimento econômico do Piauí. Sobre o tema, resgatamos novamente as condições estabelecidas no seu próprio território, haja vista a constituição histórica desta economia local.

Especialmente sobre os atrasos locais, destacamos o não acesso da imensa maioria da população camponesa às fontes de produção, uma vez que as terras produtivas permaneceram, em contínuo secular, com altíssima concentração de renda numa limitada parcela da população; por conseguinte, gerou-se uma abismal e degradante desigualdade social crônica.

É claro que, em se tratando da formação geral econômica e social brasileira, sabemos que esse aspecto da extrema desigualdade socioeconômica não é uma exclusividade piauiense. Entretanto, apresentamos algumas considerações acerca da baixa evolução qualitativa de sua estrutura produtiva e de um certo isolamento – ou interligação deficitária – do Piauí, características muito próprias desse território como um dos sertões mais adentro do Nordeste brasileiro e de baixa prioridade perante os setores mais dinâmicos e dominantes nacionais.

Somam-se a esse quadro socioeconômico local extremamente desigual e problemático o não avanço do desenvolvimento industrial, bem como a lentidão e as próprias limitações na ampliação da infraestrutura urbana proporcionada pela UBE e sua eletricidade. Esses dois pontos tornam-se mais pertinentes quando relacionados às intervenções externas, sobretudo quando são vinculados aos investimentos estatais, que, no caso do Piauí, foram bem mais limitados do que os destinados a todos os outros estados nordestinos e também a vários estados de outras regiões.

Portanto, essas limitações de investimentos nos arranjos produtivos locais foram responsáveis pela ausência de ampliação e de diversificação qualitativa das estruturas econômicas e sociais. Destacam-se aí o atrofamento do setor industrial no Piauí e a não garantia do atendimento ampliado dos serviços advindos com o processo de urbanização e circulação comercial capitalista moderno.

Sobre essas limitações internas das estruturas produtivas piauienses, somadas à penetração econômica externa aqui presente – de meados dos anos 1960 até a década de 1980 –, vejamos um pouco mais das palavras do economista Wiliam Jorge Bandeira a seguir.

Por outro lado, a intensificação da divisão do trabalho campo-cidade, provocada pela crescente urbanização que vem ocorrendo no Estado, corresponde a um importante incremento da circulação de mercadorias, conseqüentemente da transformação da produção de autoconsumo para a economia mais monetarizada. Este fenômeno força o pequeno produtor a se especializar em determinada cultura, e a depender, cada vez mais, do mercado para sobreviver. Este fato torna extremamente instável a subsistência do pequeno produtor, em virtude da crescente necessidade de renda monetária para fazer face a seu sustento e o de sua família. Além disso, a produção destes produtores não está condicionada à formação de um lucro médio, uma vez que a agricultura aí se destina à subsistência imediata; [...] Disso se aproveita o “**capital comercial**”, representado pelos comerciantes e/ou intermediários, para submeter os pequenos produtores aos seus interesses com o objetivo de se apropriar o máximo possível do sobretrabalho destes produtores<sup>188</sup>.

Conforme se vê, a modernização capitalista transcorrida no Brasil finalmente chegou ao Piauí entre as décadas de 1970 e 1980, e começou a promover transformações na economia piauiense. No entanto, essas mudanças foram relativamente ineficientes, à medida que não alteraram significativamente o quadro histórico de atraso, estagnação e dependência dessa economia local.

Para tanto, essa modernização capitalista recente, que visa consolidar a maior abrangência do mercado nacional, não necessariamente garante a superação do quadro de atraso

---

<sup>188</sup> Bandeira (1980a, p. 10, grifo nosso).

socioeconômico no território piauiense. Desse modo, ao passo que se processa certo grau de modernização capitalista, incluindo aí certa transformação no setor até então mais importante localmente – a agropecuária –, permite-se que nesse mesmo setor produtivo passe a vigorar um crescente domínio do capital comercial, cada vez mais associado ao capital financeiro (interno e externo). A partir de então, estendem-se as suas influências para todos esses territórios antes muito pouco integrados e, agora, abarcados e totalmente dependentes dos polos produtivos nacionais.

Neste sentido, a inclusão efetiva do Piauí na dinâmica comercial e financeira nacional iniciou-se com o processo de hegemonização do capital comercial, com suas atividades lucrativas; o comércio passou a ser, a partir de então, o principal setor de concentração econômica no estado. Com isso, foram estabelecidas as condições do predomínio definitivo desse capital comercial, notadamente improdutivo – ou seja, não enraizado localmente numa produção de grande valor agregado e, em decorrência disso, totalmente dependente do ponto de vista inter-regional.

Assim, o capital comercial piauiense, ao mesmo tempo que penetrava de forma prejudicial a pequena produção agropecuária local e contribuía decisivamente para a sua dependência e estagnação, voltava-se cada vez mais à obtenção de lucros com a circulação comercial dos variados produtos industrializados, vindos quase totalmente de fora para dentro do estado. A situação revelou um desinteresse em alterar os entraves e desequilíbrios incrustados na estrutura socioeconômica piauiense.

Com isso, verificamos como se deu a sistemática de extensão da dominação do capital comercial na economia local piauiense. Esse tipo específico de capital age em duas frentes: de um lado, além de promover a ampla circulação de produtos externos, a maioria industrializados, aproveita-se vorazmente dos pequenos produtores rurais locais, adquirindo suas produções a baixíssimos valores – na outra ponta, esse setor econômico, que passa a ser dominante localmente, não se compromete em investir na produção efetiva local, auferindo grandes lucros somente como mero repassador da produção vinda dos grandes centros nacionais.

Por essa razão, percebemos que essa transformação na economia local, transcorrida nas décadas de 1970 e 1980, não representou uma modernização eficaz da produção agrícola piauiense, que inclusive poderia ter-se revelado como a sua predileta vocação produtiva modernizada.

Esse possível cenário de intensificação da agropecuária local poderia ter apontado para um caminho bem diferente, que rumasse para a superação de entraves históricos piauienses e assim pudesse promover uma modernização produtiva geral. Dessa feita, esperava-se uma

garantia da produção agropecuária básica que pudesse abastecer plenamente o consumo alimentício dos piauienses – como numa possível agroindústria local para processamento de parte dessa produção –, possibilitando um desenvolvimento econômico produtivo consistente, autônomo e qualitativo.

A seguir, Bandeira conclui sobre a configuração da produção agrícola piauiense e define o quadro geral de não avanço em direção a uma modernização capitalista do setor, que se destacava até a década de 1970 como o principal ramo produtivo local.

Da análise realizada é razoável se dizer que as relações de produção prevalecentes na agricultura na agricultura piauiense se configuram como principal entrave ao desenvolvimento mais racional deste setor no Estado. O desenvolvimento da divisão do trabalho campo-cidade que vem ocorrendo no Estado, tem provocado uma crescente penetração das relações de mercado no âmbito da agricultura piauiense. Este processo trouxe para a agricultura piauiense profundas modificações no que concerne às relações da agricultura camponesa com o latifúndio e o capital comercial, representado pelo comerciante intermediário. Porém o núcleo básico das relações internas de produção não sofreu modificações. Houve mesmo uma exarcebada das relações não-capitalistas de produção [...] Conclui-se, portanto, que a penetração das relações de mercado na agricultura piauiense provocam uma regressão das relações capitalistas neste setor, refletida no aprofundamento da economia camponesa voltada unicamente para a subsistência de seus membros<sup>189</sup>.

A sistemática peculiar do avanço da modernização no Piauí deu-se, portanto, como uma via de transformação contraditória. Por um lado, revelou-se como renovadora nas ofertas de serviços e nas relações de consumo em geral; porém, ao mesmo tempo, foi conservadora da posição de atraso do Piauí em seu desenvolvimento socioeconômico. Concomitante a isso, percebe-se sua dependência produtiva para com os polos regionais e nacionais, que confina o estado à condição de área meramente consumidora de produtos manufaturados vindos dos centros produtivos de maior destaque, seja pelos polos regionais do Nordeste, à época em considerável processo de ampliação e diversificação, seja pelos polos nacionais – todos a despejar efetivamente sua imensa produção sertões adentro.

Direcionando nossa atenção ao capital comercial que passou a dominar o fluxo das relações produtivas na economia piauiense, encontramos, em outro trecho de Bandeira, as imposições desestruturantes estabelecidas pelos controladores desse capital central aos produtores locais piauienses, que paulatinamente viram suas formas de produção desintegradas,

---

<sup>189</sup> Bandeira (1980a, p. 27-28).

melhor dizendo, sugadas para dentro da dinâmica concentradora do funcionamento do mercado nacional brasileiro.

Este capital impõe aos produtores agrícolas um programa de trabalho preciso, através da padronização do produto, extensão da transformação industrial, concentração da rede de coleta e comercialização, crédito a taxas abusivas etc. Não é mais, na realidade, um produtor mercante livre que produz primeiro o que quer e como quer, e depois vende uma parte disso. Está reduzido a uma condição vizinha à do “proletário a domicílio”<sup>190</sup>.

Essa realidade do débil avanço produtivo do Piauí ocorreu exatamente por causa do não desenvolvimento de estruturas produtivas qualitativas numa área geográfica mais ampla, que não se restringisse apenas aos grandes centros econômicos regionais do Nordeste. Processaram-se na região algumas centralizações produtivas; com isso, também ocorreu, dentro do processo geral de ampliação da geração de capitais, uma correspondente concentração máxima desses mesmos capitais em alguns conglomerados nas áreas mais privilegiadas do Nordeste. Por sua vez, esses escolhidos regionais estavam vinculados aos grandes polos empresariais, sediados no Centro-Sul do Brasil – fechando, portanto, o elo da circularidade comercial que se buscava consolidar.

Como podemos perceber, o avanço da modernização capitalista – e toda ampliação e integração promovidas neste período –, junto à dominação financeira que trouxe consigo, alcançou efetivamente a economia agrícola piauiense a partir da década de 1970. Dessa maneira, os pequenos produtores rurais locais passaram a ser muito explorados pelo chamado capital comercial, fortemente interligado aos grandes centros regionais e nacionais, e que, a partir de então, passara a se ramificar em território piauiense.

Esse capital comercial é justamente o responsável pela operacionalidade da circulação final das mercadorias, haja vista que, nesse caso, ao se optar apenas pela comercialização final e, em grande parte, pela não produção própria de mercadorias em terras piauienses, passa-se a determinar o caráter deficitário da economia piauiense.

Portanto, nesse macrodesenho econômico nacional, o Piauí é definido como uma zona apenas para a passagem de capitais; não há a fixação mais efetiva e duradoura desses investimentos localmente. Nesse sentido, ocorrem ínfimos incentivos a arranjos produtivos locais elaborados, sobretudo determinando-se uma ausência enorme de investimentos industrializantes com perfis mais robustos e perenes nesse estado.

---

<sup>190</sup> Bandeira (1980a, p. 10).

Reforçamos que, sobre a estruturação produtiva recente da economia local piauiense, impõe-se ao estado o contentamento com uma situação de geração deficitária de renda interna, a partir de uma economia local estagnada e subdesenvolvida. Assim, não são efetivamente permitidas ao estado do Piauí as condições de se estruturar produtivamente de forma autônoma e modernamente qualitativa.

Observamos que em quase todos os setores produtivos piauienses operou-se a perpetuação da condição da economia estadual – quase exclusivamente uma área para circulação das mercadorias de consumo. Nessa direção, verifica-se que o Piauí é uma área que não desenvolveu uma produção autônoma e direta de mercadorias industrializadas diversas; sua economia se encontra, nessa configuração, com um controle do fluxo econômico de caráter notadamente comercial, com parâmetros orientados decisivamente de fora para dentro do espaço decisório local.

A partir das informações apresentadas até aqui, seguimos discutindo as limitações gerais da política intervencionista. Propomos incluir, nestes estudos, o ponto das carências de complementaridades fundamentais, para que toda essa infraestrutura de energia, transportes e mais alguns outros serviços implantados pelo poder público no Piauí pudesse ter tido o papel de modernizar eficazmente a estrutura econômica do estado de modo que se tornasse mais dinâmica e autônoma.

#### **4.4 A Usina de Boa Esperança como fator de desenvolvimento do Piauí**

Após termos apresentado as linhas gerais da formação histórica da economia do Piauí e sua constituição definitiva a partir da segunda metade do século XX, afetada sobremaneira pelo intervencionismo dos governos militares (1960-1980), passamos a refletir acerca das relações entre a expansão da rede elétrica e do consumo de eletricidade no estado e a configuração recente dessa estrutura produtiva local diante do estabelecimento de um tipo de desenvolvimento econômico recente, proveniente da urbanização geral do estado – incluindo-se a verificação da importância dos principais serviços e equipamentos disponibilizados nesse processo de modernização.

Veremos mais detalhadamente a questão central do papel da hidrelétrica no desenvolvimento do estado do Piauí; a esse respeito, buscaremos entender um pouco mais sobre os resultados diretos dessa estratégica estruturação da economia local piauiense, que, como já destacamos, teve a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança como a maior e mais impactante obra de infraestrutura da sua história. Desse modo, seguiremos desenvolvendo algumas

considerações importantes sobre como essa ação intervencionista federal se efetivou nesses sertões brasileiros, nos idos dos governos militares, sobretudo entre os anos 1970 e 1980.

Ao compormos nosso raciocínio com a referência das informações históricas relevantes nessa temática, procuramos refletir de forma mais precisa sobre os resultados da conexão da economia local ao mercado nacional brasileiro, que, como debatemos ao longo do texto, processou-se no período em análise numa trajetória forte de expansão e consolidação econômica.

Nesse sentido, dedicamo-nos a compreender por que se definiu, no cenário econômico local, uma preponderância do setor de serviços em detrimento do setor industrial piauiense. Este último permaneceu com uma participação muito fraca na estrutura produtiva local e, por conseguinte, com pouca relevância no cenário regional, figurando quase sempre como o último da região Nordeste quando se trata de capacidade industrial.

Recuperamos novamente a identificação que fizemos da situação econômica e social do estado do Piauí, desde meados de 1960 até a década de 1980. Diante de importantes dados estatísticos do período, como tamanho da população e acesso aos serviços públicos como saúde e educação, além de dados da própria estruturação econômica local recente, passamos a conhecer mais detidamente o quadro socioeconômico geral do estado do Piauí, por meio do qual constataremos como ocorreu sua configuração deficitária.

Antecipamos a observação acerca da condição deficitária do Piauí ao verificarmos seus indicadores gerais, que revelam a situação extremamente carente e desassistida de uma população majoritariamente rural até a metade do período em foco – e que, desde esse ponto, foi se tornando mais urbana. Observou-se a partir dos dados que, ao longo de todo esse período, as características gerais econômicas e sociais do Piauí até variaram de forma positiva, porém com relativos graus qualitativos, como iremos analisar à frente.

Reafirmamos a reflexão constante do texto, que é a da importância central da geração de energia elétrica no Piauí, por meio da Usina de Boa Esperança, em associação direta com a implantação da rede geral de distribuição interligada de eletricidade e com o aumento do consumo de energia como fator decisivo para a transformação do estado. Dessa forma, seguimos analisando os impactos dessa importante infraestrutura básica na dinamização socioeconômica local no período em questão.

Direcionaremos nossa atenção a partir daqui às informações encontradas nos Anuários Estatísticos do Brasil dos anos de 1965, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1980, 1981,

1986, 1987-1988, 1991 e 1992<sup>191</sup>, juntamente com os dados específicos dos Censos Econômicos do Piauí (Censo Comercial, Censo Industrial, Censo Agropecuário e Censo Serviços) dos anos de 1970 e de 1985<sup>192</sup>, a fim de verificarmos as características das estruturas produtivas do estado. Complementaremos essas fontes com as informações gerais dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991<sup>193</sup>; por meio do tratamento desses dados, faremos uma análise panorâmica das transformações econômicas estruturais processadas no Piauí nesse período.

---

<sup>191</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1965*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, v. 26; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, v. 31; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971 (1971)*; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1973*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973a, v. 34; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1975*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975a, v. 36; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1976*. Rio de Janeiro: IBGE, 1976, v. 37; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1978*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978, v. 39; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980, v. 41; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1981*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981, v. 42; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1987-1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, v. 48; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1991 (1991)*.

<sup>192</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970*. Série Regional. Volume III, Tomo VI. Rio de Janeiro: IBGE, 1975b; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos de 1985 – Censo Agropecuário – Número 10 – Piauí*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985e; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Comercial – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970*. Série Regional. Volume VI, Tomo VI. Rio de Janeiro: IBGE, 1975c; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Comercial – Número 2 – Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985d; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Industrial – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970*. Série Regional. Volume IV, Tomo VI. Rio de Janeiro: IBGE, 1974b; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Industrial – Número 2 – Dados Gerais – Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985c; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo dos Serviços – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970*. Série Regional. Volume VII, Tomo VI. Rio de Janeiro: IBGE, 1975d; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos – 1985 – Censo dos Serviços – Brasil e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985b.

<sup>193</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Piauí*. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume I, Tomo VI. Rio de Janeiro: IBGE, 1972b; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Brasil*. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Nacional. Volume I. Rio de Janeiro: IBGE, 1973b; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Distritais – Piauí*. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 3, Número 6. Rio de Janeiro: IBGE, 1982b; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Piauí – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. Volume 1, Tomo 4, Número 8. Rio de Janeiro: IBGE, 1982d; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico: Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Brasil – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. Volume 1, Tomo 4, Número 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1983b; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991 - Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios – Número 1 – Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994a; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991 - Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios – Número 10 – Piauí*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994b.

Como já adiantamos na apresentação deste tópico, miramos nosso foco especialmente nos dados sobre energia e a relação entre o consumo da eletricidade e o aumento da produção econômica geral de todos os setores produtivos – agropecuária, indústria, comércio e serviços. Inclui-se no setor industrial a avaliação especial da ampliação dos principais serviços públicos, como educação e saúde, a fim de verificar o alcance progressivo da população do Piauí a eles.

Procuramos verificar as características gerais da população piauiense, quantidade, localização rural e urbana e alfabetização no período estudado, juntamente com outras informações relevantes sobre a infraestrutura geral do estado – especialmente a evolução nos serviços públicos e demais transformações importantes nesse período, que marcaram significativamente o processo de modernização do estado do Piauí.

De início, encontramos as informações gerais do consumo de energia elétrica no Piauí em meados da década de 1960 – ponto de largada para a análise e, no caso, anterior ao funcionamento da UBE, que entrou em operação em 1970. Visualiza-se esse período anterior a infraestrutura da UBE como referência, para podermos comparar o impacto dessa transformação.

Assim, temos como ponto de partida comparativa o ano de 1964, quando o estado do Piauí registrou um consumo geral de energia de 12.791 MWh, de longe o menor quantitativo dentre os nove estados do Nordeste, inclusive muito atrás do penúltimo colocado em consumo – o Maranhão, que teve um consumo total naquele mesmo ano de 20.504 MWh, o que representa 52,38% a mais do que o total de energia consumida pelo Piauí<sup>194</sup>.

Para referenciar o registro dos índices gerais e específicos de consumo de eletricidade no Piauí em 1964, temos as discriminações dos valores absolutos e de seus respectivos percentuais dentro do total geral de consumo de eletricidade. Quanto aos setores econômicos, houve predominância absoluta do setor “residencial”, com um consumo de 6.296 MWh (49,22% do total). Em seguida, o setor referido pelo IBGE como “iluminação pública e poderes públicos”, e que aqui denominaremos “serviços públicos”, registrou um consumo de eletricidade de 2.414 MWh (18,87% do total), seguido de perto pelo setor “industrial”, com 2.200 MWh consumidos (17,19% do total); em seguida, o setor “comercial” consumiu 1.453 MWh (11,35% do total) – e, por fim, o setor “outros” registrou consumo de 428 MWh (3,34% do total). Neste último setor, incluíram-se as atividades produtivas do setor rural. Acrescentamos ainda que o total somado de todos os setores produtivos, excluído o consumo residencial, foi de 6.495 MWh (50,77% do total)<sup>195</sup>.

---

<sup>194</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1965* (1965, p. 300).

<sup>195</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1965* (1965, p. 300).

Como percebemos nos dados anteriores, houve um maior consumo residencial, o que é uma tendência natural, e também do setor de serviços públicos, da mesma forma perfeitamente compreensível, dada sua ampla extensão. Chama nossa atenção nessas a sobreposição do consumo industrial acima do comércio.

Nessa observação inicial, o que mais se destacou em nossa análise foi, sem dúvidas, a baixíssima quantidade de consumo de energia elétrica no estado do Piauí frente aos números dos outros estados. Como já citado, seu vizinho Maranhão registrou um consumo quase duas vezes maior. O Ceará consumiu em 1964 123.756 MWh, o equivalente a 867,52% do total piauiense<sup>196</sup>. Registramos que essa disparidade entre o Piauí e os estados do Maranhão e do Ceará se justifica pela dimensão dos dois últimos, sobretudo em relação à população.

Porém, ao estendermos a comparação a outros estados nordestinos menores, como Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, por exemplo, não é compreensível que o Piauí tenha registrado um crescimento proporcionalmente menor em seu consumo de energia elétrica – consolidando-se desde então como o estado com menor consumo de eletricidade dentre os nove da região Nordeste. Chamam atenção especial as grandes diferenças com esses estados menores. Essas reflexões críticas serão feitas de forma mais aprofundada mais adiante.

Para complementar o entendimento dessa disparidade no consumo de eletricidade nesse período (meados de 1960), trouxemos ainda os dados dos dois estados líderes economicamente no Nordeste: Pernambuco, que consumiu 578.213 MWh (equivalente a 4.420,46% do total de consumo do Piauí), e Bahia, que teve um consumo registrado de 406.574 MWh (equivalente a 3.078,59% do total do Piauí)<sup>197</sup>.

Para além das limitações internas do Piauí e, ao mesmo tempo, entendendo a natureza das especificidades locais em conexão com as condições econômicas externas estabelecidas, temos um retrato muito claro do atraso do Piauí em relação aos oito estados do Nordeste. Com isso, podemos mensurar um pouco do distanciamento piauiense também em relação à condição econômica de outros estados brasileiros, principalmente o abismo entre o Piauí e os centros econômicos nacionais do Centro-Sul.

Ao seguirmos nossa análise, chegamos ao final da década de 1960, mais especificamente no ano de 1969, anterior ao início do funcionamento da UBE – em que o estado do Piauí teve um consumo de energia elétrica de 32.676 MWh<sup>198</sup>, o que nos revela um aumento realmente considerável de 155,46% nesse pequeno intervalo de seis anos, entre 1964 e o

---

<sup>196</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1965* (1965, p. 300).

<sup>197</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1965* (1965, p. 300).

<sup>198</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1970* (1970, p. 496).

fechamento da década de 1960. Ou seja, esse significativo crescimento certamente se manifesta devido à potencialização econômica produtiva gerada pela construção e o iminente funcionamento da UBE, que se aproximava com o final da década de 1960.

Verificando mais precisamente o mesmo levantamento, do total de 32.676 MWh de eletricidade consumida no Piauí em 1969, temos o quantitativo específico por setor. No setor “residencial”, houve o consumo de 14.453 MWh (44,23% do total), seguido pelo de “serviços públicos”, com 10.757 MWh (32,92% do total); depois, o setor “comercial”, que consumiu 4.002 MWh (12,24% do total); o setor “industrial” registrou um consumo de 2.953 MWh (9,03% do total) – e o setor “outros” consumiu 511 MWh de energia (1,56% do total). Considerando apenas os ramos produtivos diretos, excluído, portanto, o consumo residencial, o estado do Piauí registrou um consumo de energia elétrica de 18.223 MWh (55,76% do total)<sup>199</sup>.

Registramos que houve certa alteração dos dados gerais do consumo de eletricidade no ano de 1969, em comparação com o ano de 1964. Houve uma pequena diminuição na proporção percentual do consumo residencial dentro da totalização geral, assim como houve também um pequeno aumento percentual no somatório dos demais setores.

Nesses números, registramos ainda que o consumo do setor comercial já superou o do setor industrial, com um percentual bem mais elevado dentro do conjunto produtivo piauiense. Num intervalo de seis anos, enfim, ocorreu um crescimento econômico bem maior do comércio do que da indústria, haja vista que o consumo de energia no setor comercial não só ultrapassou, mas posicionou-se num patamar agora 35,52% maior que o do setor industrial.

Cabe acrescentar que, até 1969, o Piauí tinha sua produção de energia elétrica totalmente gerada em pequenas centrais termelétricas movidas a diesel, sendo que as de maior capacidade estavam presentes somente nas maiores cidades piauienses – configurando uma estrutura de geração e abastecimento elétrico bastante limitada, atendendo sobretudo clientes domésticos e, mesmos estes, em quantidade limitada, considerando o acesso restrito ao consumo de dispositivos eletrificados à época. A demanda produtiva local foi atendida de forma ainda mais limitada, contando com alguns equipamentos de iluminação pública naquelas cidades em que existiam essas centrais termelétricas<sup>200</sup>.

Porém, ao mesmo tempo que houve crescimento do consumo de energia elétrica no Piauí, isso também ocorreu em todos os outros estados nordestinos. Trazendo os números dos dois vizinhos mais próximos ao Piauí no mesmo período, temos o Maranhão, que registrou um

---

<sup>199</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1970* (1970, p. 496).

<sup>200</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1970* (1970, p. 277).

consumo de 53.169 MWh (crescimento de 159,31%), e o Ceará, que consumiu 279.876 MWh (acréscimo de 154,12% no consumo de energia)<sup>201</sup>.

Elencamos também os dados do consumo de energia dos dois estados de maior destaque no Nordeste – Pernambuco, com 1.065.000 MWh, um aumento de 84,18% no consumo, e Bahia, com 857.080 MWh consumidos, 110,80% a mais do que os números de 1964. Isso revela um crescimento geral vertiginoso do consumo de eletricidade em toda a região Nordeste. Podemos identificar a ligação direta desse crescimento à ampliação da geração hidrelétrica e da rede de distribuição por toda a região<sup>202</sup>.

Seguindo em nosso inventário da estrutura de produção, distribuição e totais de consumo de eletricidade no Piauí, chegamos aos números de 1970, que constam no Anuário Estatístico do Brasil de 1971<sup>203</sup> e nos trazem os dados do consumo de energia do início da década, no primeiro ano de produção de energia em Boa Esperança.

Nesse caso, o Piauí registrou um total de consumo de 42.015 MWh de energia elétrica<sup>204</sup>, o que, de pronto, representou um aumento de 28,58% em relação ao consumo do ano anterior. Este pode ser considerado um aumento razoável, mas não tão robusto como o que se esperava com a substituição da geração das pequenas centrais termelétricas para a geração de uma grande hidrelétrica como a Usina de Boa Esperança. Certamente, o fator principal desse início relativamente tímido do consumo de eletricidade no Piauí foi a lenta ampliação da rede de distribuição elétrica.

Podemos associar esse lento crescimento do consumo à própria capacidade instalada de geração da UBE – que, como já mencionamos, passou os primeiros 20 anos após a inauguração operando com menos da metade de sua potência ativa disponível para distribuição aos consumidores do estado; somente em 1991 disponibilizou o total da capacidade de 237,3 MW<sup>205</sup> para abastecer o Piauí.

Em nossas reflexões, fica patente que esse atraso de duas décadas influenciou diretamente o frágil desenvolvimento econômico do estado, na medida em que a eletricidade chegava muito lentamente a todas as áreas povoadas do estado, ao mesmo tempo que a energia elétrica atuava apenas como fator gerador de um desenvolvimento local muito limitado. Estabeleceu-se somente a condição de consumo de mercadorias, em sua maioria não produzidas

---

<sup>201</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1970* (1970, p. 496).

<sup>202</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1970* (1970, p. 496).

<sup>203</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971).

<sup>204</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

<sup>205</sup> Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/BoaEsperanca.aspx/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

localmente, e que a partir de então passaram a se espalhar de maneira mais eficaz no território piauiense via circularidade comercial nacional ampliada.

Além da análise dos números da produção da UBE, e já percebendo indícios de associação dessa produção ao impulsionamento da circularidade econômica ampliada no Piauí, focalizamos os detalhes do consumo de energia em 1970 no estado. Identificamos o crescimento do consumo em todos os setores produtivos, constatando, de início, a continuidade da liderança em números absolutos do consumo “residencial” – representando pouco mais de um terço do total (16.427 MWh, incremento de 13,65% em relação a 1969). Logo, assim como no total geral de consumo do estado, o aumento do consumo não se mostrou tão grande em relação ao ano anterior<sup>206</sup>.

No entanto, chama-nos atenção o crescimento bem razoável (em torno de 40,41%) ao somarmos o consumo de todos os setores produtivos, que totalizou 25.588 MWh<sup>207</sup> neste primeiro ano de funcionamento da UBE. Sem dúvida, isso representa um resultado positivo importante de crescimento no abastecimento de eletricidade em todo o estado do Piauí, proporcionado pela hidrelétrica.

Temos ainda a especificação por setor nos números de 1970. Comparados aos dados de 1969, encontramos significativas mudanças: temos novamente o maior consumo nos “serviços públicos”, com 12.668 MWh (acrécimo de 17,76% em relação a 1969), seguido do setor “industrial”, que consumiu 5.186 MWh (75,61% a mais que em 1969), praticamente empatado em total absoluto com o setor “comercial”, com 5.163 MWh consumidos (29,01% a mais em relação a 1969) e, por fim, o setor “outros”, que registrou consumo de 2.571 MWh (acrécimo de 403,13% em relação a 1969)<sup>208</sup>.

Pontuamos que nossas análises do consumo de eletricidade no estado do Piauí seguirão, a partir daqui, em intervalos de cinco anos, a fim de verificarmos as proporções do crescimento absoluto e percentual a serem vistos gradativamente, à medida que a energia elétrica gerada na Usina de Boa Esperança se estendia a todas as áreas de consumo do estado – notadamente, nas áreas urbanas municipais, e, nesse caso, de forma pioneira e mais aprofundada, nas principais cidades com as maiores concentrações populacionais.

Seguimos ao ano de 1975, quando observamos os primeiros números mais significativos do aumento geral do consumo de energia elétrica no Piauí após a entrada em operação da UBE. O consumo geral do estado do Piauí foi de 103.971 MWh, o que representou um aumento

---

<sup>206</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

<sup>207</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

<sup>208</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

realmente significativo de 147,46% em comparação ao ano de 1970. O consumo do setor “residencial” foi 37.978 MWh (mais 131,19% em relação a 1970), que se manteve em torno de um terço do total geral, como ocorrido em 1970<sup>209</sup>. Em relação ao consumo por setores produtivos diretos, tivemos o consumo “comercial” de 26.993 MWh (acréscimo de 422,81% em relação a 1970), e o “industrial”, de 14.866 MWh (186,65% a mais em relação a 1970)<sup>210</sup>.

Sobre esses dois importantes setores econômicos de produção, comércio e indústria, dentro do conjunto produtivo piauiense, destacamos o gigantesco aumento do consumo de energia no setor comercial – que, ao ser mais que quintuplicado no curto intervalo de cinco anos (1970-1975), ultrapassou rapidamente o consumo da indústria: em 1975, o setor comercial consumiu quase o dobro de energia consumida pelo setor industrial. Isso demonstra a arrancada vertiginosa do setor comercial rumo à grande preponderância no cenário econômico local.

Outrossim, identificamos também uma associação entre esse grande aumento do consumo de energia no comércio com o próprio crescimento populacional piauiense nesse período nas áreas urbanas, que se colocaram em franco desenvolvimento à época – sobre isso, continuaremos nossa análise, logo à frente.

Nesse intervalo entre 1970 e 1975, vimos também um aumento, em números absolutos, de 253.335 piauienses no ano de 1975, com o total estimado nesse ano em 1.988.200 pessoas – o que representou um aumento percentual de 14,6% em relação ao total da população de 1970 (1.734.865 pessoas)<sup>211</sup>. Esses dados demográficos registrados pelo IBGE revelam, sem dúvidas, um forte indício de crescimento populacional, relacionado diretamente ao aumento do consumo comercial de energia elétrica – que, no caso, mais que quadruplicou em cinco anos – e também dos serviços, setores que lideravam dentro do quadro econômico piauiense.

Essa relação de causa e efeito é constatada à medida que se acelera o processo de urbanização, com a melhoria geral das condições básicas de vida de uma grande parcela da população – que, a partir de então, passa a acessar mais serviços públicos urbanos, como escolas, hospitais, iluminação pública, conjuntos habitacionais e suas infraestruturas conexas. Faz-se referência direta à virada na característica dominante da população piauiense, que marchava para a predominância urbana – a se confirmar no final dos anos 1980, como poderemos verificar mais à frente, ao concluirmos a análise da relação entre o aumento

---

<sup>209</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 460).

<sup>210</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 460).

<sup>211</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 41); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 83).

populacional e o aumento da circularidade econômica comercial no Piauí entre essas décadas de 1970 e 1980.

Ao mesmo tempo, percebemos que, quando os dispositivos públicos gerais se expandem, trazem junto o aumento do consumo de mercadorias e serviços oferecidos por empresas privadas de vários segmentos, especialmente identificadas no ascendente setor de comércio e serviços. Lembramos novamente que a base para essa ampliação econômica é a disponibilização local de eletricidade – neste caso, possibilitada por Boa Esperança – e a efetivação da rede de transportes, que interligou diversos municípios do interior do estado à capital Teresina como principal centro econômico – bem como a outras cidades medianas, como Parnaíba, Floriano e Picos, que atuam como importantes centros urbanos locais de atração populacional. Conseqüentemente, identifica-se a ligação entre a evolução de todos esses principais polos locais e suas efetivas conexões econômicas comerciais com os centros regionais e nacionais.

Entretanto, abrimos espaço para ponderar que, apesar de o setor industrial piauiense ter ficado bem distante dos números de consumo de eletricidade do setor comercial em 1975, percebemos um importante crescimento do consumo elétrico também na indústria – que quase duplicou no mesmo período de cinco anos, que marca o início da operação da UBE.

Quanto aos outros setores produtivos, tivemos uma alteração importante no tratamento e na divulgação dos dados registrados pelo IBGE, especificamente a mudança relativa ao setor “serviços públicos”, que, a partir de 1975, passou a ser incorporado ao setor denominado “outros” – que registrou um consumo total de 42.613 MWh naquele ano<sup>212</sup>.

Cabe ressaltar que, na denominação “outros”, estão excluídos os setores produtivos “comercial” e “industrial” – cujo quantitativo de consumo de eletricidade é sempre registrado separadamente, de forma exclusiva –, além do consumo do setor “rural”, que em 1975 passou, pela primeira vez, a ser registrado separadamente.

Com a mudança na apresentação dos dados – a aglutinação dos setores “serviços públicos” e “outros” –, a fim de entendermos as alterações ocorridas no consumo elétrico dos “serviços públicos” a partir de 1975 no Piauí, analisaremos as informações específicas do consumo de energia elétrica do setor “serviços públicos” somadas aos dados do setor “outros” nos cinco anos anteriores a 1975. Portanto, foram somados os totais gerais de consumo dos dois setores nos anos de 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974; com isso, calculamos o quantitativo parcial dos “serviços públicos” em cada um desses anos e, ao final, a média nesses cinco anos. Dessa

---

<sup>212</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 460).

forma, identificaremos a quantidade percentual específica dos “serviços públicos” dentro do total desses dois setores, somados neste período inicial, e, a partir daí, encontraremos a média percentual para efeito de cálculo aproximado do consumo de eletricidade somente do setor “serviços públicos” no período posterior, de 1975 a 1990 – quando o consumo do setor “serviços públicos” passou a ser embutido no setor “outros”.

Nesse sentido, partimos do ano de 1970 com o consumo de energia elétrica dos “serviços públicos” somado ao consumo da classificação genérica “outros”. Como já vimos, registrou-se o consumo de 12.668 MWh no setor “serviços públicos” e, no setor “outros”, de 2.571 MWh – perfazendo um consumo total de 15.239 MWh<sup>213</sup>. A participação percentual específica do setor “serviços públicos” foi de aproximadamente 83,15% do consumo de energia somado dos dois setores.

Seguindo aos dados dos demais anos, passamos para o ano de 1971, quando o setor “serviços públicos” consumiu 17.016 MWh, e o setor “outros”, 8.865 MWh – cuja soma totalizou 25.881MWh<sup>214</sup>. Temos que a participação percentual específica dos serviços públicos foi de aproximadamente 65,74% – sendo que este ano foi o único em que houve um decréscimo percentual nos dados dos “serviços públicos”, frente a um acréscimo percentual de “outros”, o que destoa dos dados dos demais anos. Isso pode ter ocorrido por ter sido registrado, nesse ano, o consumo de alguns “serviços públicos” junto ao do setor “outros”. No entanto, como não sabemos com certeza o motivo dessa oscilação, a mantivemos para efeito do cálculo da média final do percentual de participação dos “serviços públicos” no período dos cinco anos iniciais analisados.

Continuando, no ano de 1972, o consumo do setor “serviços públicos” foi de 23.304 MWh, e o do setor “outros”, 2.431 MWh; a soma registrou 25.735 MWh<sup>215</sup> consumidos – perfazendo um percentual específico dos “serviços públicos” de aproximadamente 90,55%. Em 1973, o setor “serviços públicos” consumiu 26.578 MWh, e o setor “outros”, 4.988 MWh – totalizando 31.566 MWh<sup>216</sup>. O percentual relativo aos “serviços públicos” foi de 84,19%.

Por fim, no ano de 1974, o setor de “serviços públicos” consumiu 34.288 MWh, e o setor “outros”, 6.775 MWh – gerando o total somado de 41.063 MWh<sup>217</sup>, portanto, um percentual específico dos “serviços públicos” de 83,50%. Reforçamos que 1974 foi o último

---

<sup>213</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1971* (1971, p. 504).

<sup>214</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1972*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972a, v. 33 (p. 506).

<sup>215</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1974*. Rio de Janeiro: IBGE, 1974a, v. 35 (p. 602).

<sup>216</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1974* (1974a, p. 602).

<sup>217</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1975* (1975a, p. 648).

ano em que encontramos as informações separadas sobre o consumo de energia elétrica dos setores “serviços públicos” e “outros” no Piauí, os quais passaram, a partir de 1975, a ser registrados na categoria única “outros”.

Assim, identificamos os percentuais de consumo de eletricidade do setor “serviços públicos” dentro do somatório com o setor “outros” – na sequência dos anos de 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974. A participação dos “serviços públicos” representou, respectivamente, os percentuais aproximados de 83,15%, 65,74%, 90,55%, 84,19% e 83,50% das somas totais registradas em cada um dos anos. Encontramos a média final desse período de cinco anos, de aproximadamente 81,43% da proporção percentual específica do setor “serviços públicos” – que, a partir de 1975, passou a ter seus dados computados dentro do setor “outros”. Nesse sentido, com essa média, definiremos os dados somente dos serviços públicos a partir de 1975 em diante, utilizando o percentual aproximado de 81,43% do peso exclusivo do setor “serviços públicos” dentro do setor “outros” nos cálculos seguintes.

Dessa forma, chegamos ao quantitativo do consumo de energia específico do setor “serviços públicos” em 1975, de 34.699 MWh (aproximadamente 173% a mais do que o consumo de 1970). Ressaltamos novamente que os números absolutos representam aproximadamente 81,43% do total de consumo do setor “outros”, que fora de 42.613 MWh<sup>218</sup> nesse ano.

Ao mesmo tempo que visualizamos a constância do peso maior do setor de “serviços públicos”, identificamos também os números sempre bem menores do consumo de energia referente ao setor “outros”, registrados separadamente nos anos anteriores a 1975 – e, nesse caso, naquele período anterior, ainda sem a adição dos dados dos “serviços públicos”.

Portanto, ao conferirmos em sequência os dados no intervalo entre 1970 e 1975, podemos concluir que ocorreu uma grande ampliação dos “serviços públicos” no Piauí ao identificarmos o enorme aumento no quantitativo absoluto do consumo de energia nesse setor, especificamente a partir de 1975 incluído na classificação “outros” – os quais passaram de um consumo de 15.259 MWh (somados os consumos de “serviços públicos” e “outros”), em 1970<sup>219</sup>, para 42.613 MWh em 1975<sup>220</sup> (já com os dados dos “serviços públicos” incluídos em “outros”). Assim, houve um acréscimo no consumo percentual entre esses dois totais – no caso, os dois com a somatória dos “serviços públicos” e “outros” –, consolidando-se um robusto aumento de aproximadamente 179%, apenas neste primeiro intervalo de seis anos.

---

<sup>218</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 460).

<sup>219</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

<sup>220</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 460).

Ao mesmo tempo, ao considerarmos os números absolutos de consumo de energia em 1975, vemos que o total do setor “outros” quase triplicou em relação ao registrado cinco anos antes. Reforçamos que esse enorme crescimento no consumo geral de eletricidade se processou em apenas seis anos, decorridos a partir do início do funcionamento da UBE.

Dessa forma, ao tomarmos novamente apenas os dados absolutos do consumo de energia específico do setor “serviços públicos”, vemos que, em 1970, o consumo foi de 12.668 MWh<sup>221</sup> e na sequência, em 1975, o consumo passou a 34.699 MWh<sup>222</sup>. Contata-se, portanto, que o uso de eletricidade especificamente pelo setor de “serviços públicos” também quase triplicou nesse mesmo intervalo de seis anos iniciais – o que certamente revela a grande expansão na instalação e disponibilização para o uso de equipamentos públicos no Piauí nesse período, como escolas, hospitais, iluminação pública e outros serviços públicos diversos de atendimento. Confirma-se, assim, a ampliação desses serviços como um dos principais avanços proporcionados pela Usina de Boa Esperança na estruturação socioeconômica local.

Outra novidade nos dados de consumo de energia elétrica de 1975 é o registro, pela primeira vez nessas séries estatísticas, do quantitativo específico do setor “rural”, que consumiu 1.711 MWh<sup>223</sup> de energia elétrica – consumo irrisório, haja vista o tamanho e a importância que as áreas rurais sempre tiveram no território piauiense. A baixa eletrificação rural revelou-se precisamente no pouco avanço de modernização do setor produtivo agropecuário e, por conseguinte, no baixo aproveitamento dos serviços que se expandiam nas zonas urbanas – aos quais a zona rural praticamente não tinha acesso.

Assim, mesmo observando o descompasso entre o desenvolvimento geral dos setores econômicos produtivos piauienses, os espaços urbanos avançavam rumo a certa modernização com a dominância local dos serviços – sobretudo comércio e serviços públicos – e um fraco avanço da indústria. Identificamos o início de uma alteração na localização da população piauiense exatamente a partir deste período; essa mudança ocorreu a partir da aceleração do processo progressivo de deslocamento da população rural para as áreas urbanas do estado, onde se concentrava a quase totalidade das mudanças estruturais mais significativas.

Em relação a esse processo de reordenamento socioeconômico do território piauiense, que repercutiu em alterações significativas nas condições de vida da população, trazemos neste ponto um pouco mais das características populacionais do Piauí no período, entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980. Para tanto, esclarecemos que, segundo o Censo

---

<sup>221</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

<sup>222</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 460).

<sup>223</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 460).

Demográfico de 1980, a maioria da população piauiense (58%) ainda estava localizada nos espaços do campo – um contingente, naquele ano, de 1.241.384 pessoas. Por outro lado, já havia 42% dos piauienses – ou 897.812 habitantes – na população urbana, perfazendo um total de 2.139.196 habitantes. Esse número representava o sexto maior contingente populacional da região Nordeste, porém ainda com uma população majoritariamente rural<sup>224</sup> (conforme a tabela 10, à página 180).

Essa característica geral de distribuição da população piauiense, que até o início dos anos 1980 ainda era majoritariamente rural, também nos revela, com destaque, certa lentidão do processo de urbanização do estado, mesmo depois de dez anos de implantação geral da eletricidade gerada e distribuída a partir da UBE.

A reflexão crítica acerca da morosidade na virada para a urbanização piauiense – e, por conseguinte, para o predomínio da população urbana sobre a população rural do estado – é mais pertinente ao associarmos às informações mencionadas dados sobre a população brasileira, já amplamente urbana: em 1980, 67,59% da população (um contingente de 80.436.409 pessoas) viviam na cidade, e apenas 32,40% (38.566.297 habitantes) permaneciam no campo. Esse atraso na virada para a urbanização era percebido desde 1970, quando a população urbana brasileira já era maioria (55,92%, 52.084.984 pessoas) sobre a população rural (44,07%, 41.054.053 pessoas).

Os dados revelam que a virada para a predominância da população urbana no Brasil havia se definido mesmo antes, já no final dos anos 1960, num cenário bem diferente do estado do Piauí – cuja população rural, ao longo de todo o período entre o fim dos anos 1960 e toda a década de 1970, ainda predominava. Esses dados sobre a população brasileira podem ser verificados na tabela 9, a seguir:

Tabela 9 – População residente, por situação do domicílio e por sexo (1940-1996)

Anos	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976

<sup>224</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – Piauí* (1982d, p. 2).

Anos	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
2000	83.576.015	86.223.155	66.882.993	71.070.966	16.693.022	15.152.189
2010	93.406.990	97.348.809	77.710.179	83.215.625	15.696.811	14.133.184

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados históricos dos censos demográficos*. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.

As diversas condições problemáticas a que a população piauiense foi submetida – especialmente a constituição histórica da retrógrada ruralização secular do Piauí, associada à forma deficitária como foi processada sua urbanização recente – contribuíram decisivamente para que, no início dos anos 1980, o estado continuasse nas últimas colocações dos índices socioeconômicos da região Nordeste. O Piauí esteve à frente somente do estado do Maranhão, que, entre os nove estados nordestinos, contava com uma proporção imensa de sua população localizada na zona rural – cerca de 68,59% do total, ou 2.741.248 de pessoas em 1980 – em relação à quantidade de sua população urbana – de apenas 31,40% do total, ou 1.255.156 de pessoas –, perfazendo um total geral de 3.996.404 de habitantes no estado do Maranhão<sup>225</sup> – conforme a tabela 10, à página 180.

Aproveitamos esse momento para complementar os dados de localização rural e urbana da população da região Nordeste, com a finalidade de visualizar de forma mais completa o quadro geral de disposição social da população nordestina, ao mesmo tempo que procedemos às análises comparativas gerais e específicas do estado do Piauí. Portanto, trazemos nos parágrafos à frente, de forma acessória e para efeitos comparativos, os dados populacionais dos demais estados nordestinos e também do Brasil geral.

Prosseguimos com as seguintes informações:

- 1) Alagoas, com 50,74% de população rural (1.006.055 pessoas) e 49,25% de população urbana (976.536 pessoas), totalizava 1.982.591 habitantes<sup>226</sup>;

<sup>225</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Maranhão. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 7. Rio de Janeiro: IBGE, 1982c (p. 2).*

<sup>226</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais - Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Alagoas. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1982i (p. 2).*

- 2) Bahia, com 50,70% de população rural (4.794.042 pessoas) e 49,29% de população urbana (4.660.304 pessoas), totalizava 9.454.346 pessoas<sup>227</sup>.

Completamos esse bloco dos quatro primeiros estados anteriormente citados, Maranhão, Piauí, Alagoas e Bahia – os quatro estados nordestinos que, em 1980, ainda tinham uma população rural maior que a sua população urbana. Conforme os dados registrados, os estados de Alagoas e Bahia estavam já num ponto final de virada da predominância da população urbana sobre a rural, enquanto Piauí e principalmente o Maranhão ainda precisariam de mais tempo para que essa mudança demográfica ocorresse (vide tabela 10, à página 180).

Seguimos apresentando os dados populacionais de 1980 dos cinco demais estados do Nordeste, que, ao contrário dos quatro já citados, tinham uma configuração demográfica bem diferente, alguns com o processo de transformação socioeconômica já bem avançado, em que as suas populações urbanas superavam em quantidade suas populações rurais.

Sobre esses demais estados, vejamos:

- 1) Pernambuco, com 61,59% de população urbana (3.783.264 pessoas) e 38,40% de população rural (2.358.729 pessoas), totalizava 6.141.993 habitantes<sup>228</sup>;
- 2) Ceará, com 53,14% de população urbana (2.810.351 pessoas) e 46,85% de população rural (2.477.902 pessoas), totalizava 5.288.253 habitantes<sup>229</sup>;
- 3) Paraíba, com 52,30% de população urbana (1.449.004 pessoas) e 47,69% de população rural (1.321.172 pessoas), totalizava 2.770.176 pessoas<sup>230</sup>;
- 4) Rio Grande do Norte, com 58,74% de população urbana (1.115.158 pessoas) e 41,25% de população rural (783.014 pessoas), totalizava 1.898.172 pessoas<sup>231</sup>;

<sup>227</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais - Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Bahia. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 15. Rio de Janeiro: IBGE, 1982k (p. 2).*

<sup>228</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais- Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Pernambuco – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 12. Rio de Janeiro: IBGE, 1982h (p. 2).*

<sup>229</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais- Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Ceará – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1982e (p. 2).*

<sup>230</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais- Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Paraíba – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 11. Rio de Janeiro: IBGE, 1982g (p. 2).*

<sup>231</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais- Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Rio Grande do Norte – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 10. Rio de Janeiro: IBGE, 1982f (p. 2).*

- 5) Sergipe<sup>232</sup>, com 54,18% de população urbana (617.796 pessoas) e 45,81% de população rural (522.325 pessoas), totalizando 1.140.121 pessoas.

Acrescentamos, por fim, os dados populacionais gerais do Brasil em 1980, que tinha 67,59% de população urbana (80.436.409 pessoas) e 32,40% de população rural (38.566.297 pessoas), e totalizava 119.002.706 habitantes em todo o território nacional<sup>233</sup>. Isso certamente demonstra um quadro geral de aceleração da urbanização, potencializada sobretudo nas áreas do Centro-Sul do país, cuja dinâmica econômica produtiva era mais desenvolvida.

Vejamos, na tabela 10, a distribuição da população rural e urbana dos estados do Nordeste e do Brasil em 1980:

Tabela 10 – Populações totais, urbanas e rurais, dos estados do Nordeste e do Brasil (1980)

Unidades federativas	População urbana (nº)	População urbana (%)	População rural (nº)	População rural (%)	População total
Maranhão	1.255.156	31,40%	2.741.248	68,59%	3.996.404
Piauí	897.812	42%	1.241.384	58%	2.139.196
Alagoas	976.536	49,24%	1.006.055	50,74%	1.982.591
Bahia	4.660.304	49,29%	4.794.042	50,70%	9.454.346
Paraíba	1.449.004	52,30%	1.321.172	47,69%	2.770.176
Ceará	2.810.351	53,14%	2.477.902	46,85%	5.288.253
Sergipe	617.796	54,18%	522.325	45,81%	1.140.121
Rio Grande do Norte	1.115.158	58,74%	783.014	41,25%	1.898.172
Pernambuco	3.783.264	61,59%	2.358.729	38,40%	6.141.993
<b>Brasil</b>	<b>80.436.409</b>	<b>67,59%</b>	<b>38.566.297</b>	<b>32,40%</b>	<b>119.002.706</b>

Fonte: elaborada pelo autor, com dados do Censo Demográfico de 1980 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1983b).

Na sequência de nossa análise geral, prosseguimos com os dados do consumo de energia elétrica no Piauí relativos ao ano de 1980. Iniciamos com o consumo geral de energia no estado, de 313 GWh (acrécimo de 152,41% em relação a 1975). Na sequência, temos o consumo “residencial”, que atingiu o total de 106 GWh<sup>234</sup> (179,68% a mais que em 1975).

<sup>232</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Sergipe – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 14.* Rio de Janeiro: IBGE, 1982j (p. 2)

<sup>233</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – Brasil* (1983b, p. 2).

<sup>234</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1981* (1981, p. 445).

Esclarecemos aqui que, a partir de 1980, a unidade referencial de registro de consumo de energia elétrica utilizada pelo IBGE passou de Megawatt/hora (MWh), usada nos anos anteriores, para Gigawatt/hora (GWh), o que se explica pela questão técnica da quantidade superior de consumo de eletricidade – que, no Piauí, alcançou um patamar considerável pela primeira vez, coincidindo com o uso, a partir de 1980, da unidade referencial Gigawatt/hora (GWh).

Com a intenção de unirmos o entendimento técnico das unidades de medida de eletricidade à compreensão desses dados nas análises em curso, registramos essa passagem do uso de dados, que até então eram apontados em números mais fracionados, indicados numericamente em milésimos referentes à medida Megawatt/hora – e que, a partir de 1980, foram abreviados em centésimos referenciados na medida Gigawatt/hora (GWh). Devido à demanda do IBGE, de sistematizar dados sobre consumo de eletricidade cada vez maiores, foi necessário fazer a mudança do registro – que não acarreta prejuízos à integridade das informações, apenas se utiliza de um recurso técnico-matemático para melhorar a apresentação dos relatórios.

Feito esse importante esclarecimento, prosseguimos com as informações constantes no inventário de consumo de eletricidade no estado do Piauí no ano de 1980. Iniciamos com os dados do setor “comercial”, que consumiu o total de 57 GWh (111,89% a mais em relação a 1975); o consumo do setor “industrial” alcançou 52 GWh (acréscimo de 251,35% em relação a 1975); o setor “rural” consumiu naquele ano o total de 7 GWh (311,76% a mais em relação ao ano de 1975)<sup>235</sup>.

Verifica-se, por fim, a informação referente ao setor “outros”, que registrou um consumo de 91 GWh<sup>236</sup> em 1980. Nesse caso, no intuito de identificarmos o quantitativo de consumo específico dos “serviços públicos” dentro da denominação genérica “outros”, recorreremos à observação dos dados de consumo do setor de “serviços públicos” somados à denominação “outros” no período de 1970 a 1974. Assim, a partir da visualização desses dados em questão, pudemos verificar a proporção média de consumo dos “serviços públicos” em torno de aproximadamente 81,43% dos totais de consumo junto à denominação “outros”. Por essa razão, ao calcularmos esse quantitativo médio específico dos “serviços públicos” no Piauí em torno de 81,43% dentro do total da denominação “outros” – cujo consumo foi de 91 GWh em 1980 –, chegamos ao consumo isolado do setor de “serviços públicos”, que foi de aproximadamente 74 GWh (cerca de 113% superior em relação ao consumo de 1975).

---

<sup>235</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1981* (1981, p. 445).

<sup>236</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1981* (1981, p. 445).

Ressaltamos que somente com o avanço mais efetivo da eletrificação ampla do estado é que o setor de “serviços públicos” passou a representar, de modo definitivo, um ramo importantíssimo nessa engrenagem produtiva piauiense – no caso, aqui, focalizamos o processo de estruturação geral a partir da ótica estratégica do consumo de eletricidade como vetor central do funcionamento da produção econômica e, por conseguinte, da promoção do desenvolvimento econômico e social de todo e qualquer território.

No entanto, o mais relevante na análise das especificidades da estruturação produtiva do Piauí, no início da década de 1980, é que, ao totalizarmos os consumos de energia do setor “serviços públicos” juntamente com a categoria “outros” – importantes setores econômicos produtivos destacados do “comércio” e da “indústria” –, temos que os “serviços públicos” representam, individualmente, em torno de 40% desse somatório total específico em 1980.

Sobre isso, voltemos especificamente aos números anteriores, dos anos de 1970 e 1975, a fim de verificar essa proporção do consumo de eletricidade dos “serviços públicos” dentro do somatório com os setores produtivos relevantes do “comércio” e da “indústria”. Assim, em 1970, os “serviços públicos” responderam por cerca de 55% do total do somatório de consumo de energia dos principais setores produtivos; em 1975, os “serviços públicos” seguem com um percentual proporcional de 45% do total de consumo.

Portanto, temos no intervalo de dez anos (entre 1970 e 1980), dentro do total de consumo de eletricidade entre os setores de produção econômica mais relevantes, uma média aproximada de 46% atribuída somente ao setor “serviços públicos”, quantitativo muito próximo da metade de toda a energia elétrica utilizada na produção econômica direta no Piauí.

Cabe aqui um esclarecimento de que excluímos, no cálculo central dos consumos de eletricidade dos setores produtivos diretos, o consumo do setor “residencial” – que, em nossa análise, consideramos um ramo de participação mais indireta na cadeia econômica produtiva. Contudo, reforçamos a constatação de que o consumo de eletricidade no setor “residencial” mais que quintuplicou nesse período – passando de 16 GWh em 1970<sup>237</sup> para 106 GWh em 1980<sup>238</sup>, ou seja, um crescimento de 562,5% em dez anos. Acrescentamos ainda nesses dados os números totais de consumo de eletricidade do estado como um todo – que, em 1970, foi de 42 GWh<sup>239</sup> e, em 1980, saltou para 313 GWh<sup>240</sup>, um aumento significativo de 645,23%.

---

<sup>237</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

<sup>238</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1981* (1981, p. 445).

<sup>239</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

<sup>240</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1981* (1981, p. 445).

Esse aumento vertiginoso é, sem dúvidas, um forte indicativo da relação direta entre o crescimento do consumo da eletricidade e a acelerada urbanização do estado do Piauí nesse período, associada ao crescimento populacional piauiense ao longo da década – que, em números absolutos, teve um acréscimo de 470.202 pessoas<sup>241</sup>, um aumento de 28,17%. Ao mesmo tempo que aumentava, uma considerável parcela dessa população piauiense se movimentava progressivamente do campo para as cidades. Lembramos que a energia elétrica foi predominantemente ofertada nas sedes dos municípios piauienses, os quais foram se estruturando e se expandindo entre as décadas de 1970 e 1980.

Entretanto, além dos dados populacionais atrelados aos números de consumo “residencial” de energia elétrica no período, retomamos o que já havíamos pontuado anteriormente, ao considerarmos como mais relevantes, do ponto de vista da produção econômica direta, os setores “comercial”, “industrial” e os “serviços públicos” – exatamente por exercerem uma participação mais efetiva na cadeia econômica produtiva. Esclarecemos, por fim, a não utilização dos números do setor “rural” por serem mais incipientes que os demais.

Além da análise do peso percentual do consumo de energia dos “serviços públicos” dentro da produção econômica piauiense, destacamos os dados absolutos, que revelam o vertiginoso crescimento do consumo de eletricidade do setor ao longo dos dez primeiros anos de funcionamento da UBE – que saltou de 12,6 GWh, em 1970, para aproximadamente 74 GWh em 1980, ou seja, quase seis vezes o quantitativo inicial.

Esse aumento significativo no consumo de eletricidade do setor de “serviços públicos” representa um relevante avanço na modernização geral da infraestrutura do estado do Piauí, com a disponibilização de equipamentos públicos como escolas, hospitais e postos de saúde, escritórios de órgãos públicos municipais, estaduais e federais diversos – em sua imensa maioria urbanos. Por meio desses serviços, proporcionou-se relativo desenvolvimento ao Piauí, ainda que bastante limitado – mas sem dúvidas muito importante para um avanço significativo em relação ao crônico atraso do estado.

Em relação a alguns dados específicos de crescimento dos serviços públicos, especificamente na educação e na saúde, traremos logo mais os registros quantitativos do IBGE sobre a evolução dos atendimentos disponibilizados, as principais estruturas montadas, o pessoal empregado e os resultados qualitativos alcançados, para melhor analisarmos a transformação ocorrida nos equipamentos públicos ao longo do período estudado.

---

<sup>241</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – Piauí (1972b)*; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – Piauí (1982d, p. 2)*.

Continuamos a apresentar os dados de consumo de eletricidade no Piauí na década de 1980. Dessa vez, identificamos no ano de 1985 um consumo total registrado de 479 GWh (aumento de 53,03% em relação a 1980), o que representa, portanto, um aumento geral absoluto de 166 GWh em relação aos 313 GWh consumidos cinco anos antes<sup>242</sup>.

O consumo do setor “residencial” em 1985 foi de 175 GWh (acrécimo de 65,09% em relação a 1980), equivalente ao aumento absoluto de 69 GWh em relação aos 106 GWh de 1980<sup>243</sup>. Quanto aos segmentos mais diretamente engajados na produção econômica, o setor “comercial” registrou um consumo de 83 GWh, frente aos 57 GWh anteriores, o que representa um aumento absoluto de 26 GWh – ou seja, 45,61% a mais que em 1980 –; o setor “industrial”, que havia registrado consumo de 52 GWh cinco anos antes, passou a consumir 64 GWh, o equivalente a um aumento absoluto de 12 GWh (23,07% a mais).

O setor “serviços públicos”, dentro daquela proporção média calculada anteriormente (de 81,43% dentro do quantitativo da denominação “outros”), teve um consumo absoluto aproximado de 114 GWh, que representou aproximadamente 54% mais que o consumo de 1980, estimado em 74 GWh<sup>244</sup>.

Prosseguindo com as informações sobre o consumo de energia em 1985, registramos os dados de consumo dos demais setores – no caso, o setor “outros”, com um total de energia consumida de 140 GWh, que equivale a um aumento absoluto de 49 GWh e, percentualmente, um aumento de 53,84% em relação aos números de 1980. Ratificamos que, nessa denominação genérica, está incluído o setor “serviços públicos”. Por fim, o setor “rural” passou a 17 GWh em comparação ao consumo de 7 GWh de energia, de cinco anos antes – o equivalente a um aumento absoluto de 10 GWh e um aumento percentual de 142,85% em relação aos cinco anos anteriores<sup>245</sup>.

Para fecharmos essa sequência de apresentação e análise de dados quinquenais de consumo de energia elétrica no Piauí por setores econômicos, chegamos aos quantitativos do ano de 1990. Com isso, a intenção é compor um quadro analítico do avanço progressivo da distribuição da eletricidade da UBE ao longo das décadas de 1970 e 1980, a partir do destaque dos índices de consumo dessa eletricidade pelos setores econômicos locais.

Dessa forma, sobre o consumo de eletricidade no Piauí no ano de 1990, iniciamos com o total geral registrado em 754 GWh, ou seja, em números absolutos, foram consumidos 275

---

<sup>242</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1986*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987, v. 47 (p. 376).

<sup>243</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1986*. 2. ed. (1987, p. 376).

<sup>244</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1986*. 2. ed. (1987, p. 376).

<sup>245</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1986*. 2. ed. (1987, p. 376).

GWh de energia a mais do que no ano de 1985 – aumento cuja proporção percentual foi de 57,41%<sup>246</sup>. Já no setor “residencial”, o consumo total absoluto foi de 323 GWh, equivalente a um aumento absoluto de 148 GWh e um aumento percentual de 84,57%, em relação a cinco anos antes<sup>247</sup>.

O setor “comercial” consumiu 119 GWh, ou seja, 36 GWh a mais do que o registrado em 1985, equivalente a um aumento percentual de 43,37%. O setor “industrial” consumiu 95 GWh de energia, um aumento absoluto de 31 GWh, o que representou um crescimento percentual de 48,43%. No setor “serviços públicos”, temos a partir da média calculada de consumo o total absoluto de 176,7 GWh, o que representou um aumento do consumo absoluto de cerca de 62,7 GWh; o aumento percentual aproximado foi de 55%. O setor “outros” consumiu o total de 217 GWh de energia; logo, teve um aumento absoluto de 77 GWh de consumo, percentualmente 55% maior que o de cinco anos antes. Finalmente, o setor “rural” teve em 1990 um consumo de energia elétrica de 33 GWh, que representou um aumento absoluto de 16 GWh – aproximadamente 94,11% a mais do que o registrado cinco anos antes<sup>248</sup>.

Ao finalizarmos a apresentação dos dados sobre consumo de eletricidade, expostos em intervalos quinquenais entre os anos de 1970 e 1980, e de mais algumas análises desses mesmos dados periódicos, podemos compreender um pouco de como se deu o processo de distribuição da eletricidade gerada na UBE para todo o estado do Piauí. Por meio desse panorama, podemos avaliar algumas características importantes do desenvolvimento econômico produtivo piauiense. Para isso, trazemos a tabela 11, a seguir, que reúne os dados gerais sobre a evolução do consumo de energia elétrica no Piauí entre os anos 1970 e 1990.

Tabela 11 – Evolução do consumo de energia no Piauí (1970-1990)

Setores	1970 (GWh)	1990 (GWh)	Aumento absoluto	Aumento percentual
Residencial	16 GWh	323 GWh	307 GWh	1.918,75%
Comercial	5 GWh	119 GWh	114 GWh	2.280%
Industrial	5 GWh	95 GWh	90 GWh	1.800%
Serviços públicos	12 GWh	176,7 GWh	164,7 GWh	1.372,5%
Rural	1,7 GWh	33 GWh	31,3 GWh	1.841,17%
Outros	2,5 GWh	217 GWh	214,5 GWh	8.580%
<b>Total geral</b>	<b>42 GWh</b>	<b>754 GWh</b>	<b>712 GWh</b>	<b>1.695,23%</b>

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados dos anos de 1970 e 1990, contidos nos Anuários Estatísticos do IBGE de 1971 e 1991 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1971, 1991).

<sup>246</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991, p. p. 644-645).

<sup>247</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991, p. p. 644-645).

<sup>248</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991, p. p. 644-645).

Nesse sentido, temos entre os anos de 1970 e 1990 um recorte interpretativo do cenário inicial de 20 anos de funcionamento da UBE. Assim, visualizamos o ponto de partida no ano inicial da geração e do consumo da energia elétrica da UBE (1970), quando o total geral consumido foi de 42 GWh<sup>249</sup>; em 1990, registrou-se o consumo de 754 MWh<sup>250</sup> – o que representa um aumento de 712 GWh em números absolutos e um percentual de crescimento de cerca de 1.695,23% em relação à energia consumida 20 anos antes.

Percebemos claramente que esse salto no consumo geral de eletricidade no Piauí ocorreu devido ao quase desabastecimento total que havia no estado antes do funcionamento de Boa Esperança. Inclui-se nesse atraso estrutural a inexistência também quase absoluta de redes de distribuição de energia dentro das cidades e entre elas. Essa grave carência só foi sanada após a construção da hidrelétrica e o estabelecimento da rede de transmissão da energia nela gerada; logo, com a construção de toda essa infraestrutura, foi possível impulsionar a economia e a produção local de modo vertiginoso nesses 20 anos.

Considerando o consumo de eletricidade por setores no Piauí, entre 1970 e 1990, temos que o setor “residencial” consumiu 16 GWh<sup>251</sup> em 1970 e 323 GWh em 1990<sup>252</sup> – o crescimento absoluto foi de 307 GWh, que representou um aumento percentual de 1.918,75% nesse período. O aumento gigantesco do consumo residencial de eletricidade no Piauí nesse intervalo confirma definitivamente a relação direta entre o papel central dessa infraestrutura elétrica no crescimento econômico do estado e o crescimento populacional nesse mesmo período – a população teve um acréscimo de 847.272 pessoas (48,83%)<sup>253</sup>, que se dirigiram sobretudo às áreas urbanas.

Confirma-se a correlação entre o aumento no consumo de eletricidade e o crescimento populacional, e identifica-se uma definitiva predominância da população urbana em relação à população rural, conclusão a que se chega a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991, que retrata finalmente o Piauí com uma população urbana de 1.367.184 pessoas (52,94%) e uma população rural de 1.214.953 pessoas (47,05%), totalizando 2.582.137 piauienses<sup>254</sup>.

---

<sup>249</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1971* (1971, p. 504).

<sup>250</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991*. (1991, p. 644-645).

<sup>251</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1971* (1971, p. 504).

<sup>252</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991, p. 644-645).

<sup>253</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991, p. 41); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1991 – Piauí* (1994b, p. 23).

<sup>254</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1991 – Piauí* (1994b, p. 23).

Passando à análise do consumo de eletricidade nos setores de produção econômica direta, o setor “comercial” teve um consumo de 5 GWh<sup>255</sup> em 1970 e de 119 GWh em 1990<sup>256</sup>; o aumento absoluto de 114 GWh nesses 20 anos foi equivalente a um percentual de 2.280%. Destacou-se no setor “comercial” o ramo do comércio varejista, predominantemente de médio e pequeno porte, com oferta diversa de alimentos, confecções e, especialmente, o de eletroeletrônicos, que crescia fortemente com a oferta ascendente de eletricidade.

O setor “industrial” consumiu 5 GWh em 1970<sup>257</sup> e 95 GWh em 1990<sup>258</sup>, cujo aumento absoluto foi de 90 GWh, o que representou um crescimento percentual de 1.800%. Nesse período, destacaram-se entre as indústrias o ramo de minerais não metálicos – com predomínio de pequenos estabelecimentos com características familiares, especialmente pequenas olarias que fabricavam tijolos e telhas – e as indústrias têxteis e de confecções – também pequenas e familiares. Configurou-se uma marcante limitação ao crescimento industrial piauiense, que não conseguia se diversificar, muito menos privilegiar ramos com maior valor agregado – estes que, a exemplo do setor químico, experimentaram na verdade um decréscimo produtivo no período analisado.

Para ilustrarmos melhor as análises acerca das especificidades econômico-produtivas piauienses, traremos mais à frente alguns dados sobre quantidade de estabelecimentos, valores de produção, pessoal empregado e valores de salários pagos, juntamente com algumas reflexões importantes produzidas por economistas piauienses sobre esses dados da economia do estado nessa época.

O setor de “serviços públicos” passou de um consumo energético de 12 GWh em 1970<sup>259</sup> para 176,7 GWh em 1990<sup>260</sup>, um crescimento absoluto de aproximadamente 164,7 GWh, o que representa, em termos percentuais, um aumento de aproximadamente 1.372,5%. Neste setor em específico, houve predominância dos serviços públicos de saúde e educação, que passaram por um processo de grande expansão entre as décadas de 1970 e 1980. A esse respeito, traremos alguns dados e análises sobre o crescimento desses dois principais subsetores. A oferta de

<sup>255</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1971* (1971. p. 504).

<sup>256</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991 p. p. 644-645).

<sup>257</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1971* (1971. p. 504).

<sup>258</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991, p. 644-645).

<sup>259</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1971* (1971. p. 504).

<sup>260</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991, p. p. 644-645). (Obs.: o valor final absoluto em GWh, em 1991, foi baseado no cálculo referencial das médias de consumo do setor “serviços públicos” somado ao setor “outros” entre os anos de 1970 e 1974, em que se obteve a média percentual final de 81,43%, calculada no intervalo dos cinco anos iniciais do período total de 20 anos estudados neste texto. Alcançou-se a projeção desse percentual de 81,43% para o período seguinte, de 1975 a 1990, em que os dados dos “serviços públicos” passaram a ser embutidos nos dados do setor “outros”, conforme já explicado aqui no texto).

equipamentos públicos segue crescendo ao longo da década de 1990, em decorrência da estruturação geral de outros órgãos públicos diversos das esferas municipal, estadual e federal nas principais cidades do Piauí.

O setor “rural”, registrado somente a partir de 1975, tem, portanto, um período de análise de somente 15 anos (entre 1975 e 1990) – e inicia seu registro de dados específicos com um consumo de apenas 1,7 GWh<sup>261</sup> em 1975, atingindo em 1990 o total de 33 GWh<sup>262</sup> – um crescimento absoluto de 31,3 GWh, equivalente a 1.841,17%.

É necessário repontuarmos que o prazo de 20 anos recortado como amostra em nossas análises do consumo de energia elétrica no Piauí coincide com o prazo de finalização da Usina de Boa Esperança, no ano de 1991. A longa demora na conclusão da UBE e da infraestrutura ligada a ela, a exemplo das redes gerais de distribuição de energia, certamente trouxe consequências diretas para a definição de um desenvolvimento econômico produtivo deficitário do Piauí.

Ao mesmo tempo, enfatizamos que esse período de 20 anos é considerável para vermos uma esperada evolução no consumo geral de eletricidade. A esse respeito, acrescentamos a reflexão crítica em torno da comparação dos números gerais de consumo de eletricidade entre todos os nove estados do Nordeste no mesmo período. Partimos, portanto, do ano de 1970, quando o estado do Piauí se encontrava na última posição, com um total de consumo energético de 42 GWh<sup>263</sup>; esse quantitativo era bem distante dos demais estados, conforme a tabela 12:

Tabela 12 – Comparação do consumo geral de eletricidade entre os estados do NE (1970-1990)

Estados	1970 (GWh)	1990 (GWh)	Aumento absoluto	Aumento percentual
Piauí	42 GWh	764 GWh	712 GWh	1.695%
Maranhão	61 GWh	5.629 GWh	5.568 GWh	9.127%
Rio Grande do Norte	108 GWh	1.442 GWh	1.334 GWh	1.235%
Sergipe	118 GWh	1.283 GWh	1.165 GWh	987%
Alagoas	168 GWh	2.345 GWh	2.177 GWh	1.295%
Paraíba	220 GWh	1.382 GWh	1.162 GWh	528%
Ceará	334 GWh	2.941 GWh	2.607 GWh	780%
Bahia	1.085 GWh	10.602 GWh	9.537 GWh	895%
Pernambuco	1.185 GWh	4.929 GWh	3.744 GWh	315%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados dos anos de 1970 e 1990, contidos nos Anuários Estatísticos do IBGE de 1971 e 1991 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1971, 1991).

<sup>261</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976* (1976, p. 460).

<sup>262</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1991* (1991, p. p. 644-645).

<sup>263</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504).

Para termos uma ideia geral desse distanciamento, logo depois do Piauí, o estado mais próximo em consumo de eletricidade foi o Maranhão, que registrou o total de 61 GWh<sup>264</sup> no mesmo ano de 1970 – ou seja, o estado vizinho, que figurava somente na oitava posição no *ranking* de consumo energético no Nordeste, consumiu em números absolutos 19 GWh a mais (46%) do que o Piauí.

Em relação ao consumo de eletricidade dos sete demais estados nordestinos, acrescentamos que todos ultrapassaram em muito o Maranhão e, por conseguinte, o Piauí – conforme dados relacionados a seguir, do maior para o menor: Pernambuco (1.185 GWh), Bahia (1.085 GWh), Ceará (334 GWh), Paraíba (220 GWh), Alagoas (168 GWh), Sergipe (118 GWh), Rio Grande do Norte (108 GWh)<sup>265</sup>.

Diante dos dados de consumo geral de eletricidade no Nordeste em 1970, constatamos que todos os estados registraram números maiores que o Piauí. Apenas como amostra, dentre os sete com maior consumo, o Rio Grande do Norte, listado na sétima posição, consumiu 108 GWh, ou seja, 157% a mais que o total piauiense. Isso nos mostra claramente o distanciamento entre o Piauí e todos os demais estados nordestinos.

Cabe aqui, como reflexão sobre a relação entre o consumo de eletricidade e a composição populacional, lembrarmos a comparação das populações totais dos nove estados do Nordeste no ano de 1980 (na tabela 10, à página 180) – quando identificamos que a população piauiense era a sexta maior da região, com 2.139.196 habitantes<sup>266</sup>, bem maior, portanto, que a dos estados de Alagoas (em sétimo lugar, com 1.982.591 habitantes)<sup>267</sup>, do Rio Grande do Norte (em oitavo, com 1.898.172 pessoas)<sup>268</sup> e de Sergipe (em nono lugar, com 1.140.121 habitantes)<sup>269</sup>. Se compararmos o Piauí somente com Sergipe, que tinha pouco mais da metade da população piauiense, veremos que o estado menos populoso consumiu quase três vezes mais eletricidade que o Piauí.

Essa disparidade revela um enorme prejuízo e o abismo que se mantinha entre a população piauiense e o usufruto de uma infraestrutura que lhe pudesse garantir melhor qualidade de vida. Nesse ponto específico, consideramos que se trata de uma relação direta entre as limitações no consumo de eletricidade e a lentidão na estruturação elétrica do Piauí –

---

<sup>264</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971. p. 504).

<sup>265</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971. p. 504).

<sup>266</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – Piauí* (1982d, p. 2).

<sup>267</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – Alagoas* (1982i, p. 2).

<sup>268</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – Rio Grande do Norte* (1982f, p. 2).

<sup>269</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – Sergipe* (1982j, p. 2).

problema evidenciado sobretudo pelo atraso de 20 anos na finalização da UBE, que só operou com sua capacidade total em 1991.

Fechando as informações pertinentes à composição do quadro comparativo do consumo de eletricidade de todos os estados do Nordeste nesses 20 anos (1970-1990), temos a seguir os totais de consumo no ano de 1990 por estado, em ordem do maior para o menor: Bahia (10.602 GWh), Maranhão (5.629 GWh), Pernambuco (4.929 GWh), Ceará (2.941 GWh), Alagoas (2.345 GWh), Rio Grande do Norte (1.442 GWh), Paraíba (1.382 GWh), Sergipe (1.283 GWh) e, novamente em último lugar, bem distante dos demais, encontra-se o Piauí, com 764 GWh de energia consumidos em 1990.

Para melhor avaliarmos as proporções crescentes dos números gerais, passamos a confrontar os dados de 1970 e de 1990 a fim de identificar o aumento absoluto no consumo de eletricidade nesses 20 anos. Ordenamos do maior para o menor aumento absoluto: Bahia (9.537 GWh), Maranhão (5.568 GWh), Pernambuco (3.744 GWh), Ceará (2.607 GWh), Alagoas (2.177 GWh), Rio Grande do Norte (1.334 GWh), Sergipe (1.165 GWh), Paraíba (1.162 GWh) e, novamente, encontramos o Piauí em último lugar na quantidade absoluta de aumento do consumo de eletricidade (712 GWh) entre os anos 1970 e 1990<sup>270</sup>.

A partir dos dados sobre o aumento absoluto no consumo de eletricidade nos estados do Nordeste entre 1970 e 1990, podemos visualizar os percentuais de crescimento no período, na sequência do maior para o menor: Maranhão (9.127%), Piauí (1.695%), Alagoas (1.295%), Rio Grande do Norte (1.235%), Sergipe (987%), Bahia (895%), Ceará (780%), Paraíba (528%) e Pernambuco (315%).

Com base nas informações anteriores, ao focalizarmos o aumento absoluto do consumo de energia, é possível perceber que os maiores números se concentraram nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará – que já se localizavam, exatamente nessa ordem, como os três líderes do consumo de energia elétrica no início dos anos 1970. Porém, passados 20 anos, ocorreram mudanças consideráveis. A Bahia assumiu a primeira colocação e esta se trata de uma evolução impressionante, não pelo fato de o estado figurar, desde sempre, como líder na região por ter a maior população e o maior território, mas por ter multiplicado seu consumo absoluto de eletricidade em quase dez vezes – chegou a ter quase o dobro do consumo do segundo da lista, o estado do Maranhão.

Os dados estatísticos registrados pelo IBGE objetivamente dão conta do enorme crescimento geral – absoluto e percentual – do consumo de eletricidade em todos os estados do

---

<sup>270</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971* (1971, p. 504); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1991* (1991, p. 644-645).

Nordeste ao longo das décadas de 1970 e 1980. No entanto, percebemos claramente nessas informações uma distribuição não equitativa do consumo de energia entre os nove estados. Isso desperta nossa percepção crítica ao direcionarmos a atenção exatamente ao estado do Piauí – ente federativo que se encontra desde então permanentemente estagnado na última colocação em consumo de eletricidade dentre os nove estados. Essa situação deficitária, dentre outras questões infraestruturais, certamente influi de maneira decisiva para o frágil e incompleto desenvolvimento econômico produtivo constituído neste estado.

Finalizando a avaliação do consumo de eletricidade no Nordeste, chama atenção a mudança fenomenal do estado vizinho: em 1970, o Maranhão figurava como o penúltimo da região em consumo de energia elétrica, com índices até próximos aos do Piauí – e, no ano de 1990, tornou-se o segundo entre os nove estados nordestinos. O Maranhão experimentou um crescimento impressionante, que multiplicou seu consumo de eletricidade em quase dez mil vezes.

A propósito dessa mudança radical, abrimos um curto parêntese para frisar, nesse caso particular, o papel da energia elétrica no crescimento econômico do Maranhão entre as décadas de 1970 e 1980. Enfatizamos que esse recorte se relaciona ao tema específico da estruturação elétrica do Piauí e aos impactos econômicos dessa intervenção local, na medida em que, ao buscarmos identificar as prioridades da UBE, percebemos que nem sempre o Piauí esteve entre as primeiras escolhas. Acrescentamos ainda a este adendo a compreensão mínima da iniciativa governamental de promover a integração das regiões Nordeste e Norte e o papel que cabe ao Piauí nesse desenho inter-regional.

Prontamente, ao buscarmos compreender o salto gigantesco no consumo de energia do Maranhão, direcionamos o olhar à principal fonte de abastecimento da eletricidade ali consumida na maior parte desses 20 anos – exatamente a Usina de Boa Esperança, no Piauí. A energia então produzida era distribuída por uma vasta rede de transmissão que estabeleceu uma conexão direta entre a UBE, no Piauí, até a capital maranhense, São Luís – percorrendo parte considerável do território maranhense e servindo-o de energia elétrica e de todos os benefícios proporcionados por sua infraestrutura basilar.

Dessa forma, entre 1970 e 1990, a UBE cumpriu eficazmente o papel de fomentadora principal do desenvolvimento econômico produtivo no vizinho estado do Maranhão, concentrado quase exclusivamente na região da capital, São Luís, com diversos setores industriais e comerciais lá instalados e ampliados a partir de então. Esse crescimento minimamente se processou em algumas poucas áreas do interior do estado, como Imperatriz, segunda maior do estado em população, e Açailândia, que constituiu, na década de 1980, um

polo siderúrgico interligado pela ferrovia federal Estrada de Ferro Carajás (EFC) – que partia da região de extração de ferro, em Carajás, no Pará até o Porto de Itaquí, em São Luís.

Observamos, por fim, que nesse mesmo período funcionou no Maranhão a geração termelétrica de forma contínua – que, no entanto, desde o início do funcionamento da UBE (1970), teve baixíssima participação no abastecimento geral de eletricidade<sup>271</sup>.

Acrescentamos que, mais ao final da década de 1980, também foi disponibilizada ao Maranhão a energia gerada na gigantesca Usina Hidrelétrica de Tucuruí, instalada no estado vizinho, o Pará, e que priorizava o atendimento das demandas desses dois estados. Destacou-se ali o atendimento prioritário das grandes regiões metropolitanas das capitais, São Luís e Belém. Estrategicamente, agregou-se à Usina de Tucuruí, desde o início, a área de mineração de ferro na Serra dos Carajás (PA), bem próxima da referida hidrelétrica. Assim, por meio dessa gigantesca infraestrutura elétrica, garantiu-se a exportação do minério extraído no Pará e transportado, via Estrada de Ferro Carajás, até o Porto de Itaquí na capital maranhense.

Tucuruí foi inaugurada ao final do ano de 1984<sup>272</sup> e, a partir daí, passou por um paulatino processo de estruturação e, até o início dos anos 1990, atingiu a plena distribuição de sua energia elétrica. Como sequência final dessa estruturação, ocorreu a importante interligação dos seus sistemas de distribuição com o já existente sistema de transmissão de energia da Usina de Boa Esperança, no Piauí – que atendia até então o estado do Maranhão. Efetivou-se, assim, por meio da ligação entre os dois sistemas de geração e transmissão de energia, a conexão direta entre a energia do Nordeste e a energia dessa parte da região Norte.

Em relação à análise mais específica sobre o estado do Piauí e seu consumo de eletricidade por setores produtivos, concluímos que os principais favorecidos pela energia disponibilizada pela UBE foram os setores do comércio e o de serviços públicos (setor terciário) – que, a partir desse período, gradativamente se tornaram os setores dominantes na economia piauiense.

Como já vimos, o setor de produção agropecuária – referido nos dados estatísticos como setor “rural” – não avançou em direção a uma modernização, que poderia ter ocorrido desse período em diante com a eletrificação. O que se viu, porém, foi uma situação deficitária, a continuidade do atraso nas técnicas de produção, o assalariamento de valor baixíssimo, além de um fraco faturamento de vendas diante das possibilidades potenciais da produção. Apesar de

---

<sup>271</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil – 1985* (1985a, p. 468).

<sup>272</sup> CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE DO BRASIL. *Usina Hidrelétrica de Tucuruí*. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/4420/usina-hidreletrica-tucuruí>. Acesso em: 04 maio 2023.

figurar destacadamente, desde o princípio da formação do Piauí, como o ramo mais importante dentro da economia local, nesse período de evoluções importantes na infraestrutura local revelou-se um quadro de atrofiamento geral da produção agropecuária, que seguia em passos lentos e com pouca firmeza na sua operação, rumando para uma fraca modernização produtiva geral.

Outro ponto que chama atenção é o fraco avanço do setor industrial piauiense, que até experimentou um crescimento em suas atividades produtivas, uma vez que houve aumento considerável do consumo de eletricidade nesse segmento. Porém, à medida que não crescia seu peso proporcional frente aos outros setores (comércio e serviços públicos) dentro do quadro econômico geral do Piauí, claramente se identifica uma estagnação progressiva. Nesse sentido, verificamos que não houve um desenvolvimento robusto, muito menos sustentado da indústria no Piauí. O setor, fundamental para a produção econômica direta, permaneceu com uma participação muito pequena dentro do quadro produtivo piauiense. Ratificamos que essa quantificação se verifica, sobretudo, ao identificarmos os números absolutos de faturamento da produção em comparação com o setor líder – o comércio.

Com o intuito de aprofundarmos essa análise mais específica sobre a estruturação econômica piauiense, fechamos aqui o detalhamento do problema de ampliação e universalização desiguais do consumo de energia elétrica no Nordeste, desde as décadas de 1970 e 1980; enfatizamos a identificação dos claros reflexos dessas desigualdades inter-regionais na constituição econômica deficiente do Piauí.

Assim, prosseguimos com a avaliação da referida deficiência econômica piauiense. No caso específico da distribuição da eletricidade em proporção às populações dos demais estados nordestinos, identificamos um claro prejuízo para os piauienses, sobretudo para a ampla parcela menos remunerada da população local, que, por estar no estado nordestino com a menor e mais deficitária infraestrutura produtiva, tinha no ano de 1990 um consumo de eletricidade muito pequeno – em torno da metade do registrado para cada um dos três últimos estados com populações menores do que a do Piauí.

Além do problema específico das debilidades econômicas produtivas associadas ao baixo consumo geral de energia elétrica em comparação aos quantitativos do Nordeste como um todo, visualizamos de pronto inúmeros outros prejuízos sociais e econômicos do Piauí frente aos demais estados nordestinos. Boa parte desses problemas surge sobremaneira como consequência direta de demandas inconclusas geradas por deficiências na infraestrutura produtiva local.

Podemos destacar vários dos problemas econômicos produtivos e também sociais crônicos do Piauí, como o baixo volume interno de produção direta, especialmente a produção industrial, extremamente fraca; a baixa geração local de empregos; as baixíssimas médias salariais; a baixa circularidade comercial e, por conseguinte, o baixo consumo geral; a carência de uma oferta ampliada de serviços públicos que atendam as demandas da população – e, concatenada a tudo isso, uma urbanização tardia, deficitária e altamente concentrada em pouquíssimos centros urbanos.

Para debatermos o atraso no avanço da urbanização do Piauí, suas condições de efetivação e as consequências socioeconômicas estruturais que se impõem à população devido ao tipo de modernização deficitária processada localmente, apresentamos a seguir um trecho do texto do economista e sociólogo Olavo Ivanhoé de Brito Bacellar, que trata das condições e consequências gerais dessa urbanização efetivada no Piauí entre 1970 e 1980.

O problema central do excedente populacional reside nas várias transformações pelas quais tem passado o setor primário piauiense, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Conseqüentemente, um dos pressupostos básicos é o de que a “inchação” urbana que se vem processando no Piauí é um resultado da transformação de uma parte da população rural em população excedente, em decorrência, como já foi anteriormente dito, de penetração gradual do capitalismo, o qual se apoia em bases sólidas em função da rigidez estrutural do setor rural. O crescimento urbano piauiense tem suas bases, particularmente, no setor rural que expulsa a população, no próprio modelo de crescimento das atividades urbanas e nos mecanismos institucionais que atuam de forma diferenciada na metrópole e nos demais centros urbanos periféricos do Estado<sup>273</sup>.

Como vimos, o autor destaca as diversas particularidades desse processo, especialmente as relações da aceleração urbana com os fluxos migratórios no sentido campo-cidade e com as condições de “rigidez estrutural do setor rural” – setor produtivo que, ao mesmo tempo que passava por certa modernização capitalista, permanecia marcado pela concentração econômica da posse da terra, cujas relações de produção e trabalho eram extremamente exploratórias e de baixo rendimento produtivo.

Para entendermos melhor como se deu o processo de urbanização do Piauí e seus reflexos diretos nas condições de vida da população local, unimos a caracterização das transformações no quadro econômico piauiense no período em estudo às informações apontadas por Bacellar – especialmente ao tratar da geração de um “excedente populacional” que sai do

---

<sup>273</sup> BACELLAR, Olavo Ivanhoé de Brito. Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 1, p. 25-35, jan.-jun. 1980 (p. 26-27).

campo devido à estagnação do meio rural em direção a algumas poucas cidades piauienses, que emanam muitas novidades próprias de seus dispositivos urbanos, tendo como pano de fundo todas as transformações produzidas pelo processo mais amplo de modernização do capitalismo brasileiro nessa metade do século XX.

Novamente recorremos a um trecho do mesmo texto de Bacellar, em que o autor debate as transformações da demografia piauiense dentro do quadro populacional brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, que, juntamente com os processos econômicos produtivos nacionais, foram definindo o tipo de evolução econômica e social do Piauí nesse período.

A taxa de crescimento da população piauiense é maior do que a média nacional. Sua participação, em termos nacionais, se mantém estável, isto porque esta população vem apresentando um saldo migratório negativo, se comparada com alguns estados da federação. [...] o Piauí perde grande potencial de sua mão-de-obra, porquanto a maior parte desse contingente migratório que se desloca de suas fronteiras já-se encontra na faixa da população economicamente ativa, quando já passaria a contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico do Estado. O saldo negativo de migrações mostra, também, como o Piauí sofre as consequências da concentração das atividades dinâmicas do Centro-Sul do país. [...] Nas duas últimas décadas, a população urbana do Estado do Piauí tem apresentado um maior acréscimo no seu contingente. Atualmente, com uma população urbana em torno de 38%, segundo estimativas para 1980, poderá vir a ser, a médio prazo, um fator definitivamente determinante na vida econômica e política do Estado. Por outro lado, é alto o grau de concentração desta população: mais de 2/3 estão nos quatro maiores núcleos urbanos: Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos<sup>274</sup>.

Ao analisar os temas econômicos e sociais gerais no cenário do Piauí, o autor identifica os fatores nacionais e regionais que interferem localmente, assim como faz reflexões acerca das especificidades locais – explicitando sobretudo a relação entre as mudanças no setor rural piauiense e a configuração recente do desenvolvimento urbano, acelerado e altamente concentrado nas quatro maiores cidades do estado: Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos.

Cabe mencionar, a partir do conjunto das referências estatísticas aqui utilizadas e da leitura do trecho anterior, que outra situação problemática ocorrida no Piauí nesse período foi a transformação do estado em importante área fornecedora de mão de obra para alguns grandes centros produtivos do Nordeste e também do Centro-Sul. Outrora, o Piauí também forneceu contingentes humanos tanto para a construção de Brasília, relativamente próxima do território piauiense, quanto migrantes para a ocupação da região amazônica no Projeto de Integração

---

<sup>274</sup> Bacellar (1980, p. 33-34).

Nacional promovido pelos governos da ditadura. O estado do Piauí é o corredor final dessa passagem inter-regional do Nordeste para o Norte do Brasil.

Seguindo em nossa análise, vemos no próximo trecho de Bacellar um aprofundamento desse processo de urbanização ocorrido no Piauí nesse período. Enfatiza-se que essas transformações têm suas raízes nas condições locais estabelecidas na relação cidade-campo, e, principalmente, nas duras condições de vida impostas à população rural, que progressivamente migrou para os centros urbanos do estado em busca de melhores condições de vida e trabalho.

A vida econômica e social do Piauí, ainda hoje, giram em torno do campo. Não só a maioria da população habita a zona rural e retira seu sustento da agricultura, como também os próprios núcleos urbanos funcionam como postos avançados da comercialização agrícola e pecuária. No entanto essa estrutura vem-se transformando, pelo menos, nestas duas décadas. As transformações do meio rural não são frutos apenas de um processo gerado no próprio campo, mas se situam no contexto de uma diversificação urbano-rural mais ampla das atividades econômicas e sociais do Estado. O migrante que abandona as áreas rurais e se dirige aos centros urbanos, não o faz unicamente movido por uma perspectiva de ascensão social, mas em decorrência das próprias dificuldades e dos obstáculos que o homem do campo encontra face à sua sobrevivência. O próprio Estatuto da Terra contribui para as modificações da tradicional estrutura das relações sociais do campo. Por outro lado, o aumento e a melhoria das estradas, o aumento dos transportes, o rádio, a televisão, etc. operam no sentido de acentuar a migração, e as indústrias das “secas” e das “enchentes” levam o homem do campo a migrar com toda a sua prole<sup>275</sup>.

Aqui, cabe novamente a reflexão sobre a comparação com as transformações implementadas em outros estados nordestinos nesse mesmo período. Desta feita, constatamos que a estruturação ocorrida nas quatro cidades mais importantes do Piauí se processou de forma lenta e em condições qualitativas muitas vezes questionáveis – sendo que, para as demais cidades do estado, a lentidão e as deficiências no avanço da modernização urbana foram ainda maiores.

Por fim, o economista Olavo Bacellar apresenta mais alguns questionamentos e conclusões relacionados a esse processo de mudanças socioeconômicas por que passou o estado do Piauí à luz das alterações também em curso no cenário nacional.

Supõe-se que a fragilidade de planejamento urbano e, conseqüentemente, a solução dos problemas que atingem as populações urbanas, estão em função da falta de maiores conhecimentos sobre a problemática urbana e suas ligações com as transformações que vão ocorrendo no setor rural do Estado. [...] Pensa-se que o ponto de partida é saber-se se é no modelo econômico nacional,

---

<sup>275</sup> Bacellar (1980, p. 34).

particularmente no seu segmento de política urbana, que se encontra o reflexo do êxodo rural, cujas características e consequências já foram abordadas. Não estariam a política de investimentos públicos, política agrícola, política industrial, política fiscal, etc. comprometidas direta e indiretamente com a concentração desorganizada do crescimento urbano piauiense? [...] Pensa-se que sem uma política global de reorganização do espaço que contemple, sobretudo, estratégias para agricultura e para a indústria, a possibilidade de êxodo de uma estratégia voltada para o fluxo migratório e crescimento urbano não será jamais alcançada de forma satisfatória<sup>276</sup>.

Analisando mais um pouco das características próprias do avanço da urbanização piauiense nesse período, relacionamos diretamente os problemas advindos desse crescimento urbano com a própria estrutura produtiva deficitária do estado do Piauí – que contribuíram para manter indefinidamente o estado numa condição marginal dentro das estruturas dinâmicas econômicas e produtivas, regionais e nacionais. Assim, identificamos muitos problemas causados pela forma como o Piauí foi inserido dentro da engrenagem capitalista brasileira, em franca expansão no período. Percebem-se inúmeros desequilíbrios gerados localmente, que passaram a mostrar seus reflexos limitantes numa forma de marginalidade da própria urbanização piauiense dentro do cenário nacional.

Ou seja, ao passo que os gerenciadores públicos e privados da expansão e consolidação do mercado nacional foram garantindo a inserção do Piauí com um papel predominantemente de consumo, pouco focado em produção autônoma, estabeleceram concomitantemente uma conjuntura que não permitia o avanço mais qualitativo na ampliação e modernização da estrutura econômica produtiva piauiense, em compasso com as limitações na própria urbanização desse estado – o que, certamente, trouxe consequências negativas ao seu desenvolvimento econômico e social seguinte.

A partir das informações elencadas até aqui, percebemos que o mesmo processo acelerado de urbanização brasileira em curso nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo nas regiões mais centrais da dinâmica econômica do país, não ocorreu na mesma velocidade no Piauí – e, como vimos, também foi deficitário em outros estados do Nordeste, os quais ainda estavam numa situação de ruralização predominante. Por conseguinte, também identificamos as consequências do atraso socioeconômico nessas áreas de fraco desenvolvimento – incluindo-se aí o Piauí, com certo destaque no quadro geral de limitações e estagnação.

A respeito da extrema limitação da produção econômica local e, conseqüentemente, da interligação desta débil engrenagem produtiva com a marginalização da urbanização piauiense, recorreremos a um trecho do texto do economista Wiliam Jorge Bandeira:

---

<sup>276</sup> Bacellar (1980, p. 34-35).

Tais problemas surgem devido ao fato de as unidades produtivas predominantes serem aquelas que se enquadram perfeitamente na categoria “marginal”. Como exemplo, pode-se citar o caso do ramo industrial de “produtos minerais não-metálicos”, que se apresenta como o de maior representatividade na indústria piauiense. Em 1970 este ramo participava com cerca de 38% do total de estabelecimentos industriais, sendo composto sobretudo por pequenas olarias de produção de telhas, tijolos, etc., com processo de produção muito rudimentar e mão-de-obra familiar. Por outro lado, este tipo de indústria absorve aproximadamente 29% do pessoal ocupado na indústria piauiense, sendo, portanto, o ramo que mais se destaca na absorção de mão-de-obra<sup>277</sup>.

Com base nas informações apresentadas por Bandeira, vamos compreendendo a configuração deficitária em que foi constituído o setor industrial piauiense. À frente, o autor acrescenta dados de outros setores industriais importantes, que, ao invés de se dinamizarem de modo progressivo, definham gradativamente – e definem a própria marginalidade social e econômica produtiva do Piauí.

Mas o que é mais importante é que esse quadro vem se agravando no Estado. Em outras palavras: está ocorrendo na indústria piauiense uma proliferação de pequenas unidades produtivas do tipo familiar, enquanto que as firmas com maior componente em termos de capital constante estão sendo alijadas do setor, provavelmente pela concorrência da indústria do Sudeste do país. Conforme dados do Censo Industrial do IBGE, em 1960 existiam, no Piauí, 497 empresas do ramo têxtil, enquanto em 1970 existiam apenas 46, isto é, foram eliminadas nada menos de 451 empresas (90%). Também, no ramo químico, diminuiu o número de firmas de 38 para 33, no mesmo período. Acrescente-se que, nos setores de pouca ou quase nula capitalização como é o caso do ramo de “minerais não-metálicos”, o número de firmas [...] apresentou acréscimo de 730 unidades (338%). Estes dados mostram com clareza a fragilidade do setor industrial piauiense e, ainda, a nítida predominância de pequenas firmas dedicadas à produção simples de mercadorias [...]<sup>278</sup>.

À medida que aprofundamos a caracterização das dinâmicas do setor industrial piauiense nas décadas de 1970 e 1980, percebemos as raízes de sua fragilidade e incipiência. Igualmente, compreendemos o papel determinante do estabelecimento das dinâmicas econômicas regionais e nacionais na concretização dessa debilidade crônica prevalecente na indústria do Piauí.

Aprofundando as reflexões acerca das debilidades produtivas do Piauí estabelecidas em meio ao processo de expansão econômica e consolidação do mercado nacional brasileiro, com

<sup>277</sup> BANDEIRA, Wiliam Jorge. Marginalidade urbana piauiense no quadro brasileiro. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 1, p. 4-13, jan.-jun. 1980b (p. 5-6).

<sup>278</sup> Bandeira (1980b, p. 6).

especial atenção às fragilidades – e mesmo aos retrocessos – da indústria piauiense, recorremos a mais um trecho de Bandeira, em que o autor analisa o espectro de “marginalidade” da produção econômica local frente às estruturas produtivas nacionais dominantes à época em análise.

Correspondem, pois, às formas de inserção “marginal” na divisão social do trabalho, as quais são dominantes, tanto em termos de número de estabelecimentos, como de absorção de força de trabalho. [...] É evidente que as empresas eliminadas (principalmente a têxtil) eram pequenas empresas artesanais, embora elas envolvam um capital constante superior ao ramo de “minerais não-metálicos”. Entretanto, os ramos que sofrem redução no número de estabelecimentos são justamente aqueles em que o grande capital sulista predomina, tornando difícil para as firmas piauienses resistirem à concorrência. [...] Assim sendo, o fato de as pequenas firmas se proliferarem é indicativo de que as mesmas têm funções importantes no processo de desenvolvimento brasileiro. A função destas atividades se relaciona com a transferência de valores para as atividades capitalistas num processo que é chamado de “acumulação primitiva”. Os mecanismos que possibilitam tal transferência são basicamente dois: rebaixamento do custo de reprodução da mão-de-obra e transferência do excedente de produção para o setor capitalizado. Deste modo, o setor marginal vem beneficiar tanto o setor industrial piauiense mais capitalizado, como o setor capitalista situado em outros Estados, sobretudo os do Centro-Sul<sup>279</sup>.

Como percebemos nos trechos anteriores, a industrialização piauiense se desenvolveu de forma muito problemática, sem maiores diversificações e com números produtivos muito incipientes; ou seja, trata-se de uma indústria muito fraca internamente, na proporção entre os setores produtivos locais, e sobretudo perante os avanços produtivos promovidos nos outros estados.

Nesse sentido, identificamos os problemas da indústria local e, ao mesmo tempo, também as debilidades de outros setores produtivos piauienses – que se revelaram como um conjunto de menor peso produtivo proporcional dentro do Nordeste, e ainda muito menor dentro do Brasil. Isso nos mostra a predominância propositada de uma “marginalidade” da economia piauiense, que se comportava localmente com vistas a promover favorecimentos internos de algumas poucas empresas de destaque no cenário estadual – e exercia essa marginalidade com a função de produzir benefícios externos. Dessa forma, ao ter papel coadjuvante, limitava-se a ser mais uma peça necessária à hegemonização dos grandes centros nacionais, compondo esse desenho de desigualdades que é a engrenagem econômica brasileira.

---

<sup>279</sup> Bandeira (1980b, p. 6-7).

Sobre essa configuração da economia local piauiense, permeada de inúmeras deficiências, chama atenção o caráter marginal da maior parte das empresas em todos os setores produtivos locais – e, igualmente, dentro do quadro nacional. Vejamos um pouco mais da análise de Bandeira, que analisa algumas nuances dessa marginalidade.

O setor marginal piauiense aparece como elemento importante ao funcionamento da economia piauiense basicamente por três motivos: dar maior poder de competitividade às empresas do Estado com maior componente de capital constante em seu processo produtivo; possibilitar um maior mercado para os produtos das grandes empresas sulistas; e proporcionar alternativas de emprego para as pessoas que não conseguem trabalho em setores mais modernizados<sup>280</sup>.

Ao mesmo tempo, essa marginalidade é revelada ao observarmos mais de perto a relação dos problemas surgidos a partir da aceleração da urbanização do Piauí, ocorrida nas décadas de 1970 e 1980. O crescimento urbano certamente produziu transformações positivas importantes, mas também gerou distorções graves, com defasagens sérias das demandas crescentes da população – que, ao tentar fugir da crise da extrema concentração econômica do setor agrário, cai inevitavelmente em situações de muitas deficiências nos centros urbanos em expansão, sobretudo a deficiência de sustentação econômica de amplas parcelas com subassalariamento, além de outras porções mais amplas da população urbana em subempregos ou mesmo desempregadas.

Sobre isso, recorremos a outra citação de Bandeira, a seguir:

Como se sabe, o Piauí, nos últimos anos, vem sofrendo um processo acelerado de urbanização, com grandes mudanças na estrutura locacional da população do Estado. Assim, em 1950, a população urbana representava apenas 15% da população total, enquanto que, em 1970, a sua participação já alcançava o percentual de 32%. Estes dados significam que a população urbana cresceu cerca de 214% [...] A crise agrária, como é sabido, é a principal responsável por esta alta taxa de crescimento da população urbana, por provocar um grande fluxo de pessoas da zona rural para a urbana. Esse crescimento poderia até ser benéfico se estivesse ocorrendo um processo também acelerado de acumulação de capital na economia piauiense. Entretanto, o que vem ocorrendo é justamente o inverso. As empresas mais capitalizadas, como é o caso da têxtil e da química, vêm sendo alijadas do mercado no processo de seleção capitalista. Com isso, a estrutura ocupacional do setor industrial vem sofrendo uma realocação da mão-de-obra dos subsetores mais modernos para os subsetores com baixa capitalização<sup>281</sup>.

---

<sup>280</sup> Bandeira (1980b, p. 8).

<sup>281</sup> Bandeira (1980b, p. 9).

Logo, percebemos que no período imediatamente anterior ao início do funcionamento da UBE a situação da indústria – e do conjunto da economia produtiva piauiense – já era problemática, devido ao seu pequeno tamanho e à falta de perspectiva de superação de seus entraves históricos. No entanto, identificamos que no período seguinte, em foco neste estudo, o cenário econômico geral não era menos deficitário.

Precisamente sobre o setor industrial piauiense, identificamos sua marginalização econômico-produtiva: houve o desenvolvimento de uma indústria local muito pequena, pouco diversificada e com domínio de ramos pouco capitalizados; isso garantiu a ampla penetração e o domínio do grande capital nacional dentro do mercado do Piauí. Ocorreu, portanto, um definhamento do já incipiente setor industrial piauiense, em decorrência do qual se gerou uma regressão da acumulação de capital na economia do estado; a indústria local caminhou para a manutenção de sua inexpressividade nos cenários regional e nacional – e mesmo no ambiente produtivo mais interno, abstendo-se de fomentar um avanço mais qualitativo e sustentado dessa economia local.

Além das reflexões acerca das condições estabelecidas no setor industrial no Piauí, temos que fazer importantes ressalvas sobre o setor terciário, que consolidou seu domínio na economia piauiense – mas que também tinha deficiências justamente por causa das incompletudes e desconexões do sistema produtivo do Piauí. Sobre isso, recorreremos novamente às análises de Bandeira para entendermos melhor esse outro desequilíbrio local.

No quer diz respeito ao setor terciário, este, em 1970, correspondia a cerca de 20,6% da população economicamente ativa, com mais de 50% da renda interna piauiense. A função clássica do setor terciário não é a produção de bens e sim a criação de serviços que venham possibilitar o desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, sobretudo para acelerar o desenvolvimento do setor industrial. Por conseguinte, o setor serviços é altamente necessário para o desenvolvimento normal das economias capitalistas [...] os quais criam mercados para a realização dos lucros dos capitalistas, seja através do fornecimento de serviços básicos de infraestrutura econômica, de crédito, etc., que também permite um maior desenvolvimento dos setores diretamente produtivos. Entretanto, no Piauí, o setor terciário não corresponde a estas funções clássicas, no sentido de que este setor não se desenvolve em relação aos setores diretamente produtivos piauienses, principalmente o industrial, em virtude de sua fragilidade e pouco dinamismo<sup>282</sup>.

---

<sup>282</sup> Bandeira (1980b, p. 10).

Aqui, relacionamos novamente o debate da setorização econômica piauiense e seu processo de evolução a algumas conclusões referentes aos dados estatísticos já apresentados. Outrossim, aproveitamos para antecipar outras informações que traremos mais à frente.

Conforme as observações de Bandeira, os percentuais de participação do setor terciário piauiense na população economicamente ativa e na renda interna, dentro do quadro geral da economia produtiva, já eram altos em 1970. Adiantamos que, depois de 15 anos desde esse momento registrado pelo autor, tivemos em 1985 percentuais ainda maiores de participação do setor terciário na economia do Piauí, incluindo-se aí os subsetores comercial e de serviços – os quais, em volume de salários, representaram 55,15% do total de salários pagos por todos os setores econômicos, ou seja, mais da metade do total de todos os salários pagos somados em 1985. Acrescentamos ainda que, nos mesmos ano e componente, o percentual de participação da indústria foi de 17,98%, e o da agropecuária, 26,85%<sup>283</sup>.

Já no volume total de vendas, entre todos os setores, somente o terciário (comércio e serviços) representou 63,51% – dois terços de todos os faturamentos somados dos quatro setores produtivos: comercial, serviços, industrial e agropecuário –, consolidando-se com uma dominância absoluta no cenário local. Registramos os percentuais de vendas da indústria, que foi de 19,21%, e da agropecuária, 17,27% no ano de 1985<sup>284</sup>.

Tanto as considerações levantadas por Bandeira como as demais informações e estatísticas elencadas neste texto nos mostram, de forma esclarecedora, um cenário geral de considerável desequilíbrio na economia produtiva piauiense. O setor terciário domina esse quadro em absoluto, de forma desproporcional ao tamanho dos outros setores (indústria e agropecuária) – problema que se agrava sobretudo devido à desconexão do setor terciário em relação aos demais. Identificamos uma fragilidade marcante do setor secundário (industrial) no cenário piauiense e, por fim, uma situação crítica de atrofiamento do setor primário (agropecuária e extrativismo), apesar do tamanho e do peso que a atividade no campo historicamente teve no Piauí.

---

<sup>283</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Comercial* (1985d, p. 38-41); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Industrial* (1985c, p. 200-201); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo dos Serviços* (1985b, p. 100-103); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Agropecuário – Piauí* (1985e, p. 2, 32, 56, 60).

<sup>284</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Comercial* (1985d, p. 38-41); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Industrial* (1985c, p. 200-201); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo dos Serviços* (1985b, p. 100-103); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Agropecuário – Piauí* (1985e, p. 2, 32, 56, 60).

Vendo esse panorama total da economia piauiense e sua configuração deficitária e desequilibrada, mesmo depois das modernizações efetivas a partir dos anos 1970 e 1980, reconhecemos os resultados gerais de debilidade e dependência do Piauí, identificados sobretudo nos seus números locais de baixa produtividade econômica associada à baixa geração de renda. Assim, o Piauí esteve quase sempre na última posição dos valores econômicos produtivos entre os nove estados do Nordeste – o que se agrava ainda mais na comparação com as áreas geográficas dominantes da economia brasileira.

É a partir dessa caracterização da economia produtiva piauiense que afirmamos: as transformações promovidas no estado do Piauí, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, serviram perfeitamente aos planos de expansão e domínio do capital nacional – que foi disseminando seus mecanismos de controle sobre o grosso da produção industrial e sobre as redes de circulação dessa produção no mercado nacional brasileiro. Efetivamente, fizeram-se presentes no Piauí as intervenções desse plano de alcance e penetração dominante do capital nacional nestes sertões de dentro, que, em grande medida, até aquele momento, estiveram desconectados da circularidade capitalista mais dinâmica.

Destacam-se nesse projeto expansionista exatamente a implantação das redes estratégicas de energia elétrica – como a construída no Piauí dentro do complexo geral da Usina de Boa Esperança –, além, é claro, das estradas, que permitem a fluidez da circulação dos volumes produtivos entre as áreas produtoras e os mercados de consumo. Faltou ao Piauí justamente a continuidade das intervenções nos setores produtivos locais, como forma de produzir avanços um pouco mais significativos e sobretudo qualitativos da economia piauiense; da mesma forma, percebemos ter ocorrido em grande medida avanços mais qualificados em todos os outros estados nordestinos.

Ao associarmos as reflexões trazidas pelas citações do economista William Jorge Bandeira ao debate ocorrido ao longo do texto, sobretudo com a análise dos dados estatísticos gerais, percebemos as disfuncionalidades e limitações da produção econômica piauiense em praticamente todos os seus setores. Essas conclusões ficaram mais evidentes a partir das informações encontradas sobre a configuração econômica do Piauí após a modernização nas décadas de 1970 e 1980 – destacadamente, a estruturação elétrica e a integração desses componentes locais com papéis claros dentro do contexto de expansão do capitalismo brasileiro.

Sobre as análises específicas e gerais do processo de desenvolvimento econômico do Piauí, a partir da segunda metade do século XX, recorreremos a mais uma citação do texto de Bandeira – com uma valiosa e concisa avaliação geral do tema tratado:

O estudo do problema da marginalidade no Piauí [...] não deve ser visto isoladamente, pois o mesmo está ligado intimamente ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro e é justamente este que impõe sua forma e peculiaridades, se se perderem de vista naturalmente, as condições objetivas internas, cujo funcionamento se realiza em direção daquelas forças. Esta integração determina a estrutura industrial extremamente frágil, cuja composição se caracteriza pela existência de um grande número de pequenas unidades produtivas familiares, as quais correspondem a formas de “inserção marginal” na divisão do trabalho a nível nacional. [...] Também o setor terciário, por força desta integração torna-se atrofiado e/ou distorcido, abrigando em seu interior uma gama de muito grande de atividades de baixa produtividade chamadas marginais, pois elas constituem refúgio para as pessoas que não encontram trabalho no setor moderno. [...] Estas atividades são manifestação do desemprego disfarçado, resultante do processo de marginalização específica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, dependente e periférico. O próprio setor terciário, uma vez que não constitui reflexo direto da estrutura econômica do Estado, é montado para a aplicação de recursos federais provenientes de transferências e empréstimos que, em última instância, vão beneficiar os grandes grupos empresariais sulistas. Dito em outras palavras, a maioria desses recursos voltam em forma de lucros para estes grupos empresariais<sup>285</sup>.

Complementarmente às informações anteriores, que deram conta sobretudo das limitações no processo de estruturação da economia piauiense, externaremos a seguir alguns dados estatísticos sobre a evolução dos principais setores produtivos piauienses – comercial, industrial, de serviços e agropecuário – ao longo das décadas de 1970 e 1980. A partir desses dados, podemos compreender a proporção em que esses setores econômicos avançaram em seus lastros produtivos e verificar o caráter de enraizamento e de participação progressiva de cada setor dentro do conjunto da economia piauiense nesse período. Identificamos uma projeção futura do panorama econômico produtivo do Piauí que se alicerçou desde então.

No intuito de compararmos o tipo de estruturação produtiva desenvolvida no Piauí e o processo regional mais amplo de avanço produtivo no Nordeste, focalizado o consumo progressivo de eletricidade como vetor central da promoção de desenvolvimento econômico, apresentamos na tabela 13, a seguir, alguns dados importantes dos Censos Econômicos do Piauí feitos pelo IBGE nos anos de 1970 e 1985, e que nos permitem visualizar exatamente a evolução produtiva local durante as décadas de 1970 e 1980.

---

<sup>285</sup> Bandeira (1980b, p. 12-13).

Tabela 13 – Censos dos setores econômicos do Piauí (1970-1985)

Indicadores	Período	Setores econômico-produtivos			
		Comércio	Serviços	Indústria	Agropecuária
Estabelecimentos	1970	10.669	3.993	2.484	217.886
	1985	10.855	4.145	2.721	270.443
<b>Variação no período</b>		<b>+ 1,74%</b>	<b>+ 3,80%</b>	<b>+ 9,54%</b>	<b>+ 24,12%</b>
Empregados	1970	17.879	7.334	6.779	518.736
	1985	33.267	17.230	18.337	818.465
<b>Variação no período</b>		<b>+ 86,06%</b>	<b>+ 134,93%</b>	<b>+ 170,49%</b>	<b>+ 57,78%</b>
Salários (Cr\$)	1970	11.139.000	2.703.000	5.998.000	24.272.000
	1985	204.817.000	113.119.000	103.688.000	154.814.000
<b>Variação no período</b>		<b>+ 1.738,73%</b>	<b>+ 4.084,94%</b>	<b>+ 1.628,70%</b>	<b>+ 537,82%</b>
Vendas (Cr\$)	1970	472.312.000	29.725.000	101.221.000	187.911.000
	1985	3.911.261.000	412.342.000	1.308.227.000	1.175.821.000
<b>Variação no período</b>		<b>+ 728,10%</b>	<b>+ 1.287,18%</b>	<b>+ 1.192,44%</b>	<b>+ 525,73%</b>

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos Censos Econômicos do Piauí (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1974b, 1975b, 1975c, 1975d, 1985b, 1985c, 1985d, 1985e).

Cabe esclarecer que, apesar de ter havido mudanças nos padrões monetários em 1970 e em 1984, elas não representaram uma alteração brusca na quantificação numérica que pudesse prejudicar a avaliação estatística do período entre 1970 e 1985 – conforme verificado nas informações sobre a época em estudo fornecidas pelo Banco Central<sup>286</sup>. Logo, a maioria dos dados comparativos, entre o início e o final do mencionado intervalo, serão aqui apresentados sem prejuízo da análise. Há uma única exceção, referente aos dados do Censo Agropecuário de 1985 – que foram coletados entre janeiro e março no ano seguinte, em 1986. Neste último ano, ocorreu uma reforma monetária mais significativa, em razão da qual foram necessários especificamente ali alguns ajustes devidos para o benefício da avaliação quantitativa.

Em destaque nesse levantamento estatístico, temos as informações sobre quantidade de estabelecimentos, quantidade de empregados, pagamentos de salários e volumes de vendas dos principais setores produtivos piauienses – comércio, serviços, indústria e agropecuária –, os quais também já foram citados no texto quando do registro do consumo de energia elétrica de cada setor. Assim, ao focarmos nas informações produtivas setoriais, podemos refletir melhor

<sup>286</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. Síntese dos padrões monetários brasileiros. *Museu de Valores do Banco Central do Brasil*, Brasília, maio 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acesoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

sobre o processo de estruturação do conjunto da produção e do mercado de consumo da economia piauiense no período.

Iniciamos com o setor comercial, que se tornou o de maior destaque na configuração econômica produtiva do Piauí nesse período. Para tanto, partimos das informações do ano de 1970, em que esse setor movimentava 10.669 estabelecimentos, 17.879 empregados, um volume de pagamento de salários de Cr\$ 11.139.000,00 e um faturamento geral de vendas registrado de Cr\$ 472.312.000,00<sup>287</sup>.

Passamos para os dados de 1985, a fim de fecharmos a compreensão do quadro evolutivo de 15 anos do setor comercial no Piauí. Os quantitativos do setor referem-se a 10.855 estabelecimentos (1,74% a mais do que em 1970), 33.267 empregados (86,06% a mais do que em 1970), um volume total de salários de Cr\$ 204.817.000,00 (1.738,73% a mais do que em 1970) e um volume total de vendas de Cr\$ 3.911.261.000,00 (728,10% a mais do que em 1970)<sup>288</sup>.

Continuamos com o setor industrial. Partimos do ano de 1970, em que este setor movimentava 2.484 estabelecimentos, 6.779 empregados, um volume de pagamento de salários de Cr\$ 5.998.000,00 e um faturamento geral de vendas registrado de Cr\$ 101.221.000,00<sup>289</sup>. Em 1985, o setor industrial passou a contar com os seguintes quantitativos: 2.721 estabelecimentos (9,54% a mais que em 1970), 18.337 empregados (170,49% a mais que em 1970), um volume de salários de Cr\$ 103.688.000,00 (1.628,70% a mais que em 1970) e um volume de vendas de Cr\$ 1.308.227.000,00 (aproximadamente 1.192,44% a mais que em 1970)<sup>290</sup>.

Chegamos à apresentação dos dados econômicos do setor de serviços no Piauí, o qual registrou, em 1970, os quantitativos a seguir: 3.993 estabelecimentos, 7.334 empregados, volume de salários de Cr\$ 2.703.000,00 e volume de vendas de Cr\$ 29.725.000,00<sup>291</sup>. Já no ano de 1985, o mesmo setor de serviços teve os referidos dados listados em ordem: 4.145 estabelecimentos (3,80% a mais que em 1970), 17.230 empregados (134,93% a mais que em 1970), volume de salários de Cr\$ 113.119.000,00 (4.084,94% a mais que em 1970) e volume de vendas de Cr\$ 412.342.000,00 (1.287,18% a mais que em 1970)<sup>292</sup>.

<sup>287</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Comercial – Piauí – 1970* (1975c, p. 3).

<sup>288</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Comercial* (1985d, p. 38-41).

<sup>289</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Industrial – Piauí – 1970* (1974b, p. 3).

<sup>290</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Industrial* (1985c, p. 200-201).

<sup>291</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo dos Serviços – Piauí – 1970* (1975d, p. 3).

<sup>292</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo dos Serviços* (1985b, p. 100-103).

Por fim, temos os dados produtivos do setor agropecuário do ano de 1970: 217.886 estabelecimentos; 518.736 empregados; volume de salários de Cr\$ 24.272.000,00; volume de vendas de Cr\$ 187.911.000,00<sup>293</sup>. Para finalizar este resumo analítico, encontramos os seguintes dados específicos do ano de 1985 do setor agropecuário: 270.443 estabelecimentos (24,12% a mais em relação a 1970), 818.465 empregados (57,78% a mais em relação a 1970), volume de salários de Cr\$ 154.814.000,00 (537,82% a mais em relação a 1970) e o volume de vendas de Cr\$ 1.175.821.000,00 (525,73% a mais em relação a 1970)<sup>294</sup>.

Completamos aqui o levantamento de dados econômicos produtivos do Piauí com as informações pertinentes a 1985, ou seja, fechando o intervalo de 15 anos que nos serve de amostra referente às condições de evolução dos quatro principais setores produtivos do estado nas décadas de 1970 e 1980.

Apresentados os dados estatísticos brutos, passamos à análise crítica dos mesmos em conexão com as demais reflexões já externadas neste texto acerca do comportamento geral da economia piauiense à luz do foco central da implementação da rede elétrica no estado – tudo isso dentro do ambiente mais amplo de expansão e efetivação de múltiplas interconexões do capitalismo brasileiro. Essas transformações se processaram especialmente no início da segunda metade do século XX. Desta feita analisaremos cronologicamente num bloco duplo aglutinando, primeiramente, as reflexões em torno da quantidade de estabelecimentos e de empregados – e, na sequência, veremos as evoluções no volume monetário bruto de salários e de vendas por cada setor e as comparações entre eles.

Iniciamos com os números de estabelecimentos. Temos, acima de todos, a presença do setor agropecuário – seja no ponto de partida do recorte em questão (1970), em que o setor liderava com 92,70% do total de estabelecimentos produtivos, seja no ponto final desse intervalo (1985), em que o setor continuou predominando com 93,85% dos estabelecimentos. Em segundo lugar, temos o setor comercial – que, em 1970, movimentava 4,53% do total de estabelecimentos –, seguido pelo de serviços, com 1,69% e, em último, o setor industrial, com 1,05%.

No ano de 1985, mantiveram-se praticamente os mesmos posicionamentos, com pequenas alterações nos percentuais individuais, mas sem reflexos mais significativos no peso dos setores dentro do quadro econômico geral piauiense. Verificaram-se, portanto, as seguintes proporções: setor comercial, 3,76%; setor de serviços, 1,43%; e setor industrial, com 0,94%.

---

<sup>293</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário – Piauí – 1970* (1975b, p. 2, 26, 54 e 60).

<sup>294</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Agropecuário – Piauí* (1985e, p. 2, 32, 56 e 60).

Quanto à quantidade de empregados, temos em 1970 novamente a liderança do setor agropecuário, com 94,19% do total do conjunto de empregados, seguido dos outros setores – setor comercial, 3,24%; setor de serviços, com 1,33%, e o setor industrial, com 1,23%.

Em 1985, na mesma análise comparativa, temos o setor agropecuário com 92,24% do total do conjunto de empregados, seguido do comércio, 3,74%, do setor industrial, com 2,06%, e do setor de serviços, com 1,94%.

Percebe-se, nessa última sequência de percentuais dos setores na economia piauiense em relação à quantidade de empregados, uma pequena mudança de posicionamento do setor industrial, que passou à terceira colocação e ultrapassou o setor de serviços. Cabe porém, a observação de que, apesar de a mudança ter sido pouco mais significativa no setor industrial – que quase dobrou seu aproveitamento de mão de obra em relação a 1970 –, para o setor de serviços, não houve diminuição: seu crescimento só não foi pontualmente superior ao aumento na indústria. Houve, de fato, uma pequena migração de mão de obra do setor agropecuário para todos os demais setores, que empregaram mais trabalhadores. Essa alteração se confirma com a própria mudança de muitos piauienses nesse período das zonas rurais para as zonas urbanas do estado. Isso tampouco alterou a própria predominância absoluta do setor agropecuário na quantidade absoluta de empregados dentro do conjunto da economia piauiense.

Frisamos a importância bem maior dos setores comercial e de serviços: ao serem somados os seus quantitativos de estabelecimentos e de empregados, os números superam com folga o setor industrial – que permanece pouco expressivo no conjunto da economia piauiense. Poderemos retornar a ele novamente à frente, quando da análise crítica dos elementos financeiros de pagamento de salários e de faturamento de vendas, envolvidos nos setores produtivos.

Ainda a propósito do primeiro bloco, da quantidade de estabelecimentos e empregados, avaliamos que a dominância absoluta do setor agropecuário pode ser compreendida pela histórica prevalência desse ramo econômico produtivo desde a formação do Piauí no período colonial. Portanto, o tamanho real extenso de seus maiores empreendimentos denota a existência hegemônica de latifúndios imensos dentro do território do Piauí – que, a propósito, é o estado nordestino com a terceira maior área territorial.

Insera-se também nesse complexo produtivo disposto em imenso e esparso território a utilização massiva da mão de obra campesina, em condições trabalhistas mais vulneráveis e atrasadas – haja vista, por sinal, o elevado grau de arcaísmo em que se encontrava a imensa maioria das áreas rurais do estado, incluindo aí as suas estruturas produtivas setoriais. Essa

característica de atraso rural ainda era predominante mesmo nesse período da segunda metade do século XX.

Destacamos, por fim, a pequena evolução do setor agropecuário ao longo de toda a formação histórica do estado. Mesmo tendo chegado a 1985 como o setor de maior peso dentro do quadro econômico produtivo piauiense, pelo menos em quantidade de estabelecimentos e empregados, não se firmou como líder nos quesitos mais imprescindíveis, que são certamente os de volumes de capitais envolvidos em suas operações. Na verdade, revelou em outra parte dos mesmos dados anteriores a grande distância firmada nos faturamentos financeiros entre o setor agropecuário e os demais, que se consolidaram como os líderes nesses principais itens da movimentação de capitais.

Continuando nossa avaliação das características constituintes dos setores produtivos piauienses, apresentamos, a seguir, as evoluções no volume financeiro bruto de salários e de vendas em cada um dos quatro setores aqui apresentados, para depois fazermos as devidas reflexões sobre os comportamentos desses setores no intervalo entre 1970 e 1985.

Em 1970, o setor agropecuário registrou pagamento de salários no total de Cr\$ 24.272.000,00, seguido do setor comercial, com Cr\$ 11.139.000,00; logo depois, veio o setor industrial, com um total de Cr\$ 5.998.000,00 em salários e, em último, o setor de serviços, com Cr\$ 2.703.000,00.

Chamamos a atenção a esses números para a análise crítica do total de salários pagos proporcionalmente à quantidade de empregados por setor produtivo. Sobre isso, identificamos na liderança do setor agropecuário uma considerável desproporcionalidade, haja vista que, apesar de ter somado mais que o dobro do total de salários do setor comercial, tinha mais de 15 vezes a quantidade de empregados do comércio, o que repercutia em valores de salários bem menores pagos pelo setor rural. Ficou patente a absurda desproporção no setor agropecuário da relação entre quantidade de empregados e volume de salários, evidenciando-se uma realidade local de achatamento salarial extremo e subassalariamento vigorantes para essa que era a maior massa de trabalhadores por setor produtivo no estado do Piauí.

Logo, podemos inferir que, na verdade, houve o escancaramento de uma gravíssima distorção que teve reflexos diretos nas condições socioeconômicas constitutivas da maioria da mão de obra piauiense, até então engajada no meio rural. Isso mostra a baixíssima capacidade de capitalização do setor agropecuário, que pagava os mais baixos salários para o maior contingente de empregados entre todos os setores produtivos e, com isso, contribuía para a perpetuação das condições de subdesenvolvimento socioeconômico crônico do Piauí.

Chama atenção ainda nesta análise particular dos volumes salariais de 1970 o total de salários pagos no setor industrial, que atingiu somente pouco mais da metade do total de salários do setor comercial – o que, juntamente com a pequena quantidade de empregados da indústria, denota um tamanho bem aquém do que este setor produtivo poderia representar. No entanto, ao olharmos mais detidamente o valor total dos salários em proporção à quantidade de empregados, certamente teremos um cenário bem mais significativo na indústria, que, com quase um quinto, apenas, da quantidade de empregados do que o total do comércio, atingiu mais da metade do montante de salários pagos. Isso representa uma situação proporcional de melhores remunerações no setor industrial.

No entanto, rememoramos observações já pontuadas neste texto a respeito das inúmeras limitações da indústria na economia piauiense, que não conseguiu avançar qualitativamente ao longo das décadas de 1970 e 1980, como pudemos constatar na apresentação dos índices estatísticos sobre consumo de energia elétrica, além das ponderações de estudiosos das problemáticas da economia piauiense. Configurou-se um cenário de estagnação da indústria no Piauí a partir da não ocorrência de necessárias diversificações. Verificou-se ainda que esse setor produtivo estratégico não conseguiu avançar localmente, situação que poderemos conferir melhor ao vermos, mais à frente, as informações sobre os volumes gerais de vendas dos setores produtivos.

Antes, faremos o fechamento da análise dos dados sobre o volume de pagamentos de salários relativo ao ano de 1985, com o posicionamento ordenado por setores, do maior para o menor. Assumindo a liderança, tivemos o setor comercial, com um volume total de pagamentos de Cr\$ 204.817.000,00 (1.738,73% a mais que em 1970). Nesse caso, o comércio ultrapassou em praticamente um terço o volume total do setor agropecuário, que havia passado à segunda posição em 1985, com o total de Cr\$ 154.814.000,00 em salários pagos (537,82% a mais que em 1970).

Lembramos o grave problema da proporção entre salário e quantidade de empregados do setor agropecuário em 1970; sobre isso, 15 anos depois, o mesmo setor manteve uma proporção extremamente irregular – inclusive, aumentou o total de empregados em aproximadamente 300.000 trabalhadores. Ou seja, ao passo que no ano de 1985 aumentou em 57,78% a sua quantidade de empregados em relação a 1970, não aumentou significativamente o volume absoluto de salários pagos em adequação proporcional ao seu imenso contingente funcional. Conclui-se, portanto, que o setor agropecuário não conseguiu promover uma capitalização circulante suficientemente robusta para tentar contribuir, de forma mais qualitativa, em sua função social dentro do quadro econômico piauiense.

Em terceiro lugar, tivemos o setor de serviços, que saiu da última posição e passou, em 1985, a ter um volume de salários de Cr\$ 113.119.000,00 (4.084,94% a mais que em 1970) – muito de longe a maior taxa de crescimento de volume de salários, assumindo definitivamente aí um lugar de destaque e contribuindo para um ofuscamento do setor industrial, que agora passou a figurar na última posição, com um volume de salários de Cr\$ 103.688.000,00 (1.628,70% a mais que em 1970).

Em relação ao montante total de vendas por setor produtivo em 1985, tivemos na primeira posição o setor comercial, com Cr\$ 3.911.261.000,00 (728,10% a mais que em 1970), o equivalente a quase três vezes o total de vendas do segundo colocado – no caso, o setor industrial, cujo total foi de Cr\$ 1.308.227.000,00 (1.192,44% a mais do que em 1970). Na terceira posição, muito próximo da indústria, encontrava-se o setor agropecuário, com Cr\$ 1.175.821.000,00 em volume de vendas (525,73% a mais que em 1970). Por último encontramos o setor de serviços, com o total de faturamento de Cr\$ 412.342.000,00 (1.387,18% a mais que em 1970).

Aqui, tivemos uma importante mudança em relação à análise anterior, que comparava os números de estabelecimentos e empregados e manteve o setor agropecuário na primeira posição. No caso do volume de salários e de vendas, verificamos a liderança absoluta do setor comercial no quadro da economia piauiense ao longo da passagem das décadas de 1970 e 1980. Perspectivamente, esse setor líder avançou, até o final deste período e mesmo adiante, para uma lastreada distância em relação a todos os demais setores produtivos, que se alternaram nas demais posições, como vimos anteriormente aqui no texto.

Ao mesmo tempo, podemos afirmar que a agropecuária, cuja participação foi até importante em faturamento de vendas e em quantidade de estabelecimentos e empregados, por fim se estabeleceu com um volume de salários insuficiente diante da sua imensa quantidade de empregados – atuando de forma ineficaz no papel de desenvolvimento socioeconômico qualitativo do estado.

Por outro lado, ponderamos também que a indústria local evoluiu de maneira insuficiente, uma vez que, apesar ter tido percentuais de crescimento consideráveis no período analisado, ao final, olhando a evolução do total absoluto de seu faturamento no período, pudemos mensurar o baixo crescimento proporcional da produção industrial – constatado diante dos fracos volumes somados em relação aos demais setores, sobretudo em proporção ao setor líder do comércio.

Essa situação denota a relação direta entre o não avanço industrial e os números do consumo setorial de eletricidade já mencionados, além da baixa diversificação e do

atrofiamento industrial identificados por economistas piauienses estudiosos dessa época. Portanto, percebemos as condições que determinaram um setor industrial local que se posicionou cada vez mais distante de representar alguma relevância para um avanço robusto e sustentado da economia do Piauí.

Seguimos ao fechamento da análise comparativa geral dos setores produtivos piauienses, identificando uma configuração desequilibrada por conta da demasiada predominância dos setores comercial e de serviços – os quais, somados, tiveram os maiores quantitativos de salários e faturamento, distanciando-se dos setores agropecuário e industrial. O setor terciário, por conseguinte, consolidou-se de forma absoluta com o maior destaque – destoante, até – no quadro geral da produção econômica do Piauí.

Cabe aqui ainda a ponderação de que o setor de serviços representa uma grande multiplicidade de subsetores de prestação de serviços, com as mais variadas categorias de empreendimentos. Já o setor comercial é composto pelos ramos varejista e atacadista de vendas de mercadorias – e, além disso, os dois setores integram o chamado setor terciário da economia.

Especificamente sobre o setor de serviços – colocado na quarta posição, apesar de ter registrado um montante de pagamento de salários imensamente menor do que o setor comercial, como vimos –, também cresceu consideravelmente no mesmo período: quase oito vezes em relação a 1970. Destacaram-se dentro deste setor como ramo principal os serviços públicos, que progressivamente cresceram em relação ao ínfimo tamanho que possuíam antes do período analisado – e, sobretudo após a efetivação decisiva da infraestrutura de eletricidade e transportes, foram progressivamente avançando até constituírem alcance e amplitude de fato relevantes no Piauí.

Assim, a partir do conjunto de informações até aqui elencadas, podemos concluir que, ao todo, temos no Piauí um débil conjunto produtivo que age como contributo incisivo no atraso do desenvolvimento socioeconômico do estado e que, conseqüentemente, funciona muito mais para a perpetuação da dependência do território local perante outros estados e regiões, que dominam a produção e a circulação econômica dentro do mercado nacional brasileiro.

Entretanto, apesar das pontuações críticas elencadas em torno da não sustentabilidade qualitativa da produção e da ausência de interconexões produtivas entre os setores econômicos do Piauí, podemos afirmar que houve, de forma geral, um amplo crescimento econômico em todos os setores produtivos piauienses nesse período. Enfatizamos novamente o crescimento vertiginoso dos volumes salariais e, principalmente, de vendas, com destaque claro aos setores comercial e de serviços, os quais, ao serem computados juntos no escopo geral como setor terciário, nos revelam sua dominância absoluta na economia piauiense.

Também destacamos o crescimento importante da oferta de serviços públicos no estado ao longo das décadas de 1970 e 1980. Para ilustrá-lo melhor, apresentamos a tabela 14, a seguir, com os dados específicos da evolução geral dos serviços públicos de educação e saúde no estado ao longo das décadas de 1970 e 1980. Utilizamos os mesmos marcadores temporais de início e término, a fim de registrar comparativamente os principais quantitativos específicos de cada setor ao longo desse período.

Tabela 14 – Evolução geral dos serviços públicos de educação no Piauí (1970-1985)

Variáveis	1975	1980	Varição no período
Estabelecimentos de ensino	2.614	7.272	178,19%
Matrículas	252.760	608.750	140,84%
Docentes	8.219	26.646	224,20%
Bibliotecas	27	402	1.388,88%
Alfabetizados	439.899	1.147.932*	160,95%
Não alfabetizados	934.465	1.092.978*	16,96%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados dos Anuários Estatísticos do Brasil de 1973 e 1987-1988 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1973a, p. 89, 753-804; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1988, p. 210-242, 699-700). \*Dados extraídos do Censo Demográfico do Piauí, de 1991 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1994b, p. 67-90).

Na educação pública do Piauí, incluindo os três níveis de ensino, registramos os totais de 2.614 estabelecimentos educacionais, 252.760 matrículas, 8.219 docentes, e 27 bibliotecas no ano de 1970. Nesse primeiro período aqui analisado, registraram-se também os níveis de instrução dos piauienses: em 1970, 439.899 pessoas sabiam ler e escrever no estado, e 934.465 pessoas não sabiam ler e nem escrever<sup>295</sup>.

Em 1985, verificamos os seguintes quantitativos na educação pública do Piauí: 7.272 estabelecimentos educacionais (aumento de 178,19%); 608.750 matrículas (aumento de 140,84%); 26.646 docentes (aumento de 224,20%), e 402 bibliotecas (aumento de 1.388,88%)<sup>296</sup>. Em relação aos níveis de instrução, utilizamos especificamente neste item os dados do ano de 1991 com as taxas percentuais calculadas em comparação a 1970<sup>297</sup>, por razões de disponibilidade de informações. Assim, o Piauí passou a ter 1.147.932 pessoas que sabiam ler e escrever (aumento de 160,95%) e 1.092.978 que não sabiam ler e nem escrever (aumento de 16,96%), isso, como dissemos, referente ao ano de 1991.

<sup>295</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1973* (1973a, p. 89, 753-804).

<sup>296</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1987-1988* (1988, p. 210-242, 699-700).

<sup>297</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1991 - Piauí* (1994b, p. 67-90).

Sem dúvidas, houve nesse período (1970-1985) um aumento considerável na oferta de serviços educacionais aos piauienses. Registraram-se resultados expressivos em quase todos os indicativos relacionados – saltou aos olhos, sobretudo, o nível geral de alfabetização dos piauienses, que subiu em mais de uma vez e meia, indicando a projeção evidente de duplicação do número de pessoas que sabiam ler e escrever ao final desses 20 anos analisados.

Entretanto, o que também chamou nossa atenção ao final foi o número total absoluto de não alfabetizados, que infelizmente não diminuiu com o tempo – na verdade, de forma ainda resistente, conseguiu atingir a impressionante marca de quase 55.000 mil piauienses a mais no ano de 1991 em relação a 1970 que não sabiam ler nem escrever. O total absoluto de alfabetizados e não alfabetizados eram bem próximos em 1991, confirmando, portanto, que essa grave deficiência ainda não havia sido solucionada dentre as debilidades crônicas marcantes na trajetória histórica do estado do Piauí.

Seguimos com as informações da área de saúde pública, que em 1970 registrou os seguintes totais: 36 estabelecimentos; 2.336 leitos, 1.386 empregados e 392.232 atendimentos feitos<sup>298</sup>. Passando direto às informações referentes ao ano de 1985, e também aos percentuais de aumento, encontramos os registros a seguir: 683 estabelecimentos (aumento de 1.797,22% em relação a 1970), 4.631 leitos (aumento de 98,24% em relação a 1970), 11.908 empregados (aumento de 759,16% em relação a 1970) e 8.300.450 atendimentos realizados (aumento de 2.016,20% em relação a 1970) – dispostos na tabela 15, a seguir<sup>299</sup>.

Tabela 15 – Evolução geral dos serviços públicos de saúde no Piauí (1970-1985)

<b>Variáveis</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>Variação no período</b>
Estabelecimentos	36	683	1.797,22%
Leitos	2.336	4.631	98,24%
Empregados	1.386	11.908	759,16%
Atendimentos	392.232	8.300.450	2.016,20%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados dos Anuários Estatísticos do Brasil de 1973 e 1987-1988 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1973, p. 655-700; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1988, p. 158-189).

Como podemos notar, de forma geral tivemos na saúde pública um cenário muito positivo, assim como na educação; os dados se apresentaram de forma bastante semelhante,

<sup>298</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1973* (1973a, p. 655-700).

<sup>299</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil - 1987-1988* (1988, p. 158-189).

com visível crescimento em todos os índices, ratificando o entendimento do importante avanço na implantação dos serviços públicos no Piauí ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Cabe aqui pontuarmos novamente o papel decisivo da infraestrutura básica de produção, cujo motor central dessa engrenagem foi a geração abundante de eletricidade da Usina de Boa Esperança e sua ampla rede de distribuição elétrica, progressivamente instalada – muito embora precisemos nos lembrar também dos vários gargalos identificados, sobretudo a demora de 20 anos na finalização da capacidade total geradora da hidrelétrica, como já dissemos.

Além dessa demora, elencamos também, de forma complementar, mais algumas incompletudes nevrálgicas em todo o complexo que fora projetado – como a não realização do sistema de eclusas, que permitiria a navegação ininterrupta entre os dois trechos cortados pela barragem, e do projeto de agricultura irrigada no entorno do lago da represa –, na perspectiva de um modelo de desenvolvimento mais robusto e autônomo que pudesse ter ocorrido no Piauí e que, no caso, não foi implementado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados e do debate feito até aqui, partimos deste ponto para as considerações finais em que elencamos algumas reflexões acerca da temática trabalhada. Nesse sentido, apontaremos as constatações conclusivas dessa pesquisa sobre as condições de realização e, principalmente, os resultados estabelecidos por essa intervenção transformadora no período estudado – cuja finalidade última seria o avanço significativo no desenvolvimento econômico do estado do Piauí –, para assim fecharmos a compreensão do quadro geral da formação histórica recente deste estado brasileiro.

Mesmo ao admitirmos que um dos referenciais importantes para chegarmos à conclusão positiva dessa transformação local seja o atraso secular do Piauí, podemos afirmar com segurança que essas intervenções estruturantes fizeram este estado nordestino experimentar um processo importante de modernizações que, de fato, contribuíram decisivamente para um relevante desenvolvimento econômico local. Ratifica-se, uma vez mais, que essa transformação só foi garantida com o advento da energia elétrica gerada pela Usina de Boa Esperança e das rodovias, que permitiram a integração definitiva da economia local piauiense ao mercado nacional brasileiro.

Portanto, iniciamos nossas considerações conclusivas com a identificação do principal setor produtivo favorecido pela energia disponibilizada pela UBE – que, no caso, foi o setor terciário, aí incluídos os subsetores do comércio e também dos serviços públicos, os quais foram se tornando os setores econômicos dominantes no cenário local, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, quando a infraestrutura elétrica estava sendo instalada no Piauí.

Numa outra posição, como já vimos, temos o setor da produção agropecuária não avançou rumo à uma modernização, que poderia ter ocorrido desse período em diante com a eletrificação. No entanto, o que se viu foi a estagnação e a continuidade do atraso nas técnicas de produção e, portanto, o atrofiamento geral desse ramo econômico, que desde o princípio da formação do Piauí figurava como o mais importante – mas que, no período analisado, seguiu num processo de enfraquecimento frente à hegemonização local gigantesca do ramo comercial.

Neste ponto, igualmente nos chama atenção certo detrimento para com o setor industrial piauiense, que experimentou uma clara estagnação progressiva. Esse setor produtivo fundamental não cresceu proporcionalmente, como ocorreu com o comércio e os serviços públicos. Ao tratarmos das experiências de desenvolvimento do setor industrial no Piauí, percebemos de pronto as extremas limitações desses empreendimentos, de envergadura diminuta e, ao final, de baixa inserção na estrutura produtiva piauiense.

Por conseguinte, identificamos características deficitárias como a baixa produtividade e o peso econômico quase insignificante dentro do conjunto da economia piauiense – além dos baixos níveis de assalariamento, mesmo sendo este um fenômeno recorrente em todos os outros setores: na agropecuária, por exemplo, essa distorção se comprovou bem mais grave.

Neste sentido, verificamos que não houve um desenvolvimento mais robusto e muito menos sustentado da indústria no Piauí. Este setor estratégico da produção econômica direta permaneceu com uma participação muito pequena dentro do quadro econômico produtivo do estado – ratificamos que essa quantificação se verificou, sobretudo, ao identificarmos os números absolutos de faturamento da produção em comparação com o setor comercial, líder nesse quesito.

Dessa forma, o setor industrial piauiense não conseguiu se beneficiar qualitativamente da disponibilização da infraestrutura elétrica implantada no Piauí nesse período. A indústria local seguiu estagnada, sem crescer e nem se diversificar – até mesmo reduzindo-se a um tamanho quase minúsculo dentro do quadro geral produtivo do estado. Em decorrência disso, estabeleceu-se uma dependência enorme e crescente do abastecimento de mercadorias industrializadas diversas vindas dos grandes centros produtores regionais – e principalmente dos nacionais, que, desde então, passaram a dominar de maneira hegemônica o mercado local piauiense, controlando-o e interligando-o de forma totalmente subalterna ao mercado nacional.

Enfatiza-se que algumas das referências utilizadas para constatar as debilidades produtivas do Piauí foram os volumes regionais e nacionais de produção e faturamento dessa época. O estado esteve quase sempre nos últimos lugares, e, dentro desse quadro local débil, figura a produção industrial piauiense, com sua fragilidade marcante que a impede de garantir o eficaz atendimento da demanda local por produtos mais elaborados.

Portanto, constatamos que não ocorreu a instalação no Piauí de ramos industriais de maior valor agregado. O conjunto produtivo local resumiu-se, em sua imensa maioria, às pequenas empresas familiares, com baixíssimo valor de capital agregado. Relacionado a isso tudo, verificamos que o aumento geral do consumo de eletricidade no Piauí terminou por não alavancar um processo mais qualitativo de desenvolvimento da indústria e, igualmente, dos demais setores da produção local.

Essa deficitária configuração produtiva do Piauí nas décadas de 1970 e 1980, com fracos resultados produtivos e sérias consequências socioeconômicas, também foi constatada ao verificarmos os próprios dados gerais de consumo de energia entre os setores econômicos produtivos – que, como já vimos, até cresceu de maneira forte se os compararmos aos números

irrisórios anteriores à UBE. No entanto, confirmamos que esse crescimento foi bastante inferior ao ocorrido nos outros estados nordestinos ao longo das duas décadas aqui analisadas.

Ao mesmo tempo, identificamos as particularidades locais da relação entre consumo de eletricidade e os setores específicos da economia. Destacou-se majoritariamente nesse período o consumo doméstico, em primeiro lugar, seguido pelo consumo do setor de serviços, com destaque para o ramo do comércio e os setores públicos; por fim, com os menores índices de consumo, encontramos os demais setores da indústria e da agropecuária.

Novamente, reforçamos que a indústria não avançou no Piauí; entretanto, cresceu o mercado local de consumo, que foi se intensificando e firmando-se definitivamente com a sua efetiva interligação com o mercado nacional. Nesse sentido, o impacto do funcionamento da UBE e da distribuição de sua energia elétrica pelo estado foi menos sentido na indústria e fortemente confirmado na estruturação do mercado geral de consumo piauiense por meio do crescimento elevado do setor terciário, especialmente os subsetores de comércio e de serviços.

Portanto, verificamos que o que avançou de forma dominante no Piauí foi justamente o setor econômico considerado improdutivo, do ponto de vista de que esses ramos predominantes na economia piauiense não estavam ligados à produção direta de mercadorias: no caso, são ramos genéricos pertinentes à circulação consumista dos produtos industrializados, que vinham sobretudo dos grandes centros econômicos nacionais localizados no Centro-Sul do país. Assim, no Piauí logo se destacaram e progressivamente foram se tornando hegemônicos os vários ramos do comércio, da administração pública e dos demais serviços em geral.

Confirmamos ainda, com base nos dados estatísticos apresentados até aqui, que houve um aumento na força de trabalho empregada no Piauí nesse período; porém, esse aumento na ocupação da mão de obra não ocorreu de forma que o problema crônico grave da altíssima concentração da renda no estado pudesse ser amenizado. Essa geração de empregos foi ainda circunscrita, num primeiro momento, às sedes de alguns poucos centros urbanos maiores do Piauí, e foi marcada em sua ampla maioria pelo predomínio geral de baixíssimos salários.

Nesse caso, o grosso assalariamento calçado em baixos patamares de valores estava diretamente relacionado ao não avanço do desenvolvimento industrial no estado e à predominância dos subsetores de serviços em geral, notadamente o comércio varejista e a administração pública – que, como vimos, se tornaram a engrenagem central do desenvolvimento econômico local piauiense construído a partir das décadas de 1970 e 1980, cuja estruturação produtiva foi gerada com a eletrificação da Usina de Boa Esperança.

Concomitantemente ao estabelecimento dessa configuração produtiva recente, identificamos que o processo de urbanização no Piauí também derivou desse investimento

estruturante, focado sobretudo nos setores estratégicos de energia e transportes. Logo, a partir das transformações proporcionadas por essa infraestrutura instalada, permitiu-se o estabelecimento dominante do setor terciário na economia local piauiense.

Assim, a partir das informações apresentadas no texto, vimos que gradativamente os setores econômicos locais foram se fazendo mais presentes; os líderes nessa estruturação produtiva local foram o comércio e os serviços urbanos modernos – incluindo-se neste último subsetor, de forma especial, a presença crescente dos serviços públicos. Ratificamos novamente que essas transformações só foram possíveis com a efetivação das infraestruturas estratégicas da eletricidade e também dos transportes rodoviários no território piauiense.

Percebemos então uma modernização da economia do estado do Piauí, que, anteriormente, tinha uma conexão bem mais limitada com os grandes centros econômicos nacionais; logo, depois de todo o processo de ampliação da infraestrutura básica, sobretudo energia, rodovias e serviços públicos, garantiu-se a integração e a diversificação comercial local. Desse modo, o Piauí passou a ter suas condições de funcionamento interno e interações externas fortemente alteradas.

Todo esse processo de intervenção estatal, com resultados na ampliação das infraestruturas produtivas básicas, provocou a diversificação e a consolidação industrial dos parques industriais centrais e regionais interligados. Proporcionou também, como uma das ressonâncias utilitárias desse sistema, uma relativa, porém importante, evolução econômica do estado do Piauí – que, mesmo limitada em termos qualitativos, trouxe uma transformação modernizante que permitiu avanços importantes na infraestrutura geral do estado. Com isso, foram disponibilizados muitos benefícios para a população piauiense, resultando, ao final, na definitiva integração direta dessa economia local com os marcos gerais do mercado nacional brasileiro, mais avançado, que se firmou nesse mesmo período estudado.

Nesse sentido, esse crescimento econômico que passou a ser dominado pelas atividades do setor terciário gerou um impacto significativo no desenvolvimento local – isso se considerarmos a letargia secular da agropecuária: apesar de ter figurado como setor líder desde os primórdios do estado, mesmo dispondo de melhorias nas infraestruturas produtivas implantadas no Piauí a partir de meados do século XX, seguiu se arrastando lentamente em sua modernização, e assim prosseguiu, com uma fraqueza proporcional significativa.

Mesmo após o fugaz sucesso do extrativismo exportador piauiense, que figurou com destaque até essa metade do século XX, não se conseguiu avançar na modernização da produção primária ao longo das décadas de 1970 e 1980. Portanto, não se identificou no setor agropecuário uma integração produtiva mais aprimorada que, com a chegada da modernização

capitalista – em especial, a disponibilização de eletricidade e de rodovias neste território local, a partir da segunda metade do século XX –, permitisse uma mecanização em larga escala e mesmo a montagem de empresas agroindustriais no Piauí, a fim de promover maior agregação de capital ao setor agropecuário local.

Portanto, vamos percebendo que, após as ações intervencionistas no estado do Piauí, destacadamente o funcionamento da Usina de Boa Esperança e o fornecimento de energia elétrica, junto com as múltiplas conexões rodoviárias estabelecidas e mais alguns poucos investimentos, proporcionou-se um crescimento econômico causado pela urbanização, que requereu, ao longo dos anos seguintes, uma maior estruturação dos municípios e, conseqüentemente, o aumento nesses locais da oferta de serviços públicos e privados em geral.

Entretanto, se pensarmos num avanço sustentado com vistas a um futuro socioeconômico mais desenvolvido e autônomo do estado do Piauí, vimos que esse avanço da modernização que ocorreu por meio da urbanização foi, além de limitado, de fato inatingível em sua possível plenitude – tenho em vista que a própria produção local era estruturalmente limitada, exercendo um papel coadjuvante nos mercados regional e nacional. Representou-se assim o mercado piauiense: como um complemento minoritário, apesar de necessário, no projeto maior de expansão e interconexão dos subsistemas regionais e locais aos grandes centros produtores do país.

Conclusivamente, enfatizamos que ocorreu de fato um avanço importante no desenvolvimento local piauiense, mesmo considerando que as modernizações promovidas no estado ao longo das décadas de 1970 e 1980 tenham sido limitadas e implementadas muito lentamente. Esse processo de transformação da infraestrutura local contribuiu decisivamente para um avanço inédito no cenário econômico piauiense.

Neste ínterim, não podemos de forma alguma deixar de pontuar, mais uma vez, as carências nas intervenções locais feitas ao longo do período estudado. Identificou-se um grau bem mais quantitativo nos resultados dessa estruturação, do ponto de vista das limitações históricas do quadro econômico local até aquele momento – havendo uma carência quanto a resultados mais qualitativos dessa intervenção implementada no Piauí. Constatamos essas limitações nas ações governamentais ao verificarmos os investimentos mais significativos realizados em todos os outros estados nordestinos nesse mesmo período em detrimento do Piauí; os vizinhos, por consequência, alcançaram resultados bem mais robustos em seus processos de modernização econômica recente.

Por fim, permaneceu um espécie de “vácuo” em torno das promessas políticas dos governos das esferas federal e estadual à época de que a hidrelétrica, por si só, resolveria os

problemas econômicos do estado do Piauí – como foi enfaticamente divulgado em diversos documentos oficiais dos órgãos públicos responsáveis pela Usina de Boa Esperança (a exemplo da COHEBE e da CHESF) e demais, incluídos vários ministérios e especialmente a Sudene, além do governo estadual, com as suas secretarias e órgãos envolvidos.

Assim, muito desse discurso oficial de um inevitável avanço qualitativo no desenvolvimento econômico local do Piauí foi replicado em matérias de jornais piauienses à época. Por vezes, ocorrera mesmo a publicação integral de alguns desses documentos oficiais “propagandistas” da UBE, nos quais se repetia a garantia “líquida e certa” da perspectiva futura do efetivo desenvolvimento do estado apenas com a instalação dessa infraestrutura geral.

Para exemplificarmos com alguns trechos mais chamativos dessa propaganda oficial, podemos citar aqui as palavras dos próprios planejadores e gestores governamentais dessa intervenção no Piauí. Com frequência, por meio de documentos oficiais da empresa federal responsável pelas obras e pelo funcionamento posterior da hidrelétrica, faziam declarações de que a Usina de Boa Esperança seria exatamente a “boa esperança, para os nordestinos do leste [...] o rompimento das fronteiras do subdesenvolvimento [...] o despertar para o progresso do Nordeste Ocidental com o grande salto do país para o desenvolvimento integrado”<sup>300</sup>. Esses trechos, como mencionamos, foram repercutidos à época nos jornais locais piauienses, evidentemente que com toda a euforia propagandista direcionada pelos grupos políticos e econômicos dominantes locais.

Concluimos que ocorreu um relativo, mas importante desenvolvimento no estado do Piauí nas décadas de 1970 e 1980, muito embora seja inegável que o tipo de desenvolvimento implantado no estado tenha causado resultados bem mais limitados do que os que foram propalados pelo ufanismo publicitário oficial da época. Ou seja: ocorreu de fato um desenvolvimento local, porém de forma incompleta e mesmo superficial em alguns setores estratégicos. Estabeleceu-se a partir disso uma dependência total dos centros produtivos externos, e o Piauí se distanciou completamente da tão alardeada redenção local definitiva. O que se verificou foi o contrário disso: prevaleceu, desde então, a continuidade crescente do quadro socioeconômico altamente deficitário do estado – assim permanecendo em parte considerável até os dias atuais.

As mencionadas intervenções estruturantes, com destaque para as ações relacionadas ao binômio energia-transporte, provocaram em certos casos até menos o desenvolvimento local e mais a diversificação produtiva prioritária nos parques industriais nacionais e regionais

---

<sup>300</sup> Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1968b, p. 7); Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança (1970, p. 4).

interligados entre si. A UBE, especificamente, também permitiu avanços econômicos locais importantes frente aos conhecidos entraves históricos, como o que se processou no estado do Piauí a partir das décadas de 1970 e 1980.

Constatamos que esse conjunto de ações e resultados alterou significativamente muitos territórios até então isolados, os quais, com isso, passaram a experimentar verdadeiros desenlaces evolutivos que, mesmo limitados qualitativamente, permitiram importantes transformações modernizantes nesses cenários locais, à medida que também promoveram suas integrações dentro dos marcos gerais do mercado nacional brasileiro mais avançado.

Portanto, identificamos a partir do exemplo da UBE, no Piauí, que a lógica da dinâmica operacional dos investimentos governamentais na modernização das infraestruturas locais, em maior medida, está quase sempre vinculada aos interesses do capital nacional dominante. Nesse sentido, visualizamos que o objetivo de fundo do projeto de eletrificação do Nordeste – e, por conseguinte, do Piauí – a partir da UBE, posicionada estrategicamente no ponto central de interligação entre dois grandes complexos hidrelétricos – Paulo Afonso, no Nordeste, e Tucuruí, no Norte –, não foi tão somente de desenvolver o Nordeste ou o Norte, e bem menos ainda de garantir a evolução econômica qualitativa do Piauí.

Em grande medida, o foco principal de todos esses projetos de intervenções estruturais no Brasil na segunda metade do século XX foi o fortalecimento da hegemonia dos centros industriais do Centro-Sul a partir da expansão de sua presença por meio da distribuição de seus estoques de mercadorias manufaturadas – em alguns casos, até com filiais instaladas nas principais áreas econômicas regionais do Nordeste-Norte, como Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), São Luís (MA) e Belém (PA), entre outros centros regionais.

Contudo, percebemos que a regra geral que vigora nessa macroengenharia econômica é a de efetivar o abastecimento direto dessas áreas regionais com as diversas mercadorias oriundas do Centro-Sul, promovendo a ampliação desses mercados consumidores de forma a garantir a maior circularidade possível, em todo o território brasileiro, da produção daqueles centros industriais dominantes.

Finalizamos aqui as nossas considerações acerca das importantes transformações socioeconômicas ocorridas no Piauí no último terço do século XX. Para tanto, podemos afirmar que as informações apresentadas neste texto nos mostraram peremptoriamente a relevância decisiva da infraestrutura elétrica instalada no Piauí, destacando-se a construção da Usina de Boa Esperança na década de 1960 e suas ampliações durante as décadas de 1970 e 1980, até a finalização da estrutura de geração da hidrelétrica no início da década de 1990 – juntamente

com a implantação da ampla rede de distribuição energética montada ao longo desse período em todo o estado.

Chama nossa atenção novamente que, ao mesmo tempo que ocorreu um desenvolvimento local por meio da ampliação da eletrificação, proporcionou-se também um crescimento econômico com a forte dinamização do consumo local, destacando-se sobretudo as movimentações do subsetor do comércio. Ratificamos mais uma vez que esse processo amplo de dinamização da economia piauiense só foi proporcionado a partir das transformações instaladas no estado com a infraestrutura da Usina de Boa Esperança e seu sistema produtivo conexo, corroborando sobretudo esse avanço econômico local para efetiva integração do Piauí ao mercado nacional brasileiro.

Portanto, com base nas informações levantadas nesta pesquisa, podemos concluir que a Usina de Boa Esperança foi estabelecida como marco central da integração do Piauí à economia nacional. Esse objetivo principal foi atingido a partir da promoção de um avanço no desenvolvimento econômico piauiense desde então, destacando-se aí a hidrelétrica como a maior obra de infraestrutura realizada no Piauí, conseqüentemente repercutindo todos os seus resultados como os mais impactantes na transformação geral do estado a partir desse período.

## REFERÊNCIAS

BACELLAR, Olavo Ivanhoé de Brito. Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 1, p. 25-35, jan.-jun. 1980.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Síntese dos padrões monetários brasileiros. *Museu de Valores do Banco Central do Brasil*, Brasília, maio 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

BANDEIRA, Wiliam Jorge *et al.* *A estrutura agrária e o desenvolvimento econômico-social do Piauí*. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Análise das políticas governamentais para o setor urbano piauiense. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 10, n. 1, p. 5-35, jul.-dez. 1984.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. *Disponibilidade de terras no Piauí: alguns aspectos de sua rigidez estrutural*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Estrutura fundiária e produção piauiense. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 2, p. 9-28, jul.-dez. 1980a.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Marginalidade urbana piauiense no quadro brasileiro. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 1, p. 4-13, jan.-jun. 1980b.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Notas sobre a posse e o uso da terra no Piauí. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 7, n. 1, p. 29-56, jan.-jun. 1981.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Questão sobre emprego e ocupação no Piauí (notas preliminares). *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, n. 1, p. 4-33, jan.-jun. 1982.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; KOURY, Ana Paula. Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 1075-1113. dez. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: Presidência da República, 1974.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *O Brasil em 4 décadas*. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para discussão, 1500).

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. *Diagnóstico do Vale do Parnaíba*. Recife: IJNPS, 1973.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Fontes de energia renováveis representam 83% da matriz elétrica brasileira*. Gov.br, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2020/01/fontes-de-energia-renovaveis-representam-83-da-matriz-eletrica-brasileira/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 74.032*, de 9 de maio de 1974. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/59998-transfere-para-a-companhia-hidro-eletrica-do-suo-francisco-chesf-concessuo-outorgada-a-companhia-hidro-eletrica-da-boaaesperanua-cohebe-para-aproveitamento-hidraulico-de-um-trecho-do-rio-parnaib.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Formação bruta de capital fixo do setor público no Nordeste do Brasil, 1960/1979*. Recife: Sudene, 1981.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Produto e formação bruta de capital do Nordeste do Brasil, 1965/1974*. Recife: Sudene, 1979.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

CACHAPUZ, Paulo de Brandi (coord.). *CHESF – 70 anos de História*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2018.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A trajetória da Mendes Júnior: um caso emblemático de uma das empreiteiras da ditadura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12, 2017, Niterói. *Anais [...]* Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017a.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétricas de Tucuruí. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255-286, jan.-abr. 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. 3. reimp. Niterói: EdUFF, 2017b.

CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

CAMPOS, Roberto. *Ensaio de história econômica e sociologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Apec, 1964.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração de industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Global, 1985.

CASTRO, Antônio Barros de. *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*. vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CAVALCANTI, Marco Antônio F. H.; RIBEIRO, Fernando José. *As exportações brasileiras no período 1977/96*. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para discussão, 545).

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Eletrobrás faz 40 anos*. História. Disponível em: [www.eletrabras.gov.br/40anos/](http://www.eletrabras.gov.br/40anos/). Acesso em: 20 abr. 2020.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE DO BRASIL. *Usina Hidrelétrica de Tucuruí*. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/4420/usina-hidreletrica-tucuruui>. Acesso em: 04 maio 2023.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Fialho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Projeto Boa Esperança*. Parte I – Aproveitamento; Reservatório; Barragem. Relatório. Recife: COHEBE, 1968a.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Relatório de Atividades/1967*. Recife: COHEBE, 1968b.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Relatório de Atividades/1968*. Recife: COHEBE, 1969.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Relatório da Diretoria/1969*. Recife: COHEBE, 1970.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. *Relatório da Diretoria Executiva/1972*. Recife: COHEBE, 1972.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. *CHESF 50 anos - 1948-1998*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1998.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. *Sistemas de Geração*. Disponível em: <http://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/SistemasGeracao.aspx/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. *Sistemas de Geração – Boa Esperança*. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/BoaEsperanca.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2022.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DIAS, Renato Feliciano (coord.). *A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil*: Ciclo de palestras. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1996.

DIAS, Renato Feliciano (coord.). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

DOMINGOS NETO, Manuel; LIMA, Solimar Oliveira. O rastro dos dólares do Banco Mundial no Piauí. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 13, n. 1, p. 15-28, jan.-jun. 1988.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULLES, John W. Foster. *Castello Branco: o presidente reformador*. Trad. Heitor A. Herrera. Brasília: Ed. UnB, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 51).

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. (Texto para discussão, 2103).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa e debate*, São Paulo, v. 15, n. 2(26), p. 225-256, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e as suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 109, p. 28-46, jan.-mar. 2007.

FONTES de energia renováveis representam 83% da matriz energética brasileira. *Gov.br*, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2020/01/fontes-de-energia-renovaveis-representam-83-da-matriz-eletrica-brasileira/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. *O POLONORDESTE no Piauí: uma avaliação referencial e indicadores – parâmetros*. Teresina: Fundação CEPRO, 1981.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. *Piauí em números*. 9. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2012.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS. Uma empresa movida a desafios – 60 anos. Edição comemorativa 1957-2017. *Revista Furnas*, Rio de Janeiro, 2017 (p. 7, 9).

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS. *Usina de Furnas*. Disponível em: <https://www.furnas.com.br/subsecao/120/usina-de-furnas?culture=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

FURTADO, Celso. Novos exercícios de demiurgia: A Questão Nordeste. / A Operação Nordeste. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p. 10-37. In: OLIVEIRA, Francisco de (org.). *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, 1983.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. *A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994*. Brasília: Ipea, 1995. (Texto para discussão, 372).

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1959-1962 (Chagas Rodrigues). *Mensagem à Assembleia Legislativa, 1960*. Teresina, 1961.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1971-1975 (Alberto Silva). *Mensagem à Assembleia Legislativa, 1973*. Teresina, 1974a.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1975-1978 (Dirceu Arcoverde). *Mensagem à Assembleia Legislativa, 1975*. Teresina, 1976.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1975-1978 (Dirceu Arcoverde). *Mensagem à Assembleia Legislativa, 1978*. Teresina, 1978.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1979-1980 (Djalma Veloso). *Mensagem à Assembleia Legislativa, 1979*. Teresina, 1979.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1980-1983 (Lucídio Portela). *Mensagem à Assembleia Legislativa, 1980*. Teresina, 1980a.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1980-1983 (Lucídio Portela). *II plano de desenvolvimento econômico e social do Piauí, 1980/83*. Teresina, 1980b.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Governador 1983- (Hugo Napoleão). *Diretrizes para a ação de governo*. s.l. Teresina, 1983.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Educação. *Plano Estadual 1977/1980*. Teresina, 1977a.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Fazenda. *Balanço Geral do Estado – 1974*. Teresina, 1974b.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. *POLONORDESTE no Piauí: uma avaliação*. Teresina, 1977b.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. *Projeto Vale do Parnaíba*. s.1. Teresina, 1981.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. Unidade Técnica do POLONORDESTE. *Relatório de atividades Vale do Parnaíba: outubro/80 a março/84*. Teresina, s.d.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. *Relatório de término do Projeto Vale do Parnaíba*. Teresina, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1965*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, v. 26.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, v. 31.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1971*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, v. 32.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1972*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972a, v. 33.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1973*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973a, v. 34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil - 1974*. Rio de Janeiro: IBGE, 1974a, v. 35.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1975*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975a, v. 36.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1976*. Rio de Janeiro: IBGE, 1976, v. 37.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1977*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977, v. 38.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1978*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978, v. 39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, v. 40.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980, v. 41.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1981*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981, v. 42.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1982*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982a, v. 43.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1983*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983a, v. 44.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1984*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984, v. 45.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985a, v. 46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1986*. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, v. 47.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1987-1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, v. 48.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1989*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, v. 49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1990*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, v. 50.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, v. 51.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1992*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992, v. 52.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, v. 61.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume III, Tomo VI*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Comercial – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume VI, Tomo VI*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo dos Serviços – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume VII, Tomo VI.* Rio de Janeiro: IBGE, 1975d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Industrial – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume IV, Tomo VI.* Rio de Janeiro: IBGE, 1974b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos – 1985 – Censo dos Serviços – Brasil e Unidades da Federação.* Rio de Janeiro, IBGE, 1985b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Industrial – Número 2 – Dados Gerais – Unidades da Federação.* Rio de Janeiro: IBGE, 1985c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Comercial – Número 2 – Unidades da Federação.* Rio de Janeiro: IBGE, 1985d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos – 1985 – Censo Agropecuário – Número 10 – Piauí.* Rio de Janeiro: IBGE, 1985e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Piauí – VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume I, Tomo VI.* Rio de Janeiro: IBGE, 1972b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Brasil – VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Nacional. Volume I.* Rio de Janeiro: IBGE, 1973b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Distritais – Piauí – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 3, Número 6.* Rio de Janeiro: IBGE, 1982b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Maranhão – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 7.* Rio de Janeiro: IBGE, 1982c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Piauí – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 8.* Rio de Janeiro: IBGE, 1982d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Ceará – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 9.* Rio de Janeiro: IBGE, 1982e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Rio Grande do Norte – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 1, Tomo 4, Número 10.* Rio de Janeiro: IBGE, 1982f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Paraíba – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. Volume 1, Tomo 4, Número 11. Rio de Janeiro: IBGE, 1982g.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Pernambuco – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. Volume 1, Tomo 4, Número 12. Rio de Janeiro: IBGE, 1982h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Alagoas – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. Volume 1, Tomo 4, Número 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1982i.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Sergipe – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. Volume 1, Tomo 4, Número 14. Rio de Janeiro: IBGE, 1982j.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Bahia – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. Volume 1, Tomo 4, Número 15. Rio de Janeiro: IBGE, 1982k.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico – Dados Gerais-Migração-Instrução-Fecundidade-Mortalidade – Brasil – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. Volume 1, Tomo 4, Número 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1983b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991 – Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios – Número 1 – Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991 – Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios – Número 10 – Piauí*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados históricos dos censos demográficos*. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual*. Tabela 6737 – Domicílios e moradores com energia elétrica, por situação do domicílio e fonte de energia elétrica. Ano 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6737/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LESSA, Carlos. *Estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Brasília: Funcep, 1988.

- LIMA, José Luiz. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1995.
- LIMA, Marconis Fernandes. *Cidade da Boa Esperança: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-Piauí*. 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Devassamento do Piauí*. São Paulo: Nacional, 1946.
- LINHARES, Maria Yedda Leite (org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo. *Cadernos Cebrap*, n. 26. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 453-489, set.-dez. 2006.
- MACHADO, José Arimatéa Veloso. Aspectos da situação financeira do Estado do Piauí. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, n. 1, p. 34-69, jan.-jun. 1982.
- MACIEL, David. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 64-78, jan./jun. 2014.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
- MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MARTINS, Agenor de Sousa. O Piauí na economia nacional. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, n. 2, p. 91-132, jul.-dez. 1982.
- MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: CEPRO, 1979.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Unesp, 2009.
- MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.
- MENDES, Felipe. *Formação econômica*. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.
- MENDES, Felipe. O PDRI Vale do Parnaíba e o desenvolvimento do Piauí. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 2, p. 4-8, jul.-dez. 1980.

- MENDES JÚNIOR. *História*. Disponível em: <http://www2.mendesjunior.com.br/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em: 10 jul. 2023;
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A industrialização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUFF, Vício de Leitura, 2005.
- MORAES, Rafael. O governo Castello Branco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: as bases do “Milagre” (1964-1967). *América Latina en la Historia Económica. Revista de Investigación*, Distrito Federal, México, v. 23, n. 2, p. 64-90, mayo-ago. 2016.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Trad. Maria Lucia C. Carvalho e Raimundo Moreira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *A crise do modelo energético: construir um outro modelo é possível*. Caderno nº 6. São Paulo: MAB [2000-?].
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papyrus, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de (org.). *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado: Formação econômica do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- POCHMANN, Marcio; GUERRA, Alexandre. *Piauí: trajetória e transição econômica*. Teresina: CEPRO, 2019.

POSSAS, Mário Luiz. Empresas multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz G. de M.; COUTINHO, Renata (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. vol. 2. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. (Palestra realizada em 12 de agosto de 2010). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo *et al.* *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Caixa Econômica Federal, 2011. p. 23-34.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 209-241.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: Fundapi, 2008.

SANTOS, Antônio de Pádua Silva dos. Perspectiva do desenvolvimento econômico para o Piauí. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 6, n. 2, p. 29-44, jul.-dez. 1980.

SILVA, Ligia Osorio. Desenvolvimentismo e intervencionismo militar. *Ideias*, Campinas, v. 12/13, n.1, p. 11-40, 2006.

SILVA, Ricardo V. Uma ditadura contra a república: política econômica e poder político em Roberto Campos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 27, p. 157-170, nov. 2006.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SINGER, Paul Israel. *A crise do “milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SOARES, Alcides. *Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira, 1930-1989*. São Paulo: Lume, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição – O sistema financeiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, Luís G.; COUTINHO, Renata (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

## FONTES JORNALÍSTICAS

- O COOPERATIVISTA, Teresina, 28/02/1965, p. 1  
O DIA, Jornal, Teresina, 28/11/1963, p. 3  
O DIA, Jornal, Teresina, 08/10/1964, p. 1 e 2  
O DIA, Jornal, Teresina, 19/11/1964, p. 1  
O DIA, Jornal, Teresina, 12/03/1969. p. 3-8  
O DIA, Jornal, Teresina, 29-30/06/1969, p. 4, 5  
O DIA, Jornal, Teresina, 23/01/1969. p. 8  
O DIA, Jornal, Teresina, 08/04/1969. p. 8  
O DIA, Jornal, Teresina, 28-29/09/1969. p. 8  
O DIA, Jornal, Teresina, 23-24/11/1969. p. 2  
O ESTADO, Jornal, Teresina, 30/05/1965. p. 1  
O ESTADO, Jornal, Teresina, 24/06/1965. p. 2

## FONTES ORAIS

ALENCAR, João Cardoso de. Entrevista concedida a Marconis Fernandes Lima. Guadalupe, 2006.

ARAÚJO, Raimunda Maria de. Entrevista concedida a Marconis Fernandes Lima. Guadalupe, 2006.

FONSECA, Maria Amélia Matos. Entrevista concedida a Marconis Fernandes Lima. Guadalupe, 2006.

MOUSINHO, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Marconis Fernandes Lima. Guadalupe, 2006.

PEREIRA, José Jociler. Entrevista concedida a Marconis Fernandes Lima. Guadalupe, 2006.

SILVA, Ana Luiza da. Entrevista concedida a Marconis Fernandes Lima. Guadalupe, 2006.